



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ALOISIA RODRIGUES HIRATA**

**SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA:  
CONFORMAÇÃO NAS DIFERENTES REALIDADES  
BRASILEIRAS**

CAMPINAS  
2021

**ALOISIA RODRIGUES HIRATA**

**SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA:  
CONFORMAÇÃO NAS DIFERENTES REALIDADES  
BRASILEIRAS**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, na área de Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Dias da Rocha

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA  
PELA ESTUDANTE ALOISIA RODRIGUES  
HIRATA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA.  
SONIA MARIA PESSOA PEREIRA  
BERGAMASCO.

CAMPINAS  
2021

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura  
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

H613s Hirata, Aloisia Rodrigues, 1970-  
Sistema participativo de garantia : conformação nas diferentes realidades  
brasileiras / Aloisia Rodrigues Hirata. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.

Coorientador: Luiz Carlos Dias da Rocha.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Engenharia Agrícola.

1. Teoria ator-rede. 2. Agricultura familiar. 3. Agricultura orgânica. 4.  
Orgânico Brasil. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira, 1944-. II. Rocha,  
Luiz Carlos Dias da. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Engenharia Agrícola. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Participatory guarantee system : conformation in diferent brazilian realities

**Palavras-chave em inglês:**

Actor-network theory

Family farming

Organic agriculture

Organic Brazil

**Área de concentração:** Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural

**Titulação:** Doutora em Engenharia Agrícola

**Banca examinadora:**

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo

Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca

Camila Guedes Codogno

Abelardo Gonçalves Pinto

**Data de defesa:** 25-02-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Engenharia Agrícola

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <http://orcid.org/0000-0002-6658-2977>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5866570171108889>

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Aloisia Rodrigues Hirata**, aprovada pela Comissão Julgadora em 25 de fevereiro de 2021, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

**FEAGRI**

---

**Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora**

---

**Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo – Membro Titular**

---

**Dra. Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca – Membro Titular**

---

**Profa. Dra. Camila Guedes Codogno – Membro Titular**

---

**Dr. Abelardo Gonçalves Pinto – Membro Titular**

**Faculdade de  
Engenharia Agrícola  
Unicamp**

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, pelo que representam em minha vida e na vida dos meus irmãos;

Aos meus irmãos e irmãs, por me fazerem sentir que nunca estarei sozinha;

Ao Mário, por estar ao meu lado e dividir com amor todas as alegrias e tristezas desta vida;

Ao Yuji, Hisashi e Robson, pelo amor e orgulho que sinto por cada um de vocês;

À Tiemi, por me fazer acreditar que o amor é eterno;

Aos sobrinhos e sobrinhas, por ocuparem um lugar tão especial em meu coração;

Aos “agregados” que completam essa grande família que tanto amo.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo que tem proporcionado em minha vida;

Ao IFSULDEMINAS, pela concessão do afastamento total para doutorado e apoio na condução dos trabalhos, sem o qual não seria possível a realização deste sonho;

À Pró-Reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS, na pessoa do Professor Cléber Ávila Barbosa, pelo apoio e concessão do afastamento e aos colegas de trabalho, pela compreensão da minha ausência no período de realização do curso;

À UNICAMP/FEAGRI, pela excelência do ensino ofertado;

Ao Fórum Brasileiro de SPGs e OCSs, pela atuação sempre ativa e vigilante na construção e preservação dos princípios que regem o sistema;

Ao MAPA, nas pessoas da Lygia, Zenaide, Marcelo Laurino, Luciano, Virgínia e Laila, pelo apoio e incentivo à realização da pesquisa e publicação do Livro “Sistemas Participativos de Garantia: Histórias e Experiências”;

À minha família, pelo apoio, paciência e compreensão. Essa base é tudo para mim;

À minha orientadora e professora Sonia Bergamasco, por quem tenho grande admiração e respeito. Sou grata pela orientação e, principalmente, pelo exemplo de amor, compromisso e dedicação à docência, à agricultura familiar e à extensão rural;

Ao meu coorientador Professor Luiz Carlos Dias da Rocha, amigo querido e especial por quem tenho grande respeito, admiração e gratidão por toda dedicação e generosidade aos amigos;

A todos os professores e servidores da Feagri, pela contribuição na minha formação acadêmica;

Especialmente à Professora Vanilde Esquerdo, agradeço a amizade, o incentivo e a colaboração nesta trajetória;

Aos membros da banca, Vanilde Esquerdo, Abelardo Gonçalves Pinto, Maria Fernanda Fonseca, Camila Guedes Codogno, pela dedicação e generosidade em contribuir;

Aos Professores Sérgio Pedini, Gabriela Cemirames e Luciano Barbosa, pela disponibilidade em participar como membros suplentes;

Aos meus queridos amigos e amigas do Laboratório Comunicação e Extensão: Tatiana, Carol, Dani, Francine, Wagner, Diana, Andreia, Tayrine, Raimundo, Kellen, Clóvis e Gastão, pelos inesquecíveis momentos de café, prosa e ciência.

À Tatiana, companheira de orientação, por todos os momentos incríveis que vivemos juntas na Unicamp e nas viagens acadêmicas.

A todas as pessoas que fazem parte dos SPGs do Brasil: aos agricultores e agricultoras, pelo apoio na realização deste trabalho e por acreditarem que é possível produzir e viver cuidando do nosso planeta; aos assessores técnicos das ONGs, aos extensionistas, pesquisadores, professores e apoiadores, pelas contribuições ao meu trabalho e pela dedicação na construção do conhecimento agroecológico.

Em especial àqueles que, além de contribuir por meio da sua participação na realização deste trabalho, também me acolheram em suas casas e alojamentos viabilizando hospedagem e alimentação, garantiram transporte durante a pesquisa de campo, articularam reuniões e grupos focais de forma a oportunizar melhor compreensão da dinâmica de funcionamento por meio das vivências. Enfim, foram mais que colaboradores, foram amigos: Romeu, Pedro, Ana Paula Pegorer (*in memoriam*), Pedro Jovchelevich, Luizinho, Sueli Fernandes, Natasha, Roberta Coimbra, Francisco, Laércio e Ana Meirelles, Olácio, Kim, Hélio, Risoneide, Thiago, Luciano, Nelson Jacomel, Amália, Marenilson, Márcio, Acácia, Tereza, Arthur Jorge, Guaracy, Pedro Jorge, Paulo, Antônio Marques, Luciana, Neneide, Gabriela, Adriano, Caru, Claudete, Rosângela e Sebastião, Dita, Tânea, Cátia e Dafini.

Por fim, agradeço aos pioneiros do SPG, aqueles que transformaram o SPG em realidade, em especial aos que contribuíram nesta pesquisa. Laércio Meirelles, Maria Fernanda, Romeu Leite, Cristina Ribeiro, Marcelo Passos, Rogério Dias e Marcelo Laurino, vocês me inspiraram muito.

Nota: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*“Tempo virá.  
Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.  
As prisões se transformarão em escolas e oficinas.  
E os homens, imunizados contra o crime,  
cidadãos de um novo mundo,  
contarão às crianças do futuro,  
estórias absurdas de prisões, celas, altos muros,  
de um tempo superado”.*

Cora Coralina

## RESUMO

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) se configura enquanto metodologia de avaliação da conformidade, que busca por meio do envolvimento e da participação dos atores interessados conferir a qualidade orgânica dos produtos e serviços. São sistemas construídos com base nas relações de confiança, nas redes sociais e na troca de conhecimentos. O reconhecimento do SPG no Brasil enquanto mecanismo credível de garantia da qualidade orgânica se deu por meio da regulamentação da Agricultura Orgânica iniciada com a sanção da Lei 10.831, de 2003, fruto de 10 anos de diálogo e construção coletiva entre governo e sociedade civil. O objetivo desta pesquisa foi descrever o processo de construção e conformação das redes formadas pelos SPGs brasileiros, buscando conhecer a motivação e a trajetória de constituição de cada um deles, identificar os diferentes atores que tornam possível o funcionamento dos SPGs, descrever o processo de tradução na expansão dos SPGs, investigar as conquistas e os desafios para o funcionamento dos SPGs, bem como a adequação dos seus mecanismos à realidade da agricultura familiar. A Teoria do Ator-Rede foi utilizada como orientação teórico-metodológica, assumindo a descrição como método de pesquisa. Dos 27 SPGs brasileiros com OPACs credenciados até 2019, 24 participaram deste estudo, o qual utilizou análise documental, observação participante, questionários, entrevistas e grupo focal como instrumentos de coleta de dados. A pesquisa demonstrou que tanto os procedimentos adotados pelas várias redes de SPG para a avaliação da conformidade quanto a construção de documentos e normativos foram inspirados nos modelos pioneiros da Rede Ecovida de Agroecologia da Região Sul e da Associação de Agricultura Natural de Campinas e região (ANC). Por meio de um estudo de caso no SPG Orgânicos Jequitinhonha, a pesquisa constatou que a adequação dos mecanismos de geração de credibilidade às diferentes realidades depende do processo de tradução, ou seja, dos desvios e modificações que a metodologia sofre ao ser deslocada ou transportada de um lugar para outro. As entidades colaboradoras têm papel relevante para o funcionamento dos SPGs, atuando como mediadoras e animadoras dos processos sociais desenvolvidos nessas redes. Por fim, considera-se que a rede de conhecimentos gerada por meio do envolvimento e da participação de diferentes atores constitui o maior ativo de um SPG, proporcionando trocas de experiências que contribuem para a circulação das informações que levam ao resgate e à preservação de práticas e de conhecimentos agroecológicos.

**Palavras-chave:** Teoria do Ator-Rede, Agricultura familiar. Agricultura orgânica. Orgânico Brasil.

## ABSTRACT

The Participatory Guarantee System (PGS) is a conformity assessment methodology that check the organic quality of products and services through the involvement and participation of stakeholders. They are systems built on the basis of trust relationships, the social networks and the exchange of knowledge. The recognition of the PGS in Brazil as a credible mechanism for guaranteeing organic quality occurred through the regulation of Organic Agriculture initiated with the sanction of Law 10,831/2003, which was the result of 10 years of dialogue and collective construction between government and civil society. The objective of this research was to describe the process of construction and conformation of the networks formed by the Brazilian PGS, attempting to find the motivation and trajectory of each Brazilian PGS, to identify the different actors that make the operation of the PGS possible, to describe the translation process in the expansion of the PGS, to investigate the achievements and challenges for the operation of the PGS, as well as the adequacy of their mechanisms to the reality of family farming. The actor-network theory was used as a theoretical-methodological guideline, assuming the description as a research method. Of the 28 Brazilian SPGs, 24 participated in this study that used documentary analysis, participant observation, questionnaire, and interviews as instruments of data collection. The research demonstrated that both the procedures adopted by the various PGS networks for the assessment of conformity as well as the construction of documents and regulations were inspired by the pioneering models of the Ecovida Agroecology Network in the South region and the Natural Agriculture Association of Campinas and Region (ANC). Through a case study developed at the PGS Orgânicos Jequitinhonha, the research found that conformity assessment mechanisms are not always adequate to the socio-cultural reality of family farming, especially when referring to traceability instruments. This adequacy depends on the translation process, that is, the deviations and modifications the methodology suffers when it is moved or transported from one place to another. Collaborating entities have a relevant role in the functioning of the PGS, since they act as mediators and animators of the social processes developed in these networks. Finally, it is considered that the knowledge network generated through the involvement and participation of different actors constitutes the greatest asset of a PGS, providing exchanges of experiences that contribute to the circulation of information that lead to the rescue and preservation of agroecological practices and knowledge.

**Keywords:** Actor-network theory, Family farming, Organic agriculture, Organic Brazil

## LISTA DE ABREVIATURAS

AAO - Associação de Agricultura Orgânica  
ABD - Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica  
ABDSul - Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul  
ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro  
ACEPA - Associação de Certificação Participativa Agroecológica  
ACEPAC - Associação Agroecológica de Certificação Participativa do Cariri  
ACEPI - Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns  
ACOPASA - Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi  
AFTUR - Associação de Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina  
AGE - Associação de Agricultura Ecológica  
ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região  
APASPI - Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense  
APEL - Associação de Produtores Ecologistas no Bairro do Lami  
APOAM - Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas  
APOI - Associação de Produtores Orgânicos de Iranduba  
APOMS - Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul  
APT - Associação Parceiros da Terra  
APTA - Apoio a Projetos em Tecnologia Alternativas  
ARRIBAÇÃ - Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar  
ASAP - Associação Agroecológica Sertão do Pajeú  
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural  
ASSESSOAR - Núcleo Sudoeste do Paraná  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATIX - Associação Terra Indígena do Xingu  
BIONATUR - Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Coonaterra - Bionatur)  
BROTA CERRADO - Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa  
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas  
CAC - Metodologia camponês a camponês  
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia  
CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica  
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo  
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares  
CHAPADA - Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe  
CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos  
COCEARGS - Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul  
COPAGRO - Centro de Produtores Agroecológicos do Araripe  
COOLMEIA - Cooperativa Ecológica Coolméia  
COOMAFITT - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas  
COOPAPI - Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável  
COOPERAPOMS - Cooperativa da Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul  
COOPERAV - Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão  
COOPFAM - Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e região

COOPTEC - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA  
COOPVIDA - Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda  
COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA  
COPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA  
CPO - Coordenação de Produção Orgânica do Mapa  
CRESOL - Cooperativa de crédito rural solidário  
CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura  
EBAA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa  
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992  
ECOARARIPE - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe  
ECOMINAS - Associação dos Agricultores Ecológicos do Sul de Minas  
ECOVIDA - Associação Ecovida de Certificação Participativa  
EFAV - Escola Família Agrícola de Veredinha  
EMATER-UF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMPARN - Empresa de pesquisa agropecuária do RN  
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia  
ENGAO - Encontro Nacional do Grupo de Agricultura Orgânica  
ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar  
FAEAB - Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil  
GAO - Grupo de Agricultura Orgânica  
GTs - Grupos de Trabalho  
IBD – Associação Instituto Biodinâmico  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (sigla em inglês)  
IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas  
ISO - *International Organization for Standardization*  
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
MAELA - Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe  
MANIVA - Associação Maniva de Certificação Participativa  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NEA - Núcleo de Estudo em Agroecologia  
OAC - Organismo de Avaliação da Conformidade  
OCA - Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica  
OCS - Organizações de Controle Social

OCT - Organização de conservação da Terra  
OGM - Organismos geneticamente modificados  
ONG - Organização Não Governamental  
OPAC - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade  
ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável  
OSM - Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas  
PIMC - Programa um milhão de cisternas  
PANCS - Plantas alimentícias não convencionais  
PDHC - Projeto Dom Helder Câmara  
PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro  
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PMO - Plano de Manejo Orgânico  
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PPO - Pontos de Passagem Obrigatória  
PROAPO - Projeto de Apoio a Agroecologia e Produção Orgânica  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RAMA - Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana  
REDE BORBOREMA - Associação dos Agricultores Agroecológicos do território da Borborema  
REDE PLANTAR PARA A VIDA - Associação Plantar para a Vida de Certificação Participativa  
REDE POVOS DA MATA - Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa  
REDE XIQUE XIQUE - Associação de Comercialização Solidária Xique Xique  
REMA - Rede Maniva de Agroecologia  
REMA/MANIVA - Associação Maniva de Certificação Participativa  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SIGORGWEB - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica  
SINDIORGÂNICOS - Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal  
SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica  
SPG - Sistemas Participativos de Garantia  
TAR - Teoria do Ator-Rede  
TED - Termo de Execução Descentralizado  
UAP - Unidades de Aprendizagem e Pesquisa Participativa  
UEA - Universidade do Estado do Amazonas  
UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte  
UFLA - Universidade Federal de Lavras  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UNB - Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

O INTERESSE PELO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA.....	17
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG): INSTITUCIONALIZAÇÃO, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS.....	27
2.1 ASPECTOS LEGAIS DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA NO BRASIL .....	34
3. OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	39
3.1 TEORIA DO ATOR-REDE.....	39
3.2 UNIVERSO PESQUISADO.....	51
3.2.1 A pesquisa em âmbito nacional.....	52
3.2.2 Realizando a pesquisa de campo.....	56
3.2.3 Caracterização do caso estudado.....	62
3.3 A COLETA DE DADOS E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	65
3.4 COLETA DE DADOS NO ESTUDO DE CASO.....	68
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	69
4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONHECIMENTO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA (SPG) NO BRASIL.....	74
4.1 DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA A SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA.....	81
5 CONHECENDO OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG) BRASILEIROS.....	88
5.1 REGIÃO SUL.....	90
5.1.1 Rede Ecovida de Agroecologia.....	91
5.1.2 Litoral Norte.....	95
5.1.3 Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).....	98
5.1.4 Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA).....	100
5.1.5 Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABDSul).....	102
5.2 REGIÃO SUDESTE.....	104
5.2.1 Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC).....	105
5.2.2 Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro e região (ABIO).....	106
5.2.3 Associação de Agricultura Biodinâmica (ABD).....	108
5.2.4 Orgânicos Sul de Minas (OSM).....	110

5.2.5 Rede Brota Cerrado .....	113
5.2.6 Orgânicos Jequitinhonha .....	114
5.3 REGIÃO CENTRO-OESTE .....	116
5.3.1 Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS).....	117
5.3.2 Sistema Participativo de Garantia SindiOrgânicos.....	119
5.3.3 Associação de Agricultura Ecológica (AGE).....	121
5.4 REGIÃO NORTE.....	124
5.4.1 Maniva.....	124
5.5 REGIÃO NORDESTE .....	127
5.5.1 O Consórcio Agroecológico do Algodão - A formação de uma rede agroecológica no semiárido nordestino .....	129
5.5.2 Associação dos Agricultores (as) Agroecológicos (as) do Semiárido Piauiense (APASPI).....	134
5.5.3 Associação de Certificação Participativa Agroecológica - ACEPA .....	136
5.5.4 Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns e Crateús - ACEPI.....	138
5.5.5 Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe - Ecoararipe	140
5.5.6 Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi - ACOPASA.	141
5.5.7 Associação dos Agricultores Agroecológicos do Território da Borborema - Rede Borborema de Agroecologia.....	143
5.5.8 Rede Povos da Mata de Certificação Participativa.....	146
5.5.9 Associação de Comercialização Solidária Xique Xique .....	148
5.5.10 Rede Plantar para a Vida de Certificação Participativa.....	150
5.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA PESQUISADOS .....	151
5.6.1 Caracterização dos SPGs Brasileiros.....	152
5.6.2 Sobre os Membros Fornecedores dos SPGs Brasileiros.....	156
5.6.2.1 A participação das mulheres nos SPGs .....	164
5.6.3 Sobre os Membros Colaboradores dos SPGs .....	166
5.7 A EXPANSÃO DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ECOVIDA E DA ANC .....	176
5.7.1 Estrutura de Funcionamento dos SPGs Pesquisados.....	178

5.7.2 A Estrutura Física e Gestão Financeira dos Sistemas Participativos de Garantia Pesquisados.....	189
5.7.3 Custos do certificado no Sistema Participativo de Garantia .....	193
5.8 DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS NOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA PESQUISADOS .....	194
5.8.1 Pontos Positivos ou Benefícios dos Sistemas Participativos de Garantia .....	196
5.8.2 As Dificuldades do Processo Participativo de Avaliação da Conformidade.....	204
6 A TRADUÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA (SPG) NO VALE DO JEQUITINHONHA .....	215
6.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA.....	216
6.1.1 Conformação do Sistema Participativo de Garantia no Vale do Jequitinhonha.....	218
6.2 MEMBROS FORNECEDORES DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA ORGÂNICOS JEQUITINHONHA.....	220
6.3 A CONSTRUÇÃO E O FUNCIONAMENTO NO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA ORGÂNICOS JEQUITINHONHA A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO.....	222
6.4 DE TRADUÇÃO EM TRADUÇÃO A REDE VAI SE CONFORMANDO.....	230
6.4.1 Forjando a maturidade por meio das controvérsias .....	231
6.4.2 Projeto de Monitoramento da Produção Orgânica: conferindo significado para as anotações .....	233
6.4.3 A conformação dos espaços de comercialização.....	237
6.5 ADEQUAÇÃO DOS MECANISMOS DE GERAÇÃO DE CREDIBILIDADE À REALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	239
6.5.1 O papel dos tradutores na Expansão e Consolidação da Rede .....	241
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	252
ANEXO I.....	266

## **O INTERESSE PELO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA**

Por que estudar Sistemas Participativos de Garantia? Para responder a esta pergunta e explicar a escolha do tema, é preciso resgatar um pouco da minha trajetória profissional e pessoal nos últimos anos. Em diversos momentos da minha vida, fui surpreendida com reviravoltas nos rumos que eu estava seguindo e foi numa dessas reviravoltas que acabei indo trabalhar na Extensão Rural. Sou graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e tive a oportunidade de trabalhar na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG) de 2000 a 2012 na região do Sul de Minas Gerais. Foi com essa experiência de extensionista que surgiu meu interesse pela agroecologia e pela agricultura familiar.

A primeira vez que ouvi falar de Sistemas Participativos de Garantia (SPG) foi em 2010, numa oficina sobre mecanismos participativos de avaliação da conformidade realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em Belo Horizonte/MG. Depois disso, participei em 2011 de outra capacitação sobre o tema em Botucatu/SP, quando o SPG começava a ganhar espaço entre os agricultores do Sul de Minas. Em 2012, por meio de concurso público, passei a ser servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), onde tive total apoio para desenvolver um projeto com vistas a apoiar as iniciativas de agroecologia na região. Essa foi a oportunidade de atuar na mediação da constituição do SPG Sul de Minas, resultado desse projeto que buscou atender às demandas dos agricultores e agricultoras da região. Além desta experiência, também tive a oportunidade de participar da coordenação do Projeto de Apoio à Agroecologia e Produção Orgânica (PROAPO). O PROAPO foi elaborado em parceria com o Fórum Brasileiro de SPG e contou com o apoio financeiro do extinto MDA. O projeto teve como objetivo fortalecer os SPGs existentes no Brasil e apoiar as iniciativas em construção. Tinha como ação a elaboração de material didático (cartilhas e vídeos), promoção de encontros, capacitações, oficinas e consultorias aos SPGs já constituídos e às redes de agricultores em potencial para constituição de um SPG. Infelizmente, com a mudança de governo e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o projeto parou na primeira fase, que consistia na elaboração do material didático e na realização de um encontro nacional dos SPGs. Apesar disso, essa experiência me oportunizou maior aproximação com o Fórum Brasileiro de SPG e OCS.

Em 2014, ingressei no Mestrado Profissional de Desenvolvimento Sustentável e Extensão na Universidade Federal de Lavras (UFLA) e, devido ao envolvimento com os SPGs, escolhi como tema de pesquisa, o SPG Sul de Minas. A pesquisa teve como objetivo descrever o processo de constituição do SPG Sul de Minas e sua contribuição para o fortalecimento da Agroecologia na região.

Finalizado o mestrado, veio o desejo de fazer doutorado e continuar os estudos sobre SPG. Em função da minha trajetória com Extensão Rural e SPG, meu projeto de pesquisa teve como objetivo analisar a participação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos SPGs do Sul de Minas para inclusão da agricultura familiar. No decorrer do curso de doutorado, o projeto foi sofrendo alterações e, após um diálogo com um integrante do Fórum Brasileiro de SPG, surgiu a ideia de um estudo em nível nacional buscando levantar informações e compreender como estavam sendo conformados os SPGs no Brasil. Essa ideia ia ao encontro de uma proposta de projeto que há algum tempo eu vinha discutindo com uma auditora fiscal do MAPA para apoiar a publicação de um livro sobre os SPGs Brasileiros. Assim, a ideia seria unir o projeto do livro com parte da minha pesquisa. Diante dessa possibilidade e do meu interesse em desenvolver uma pesquisa com esta amplitude, juntamente com minha orientadora e o coorientador, um novo projeto de pesquisa foi sendo construído.

A proposta do projeto de pesquisa que resultaria na publicação do livro foi aceita pelo MAPA e, para viabilizar o apoio financeiro, um Termo de Execução Descentralizado (TED) foi firmado entre o IFSULDEMINAS e o MAPA. Além de financiar as despesas com o projeto gráfico e impressão do livro, o TED também contemplou o financiamento de passagens aéreas para a realização da pesquisa sobre os SPGs, parte da minha pesquisa que seria publicada como um capítulo do livro. Juntamente com o meu coorientador, que também é servidor do IFSULDEMINAS, assumi a organização do livro “Sistemas Participativos de Garantia: Histórias e Experiências<sup>1</sup>” publicado em maio de 2020. Esse projeto, não somente deu condições financeiras para que minha pesquisa pudesse ser desenvolvida, como também proporcionou maior aproximação com os representantes dos SPGs do Brasil, consolidando minha trajetória na escolha do tema.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes\\_livros/SPG\\_Brasil\\_-\\_E-](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/SPG_Brasil_-_E-)

## 1 INTRODUÇÃO

---

A ampla participação do movimento orgânico na construção do marco regulatório da agricultura orgânica<sup>2</sup> no Brasil possibilitou que as diferentes experiências existentes com práticas e dinâmicas sociais para controle e garantia da qualidade orgânica fossem reconhecidas legalmente sob a denominação Sistema Participativo de Garantia (SPG). Trata-se de uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica cuja origem remete à experiência conhecida por certificação participativa, desenvolvida na cooperativa Coolméia nos anos 1990 e difundida pela Rede Ecovida de Agroecologia. Essa metodologia foi considerada uma alternativa à certificação por auditoria, ou seja, a certificação realizada por terceira parte, tida anteriormente como única forma de gerar credibilidade e garantia da qualidade orgânica.

A trajetória de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil foi marcada por vários encontros e debates entre sociedade civil e membros do governo. A Lei 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e considera os diferentes sistemas de certificação existentes no país, foi resultado de 10 anos de debates entre governo e organizações do movimento orgânico (SANTOS, 2005). Diferentemente de outros países da América Latina, a pressão dos interesses ligados à exportação encontrou resistência em alguns grupos e organizações do movimento orgânico brasileiro. Em um primeiro momento, a necessidade da certificação foi questionada e, com o passar do tempo e o crescimento do mercado orgânico, passou-se a questionar a adequação do modelo de certificação por auditoria exigido pelos países importadores, alegando que era excludente para as condições da agricultura familiar (LAURINO; DIAS, 2020).

A participação ativa de representantes das diferentes organizações do movimento orgânico na construção do marco regulatório, assim como o pioneirismo no reconhecimento do SPG enquanto mecanismo credível de avaliação da conformidade orgânica no mesmo patamar das certificadoras, fez com que o Brasil se tornasse referência no movimento orgânico mundial quando o assunto é SPG.

Com a regulamentação da agricultura orgânica foram reconhecidas três diferentes formas de garantir a qualidade orgânica. Uma das formas ocorre por meio das Organizações

---

<sup>2</sup> Ver Lei 10.831 de 2003

de Controle Social (OCS), onde o processo é dispensado de certificação para os grupos de agricultores familiares que realizam venda direta e estejam inseridos em processos próprios de organização e controle social, desde que previamente cadastrados no órgão fiscalizador (BRASIL, 2009).

Além das OCSs, a legislação também reconheceu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), composto pela certificação por auditoria e avaliação da conformidade realizada pelo SPG, popularmente conhecido como certificação participativa. A terceira forma é a certificação por auditoria, ou certificação de terceira parte, que é realizada por empresas e instituições acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A avaliação da conformidade via SPG, ou certificação participativa, baseia-se na ativa participação dos atores envolvidos em processos sociais e de avaliação da conformidade orgânica que são construídos com base na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimentos (IFOAM, 2008). Segundo a legislação brasileira, um SPG é formado pelos membros do sistema (fornecedores e colaboradores) e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) que deve estar credenciado no MAPA. O OPAC é representado por uma pessoa jurídica, normalmente uma associação ou cooperativa de agricultores (as), que responde legalmente aos órgãos e sociedade pelas questões relacionadas à avaliação da conformidade do SPG (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Ao definir que um SPG é constituído pelos membros do sistema e pelo OPAC, a legislação brasileira faz referência a uma estrutura organizativa e com isso desconsidera a OCS enquanto SPG, visto que essas são formadas somente pelos membros do sistema, não tendo a estrutura organizativa de um OPAC. Entretanto, apesar de a legislação não considerar a OCS enquanto SPG, partimos do entendimento que o SPG é uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica baseada na participação ativa dos interessados e, por isso, a OCS pode ser considerada um SPG. O SPG enquanto método de avaliação da conformidade tem possibilitado o fortalecimento e a construção de redes formadas por agricultores, consumidores, instituições, técnicos e organizações interessadas na produção e certificação que utilizam normativos, técnicas e metodologias apropriadas para avaliação da conformidade. Atualmente, cerca de 55 % do número de agricultores orgânicos no Brasil são

certificados por OPAC ou participam de OCS<sup>3</sup>, o que demonstra a importância do reconhecimento de outros mecanismos de garantia da qualidade orgânica, além da auditoria, para o fortalecimento da agricultura orgânica no país.

Mesmo com o entendimento que uma OCS pode ser enquadrada como um SPG, nesta pesquisa, visto o limite imposto pela abrangência e complexidade do objeto de estudo, optou-se por seguir o conceito da legislação brasileira, em que somente as organizações com OPAC credenciado serão consideradas como SPG. De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), o Brasil possui 27 OPACs credenciados, os quais são responsáveis pela certificação de aproximadamente 7.500 agricultores (as) orgânicos, o que corresponde a 35 % do total de produtores (as) orgânicos do Brasil.

Desde o início dos debates que antecederam a regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, a necessidade assim como a forma de certificar os produtos orgânicos constituíram os principais pontos de discordância entre os diferentes segmentos do movimento orgânico (LAURINO; DIAS, 2020; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). A principal justificativa para o reconhecimento do SPG enquanto mecanismo de avaliação da conformidade se baseou na concepção de que esse sistema é mais adequado à realidade da agricultura familiar, com métodos e procedimentos adequados à sua compreensão, independentemente da sua realidade social, econômica ou cultural. Segundo a IFOAM (2019), o SPG deve ser conformado para ser acessível aos agricultores familiares e deve estar de acordo com sua realidade cultural em termos de documentação, procedimentos e processos aplicados. A legislação brasileira reconhece a necessidade dessa adequação ao afirmar que “os SPGs devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas” (BRASIL, 2009, art. 68).

Para a compreensão das relações entre SPGs e agricultura familiar, torna-se necessária, mesmo que sucintamente, uma abordagem dessa categoria. Descrever a agricultura familiar nos remete a um estudo complexo de características e entendimentos alimentados pela história e por contornos e particularidades regionais. Trata-se de um tema caro aos estudiosos do assunto, mas por vezes negligenciado no contexto das políticas públicas, apesar da sua relevância social, ambiental, cultural e econômica. Conforme registrado por Schneider (2003), a partir da segunda metade da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os estudos agrários passam a suscitar

---

<sup>3</sup> Dados do Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>, acesso em 12/08/2020.

maior interesse de pesquisadores e acadêmicos e o termo agricultura familiar passou a oferecer guarida para agricultores assentados, arrendatários, parceiros, meeiros e outros, sendo legitimada com o PRONAF em 1995 (Resolução Banco Central 2.191/1995). O Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964, e a Lei 8.629/1993, relativa à Reforma Agrária, foram bases importantes para as definições constantes nessa resolução do Banco Central.

O PRONAF trouxe uma conceituação operacional para a agricultura familiar na qual aborda a exploração da terra, a relação com a contribuição de terceiros, o tamanho da área explorada, do percentual de renda obtida da atividade agrícola e ainda a proximidade da moradia em relação à área explorada. Essas características foram referendadas em 2006 com a Lei 11.326, que considera “(...) agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural” (BRASIL, 2006), atendendo, ao mesmo tempo, aos critérios apresentados anteriormente. Analisando as raízes históricas do campesinato brasileiro e partindo do entendimento que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, Wanderley (1996) ressalta que esta categoria ainda traz consigo as marcas coloniais, mesmo após a independência, as disputas com as grandes propriedades e o espaço secundário ocupado ao longo dos tempos. Na conceituação da agricultura familiar apresentada por Abramovay (1998), o autor deixa claro que se trata de um tema dinâmico e com possibilidades que se ajustam às diferentes necessidades de análises, mantendo uma base mínima, não sendo, porém, um bloco hegemônico:

... a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1998, p.146).

Percebe-se na agricultura familiar, um campo diverso e com diferenças culturais, ambientais e sociais, conforme apontado por Wanderley (1996) para as distintas realidades presentes no país, seja por problemas de esgotamento do solo no Sul ou pelo enfrentamento da seca no Nordeste. Ainda aliado ao conceito de agricultura familiar no PRONAF, Kageyama (2008), ao discutir sobre desenvolvimento rural, afirma que o tema também deve combinar aspectos econômicos, sociais e ambientais e apresenta a diversidade de atividades como forma de gerar renda e pluriatividade. O espaço rural não se constitui somente no aspecto produtivo, mas num conjunto de serviços fundamentais à reprodução familiar que relaciona a realidade de determinada região com aspectos de modernização, exclusão e até mesmo ambientais (FERREIRA; ZANONI, 1998), levando à necessidade de se discutir outras formas de agriculturas. Atualmente, na visão de estudiosos, cientistas e alguns gestores, a

agricultura familiar tem possibilitado o fortalecimento de outras formas de vida no campo, com maior diversidade, com foco nas realidades locais e considerando as particularidades das comunidades tradicionais (DELGADO; BERGAMASCO, 2017), assumindo, enquanto categoria social diversa e heterogênea, um papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico.

Esta nova forma de pensar e praticar a agricultura torna possível a leitura das diferentes realidades presentes no Brasil no âmbito da agricultura familiar, seja relativa aos agricultores da Região Sul, com suas formas de lidar com a terra, o uso da mecanização e as relações com o mercado ou os agricultores de outras regiões como Norte e Nordeste que apresentam trajetórias distintas, mantendo relação mais íntima com a natureza, com maior participação da mão de obra familiar, menor intensidade no uso da mecanização e relação menos intensa com o mercado. É neste contexto de diferenças que se constroem e se consolidam os SPGs brasileiros, que, munidos de amparos legais, se organizam e se conformam nas diversas situações, buscando atender de forma adequada às demandas da agricultura familiar. Na dinâmica de um sistema participativo, busca-se um olhar para a realidade local, valorização dos saberes e espaços de diálogo, estímulo à participação e acesso ao mercado, com vistas à organização coletiva e ao desenvolvimento sustentável. Isso pode tornar o setor agrícola mais eficiente, possibilitar o acesso da população aos recursos do campo e garantir cidadania para a população rural.

Assim, partindo da hipótese de que o SPG é uma metodologia adequada à realidade da agricultura familiar, algumas questões direcionaram este trabalho. Como tem sido a participação da agricultura familiar nos SPGs brasileiros? Quais mecanismos de credibilidade têm sido adotados levando em consideração a realidade da agricultura familiar? Quem são os mediadores nos processos de tradução? Para responder a essas questões, o objetivo desta pesquisa foi descrever o processo de tradução e de conformação das redes formadas pelos SPGs brasileiros. Diante disto foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Conhecer a motivação e a trajetória da constituição dos SPGs brasileiros;
2. Identificar os diferentes atores que constroem as redes de SPGs;
3. Descrever o processo de tradução na expansão dos SPGs no Brasil;
4. Verificar e analisar a participação da agricultura familiar nos SPGs brasileiros;
5. Conhecer as percepções de diferentes atores sobre conquistas e desafios dos SPGs;

Mais especificamente, buscou-se compreender como se deu o processo de tradução do SPG para a realidade dos agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

Esta pesquisa se justifica tanto pela relevância da temática, quanto pela escassez de estudos sobre os SPGs em nível nacional. Sob o aspecto temático, o mercado brasileiro para produtos orgânicos tem apresentado demanda crescente nos últimos anos. Segundo dados do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (ORGANIS), que reúne cerca de 60 empresas do setor, em 2018, o mercado de produtos orgânicos apresentou crescimento de 20 % em relação ao ano anterior, atingindo o faturamento de 4 bilhões de reais no ano, ocupando a liderança desse mercado na América Latina. O número de agricultores certificados, assim como a área em produção orgânica, também tem apresentado crescimento, porém aquém das demandas do mercado.

Para Terrazzan e Valarini (2009), o processo de certificação se constitui em um dos fatores fundamentais para a ampliação da produção e comercialização de orgânicos. Alguns autores<sup>4</sup> identificaram que o modelo de certificação por auditoria pode ser excludente e não adequado aos agricultores familiares, indicando a necessidade de ampliar os modelos alternativos à certificação de terceira parte. Nesse contexto, o SPG pode representar um mecanismo que possibilite o acesso dos agricultores familiares à certificação orgânica por meio de uma metodologia participativa de avaliação da conformidade, além de promover o fortalecimento do associativismo em comunidades rurais, a construção do conhecimento agroecológico e o acesso aos mercados orgânicos. Nesta configuração, os benefícios dessas redes podem proporcionar aos agricultores algo maior que a obtenção de um selo, com significativas mudanças no cotidiano dos atores envolvidos, o que torna o SPG um tema relevante para ser pesquisado.

Segundo Kaufmann e Vogl (2017), a pesquisa sobre SPG é considerada incipiente, ressaltando que muitos fenômenos ainda não foram estudados em uma base empírica robusta. No Brasil, boa parte dos estudos tem se concentrado na Rede Ecovida, o que se justifica pela sua história, abrangência, relevância e influência nas demais experiências, porém, considerando a extensão territorial do Brasil, faltam pesquisas que reúnam informações que proporcionem maior visibilidade das diferentes experiências brasileiras, assim como informações sobre como essas redes se conformaram de acordo com as diferentes realidades e os atores que compõem os SPGs.

---

<sup>4</sup> ver Medaets e Fonseca (2005); Vriesman (2012); Home e Robert (2017); Montefrio e Johnson (2019)

Portanto, essa pesquisa busca evidenciar como atuam os SPGs nas diferentes regiões do país e como essa metodologia foi traduzida para a realidade da agricultura familiar, visibilizando os diferentes atores envolvidos nesse processo de transformação e de organização social. A pesquisa buscou também aprofundar a compreensão sobre a participação da agricultura familiar e a adequação dos mecanismos de credibilidade a partir de um estudo de caso que aconteceu no SPG Orgânicos Jequitinhonha, cujos critérios de escolha estão descritos nos procedimentos metodológicos.

A tese está estruturada em 5 capítulos além desta introdução e das considerações finais. Na introdução é apresentada uma contextualização sobre a temática SPG, o problema de pesquisa e os objetivos da tese, bem como sua relevância. O capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica sobre os Sistemas Participativos de Garantia. Nesta revisão é abordada a origem e a construção dos SPGs, os conceitos e as definições adotadas por diferentes movimentos, instituições, assim como as características e os princípios que definem o conceito de SPG. Além disso, com base na legislação brasileira, são apresentadas as normas e os aspectos legais sobre o funcionamento de um SPG. O interesse da comunidade acadêmica sobre o tema é apresentado ao final desta revisão.

O capítulo 2 traz os caminhos teóricos-metodológicos da pesquisa, em que são apresentados o referencial teórico sobre a Teoria do Ator-Rede (TAR). Com essa abordagem, são apresentados os 3 princípios metodológicos da TAR: agnosticismo, simetria e livre associação, considerados importantes na conduta do pesquisador, além dos conceitos de ator-rede, redes, rede sociotécnica e tradução. O referencial também aborda os quatro momentos da tradução que servem como orientação para a análise das redes. Aponta ainda os principais instrumentos que o pesquisador deve utilizar para uma pesquisa na perspectiva desta teoria. Ainda no percurso metodológico, são apresentadas as informações sobre o universo pesquisado, o método utilizado e os instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados.

O capítulo 3 trata-se de uma descrição da tradução ocorrida na regulamentação da agricultura orgânica no Brasil e, conseqüentemente, o reconhecimento legal do SPG enquanto mecanismo credível de avaliação da conformidade orgânica. Neste tópico também é abordado o surgimento do termo Sistema Participativo de Garantia e a controvérsia sobre a utilização do termo certificação participativa nos dias atuais.

O capítulo 4 traz os resultados obtidos por meio da primeira etapa da pesquisa de campo. Essa parte se divide em 4 tópicos, sendo o primeiro uma descrição dos SPGs, demonstrando a trajetória, motivação para constituição e principais características de cada

SPG pesquisado. O segundo tópico apresenta uma síntese das principais informações levantadas na pesquisa de campo e apresenta os atores e o papel que desempenham na construção e funcionamento das redes. O terceiro tópico traz uma descrição do processo de tradução na expansão dos SPGs a partir de duas experiências que foram traduzidas para outras regiões. O tópico ainda apresenta uma descrição detalhada sobre estrutura de funcionamento, gestão administrativa, financeira e custos da certificação nos diferentes SPGs. Por fim, é apresentado um tópico sobre a percepção dos diferentes atores, das conquistas e dos desafios no processo de avaliação da conformidade orgânica desenvolvido pelos SPGs brasileiros.

O capítulo 5 busca aprofundar a compreensão sobre o processo de tradução ocorrido no SPG Orgânicos Jequitinhonha, com foco na atuação dos colaboradores enquanto tradutores da metodologia para a realidade da agricultura familiar.

Nas considerações finais, apresenta-se uma reflexão da autora acerca dos principais achados da pesquisa, apontando os limites da pesquisa, além da indicação de temas e necessidade de futuras pesquisas.

## **2 SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG): INSTITUCIONALIZAÇÃO, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS**

---

Desde o surgimento da agricultura orgânica, agricultores e consumidores mundo afora têm demonstrado preocupação com a criação de sistemas de garantia da qualidade orgânica. As primeiras normas para uso de selos e rótulos foram desenvolvidas por iniciativa dos próprios agricultores que buscavam diferenciar o produto orgânico no mercado com o intuito de evitar fraudes e criar marcas para se estabelecer como produtor orgânico (MEIRELLES, 2003; CARTA DE TORRES, 2004; CARTA DE ANTÔNIO PRADO, 2007). Com o crescimento do mercado para produtos orgânicos e as exigências por garantias cada vez maiores, esses sistemas de garantia, inicialmente criados e desenvolvidos por iniciativa dos próprios agricultores, acabaram se transformando em um complexo mecanismo envolvendo leis, normas, credenciamentos e inspeções com fortes interesses comerciais que fogem ao interesse e compreensão dos agricultores orgânicos (MEIRELLES, 2003).

As experiências de sistemas de garantia orgânica envolvendo produtores e consumidores surgiram no Japão e na França, antes mesmo da regulamentação da agricultura orgânica iniciada na Europa (LOCONTO; HATANAKA, 2017; CUELLAR-PADILHA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Essas experiências que criaram padrões e normas para a produção, associado às práticas de controle social desenvolvidas pelos agricultores e consumidores na França e Japão na década de 1970, segundo alguns autores, deram origem às primeiras iniciativas de SPG (TORREMOCHA, 2012; LOCONTO; HATANAKA, 2017; CUELLAR-PADILHA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Apesar disso, quando esses países regulamentaram a agricultura orgânica definindo a certificação por auditoria como única forma de garantir a qualidade do produto orgânico, as organizações de agricultores desses países que já utilizavam de alguma forma a metodologia de controle social inerente do SPG aceitaram a certificação por auditoria como único sistema de dar garantias da qualidade orgânica, adequando suas práticas às exigências da certificação por auditoria.

Em quase todos os países da Europa onde havia organizações ligadas à produção de alimentos orgânicos e com um sistema de certificação participativa, este foi abandonado para se beneficiar do sistema regulamentado (TORREMOCHA, 2012 p. 2).

Com a regulamentação da agricultura orgânica na União Europeia e Estados Unidos da América, ao final da década de 1990, o governo brasileiro começou a sofrer pressões de alguns setores do movimento orgânico para regulamentação da agricultura orgânica no país (CUELLAR-PADILHA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; LAURINO; DIAS, 2020). Porém, diferentemente de outros países que adotaram o modelo europeu de certificação por auditoria como única forma de garantir a qualidade dos produtos orgânicos, no Brasil as organizações do movimento orgânico brasileiro com experiência em sistemas alternativos de avaliação da conformidade consideraram que a auditoria como única forma de certificação seria inadequada e excludente para a realidade da agricultura familiar brasileira (MEIRELLES, 2007). Nesse sentido, após um longo período de construção do marco legal, com participação ativa do movimento orgânico, o Brasil passou a reconhecer, por meio do Decreto 6.323 de 2007<sup>5</sup>, os Sistemas Participativos de Garantia como mecanismos legais de avaliação da conformidade. A experiência da “certificação participativa” da Cooperativa Coolméia (RS), que se espalhou por toda Região Sul do país, por meio da Rede Ecovida de Agroecologia, foi a principal referência para a descrição e o reconhecimento legal do SPG no Brasil e no mundo.

Dessa forma, pode-se afirmar que o SPG, conforme conhecemos, ou seja, um sistema alternativo à certificação por auditoria, teve sua origem no Brasil. A articulação com outros movimentos internacionais fortaleceu a experiência e o movimento orgânico brasileiro que participou ativamente da construção do marco legal da agricultura orgânica no país, sistematizando as diferentes práticas de controle social existente e fazendo com que as experiências de certificação participativa existentes fossem reconhecidas legalmente como um mecanismo de avaliação da conformidade no mesmo patamar das certificadoras. Pode-se considerar que foi a experiência brasileira que tornou o SPG conhecido e reconhecido mundialmente como uma metodologia credível de avaliação da conformidade orgânica, inspirando a legalização desse sistema em vários países. Segundo a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), os SPGs estão presentes em todos os continentes e têm demonstrado crescimento ano a ano. Atualmente, são identificados 223 SPGs em 76 países, com cerca de 550 mil agricultores envolvidos (WILLER *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que o termo Sistema Participativo de Garantia surgiu pela primeira vez no Seminário Internacional sobre Certificação Alternativa que ocorreu na cidade de Torres-RS em 2004. Esse evento, organizado pela IFOAM e pelo MAELA, reuniu 45 pessoas

---

<sup>5</sup> O Decreto 6.323 de 2007 regulamentou a Lei 10.831 de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica, na qual já se previa a aceitação dos diferentes sistemas de certificação existentes no país.

oriundas de 21 países dos 05 continentes com objetivo de conhecer e debater os pontos comuns das diversas experiências do mundo com certificação alternativa, buscando superar desafios e conferir maior legitimidade a esses métodos (CARTA DE TORRES, 2004; HOME *et al.*, 2017; IFOAM, 2019; MEIRELLES, 2020). A experiência brasileira com o processo de participação do movimento orgânico na construção da Lei 10.831/2003, resultando no reconhecimento dos diferentes sistemas de certificação existentes no país, foi ressaltada como um exemplo a ser seguido, fazendo com que os participantes do evento se comprometessem a exercer pressão nos seus governantes, para que a legislação dos seus países incorporasse conteúdo semelhante, assim como IFOAM e MAELA assumiram o compromisso de fomentar o assunto dentro das suas instâncias (CARTA DE TORRES, 2004; MEIRELLES, 2020).

Meirelles (2020) considera que o Seminário Internacional de Torres-RS em 2004 foi um marco para o avanço e reconhecimento do SPG enquanto mecanismo credível de avaliação da conformidade. Esse reconhecimento, em parte, se deve aos trabalhos de divulgação e sistematização dos SPGs a nível mundial que vem sendo desenvolvido pela IFOAM, que afirma reconhecer a plena diversidade da agricultura orgânica, incluindo os diferentes sistemas de garantia da qualidade (LOCONTO; HATANAKA, 2017). Com a realização do Seminário Internacional sobre Certificação Alternativa organizado pela IFOAM e MAELA em 2004 na cidade de Torres-RS, as diversas experiências com certificação participativa que aconteciam no Brasil e no mundo foram evidenciadas e sistematizadas a fim de apoiar o compromisso dos participantes e entidades em estimular processos de multiplicação, reconhecimentos legitimação e legalização dos SPG nos diferentes países (HIRATA, 2016; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

Na continuidade desse movimento, outros eventos foram organizados, especialmente pelo Centro Ecológico Ipê com o apoio do MAELA e IFOAM. Ressaltamos o Seminário Latino-americano sobre Sistemas Participativos de Garantia, que se deu em 2007 e novamente em 2009 na cidade de Antônio Prado-RS, no qual os participantes reafirmaram os compromissos assumidos em 2004 e criaram o Fórum Latino-Americano de SPG com o objetivo de ser um “espaço de intercâmbio político e técnico entre os sistemas participativos de garantia existentes no continente, buscando também o reconhecimento entre eles e sua visibilidade perante a sociedade” (CARTA DE PRINCÍPIOS DO FORO LATINO-AMERICANO DE SPG, 2009). Diversos países integram esse movimento: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai (HIRATA, 2016). O Fórum Brasileiro de SPG e OCS também foi constituído nessa

ocasião, envolvendo diversas organizações e redes do movimento orgânico defensores e adeptos da certificação participativa (HIRATA, 2016).

O conceito de SPG está muito relacionado às suas características e, conforme afirmado por Torremocha (2012), não é tão simples definir o que é um SPG, visto ser a diversidade sua principal característica. A definição mais utilizada na literatura internacional (KIRCHNER, 2014; HOME; NELSON, 2016; LOCONTO; HATANAKA, 2017; HOME *et al.*, 2017; KAUFMANN; VOLGL, 2017; CUELLAR-PADILHA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018; MONTEFRIO; JOHNSON, 2019) se refere ao conceito construído pela Força Tarefa Internacional dos SPGs, o qual foi adotado pela IFOAM.

Sistemas de Garantia Participativa (PGS) são sistemas de garantia de qualidade com foco local. Eles certificam os produtores com base na participação ativa das partes interessadas e são construídos sobre uma base de confiança, redes sociais e troca de conhecimento (IFOAM, 2008).

Apesar de ser um conceito muito utilizado e apropriado por abarcar as principais características do SPG como participação, confiança, redes sociais e troca de conhecimento, o fato de ressaltar o foco na garantia local, nem sempre se fará adequado. No Brasil esse conceito se relaciona melhor com as Organizações de Controle Social (OCS), que também podem ser consideradas um sistema participativo. Trata-se de um sistema de garantia da qualidade orgânica realizado por grupos de agricultores familiares cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para venda direta dos produtos da agricultura familiar. Por outro lado, os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC), estrutura que assume a responsabilidade legal pelas atividades de avaliação da conformidade dos SPGs, estabelece a garantia da qualidade orgânica com abrangência mais ampla.

O Fórum Latino-americano de SPG, um espaço de construção, diálogo e fortalecimento dos SPGs criado em 2009 na cidade de Antônio Prado-RS, utiliza um conceito muito semelhante ao da IFOAM, que tem sido muito utilizado, em especial na América Latina.

Sistemas Participativos de Garantia são sistemas de garantia de qualidade construídos a partir do empoderamento das comunidades. A certificação dos/as produtores/as baseia-se na ativa participação dos atores envolvidos e os sistemas são construídos fundamentando-se na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimentos (CARTA DE PRINCÍPIOS DO FORO LATINO-AMERICANO DE SPG, 2009).

Embora esse conceito se assemelhe à definição de SPG adotada pela IFOAM, ele não aborda a questão do foco local de atuação de um SPG e apresenta o termo de empoderamento das comunidades como base para construção de um SPG. Essa divergência em relação ao entendimento do foco local é expressada na carta de princípios, conforme descrevem Fonseca, Leite e Almeida (2020).

Os participantes concordaram que, para os mercados locais, as formas de certificação alternativa são muito adequadas. Entretanto, uma das determinações do Seminário era justamente buscar formas de reconhecimento e legitimação dessas estratégias de certificação para mercados que vão além do local (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020 p. 71).

Vale ressaltar que após 10 anos da constituição do Fórum Latino-Americano de SPG e da intenção expressa na carta de princípios em relação ao reconhecimento internacional dos SPGs, Brasil e Chile selaram acordo de equivalência das normas de produção e certificação orgânica, possibilitando assim a exportação e importação de produtos orgânicos entre esses países, inclusive aqueles certificados pelo sistema participativo.

Por fim, apresentamos também o conceito de SPG utilizado na legislação brasileira por meio do Decreto 6.323 de 2007, que regulamentou a Lei 10.831 de 2003 (BRASIL, 2003). Esse é o conceito mais conhecido e utilizado pelos autores brasileiros.

Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica é o conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007).

Esse conceito, assim como os demais, aborda a questão metodológica ao definir que a avaliação da conformidade é realizada de forma “participativa”, porém acrescenta a necessidade de que o conjunto de atividades seja desenvolvido dentro de uma “estrutura organizativa”. A questão organizacional é abordada nos conceitos anteriores como redes sociais.

Com base nesses conceitos, pode-se afirmar que um SPG é uma metodologia participativa de avaliação da conformidade utilizada por agricultores, consumidores, técnicos e instituições que, por meio das relações de confiança, participação ativa e colaboração mútua, se organizam em rede sociotécnica para garantir a qualidade orgânica. O termo “rede sociotécnica” é utilizado com base no entendimento da Teoria do Ator-Rede, para a qual tanto as pessoas quanto os artefatos tecnológicos fazem parte da construção da rede, desempenhando seus papéis nesse processo. As redes sociotécnicas constituídas para atuar

com a metodologia do SPG proporcionam benefícios aos seus membros que vão além do objetivo principal: a garantia da qualidade orgânica, o que faz com que o SPG possa ser visto como algo maior que uma metodologia.

Em geral, os conceitos de SPG são construídos com base nas suas características e valores relacionados às dimensões política, social ou ambiental. Loconto e Hatanaka (2017), referindo-se ao conceito de SPG adotado pela IFOAM, afirmam que o processo de avaliação da conformidade orgânica baseada na participação dos envolvidos promove a democratização do conhecimento, enquanto Montefrio e Johnson (2019) enfatizam que o SPG deve ser analisado como instituições políticas que se dedicam a reconstruir sua identidade, em especial no que tange à avaliação da conformidade, diferenciando da certificação por terceira parte. A concepção política, social e ambiental nas definições do SPG também é reforçada por Torremocha (2012) na afirmação que os SPGs são ferramentas para a troca de experiências e conhecimentos que se transformam em processos de construção social. A autora ainda afirma que os SPGs são sistemas de gestão para um bem comum e, portanto, considera que eles representam um instrumento ideal para a construção de uma agroecologia política, como forma de desenvolvimento simultâneo de práticas e políticas agroecológicas. Por fim, podemos perceber a expressão desses valores em Meirelles (2003), ao afirmar que sob a denominação de SPG se juntam diferentes metodologias de avaliação da conformidade que se baseiam na busca da maior participação possível de todos os atores interessados e em procedimentos adaptados às diferentes realidades socioculturais, tornando o SPG um instrumento necessário para possibilitar o acesso ao mercado por todos os (as) atores (as) envolvidos (as) na produção e consumo desses, sendo, além disto, uma ferramenta eficiente na construção de redes de conhecimento.

Na tentativa de consolidar e sistematizar as principais características e valores intrínsecos aos SPGs, o Fórum Latino-americano de SPG, com base nas diversas experiências compartilhadas nos seminários e encontros, em especial a experiência brasileira, escreveu a Carta de Princípios na qual, entre outras questões, foram definidos os princípios dos SPGs, que nada mais são que suas características comuns e essenciais para a garantia da credibilidade orgânica. Inicialmente cinco princípios foram sistematizados, sendo ainda hoje utilizados como referência para o bom funcionamento do SPG. O Fórum Brasileiro de SPG e OCS atualizou a carta de princípios com a inclusão de um novo princípio (equidade de gênero e geração), conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 01 – Princípios do Fórum Latino-americano de SPG

<b>Princípios</b>	<b>Descrição</b>
Participação e envolvimento	Os princípios e as normas de produção, bem como seu funcionamento, são gerados, apropriados, colocados em prática e verificados por meio do envolvimento efetivo dos interessados/as.
Transparência	Os envolvidos/as estão cientes do funcionamento do sistema e quem não está no sistema pode verificá-lo pessoalmente ou pelos registros.
Confiança	O sistema é a expressão da confiança entre os atores envolvidos, refletindo a capacidade das comunidades de demonstrarem a confiança por meio da aplicação de diferentes mecanismos sociais e culturais.
Autodeterminação	O sistema estimula e proporciona mecanismos para apoiar um desenvolvimento integral, em que a autonomia dos agricultores (as) seja fortalecida.
Diálogo de saberes	O sistema respeita, resgata e valoriza os diferentes saberes e culturas, estimulando sua integração.
Equidade de gênero e geração.	O sistema promove ações que busquem garantir reconhecimento, valorização e visibilidade das mulheres, bem como a equidade de gênero. Também estimula iniciativas de inclusão social, política, produtiva e econômica com respeito entre as gerações.

Fonte: Carta de Valinhos (2019).

O sexto princípio, equidade de gênero e geração, foi incorporado na ocasião do III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG em 2019 na cidade de Valinhos-SP demonstrando o caráter político e social dos SPGs. Conforme Fonseca, Leite e Almeida (2020), a inclusão da equidade de gênero e geração na carta de princípios demonstra que os SPGs estão atentos às demandas e mudanças ocorridas na sociedade.

Assim como a certificação por auditoria, o SPG também tem como objetivo garantir aos consumidores que o produto adquirido com o selo orgânico foi produzido de acordo com as normas permitidas para a produção orgânica, o que vai diferenciar esses dois sistemas é a sua abordagem (IFOAM, 2019). Essa abordagem, ou seja, o método adotado em cada mecanismo para realizar a avaliação da conformidade orgânica, tem relação direta com os princípios que cada mecanismo segue. Podemos afirmar que são os princípios do SPG que o diferenciam de uma certificadora. Além da garantia da qualidade orgânica, o SPG busca criar mecanismos e ferramentas para apoiar uma agricultura que promova o desenvolvimento sustentável, o empoderamento e a construção do conhecimento agroecológico, tendo a

confiança, a participação e a responsabilidade compartilhada como princípios básicos para a credibilidade do processo de avaliação da conformidade orgânica (HIRATA, 2016).

O SPG vai além de um simples sistema de certificação, pois incorpora em suas práticas de avaliação da conformidade os princípios orgânicos enquanto um compromisso coletivo (IFOAM, 2019). Nesse sentido, Hirata *et al.* (2019) afirmam que a avaliação da conformidade realizada por um SPG não pretende simplesmente emitir um selo para atender a uma exigência de mercado, a metodologia participativa utilizada para avaliar a conformidade orgânica busca promover o fortalecimento das organizações de agricultores e possibilita encontrar soluções para alcançar uma produção sustentável. Home *et al.* (2017) afirma que a participação e o envolvimento de agricultores e consumidores no processo de certificação e em atividades desenvolvidas pelas redes que ocorrem paralelo à avaliação da conformidade é o que garante a longevidade de um SPG e, ainda, a confiança é um princípio gerado pela interação e consiste na chave do sucesso de um SPG. Essa afirmação nos leva ao entendimento de que só existirá confiança se houver participação e, sem confiança e participação, um SPG está fadado ao fracasso, por isso são considerados princípios básicos do SPG.

## 2.1 ASPECTOS LEGAIS DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA NO BRASIL

Com o reconhecimento legal do SPG enquanto mecanismo credível de avaliação da conformidade, o Brasil ganhou destaque no movimento orgânico mundial, tanto pelo pioneirismo, como também pela ampla participação do movimento orgânico na construção do marco regulatório.

A Instrução Normativa do MAPA 19 de 2009 é o principal instrumento de normatização do SPG no Brasil. Segundo essa normativa, um SPG é composto pelos membros do sistema e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os membros do sistema são divididos em duas categorias: Fornecedores e Colaboradores. Enquadram como fornecedores todos os agricultores, processadores, extrativistas, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores, enfim, todos aqueles solicitantes da avaliação da conformidade. A categoria dos membros colaboradores é composta pelos consumidores, técnicos, organizações públicas ou privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações de representação de classe, com a função de contribuir para a geração da credibilidade por meio da sua participação ativa no SPG

(BRASIL, 2009). Os OPACs representam a instância do SPG que se responsabiliza pela interlocução formal com os órgãos fiscalizadores no que diz respeito às ações relacionadas à certificação participativa de um SPG. Enquanto Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), eles compõem, juntamente com as certificadoras por auditoria, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), responsável pelo selo oficial de produtos orgânicos.

As entidades como associações de agricultores, cooperativas, sindicatos ou outras entidades dessa natureza que estejam legalmente constituídas podem assumir a responsabilidade legal para atuação como OPAC num SPG. O estatuto e o regimento interno da entidade deverão constar com clareza a atribuição legal assumida, assim como as normas de gestão e funcionamento do OPAC. A estrutura organizacional de um OPAC deve ser formada por uma comissão de avaliação e um conselho de recursos que serão compostos pelos membros do SPG (BRASIL, 2009). Assim como as certificadoras, para proceder a avaliação da conformidade e autorizar o uso do selo oficial de orgânicos, os OPACs também precisam cumprir o protocolo de credenciamento no MAPA, porém, são dispensados da acreditação no INMETRO. Seu credenciamento é precedido por uma auditoria sob a responsabilidade da Coordenação de Produção Orgânica do Mapa (CPO), realizada após a tramitação de toda a documentação do SPG e do OPAC no MAPA. Para a solicitação do credenciamento do OPAC, o SPG deve protocolar na Superintendência Federal do MAPA no estado de atuação os seguintes documentos: definição dos escopos de atuação, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Opac, atos constitutivos (estatuto social, regimento e contrato social), manual de procedimentos operacionais do Opac, normas de produção orgânicas utilizadas e cadastro das unidades de produção acompanhadas.

Quando um SPG solicita o credenciamento do OPAC é sinal que já percorreu um longo caminho na construção dos processos de geração de credibilidade da qualidade orgânica que só é possível com uma base social organizada (HIRATA, 2016). O manual de procedimentos operacionais, assim como o regimento interno e o estatuto social são os documentos constitutivos de um OPAC, nos quais são estabelecidos os mecanismos de controle social e as normas que irão orientar o seu funcionamento. A estrutura mínima de um OPAC é formada por uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, porém alguns OPACs têm optado por outras instâncias para seu funcionamento, como conselho técnico, grupos de trabalho ou comissão de ética (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Para Kirchner (2014), a existência de uma regulamentação orgânica, assim como o tipo de apoio na constituição de um SPG e o estágio de desenvolvimento do setor orgânico

são fatores que influenciam a implementação e o funcionamento de um SPG. A adequação dos mecanismos de avaliação da conformidade às diferentes realidades em que um SPG se insere constitui uma necessidade para que os agricultores se apropriem e tenham autonomia em relação à condução do processo de avaliação da conformidade. O artigo 68 da IN 19 de 2009 define que “Os SPGs devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas” (BRASIL, 2009), o que pressupõe certa flexibilidade para o processo de avaliação da conformidade, o qual é essencial para garantir que aspectos culturais e sociais relevantes de uma comunidade sejam considerados (IFOAM, 2019).

Conforme salientado por Meirelles (2018), entender os SPGs como simples ferramenta de certificação para acesso ao mercado local pode ser uma ideia equivocada, visto que os OPACs utilizam-se de um conjunto de práticas e dinâmicas sociais que, além de garantir a conformidade orgânica, possibilitam aos membros do sistema uma elevada interação e soma de saberes, agregando conhecimentos práticos e técnicos, despertando curiosidades e estimulando os princípios agroecológicos e, como já mencionado, possibilitando também o acesso aos mercados indiretos.

Entre essas práticas e dinâmicas sociais que assumem o caráter de mecanismo de controle social podemos citar as visitas (de pares e verificação). As visitas de pares são realizadas entre os membros de um mesmo grupo e têm o objetivo de checar a conformidade dos processos de produção e/ou processamento de uma unidade que busca a certificação. Nas visitas de verificação, além dos membros do grupo, é desejável o olhar externo, ou seja, a presença dos colaboradores, consumidores e agricultores de outros grupos na composição da comissão de avaliação que é responsável pelas visitas às unidades de produção. Essa comissão tem acesso aos registros, instalações e documentos da unidade (BRASIL, 2009). Em ambos os mecanismos, a presença dos envolvidos busca primeiramente desenvolver os princípios dos SPGs, fortalecendo a confiança entre os membros, valorizando a participação, a transparência e especialmente buscando a troca de saberes. Soma-se também que os SPGs têm como características o controle social e a responsabilidade solidária. O controle social é feito por meio da participação direta de todos (as) nas ações coletivas para avaliar a conformidade orgânica. É essa participação ativa que gera a credibilidade do sistema, por isso é tão importante que todos participem. A responsabilidade solidária está presente no trabalho e no compromisso de todos para o cumprimento das exigências técnicas para a produção orgânica. Quando as exigências não são cumpridas por algum dos seus membros, todos igualmente se responsabilizam de forma solidária (BRASIL, 2009).

O SPG tem despertado interesse na comunidade científica e os aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos dessa metodologia de avaliação da conformidade têm sido objeto de estudo por pesquisadores de diversos países (TORREMOCHA, 2012; KIRCHNER, 2014; RADOMSKY; NIEDERLE; SCHNEIDER, 2014; HOME; NELSON, 2016; HIRATA, 2016, LOCONTO; HATANAKA, 2017; MONTEFRIO; JOHNSON, 2019; HIRATA *et al.*, 2019). Montefrio e Johnson (2019) afirmam que a maioria das publicações acadêmicas sobre SPG têm buscado compreender o funcionamento do sistema na prática visando indicar formas de melhor gerenciamento e governança para aproveitar melhor o potencial dessa metodologia. Seus estudos foram desenvolvidos nas Filipinas e adotaram uma abordagem política dos SPGs que buscou compreender como a política e os conflitos se manifestam nessas organizações. Loconto e Hatanaka (2017) por meio dos estudos realizados no Japão e Chile adotam uma abordagem ambiental em análise de como os SPGs instituem práticas para definir, medir e avaliar a sustentabilidade. Numa abordagem social e política sobre o SPG, Kirchner (2014) desenvolveu seu estudo voltado para o intercâmbio de saberes que ocorrem nos SPGs, analisando quais conhecimentos são compartilhados nas dinâmicas de funcionamento dos diversos SPGs existentes e como essa prática impacta a realidade dos agricultores. Buscando compreender os desafios envolvidos na construção de mercados orgânicos e agroecológicos, Radomsky, Niederle e Schneider (2014) adotam uma perspectiva econômica sobre o potencial de um SPG. O SPG enquanto ferramenta estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar local de base agroecológica é abordado por Torremocha (2012).

No Brasil, os estudos sobre SPG antecedem sua institucionalização<sup>6</sup>. A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil envolvendo análises sobre os diferentes sistemas de avaliação da conformidade existentes e o reconhecimento legal de sistemas alternativos à certificação por auditoria com base na experiência da certificação participativa em rede (Ecovida) foi pesquisada por diferentes autores que utilizaram distintas teorias para analisar o SPG. Em 2003, Medaets (2003) analisou os sistemas de certificação existentes na época e sua compatibilidade com a regulamentação da agricultura orgânica brasileira que se encontrava em implementação. Seu estudo foi desenvolvido a partir da experiência da certificação participativa em rede da Ecovida. Fonseca (2005), ao descrever e analisar o processo de institucionalização da agricultura orgânica no mundo e no Brasil, ressalta que o SPG, cuja regulamentação estava em curso no Brasil em 2005, pode ser uma forma adequada à realidade nacional, sem ferir acordos internacionais dos quais o país é signatário. Santos

---

<sup>6</sup> Ver Meirelles (2003); Medaets (2003); Fonseca (2005); Santos (2005).

(2005) também aborda a questão da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, analisando a experiência da certificação participativa em rede da Ecovida como alternativa à certificação por auditoria para a agricultura familiar.

Percebe-se, contudo, que muitos estudos sobre SPG, especialmente na década de 2000, foram concentrados na experiência da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>7</sup>, o que é justificado pelo pioneirismo com as práticas de certificação participativa além da sua conformação, a qual envolve milhares de famílias e centenas de organizações numa abrangência territorial compreendendo toda a Região Sul do Brasil. Com menor incidência, também podemos citar alguns estudos de caso sobre os SPG ABIO, ANC e Sul de Minas<sup>8</sup>. Atualmente o Brasil registra 27 SPGs com OPACs credenciados, o que evidencia a necessidade de mais estudos e outras abordagens sobre o SPG.

---

<sup>7</sup> Ver Oliveira (2004); Radomisky (2010); Issaguirre-Torres (2012); Radomisky, Nierdele e Schneider (2014).

<sup>8</sup> Ver Tassi (2011); Feres (2012); Codonho (2013); Oliveira (2014); Thomson (2014); Ribeiro (2015); Hirata (2016).

### 3. OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

---

A presente pesquisa tem abordagem de natureza qualitativa, considerada uma forma adequada para este tipo de trabalho, em que se busca compreender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON *et al.*, 1999). O objeto da pesquisa qualitativa é o universo da produção humana, ou seja, o mundo das relações, das representações e das intencionalidades (MINAYO, 2007). Nesse sentido, ao descrever o processo de construção e conformação das redes formadas pelos SPGs brasileiros, objetiva-se compreender as diversas relações, vínculos e associações que são estabelecidas pelos diferentes atores que integram essas redes.

A Teoria do Ator-Rede (TAR) foi utilizada enquanto orientação teórico-metodológica. Segundo Alcadipani e Hassard (2010), essa teoria, além de apresentar uma série de ferramentas analíticas para a produção do conhecimento a respeito das organizações ou outros fenômenos, oferece um ponto de vista singular no que diz respeito à postura do pesquisador ao ir a campo, o que faz com que essa teoria também seja vista como uma abordagem metodológica.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que busca compreender o processo de conformação e funcionamento dos SPGs brasileiros, bem como seus mecanismos de geração de credibilidade e os diferentes atores que compõem e constroem as redes. Nesse sentido, esta pesquisa assume a descrição como método de pesquisa. Para Latour (2012), descrever é sempre uma tarefa difícil e exige muito cuidado por parte do pesquisador, que deve encontrar a forma adequada para descrever uma situação dada.

#### 3.1 TEORIA DO ATOR-REDE

A Teoria do Ator-Rede (TAR), também denominada de Sociologia da Tradução ou Translação, tem sua origem nos estudos da Ciência e Tecnologia a partir dos trabalhos desenvolvidos por Michel Callon, Bruno Latour e John Law (ANDRADE, 2004; ANDRADE, 2013). É caracterizada como uma vertente contestatória das abordagens tradicionais da Sociologia que objetiva conhecer os processos que conduzem a construção e transformação de

redes sociotécnicas (DINIZ, 2009; ALCADIPANI; HASSARD, 2010; PINTO; DOMENICO, 2014; CAVALCANTE *et al.*, 2017). O conceito de rede sociotécnica utilizado pela TAR para designar os diferentes coletivos e associações formadas por elementos heterogêneos será aplicado neste trabalho ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), uma metodologia participativa de avaliação da conformidade orgânica desenvolvida por meio da organização e associações de diferentes atores.

A redefinição do social na TAR constitui um dos aspectos mais importantes da teoria, pois considera que “o social não é nada mais que redes de certos padrões heterogêneos” (LAW, 1992 p.2), sendo o conhecimento efeito da associação e ação de uma rede de atores, e não algo produzido por meio da operação de um método científico privilegiado (LAW, 2006). Nessa perspectiva, o social abandona a ideia de uma categoria ou um quadro que busca explicar as formações e as conformações do mundo (VALADÃO, 2014) e passa a ser entendido como um caminho de associações e interações com efeito temporário entre diversos elementos heterogêneos. Em outras palavras, o social deixa de ser uma categoria usada para explicar as redes e passa a ser explicado pelo estudo das próprias redes. O pesquisador deve então “aprender a transformar o que habitualmente serve de explicação naquilo que, ao contrário, deve ser explicado” (LATOUR, 2016 p. 17). Segundo Cavalcante *et al.* (2017), para se realizar uma pesquisa na perspectiva da TAR, é imprescindível que o pesquisador entenda o social como o resultado das associações constantes e imprevisíveis entre os atores. Assim, o pesquisador precisa acompanhar os atores nessas intervenções, conexões, negociações, deslocamentos e transformações, ou seja, seguir os rastros que os atores deixam por meio de suas atuações e deslocamentos nas redes.

Nesse sentido, seguindo as orientações preconizadas pela TAR, para compreender a conformação dos SPGs brasileiros e sua adequação à realidade da agricultura familiar, inicialmente fez-se necessário percorrer a trajetória de institucionalização dos SPGs no Brasil e posteriormente a expansão dessas redes. Isso significou identificar e seguir os diferentes atores, humanos e não humanos, no processo de translação que transformou uma experiência espontânea de certificação participativa em um reconhecido e complexo organismo de avaliação da conformidade denominado Sistema Participativo de Garantia. Esse processo que resultou no reconhecimento legal do SPG e, portanto, em complexos mecanismos regulamentados pelo governo, vem sendo transladado por meio de uma série de associações, intervenções e deslocamentos, os quais esta pesquisa buscou acompanhar por meio do “mantra latouriano” que se resume em seguir os atores.

Ao considerar o social ou o conhecimento como produto das associações de elementos heterogêneos, a TAR inclui os objetos como atores no processo de organização do social. Aí reside a singularidade dessa teoria: considerar humanos e não humanos como atores, ou seja, qualquer coisa que desempenhe um ato e modifique um *status* é considerado um ator (ALCADIPANI; TURETA, 2009; BRAGA; SUAREZ, 2018). Dessa forma, não se pode atribuir somente aos agricultores e colaboradores, ou seja, aos humanos, a construção dos SPGs no Brasil. Outros atores não humanos são identificados nessas redes, como as instituições que colaboram para a credibilidade do sistema, as auditorias do MAPA que influenciam a dinâmica e as regras do OPAC, o mercado de orgânicos, que muitas vezes influencia a escolha dos agricultores sobre o que plantar e até mesmo a legislação. Outro elemento que se manifesta por diversos momentos e modifica a realidade dos agricultores é o Plano de Manejo Orgânico, um mecanismo de geração de credibilidade que, muitas vezes, é determinante na produção e na concessão do próprio certificado dos agricultores. Para alguns, trata-se apenas de um planejamento que vai guiar seu manejo na lavoura, para outros, se configura como um documento ininteligível, que necessita de um tradutor ou mediador. Em cada nova associação ou interferência, outros atores vão surgindo no processo de construção do social. Esses são alguns elementos que se colocam na posição de atores do SPG na perspectiva da TAR.

Buscando evitar o uso da palavra ator para os elementos não humanos, os adeptos à TAR defendem o uso do termo “actante” para se referir a todos os elementos capazes de desempenhar um ato (LATOURE, 2012). Cavalcante *et al.* (2017) destacam que a utilização do termo actante se constitui numa forma de se libertar da ideia de pessoas ou ator-social puramente humanos e, assim, rediscutir a separação entre sujeito e objeto feita pela sociologia. Ainda assim, neste trabalho optou-se pelo termo “atores” em vez de “actante”, buscando aproximar mais a linguagem utilizada nos SPGs.

Callon (1986) ressalta 3 princípios metodológicos que o pesquisador deve se atentar nos estudos da TAR: agnosticismo, simetria e livre associação. O primeiro vem da palavra agnóstico e quer dizer sem conhecimento. Na perspectiva da TAR, significa que ao iniciar a realização dos trabalhos o pesquisador deve abandonar qualquer tipo de preconceito. Nas palavras de Callon (1986), além de assumir uma postura imparcial em relação ao conhecimento científico e argumentos tecnológicos dos diferentes atores, o observador também se abstém de censurar e julgar os atores quando eles falam de si mesmos ou do meio social e analisam a sociedade que os cerca, não sendo nenhum ponto de vista privilegiado e nenhuma interpretação censurada. Uma postura agnóstica, segundo Valadão (2014), permite

que o pesquisador abandone todas as distinções e julgamentos, a priori, entre eventos naturais e sociais, passando a assumir uma simetria generalizada, que é considerada por Callon o segundo princípio. A simetria generalizada trata do equilíbrio das forças e equilíbrio metodológico. Não significa tornar tudo igual, mas não projetar diferenças epistemológicas antes de ir a campo. Aplicar o princípio da simetria, conforme adverte Callon (1986 p.4), é não "mudar a forma de registrar os problemas estudados quando passamos do técnico para o social". Para a TAR, não existe distinção entre objetos e pessoas, pois o potencial de agir é inerente a qualquer entidade, sendo essa ação, o resultado de um processo contínuo de translações, conexões e negociações (LATOURET, 1999).

Alcadipani e Hassard (2010) afirmam que a TAR aplica a simetria para compreender situações complexas, descartando qualquer tipo de separação de elementos humanos e não humanos, sociais e técnicos. Conforme Oliveira e Valadão (2017):

Ao analisar a realidade de maneira simétrica, como pressupõe na TAR, os deslocamentos e as transformações decorrentes das associações são descritos a partir dos mesmos termos usados para todos os atores da rede. O social passa a ser descrito a partir dos próprios atores e não uma entidade dada a priori (OLIVEIRA; VALADÃO, 2017 pag. 896).

Assim, os sujeitos e objetos assumem o mesmo grau de importância, sendo considerados então pela TAR como actantes.

O terceiro princípio diz respeito à livre associação. Segundo Callon (1986), o observador deve seguir os atores a fim de identificar a maneira pela qual estes definem e associam os diferentes elementos pelos quais eles constroem e explicam seu mundo, seja ele social ou natural. Esse princípio permite ao pesquisador entender como cada ator se organiza e vai construindo as redes, de acordo com a sua realidade. É importante usar este entendimento para perceber e valorizar as experiências locais. No contexto de um SPG seria, por exemplo, cada um se organizar de acordo com suas necessidades e entendimento, buscando se associar e criar conexão com os diferentes atores de acordo com seus interesses.

A TAR é constituída de um vocabulário próprio e vasto, cujos conceitos devem ser entendidos para maior compreensão da teoria (ALCADIPANI; TURETA, 2009). O primeiro conceito-chave que devemos compreender é aquele que dá nome à teoria, o conceito de ator-rede. Tonelli (2016) chama a atenção para o hífen que liga os termos ator e rede que revela o propósito de representá-los como única unidade, afirmando que não pode existir ator sem que haja rede. O autor afirma ainda que "o ator só é ator porque ele adquire forma, significado e identidade na rede" (TONELLI, 2016, p. 379). Conforme concepção de LAW (1992):

Um ator é uma rede de certos padrões de relações heterogêneas, ou um efeito produzido por uma tal rede. O argumento é que pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro – todos atributos que nós normalmente atribuímos aos seres humanos, são produzidos em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre será, uma rede (LAW, 1992 p. 7, tradução nossa).

Outro conceito-chave para compreensão da TAR é a noção de redes. “Uma rede não é feita de fios de nylon, palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento” (LATOURE, 2012 p. 194). Quando um grupo de agricultores ou consumidores decide iniciar a constituição de um SPG, podemos afirmar que uma rede começa a ser traçada por meio das diversas associações e alianças que vão se estabelecendo de modo a permitir que o processo seja instalado. Organizações de agricultores apoiadas por técnicos, consumidores, instituições governamentais e não governamentais mediadas por leis, instruções normativas, regimentos e interesses pessoais estabelecem acordos e relações para construção do SPG. Diferentes atores vão surgindo e se associando, formando a rede. Além disso, existem as questões ambientais, sociais, culturais e políticas.

Assim, as redes nos remetem às associações, alianças e fluxos, nos quais os atores interferem e sofrem interferências constantes (LATOURE, 1994). Significa uma série de transformações, a síntese de interações por meio de vários tipos de esquemas, inscrições e formas dentro de um lócus pontual (LATOURE, 1999).

Uma rede pode ser entendida como um conjunto de associações entre agentes "humanos" e "não-humanos", que se encontram conectados entre si através de diferentes processos de tradução, formando arranjos que assumem diferentes conformações (SCHMITT, 2003, p. 68).

Os humanos e não humanos se associam formando as redes ou atores-rede em um processo contínuo de transformação de interesses denominados de tradução ou translação (LATOURE, 2012). Nesse sentido, as análises das redes devem adquirir uma perspectiva sociotécnica na qual a circulação nas tramas das redes se dá por meio de traduções. Assim, um SPG ao ser traduzido de um lugar para outro nunca será como a origem, a metodologia de mão em mão vai sendo traduzida e transformada por meio das redes sociotécnicas. Segundo Callon (1999) *apud* Silva (2005), a rede sociotécnica é definida como uma organização, composta por elementos heterogêneos, humanos e não humanos, individuais ou coletivos, que por meio da definição dos seus papéis, suas identidades e programas, são colocados em intermediação uns com os outros.

A complexidade dos arranjos e das associações que vão surgindo no dia a dia de uma organização de agricultores que adota o SPG como metodologia de avaliação da conformidade orgânica faz com que seja necessária uma abordagem sociotécnica na análise desse fenômeno. Na composição de um SPG, é preciso perceber outros elementos, além dos fornecedores e dos colaboradores que atuam enquanto atores que modificam e transformam a dinâmica e a realidade de um SPG. Ao ser regulamentado, o sistema se transformou em um intrincado mecanismo legal em que regulamentos, normativos, estatutos, formulários, fichas, planos e diários que fazem parte do dia a dia dos SPGs ganham centralidade tanto nos processos de auditoria que essas redes recebem ano a ano para que possam manter-se credenciadas no Ministério da Agricultura, quanto nas atividades diárias dos seus membros.

Na acepção de Callon (2008), durante muito tempo usamos o termo sociotécnico como quase sinônimo de redes sociais, porém o autor ressalta que diferentemente das redes sociais, que são configuradas por pontos e relações identificáveis, nas redes sociotécnicas, o que se quer conhecer são as traduções, o que é transportado entre os pontos, como são e de que maneira ocorrem os deslocamentos. Nas redes sociotécnicas, as associações se dão nos processos de geração e disseminação de determinadas tecnologias ou processo, por isso, conforme afirmação de Silva (2005), a construção de redes sociotécnicas depende da realização de traduções. Nesse sentido, interessa-nos compreender como ocorrem essas traduções na constituição dos SPGs enquanto redes sociotécnicas, como atuam os mediadores, o que eles transportam, quais efeitos causam nas organizações, quais tecnologias sociais estão sendo transportadas e como elas são modificadas de mão em mão. Assim, interessa-nos não só os atores da rede e os nós que a compõem, mas sobretudo os seus efeitos (CASTRO, 2008).

A tradução constitui um conceito central na TAR, sendo tão importante que a própria TAR também é conhecida por Sociologia da Tradução ou Translação, sendo seu precursor, o filósofo Michel Serres (CAMILLIS; ANTONELLO, 2016; TONELLI, 2016; CAVALCANTE *et al.*, 2017). O termo traduzir nos remete a ideia de comunicação, porém não significa uma operação meramente linguística, não significa transpor de uma linguagem para outra, traduzir um idioma, mas toda forma de recomposição de uma mensagem, de um fato ou uma informação (SILVA, 2005). Traduzir é o processo pelo qual, em nome de um objetivo comum, diferentes atores constroem sua rede de relações para transformar em realidade seu objetivo (ALCADIPANI; TURETA, 2009). Nas palavras de Latour (2016 p.28), “um determinado curso de ação é composto por uma série de desvios cuja interpretação, posteriormente, define uma defasagem que dá a medida da tradução”. Foi por meio da

tradução que a experiência de certificação participativa em rede originada na Rede Ecovida se transformou em SPG. A defasagem entre o que se conhecia por certificação participativa em rede e o que se conhece por SPG é a medida da tradução feita. Por meio de desvios e composições, a cada SPG constituído, a metodologia vai se transformando, modificando, deslocando, criando novas associações e composições, construindo a rede sociotécnica.

Tradução significa deslocamento, mediação, criação de vínculos e conexões que não existiam antes e que transformam e modificam as redes (LATOUR, 2000). Trata-se, portanto, de um processo de modificação dos interesses, no qual os atores surgem como representantes ou porta-vozes desses interesses. O interesse na constituição de um SPG, inicialmente, pode não ser o mesmo para todos os atores envolvidos, porém, durante o processo de constituição, esses interesses vão sendo negociados por meio dos seus porta-vozes e se conformando por meio dos desvios e associações ocorridas nesse processo de tradução.

Na análise de redes, a ideia de tradução procura se contrapor ao conceito de difusão (SCHMITT, 2003; SILVA, 2005; VALADÃO, 2014). O termo difusão é muito utilizado para apresentação de uma inovação tecnológica na concepção de transferência. Nesse sentido, vale lembrar o termo “transferência ou difusão tecnológica” tão comum nos centros de pesquisa brasileiros. Porém, conforme alerta Law (1992), na perspectiva da TAR, as tecnologias não se originam em um ponto e se espalham ou são transferidas para outro ponto, em vez disso, elas são aprovadas, passadas de mão em mão e, à medida que passam, elas são mudadas, transformadas. Para o autor, não existe difusão/transferência de tecnologia, existe translação ou tradução, que diz respeito ao deslocamento contínuo dos atores na rede durante o trabalho de mediação.

Analisando a expansão dos SPGs no Brasil, constata-se que tanto a Rede Ecovida, como também a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC) tiveram grande influência na constituição de vários SPGs do Brasil, por meio de consultorias, palestras e até mesmo fornecimento de documentos para que pudessem servir de referência na construção dos documentos constitutivos dos outros OPACs. Apesar disso, observamos que nenhum SPG é igual ao SPG da Ecovida ou da ANC. A metodologia ou a forma de avaliação da conformidade que foi reproduzida de uma organização para outra, à medida que foi transportada, foi também sendo modificada e transformada de acordo com a realidade e interesse. Ou seja, o jeito de fazer, a conformação de um SPG é única e depende tanto de quem se coloca no papel de mediador para fazer a tradução, quanto daqueles que vão interagir e, de acordo com seu interesse, adaptar a metodologia. A tradução modifica o que está sendo

transportado, deslocando de acordo com o interesse dos porta-vozes que atuam como mediadores e não intermediários. Nesse sentido, mediar se contrapõe a intermediar. Para Latour (2012), o intermediário é aquele que transporta significados ou forças sem transformação; definir suas entradas é suficiente para definir suas saídas, enquanto o mediador modifica o significado ou os elementos que ele supostamente carrega e suas entradas nunca são boas previsões de suas saídas. No processo de constituição de um SPG, inúmeros atores atuam como mediadores, podemos destacar aqui as lideranças dos agricultores, técnicos e assessores de ONGs, extensionistas, professores, rede de consumidores e até mesmo os auditores do Ministério da Agricultura.

A TAR não compreende os atores como intermediários que simplesmente transportam fatos aparentemente fechados e sem controvérsia alguma. Os atores são mediadores que fazem de todo fato um interior incerto e que envolve continuamente diferentes atuações, interpretações, pontos de vista e transformações (VALADÃO, 2014, p. 44).

Em um estudo sobre os *scallops* (vieiras, um tipo de moluscos bivalves marinhos) da Baía de St. Brieuc, Callon (1986) descreve o processo de tradução em quatro momentos que, segundo ele, podem se sobrepor e durante o qual é negociada a identidade dos atores, suas possíveis interações e as margens de manobra.

O primeiro momento é a problematização, ou como se tornar indispensável. Aqui surgem as questões iniciais que se desdobrarão no curso das ações. O tradutor ou o ator central que levanta a questão busca construir as alianças e definir o papel de cada ator, buscando respostas e convergências para a questão apresentada. “A problematização descreve um sistema de alianças, ou associações entre entidades, definindo as identidades e o que querem” (CAMILLIS; ANTONELLO, 2016, p. 68). Neste momento de definição dos atores e construção das alianças surgem os pontos de passagens obrigatórios (PPO). Segundo Silva (2005), o PPO representa a convergência entre os atores fundamentada em um acordo. Trata-se de um compromisso, do resultado das negociações que se constitui uma condição indispensável na continuidade da construção da rede. A proposta ou a demanda de constituir um SPG pode ser uma problematização apresentada por uma ONG, uma Instituição de Extensão ou de Ensino, assim como pelos próprios agricultores ou consumidores. O que o SPG poderia trazer de benefícios para os agricultores? Qual entidade deverá assumir a responsabilidade formal pelo OPAC? Quais entidades ou organizações de agricultores estarão envolvidas na fase de construção dos documentos constitutivos? Quais apoios precisaremos? Muitas questões podem ser feitas até a definição de constituir um SPG. Diversas opiniões e

interesses podem surgir nesse momento, quando será necessário estabelecer acordos e formar alianças para que o processo avance. São esses acordos e alianças que a TAR trata de desvios e composições no processo de translação. Esse primeiro momento no qual os atores buscam estabelecer alianças para fortalecer seus interesses é importante para que o segundo momento aconteça.

O segundo momento é o Interesse, ou interessamento. Segundo Latour (2016), o interesse (inter-esse) vem do latim e significa o que está situado entre duas coisas. Para o autor, os interesses não acontecem no início, pelo contrário, eles dependem das composições. Conforme destaca Callon (1986 p. 8), o interessamento é “o grupo de ações pelas quais uma entidade tenta impor e estabilizar a identidade dos outros atores que define através de sua problematização”, dito em outras palavras, está relacionado aos dispositivos utilizados para assegurar a participação dos atores identificados na problematização. O momento da translação, seguindo o nosso caso da constituição de um SPG, é o momento que os atores centrais apresentam, por exemplo, experiências bem-sucedidas, convidam pessoas de outros SPGs para dar depoimento ou promovem atividades de intercâmbio com outras redes. As composições e alianças definidas na problematização serão determinantes para garantir a adesão do maior número de atores e até mesmo estabelecer cronogramas e ações a serem desenvolvidas. Pode-se dizer que se trata de um processo em que se busca assegurar que os atores cumprirão a função que lhe foi atribuída (VALADÃO, 2014).

O terceiro momento é a inscrição. Significa como definir e coordenar as funções dos outros atores que foram definidos no momento da problematização. O dispositivo de interesse, segundo Callon (1986), não leva necessariamente a alianças. O interesse só atinge a inscrição se for bem-sucedido.

Não importa o quão constringente seja o dispositivo de captura, por mais convincente que seja o argumento, o sucesso nunca é garantido. Em outras palavras, o dispositivo de interesse não leva necessariamente a alianças, isto é, a matrícula real (CALLON, 1986 p. 10, tradução nossa).

Assim, a inscrição se constitui então como o momento da tradução, em que a associação se define por meio de *scripts* (manuais, protocolos, gráficos, regras, padrões, leis, entre outros), que se materializam em uma entidade de qualquer suporte (CAVALCANTE *et al.*, 2017), ou seja, tudo que possa objetivar a rede. O regimento interno, o estatuto, o manual de procedimentos ou até mesmo a atribuição de papéis acordados em uma reunião e registrado em ata podem ser as inscrições do processo de constituição de um SPG.

O quarto momento é a “mobilização”. Nesse momento são definidos os porta-vozes, aqueles que falam pela rede e vão representar grande número de atores.

No início da tradução, as posições entre os atores envolvidos são divergentes, mas ao seu fim um discurso as unifica e as coloca em relação de forma inteligível possibilitando compreender as vozes falando em uníssono e se compreendendo mutuamente (SILVA, 2005 p. 29).

Nessa fase, os atores se articulam para mobilizar o maior número de atores possível e torná-los móveis por meio de um porta-voz que represente os atores da rede. Após a constituição de um SPG, este passa a ter seus porta-vozes, ou seja, aqueles que vão representar todos os outros agricultores certificados e atores envolvidos na rede. Por meio desses porta-vozes, feiras são abertas, contratos de vendas são realizados, projetos são desenvolvidos e outras associações e alianças são construídas. A tradução é um processo, antes de ser um resultado (CALLON, 1986). Os quatro momentos deste processo nos ajudam na análise de construção de redes.

Para que as translações ocorram é preciso lidar com controvérsias, que, advindas de diferentes interesses dos actantes, antecedem a tradução (CERRETO; DOMENICO, 2016). Entende-se por controvérsia toda discordância, discussão, debate, posições contrárias ou questionamento que surgem durante o processo de tradução. Pode-se dizer que toda controvérsia objetiva a construção do fato científico que ainda não foi estabilizado. Assim, nas palavras de Latour (2016 p. 82), “o indiscutível provém do discutido”, sendo que o fato científico provém das controvérsias. Aquilo que hoje é tido como um fato foi exaustivamente discutido até chegar a um consenso e se tornar aceito por todos. As controvérsias possibilitam a discussão, o debate e a discordância. Desenvolver pesquisa na perspectiva da TAR é acompanhar esse movimento do início ao fim, seguir os atores e compreender como um fato científico parte de uma controvérsia e vai se deslocando na rede, por meio de desvios e associações até que o social seja reorganizado.

A TAR defende compreender a dinâmica social mediante a descrição das controvérsias que a constituem. Assim, para a TAR, é preciso descrever as controvérsias que forjaram a constituição e a conformação do SPG para que possamos compreendê-lo mais profundamente. Acompanhar e descrever as controvérsias de um SPG significa caminhar da jusante para montante, mapeando e descrevendo cada controvérsia que compuseram o processo de tradução. Compreender como o SPG foi reconhecido na legislação brasileira, por que o termo certificação participativa foi substituído por SPG, quais mecanismos de controle estão previstos nas instruções normativas e como cada SPG compreende e aplica esses

mecanismos são temas que, se hoje são indiscutíveis, não significa que sempre foi assim. A dinâmica de funcionamento de um SPG parte de controvérsias que, em algum momento, foram estabilizadas. A controvérsia ocorre antes de o fato científico ser estabilizado. Para Venturini (2010), as controvérsias são conflitos geradores do debate e, ao envolver todo tipo de ator, se mostram resistentes à redução da complexidade, sendo capazes de descrever o social em sua forma mais dinâmica.

A orientação para acompanhar e descrever esse movimento dos atores e os efeitos que decorrem desses vínculos é o que define a TAR também como uma referência metodológica. Seguir os passos dos actantes possibilitará ao pesquisador identificar e dar voz a todos os elementos, humanos e não humanos, que, de outra forma seriam invisibilizados. Vale ressaltar que no trabalho de seguir os atores, o pesquisador não deve definir de antemão quais são os atores da rede que pretende traçar, nem ordenar, a priori, as controvérsias travadas entre eles, decidir como resolvê-las ou buscar explicações (LOPES; QUEIROZ; MELO, 2014; CAVALCANTE *et al.*, 2017). Ao contrário, deve descrever como os elementos da rede se articulam e, só então, encontrar certo sentido de ordem nos dados coletados, tendo em vista que as definições se darão em campo.

Latour (2012) orienta o pesquisador em campo a considerar tudo como “dados”. O autor afirma que a melhor maneira de se produzir um bom relato é simplesmente não perder de vista todos os movimentos, mesmo aqueles que se referem à própria produção do relato. Nesse sentido, os próprios passos do pesquisador também devem ser considerados um dado. Assim, para não perder nenhum movimento, orienta a utilização de quatro instrumentos, manuais ou digitais, denominados cadernos. Pinto e Domenico (2014) resumem bem o uso de cada instrumento:

(a) o primeiro destina-se ao *log* da pesquisa, quando se documentam compromissos, reações das pessoas ao estudo, surpresas em campo; (b) o segundo faz a junção de informações em softwares ou cartões em ordem cronológica ou em categorias. Trata-se do registro efetivo daquilo que foi observado; (c) outro é reservado para redação livre, registrando ideias, parágrafos, metáforas e palavras em sentido figurado, sobre o entendimento dos dados obtidos, eliminando-se a separação de um momento para pesquisar e de reportar; (d) o quarto para registro dos efeitos das anotações nos atores (PINTO; DOMENICO, 2014 p. 4).

No entendimento de Castro (2008), a TAR é mais que um referencial para sustentar ou enquadrar um estudo, trata-se de um método, sobretudo descritivo, que deve ser seguido durante todo o processo de realização do trabalho: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e redação. Na obra “Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros

Sociedade Afora”, Latour (2000) define sete regras básicas que os pesquisadores da TAR devem seguir ao acompanhar as redes e os coletivos, sob risco de se perderem no caminho. Nessas regras, as controvérsias ganham centralidade para se desenvolver uma pesquisa na perspectiva da TAR. São as controvérsias que evidenciam os processos da construção do social, por isso são consideradas importantes nos estudos de redes. Quanto mais estabilizado estiver o fato, menos visível estará o social, ou seja, é por meio das controvérsias que a rede se torna visível. Latour (2016) exemplifica essa questão com a questão da “pane”. Quando um computador dá uma “pane” a rede se torna visível, ou seja, somente após a pane passamos a enxergar os diversos atores que atuam para que tudo funcione bem, mas, percebemos a existência e a importância dos dispositivos técnicos, de cada peça, do pessoal técnico que atua como atores desta rede que é formada por objetos e pessoas.

No SPG não pode ser diferente, e a orientação é estudar o tema enquanto “está quente”, ou seja, seguir as controvérsias. Os diversos atores se tornarão mais visíveis quanto menos estabilizada estiver a rede. Por exemplo, um PMO bem elaborado e do entendimento e compreensão de todos, não será objeto de discussão no SPG e se tornará invisível na rede. Basta uma auditoria do MAPA questionar quais são as instâncias de aprovação do PMO ou exigir maior detalhamento ou maior clareza no documento que ele passa a ser visto como um elemento da rede, ou como um actante, que modifica a rede. Essa controvérsia vai visibilizar os diferentes atores. O agricultor que apresenta dificuldades em compreender o modelo de plano exigido pelo OPAC, o técnico que elaborou o modelo baseado em seus conhecimentos e nas exigências da legislação, a legislação que exige que tais informações constem no PMO, os auditores do MAPA que cobram que a lei seja cumprida, enfim, a rede se torna visível. O termo controvérsias na TAR pode ser entendido como as situações de discordância dos atores, ou seja, são as ocasiões nas quais são evidenciados os movimentos cujos desdobramentos serão a consecução de um objetivo comum (CAVALCANTE *et al.*, 2017).

Segundo Nobre e Pedro (2010), durante o acompanhamento das controvérsias é importante que o pesquisador esteja atento para a extensão da rede que é construída por meio das associações e agenciamentos, ou seja, perceber que um ator é também um ator-rede.

A afirmação contida no referido conceito é que cada um dos “nós” que compõem a rede constitui um ator; este ator é, ao mesmo tempo, uma rede em si, já que se compõe a partir de conexões, e estabelece conexões outras além daquelas que estão em foco. Assim, pode-se asseverar que a recíproca também é verdadeira, ou seja, que aquilo que a princípio está sendo considerado como rede pode ser encarado como um ator (CASTRO, 2008 p. 12).

Nos estudos que utilizam a TAR como referencial teórico-metodológico, o pesquisador deve ter como foco seguir os atores e descrever os efeitos das suas associações (NOBRE; PEDRO, 2010). Apoiado nos escritos de Latour, Pedro (2008) aponta quatro movimentos que um pesquisador deve seguir no processo de descrever um relato:

1. Buscar uma porta de entrada – É preciso encontrar uma forma de “entrar na rede”, de começar a seguir os atores e, de algum modo, participar da dinâmica que seus movimentos permitem traçar.
2. Identificar os porta-vozes – Uma vez que da rede participam múltiplos actantes, humanos e não humanos, é preciso identificar aqueles que “falam pela rede” [...] Neste processo, vale ressaltar, não se pode deixar de tentar buscar as “vozes discordantes”.
3. Acessar os dispositivos de inscrição, ou seja, tudo o que possibilite uma exposição visual, de qualquer tipo, em textos e documentos, e que possibilitam “objetivar” a rede.
4. Mapear as associações entre os actantes. Trata-se aqui de delinear as relações que se estabelecem entre os diversos atores e que acabam por compor a rede (PEDRO, 2008 p. 12).

Esses quatro movimentos para se produzir um relato estão em consonância e reforçam os quatro movimentos da translação, definidos por Callon (1986), que são a problematização, o interessamento, a descrição e a mobilização, conforme abordado anteriormente. Assim, conforme afirmação de Nobre e Pedro (2010), os fatos científicos ou a realidade podem ser apontados pela descrição feita a partir dos rastros deixados pelos mediadores, cuja análise deve avançar lentamente, de tradução em tradução, objetivando a produção do relato. Os autores ainda ressaltam que o relato nada mais é do que outro mediador, uma vez que um texto nunca é um intermediário que simplesmente transporta sem modificar.

Enfim, Law (2006) recomenda que em vez de tentar explicar, falar ou resumir a TAR, que seja executada, pois ela é melhor entendida como algo que se faz e não como algo que se resume, ou seja, colocá-la em prática pode ser mais fácil que tentar resumi-la.

### 3.2 UNIVERSO PESQUISADO

A pesquisa se deu em duas etapas, sendo a primeira em âmbito nacional e a segunda no SPG Orgânicos Jequitinhonha. A primeira etapa teve como objetivo conhecer as diferentes experiências com SPG no Brasil e identificar os atores que atuam na construção das

redes e sustentam o funcionamento dos SPGs. Buscou-se conhecer o perfil dos agricultores certificados (homem, mulher, jovem, familiar, não familiar, assentado, indígena, quilombola) e entidades que atuam nas redes, assim como o papel que elas desenvolvem. Também buscou-se identificar as dinâmicas sociais e as normas de funcionamento, as práticas desenvolvidas para o controle social, enfim, todos os elementos existentes para o funcionamento dos SPGs. A segunda etapa consistiu num estudo de caso no SPG Orgânicos Jequitinhonha para aprofundar algumas questões sobre como se deu o processo de translação da metodologia de avaliação da conformidade, em especial, sobre como os mecanismos de controle social têm sido adaptados à realidade da agricultura familiar.

### 3.2.1 A pesquisa em âmbito nacional

Nesta etapa foram pesquisados 24 OPACs localizados respectivamente nas cinco regiões do território nacional (FIGURA 1).

Figura 01 – Mapa de localização da sede dos OPACs.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A porta de entrada para esta pesquisa foi a inserção no Fórum Brasileiro de SPG<sup>9</sup>. A articulação para o desenvolvimento da pesquisa de campo envolveu diversas organizações, dinâmicas e pessoas e só foi possível pelo fato de a pesquisadora se integrar ao movimento. O primeiro contato com o fórum se deu em 2013, porém, somente a partir de 2017, esse contato foi intensificado por meio da criação de um grupo de WhatsApp<sup>10</sup>, permitindo, assim, o acompanhamento de toda a discussão e da dinâmica dos SPGs em nível nacional. Atualmente, as principais discussões do Fórum têm ocorrido por meio dessa rede social e esporádicos encontros presenciais.

Durante o período da pesquisa, foi possível a participação em dois momentos presenciais que reuniram representantes de vários SPGs do Brasil. O primeiro ocorreu em junho de 2018, em Belo Horizonte-MG<sup>11</sup>, e tinha como principal objetivo definir questões sobre a realização do III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG. O segundo momento foi a participação no III Encontro que ocorreu em maio de 2019, na cidade de Valinhos-SP, onde foi possível apresentar o projeto de pesquisa<sup>12</sup> e articular algumas idas a campo.

A pesquisa de campo exigiu um planejamento sistemático, pois envolveu uma série de detalhes como viagens terrestres, passagens aéreas e traslado para o aeroporto<sup>13</sup>, além de compatibilizar a agenda da pesquisadora com a agenda das lideranças dos SPGs, buscando aproveitar a realização de alguma atividade dos OPACs.

No início de 2019, época dos preparativos para a pesquisa de campo, o Brasil contava com 24 SPGs com OPACs credenciados. O primeiro passo da programação da pesquisa de campo foi solicitar a autorização de cada OPAC. Essa ação se deu por meio de uma carta explicando os objetivos da pesquisa, assim como solicitando autorização para participar das atividades do OPAC, que porventura estivessem acontecendo na ocasião da visita, além da autorização para acesso aos seus documentos. Com exceção da Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX)<sup>14</sup>, a carta foi enviada para todos os SPGs com OPAC

---

<sup>9</sup> Constituído em 2009, o Fórum Brasileiro de SPG tem como objetivo ser um espaço de diálogo, troca de experiências e fortalecimento dos SPGs Brasileiros.

<sup>10</sup> Aplicativo que permite a criação de grupos de troca de mensagens escritas, áudios e vídeos por meio do aparelho celular.

<sup>11</sup> Esse encontro se deu na ocasião do IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia durante uma Oficina Autogestionada, denominada Encontro do Fórum Brasileiro de SPG e OCS.

<sup>12</sup> Projeto de Pesquisa aprovado no Conselho de Ética em 05 de abril de 2019, Parecer 3.246.843.

<sup>13</sup> As passagens aéreas tiveram o apoio do Ministério da Agricultura e os traslados do IFSULDEMINAS, em função de um Termo de Execução Descentralizado firmado entre as duas instituições que viabilizou a publicação do livro *Sistemas Participativos de Garantia: Histórias e Experiências*, tendo a pesquisadora como um dos organizadores.

<sup>14</sup> ATIX - Associação Terra Indígena do Xingu é um SPG formado somente por indígenas e fica no Alto Xingu. Infelizmente não foi possível incluí-lo pelas dificuldades burocráticas tanto da Fundação

credenciados até janeiro de 2019, além da Rede Xique Xique-RN e a Rede Plantar para a Vida-SE que, apesar de não estarem credenciadas nessa época, já estavam constituídas, aguardando somente a auditoria do MAPA, que ocorreu em novembro de 2019. Como tiveram conhecimento da pesquisa na ocasião do III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG e demonstraram interesse em participar, foram incluídas na pesquisa. Assim, 25 cartas foram enviadas e vários contatos por e-mail e telefone foram feitos a fim de obter a autorização formal para a pesquisa. A próxima etapa de programação da pesquisa de campo foi a construção de uma agenda de viagem. Dos 25 SPGs contactados, 24<sup>15</sup> autorizaram a pesquisa.

A agenda e a programação da viagem nos 24 SPGs foi construída em conjunto com seus representantes, levando em consideração a disponibilidade de agenda da pesquisadora e do OPAC. Visando otimizar o deslocamento e os recursos disponíveis para passagem aérea, a agenda foi construída com antecedência mínima de um mês e, quando possível, mais de um OPAC era visitado na mesma viagem.

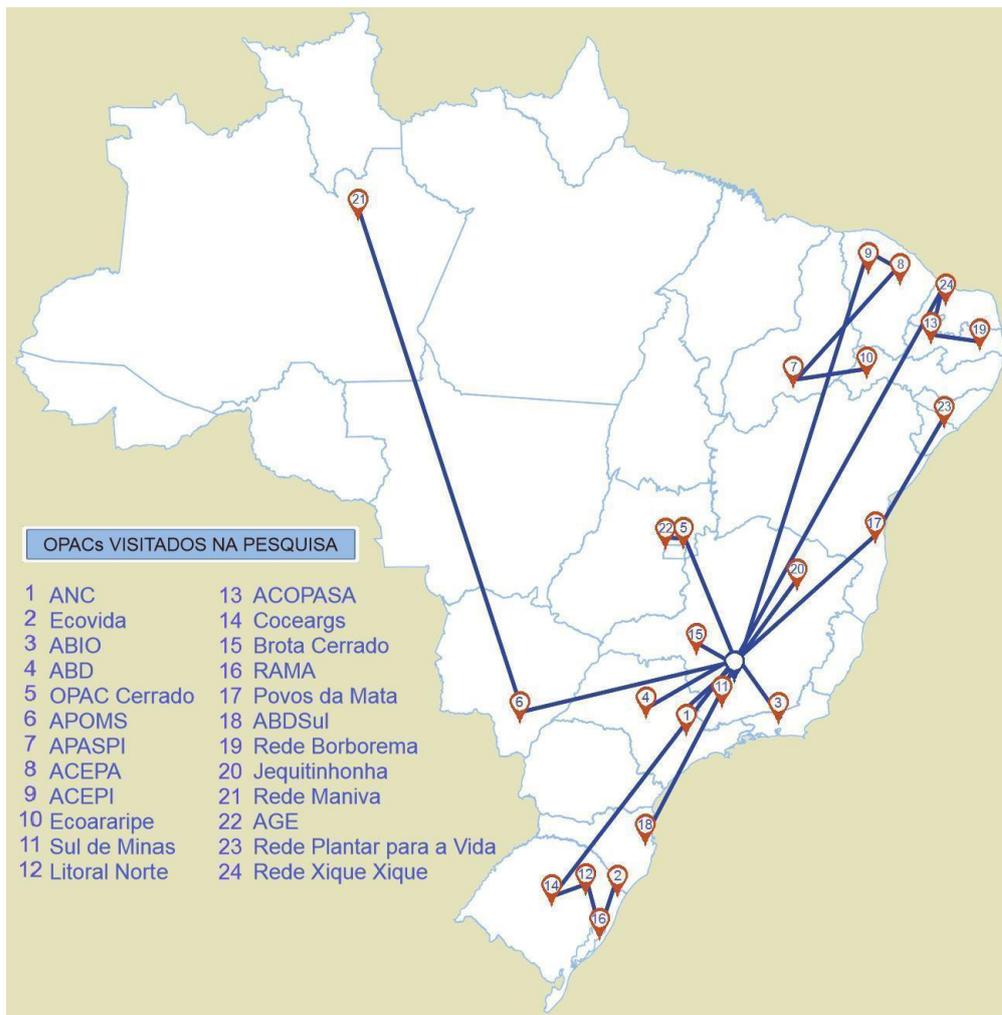
A primeira etapa da pesquisa de campo se deu entre fevereiro e outubro de 2019 e a segunda etapa em fevereiro de 2020. Foram 97 dias de viagem, uma média de 4 dias por OPAC. A Figura 2 e o Quadro 02 buscam representar o tempo e o trajeto percorrido no decorrer da pesquisa de campo.

---

Nacional do Índio (FUNAI), quanto do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) para o desenvolvimento de pesquisa em terra indígena e também pelos prazos estreitos para a realização dos trabalhos de campo, que foram avaliados como limitadores para a inclusão do SPG.

<sup>15</sup> O SPG CEDAC que fica em Goiânia-GO não disponibilizou agenda para a pesquisa, tampouco forneceu as informações solicitadas. Por isso não foi possível incluí-lo na pesquisa.

Figura 02 – Mapa do percurso realizado para o desenvolvimento da pesquisa nos OPACs.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quadro 02 – Período, SPG visitado, Duração das viagens, quilometragem percorrida em viagens terrestres, trajeto aéreo realizado para a realização da pesquisa de campo em 2019/2020.

Mês/ano	SPG Visitados	Duração das viagens incluindo deslocamento (dias)	km Percorrido em viagens terrestres (aproximado)	Trajeto aéreo
Fev./19	Orgânicos Jequitinhonha	6	2.000	-
Mar./19	ANC, Brota Cerrado e Sul de Minas	8	1.700	-

Abr./19	ABD e ABIO	8	2.000	-
Maio/19	Coceargs, Rama, Litoral Norte e Ecovida	12	2.000	São Paulo/Porto Alegre Porto Alegre/São Paulo
Jun./19	ABD Sul e Ecovida	7	800	Campinas/Florianópolis - Florianópolis/Campinas
Jul./19	SindiOrgânicos e AGE	5	200	São Paulo/Brasília Brasília/São Paulo
	Povos da Mata e Rede Plantar para a vida	10	1.400	São Paulo/Ilhéus Ilhéus/Aracaju Aracaju/São Paulo
Ago./19	ACEPA, ACEPI, APASPI, Ecoararipe	16	2.000	São Paulo/Fortaleza Fortaleza/Petrolina Petrolina/São Paulo
Set./19	Xique Xique, Acopasa, Borborema	11	1.300	São Paulo/Mossoró João Pessoa/São Paulo
	APOMS e Maniva	6	600	Campinas/Dourados Dourados/São Paulo São Paulo/Manaus Manaus/São Paulo
Fev./20	Orgânicos Jequitinhonha	8	2.000	-
<b>Total</b>		<b>97</b>	<b>16.000</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

### 3.2.2 Realizando a pesquisa de campo

Por uma questão de proximidade e facilidade de acesso, optou-se por iniciar a pesquisa na Região Sudeste. A pesquisa no SPG Orgânicos Jequitinhonha ocorreu em fevereiro de 2019, sendo a primeira a ser realizada. A sede do OPAC Orgânicos Jequitinhonha fica em Turmalina-MG, no nordeste do estado, cerca de 900 km de distância<sup>16</sup>, o que significa que foram percorridos em torno de 2.000 km nessa viagem que teve duração de 5 dias. Trata-se de um SPG formado exclusivamente por agricultores e agricultoras familiares e que tem o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) como principal

<sup>16</sup> Para calcularmos as distâncias percorridas, consideramos a cidade de Pouso Alegre, residência da pesquisadora, como ponto de referência.

colaborador e mediador das ações que envolvem o SPG. Toda a articulação para a realização da pesquisa foi intermediada por uma assessora técnica do CAV com a anuência do coordenador do OPAC, que é um agricultor familiar. A pesquisa no SPG Orgânicos Jequitinhonha teve a duração de 5 dias, incluindo o deslocamento terrestre. Foram entrevistados agricultores, agricultoras e assessores técnicos do CAV. Em fevereiro de 2020, o SPG Orgânicos Jequitinhonha foi novamente visitado para completar as informações, visto ter sido o SPG escolhido para o estudo de caso.

No mês de março/2019, outros 3 SPGs da Região Sudeste foram pesquisados: Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa (Brota Cerrado) e Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM). Com sede em Campinas-SP, a ANC atua na região do Leste Paulista e Sul de Minas Gerais. O agendamento e a programação para realização da pesquisa foram realizados diretamente na secretaria do OPAC e foram percorridos cerca de 460 km nesta pesquisa do SPG ANC. Nos SPGs Sul de Minas e Brota Cerrado, a visita foi conciliada com a participação em atividades do OPAC, permitindo encontrar e entrevistar vários agricultores e colaboradores reunidos. No SPG Brota Cerrado, a visita foi realizada nos dias 22 e 23 de março de 2019, ocasião da realização da assembleia de eleição da diretoria e planejamento das visitas de pares e visitas de verificação. A autorização para participação nas atividades, assim como os contatos para realização das entrevistas e levantamento das informações foram intermediados pela coordenadora do OPAC na época. Para realização da pesquisa no SPG Brota Cerrado, foram percorridos cerca de 1.200 km. O SPG Brota Cerrado tem sua sede em Uberlândia-MG e atua na região do Triângulo Mineiro, São Paulo e Santa Catarina. O SPG Sul de Minas, com sede em Inconfidentes-MG, tem atuação em cerca de 50 municípios da região do Sul de Minas. O curso de coordenadores, que ocorreu nos dias 27 e 28 de março, foi a atividade do OPAC acompanhada. A pesquisa documental e as entrevistas com os agricultores e colaboradores se iniciaram na ocasião desse curso e se estenderam ao longo do ano, visto a proximidade e facilidade de encontros em reuniões e visitas às unidades de produção, uma vez que a pesquisadora atua como membro colaboradora desse SPG. O SPG Sul de Minas conta com o IFSULDEMINAS e a Emater-MG como principais entidades colaboradoras e é formado por associações e cooperativas de agricultores.

As viagens para pesquisa na Região Sudeste finalizaram em abril, com a pesquisa no SPG da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) em Botucatu-SP e no SPG da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Na

ABD, o contato foi com o coordenador do OPAC, que ajudou na construção de uma agenda que contou com a participação em uma visita de verificação, visita à área de produção biodinâmica da ABD e unidades de produção dos agricultores, visita ao banco de sementes, entrevista com agricultores, colaboradores e equipe do OPAC. Foram percorridos cerca de 1.000 km e gastos 3 dias de pesquisa. O SPG ABD atua nos estados de SP e na região do Sul de Minas, tendo a agricultura biodinâmica e a preservação das sementes na centralidade das suas ações. Na ABIO, o contato foi realizado por meio da coordenadora do OPAC e da secretaria executiva. Foram percorridos cerca de 1.000 km em 5 dias de viagem, foi possível visitar 2 feiras livres (Teresópolis e Rio de Janeiro), entrevistar agricultores, colaboradores e equipe de gestão do OPAC. É o SPG com maior número de agricultores certificados da Região Sudeste, além de ser uma das mais antigas organizações do movimento orgânico brasileiro.

Finalizadas as visitas aos SPGs da Região Sudeste, iniciou-se a pesquisa na Região Sul, que ocorreu em maio e junho de 2019. Foram necessárias duas viagens aéreas, com duração de 19 dias no total. Na primeira viagem, que se deu em maio, foram visitados os SPGs da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama), OPAC Litoral Norte e Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida. Nessa viagem, que teve duração de 12 dias, foram percorridos cerca de 2.000 km via terrestre, além da viagem aérea com trajeto de Campinas-SP a Porto Alegre-RS. O SPG Coceargs foi o primeiro a ser visitado. O contato foi estabelecido com a coordenadora do OPAC na ocasião do III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG, que ocorreu em Valinhos-SP. A agenda na Coceargs envolveu entrevistas com a equipe de coordenação do OPAC, participação da Assembleia de eleição de diretoria da Bionatur, participação de um encontro de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), visita às cooperativas vinculadas à Coceargs, além de participação em um Seminário de Agroecologia. Atualmente, o SPG Coceargs é o único SPG do MST e reúne diversas cooperativas dos assentamentos do RS.

A pesquisa na Rama foi organizada com a presidente da rede e se deu por meio de entrevistas com a presidente, que também é agricultora, além de dois colaboradores. Também foi visitada uma feira em Porto Alegre onde participaram diversos agricultores e agricultoras da RAMA, oportunizando encontros e diálogos com esses membros do SPG. No SPG Litoral Norte, foram realizadas diversas entrevistas com agricultores e colaboradores dos municípios de Osório-RS e Terra de Areia. Toda a articulação foi realizada por meio de um membro fundador que já atuou como colaborador antes de se aposentar na Emater-RS. A pesquisa de

campo na Ecovida foi realizada em duas etapas. Nesta viagem, foi realizada a primeira etapa, quando foi visitada a sede do OPAC que fica em Três Cachoeiras-RS, o Centro Ecológico Ipê, que atua desde o início na formação da Rede Ecovida, entrevistando o atual presidente da rede, o secretário executivo e colaboradores. Na feira orgânica em Porto Alegre-RS, também foram entrevistados agricultores da Rede Ecovida.

Para finalizar a pesquisa de campo na Região Sul, foi realizada outra viagem em junho, com duração de 7 dias, com visita ao SPG da Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABDSul) e ao núcleo Serra Catarinense da Ecovida. Foram percorridos cerca de 800 km de carro, além do trajeto de São Paulo a Florianópolis que foi realizado via aérea. No SPG ABDSul, foram realizadas entrevistas com uma liderança do SPG, com a secretária, além de processadores e comercializadores. O contato foi feito diretamente com o presidente da Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul. A agricultura biodinâmica e a preservação de sementes, assim como no SPG ABD de Botucatu-SP, são temas centrais do SPG ABDSul. Ainda na Região Sul, foi realizada durante a viagem a segunda etapa da pesquisa de campo na Rede Ecovida, com duração de 3 dias, na qual foi possível conhecer algumas unidades de produção do Núcleo Litoral Catarinense. O contato e articulação para a realização dessa pesquisa de campo, a construção da programação para realização das visitas e entrevistas, além do suporte para o deslocamento foram realizados por uma agricultora que já atuou como coordenadora do núcleo.

No mês de julho, foi iniciada a pesquisa de campo nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Na Região Centro-Oeste, foram visitados 2 SPGs que têm sede em Brasília: o SPG Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal (SindiOrgânicos/OPAC Cerrado) e o SPG da Associação de Agricultura Ecológica (AGE). Foram 5 dias de viagem, em que foram percorridos cerca de 200 km de carro para visitar algumas unidades de produção. No SindiOrgânicos foram entrevistados a coordenadora do OPAC, que também foi a pessoa contactada desde o início para a organização da viagem e 3 membros fornecedores e foram acompanhadas 2 visitas de verificação, nas quais foi possível realizar a observação participante. O SindiOrgânicos é o único SPG no Brasil que tem um sindicato de orgânicos assumindo a responsabilidade do OPAC. Na AGE, foram entrevistados 3 agricultores fundadores da AGE que atuam como membros da diretoria. Também foi acompanhada uma feira de orgânicos da AGE e realizada uma visita em uma unidade de produção orgânica certificada pelo OPAC.

A pesquisa de campo na Região Nordeste ocorreu de julho a setembro de 2019, com 25 dias de duração, divididos em 3 viagens. Na primeira viagem foram visitadas o SPG

da Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa (Rede Povos da Mata-BA) e o SPG da Associação Plantar para a Vida de Certificação Participativa (Rede Plantar para a Vida-SE). Essa viagem teve duração de 10 dias e cerca de 1.400 km foram percorridos em viagem terrestre além das viagens aéreas (São Paulo/Salvador/Ilhéus/Recife/Aracaju). A pesquisa se iniciou na Rede Povos da Mata que está sediada em Itabuna e atua na região Sul da Bahia e também no território de Irecê. O contato e a articulação para a viagem, assim como ocorreu na Região Sul, também foi iniciado no III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG diretamente com um assessor técnico, membro colaborador e presidente da rede e mais um agricultor. Além da realização de algumas visitas às unidades de produção, também foi visitada uma feira na cidade de Itabuna que é organizada pela Rede Povos da Mata. O SPG Rede Plantar para a Vida também foi visitado durante essa viagem, porém ele ainda não tinha seu OPAC credenciado, fato que veio ocorrer em dezembro de 2019. Mesmo sem credenciamento, o SPG já estava funcionando, realizando visitas de avaliação da conformidade e construindo seus documentos. A viagem ao SPG Rede Plantar para a Vida ocorreu com o apoio e intermédio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), principal colaborador e financiador desse SPG.

A segunda viagem à Região Nordeste ocorreu em agosto com visita a 4 SPGs e duração de 16 dias de viagem, sendo dividida em duas etapas: na primeira etapa, foi realizado o seguinte percurso: Fortaleza - Quixeramobim - Nova Russas - Canindé - Fortaleza. Foram percorridos cerca de 1.000 km e pesquisados os SPGs da Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA-Quixeramobim) e Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns (ACEPI-Nova Russas). Essa etapa da viagem foi acompanhada e apoiada pela ONG Esplar, principal organização colaboradora dos dois SPGs, com quem foi feita a articulação e programação da viagem. Além de visitas às unidades de produção, sede dos OPACs, entrevista com colaboradores e agricultores, também houve um curso de capacitação oferecido por uma organização parceira. O curso ocorreu na cidade de Canindé-CE e contou com a participação dos agricultores dos dois SPGs (ACEPA e ACEPI), constituindo uma ótima oportunidade de conhecer melhor os agricultores, colaboradores e os desafios dos dois OPACs. Na segunda etapa dessa viagem, foram pesquisados os SPGs da Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), com sede em São Raimundo Nonato-PI, e da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (Ecoararipe), com sede em Ouricuri-PE. O trajeto contou com uma viagem aérea de Fortaleza-CE a Petrolina-PE e, a partir de Petrolina, transporte terrestre para São Raimundo Nonato, Ouricuri e Petrolina. Foram cerca de 1.000 km rodados nessa segunda

etapa, com duração de 9 dias para visitas às unidades de produção, feiras e entrevistas com os membros fornecedores e colaboradores dos dois SPGs.

Para encerrar a pesquisa de campo no Nordeste, uma terceira viagem foi realizada em setembro, com duração de 11 dias, e visita a 3 SPGs. A pesquisa de campo iniciou-se em Mossoró-RN na Associação de Comercialização Solidária Xique Xique (Rede Xique Xique), onde foram visitadas algumas unidades de produção, processamento e comercialização, além dos grupos de mulheres que iniciaram a formação da Rede, foram entrevistados agricultores e colaboradores. Na ocasião da pesquisa, o SPG se preparava para a primeira visita de auditoria do MAPA, que veio a ocorrer um mês após a pesquisa de campo. Na Rede Xique Xique, a pesquisa foi agendada por meio da presidente e apoiada por uma professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), que colaborou com a hospedagem e o transporte em Mossoró. Ainda no Rio Grande do Norte, a pesquisa de campo continuou no SPG da Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA), com sede em Umarizal-RN. Foram entrevistados e visitados agricultores do núcleo Apodi, assim como colaboradores da ONG Diaconia. A pesquisa de campo na Região Nordeste foi encerrada em Remígio-PB, sede do SPG da Associação dos Agricultores Agroecológicos do território da Borborema (Rede Borborema de Agroecologia). O contato para a pesquisa na ACOPASA e Rede Borborema foi intermediado por uma assessora técnica da ONG Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar (Arribaçã), colaboradora da Rede Borborema de Agroecologia. A Embrapa Algodão, também colaboradora dos SPGs na região Semiárida do Nordeste, viabilizou o transporte terrestre de Umarizal e Remígio. No SPG Rede Borborema de Agroecologia foi possível visitar algumas unidades de produção orgânicas certificadas, feiras e realizar entrevistas com agricultores e colaboradores. Ao todo foram percorridos nessa viagem cerca de 1.300 km, além das viagens aéreas cujo trajeto foi São Paulo - Mossoró e João Pessoa - São Paulo.

Na última viagem desta etapa da pesquisa de campo, com duração de 6 dias, foram visitados os dois últimos SPGs: O SPG Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS) da Região Centro-Oeste e o SPG Maniva, único SPG da Região Norte. O trajeto da viagem aérea foi São Paulo - Dourados - São Paulo - Manaus - São Paulo. A pesquisa na APOMS teve duração de 3 dias e cerca de 200 km percorridos. Na APOMS o contato foi estabelecido com um dos membros fundadores que organizou a agenda e viabilizou o deslocamento de uma atividade para outra. Foi possível entrevistar agricultores e colaboradores, conhecer os diversos projetos que o SPG tem desenvolvido em parceria com as

instituições de pesquisa, ensino e extensão, assim como visitar algumas unidades de produção, a sede da Cooperapoms e a feira onde os agricultores da APOMS comercializam a produção.

A pesquisa de campo foi encerrada na Região Norte com a visita ao SPG da Associação Maniva de Certificação Participativa (REMA/Maniva). Com sede em Manaus-AM, o SPG Maniva é o único da Região Norte e conta com o apoio da Rede Maniva, uma organização que integra um grande número de entidades governamentais e não governamentais. A articulação para a visita ao SPG foi iniciada em maio de 2019 na cidade de Valinhos-SP, durante o III Encontro do Fórum de SPG. Diante da dificuldade em conciliar a agenda, acabou sendo o último SPG a ser visitado. O apoio de alguns membros da Rede Maniva proporcionou o deslocamento de uma atividade para outra, possibilitando conhecer diversos agricultores e colaboradores que atuam no SPG, além de visitar uma das feiras organizadas pela Rede Maniva.

Finalizado esse primeiro momento da pesquisa com visita aos 24 OPACs, identificou-se a necessidade de aprofundar a compreensão em algumas questões em relação ao processo de avaliação da conformidade, em especial, sobre como os mecanismos de controle social têm sido adaptados à realidade da agricultura familiar. Nesse sentido, em fevereiro de 2020, foi realizada uma segunda etapa da pesquisa de campo por meio de um estudo de caso que ocorreu no SPG Orgânicos Jequitinhonha.

### 3.2.3 Caracterização do caso estudado

O estudo de caso aproxima ainda mais a pesquisa do campo empírico e é considerado um método privilegiado para promover uma análise aprofundada e detalhada da realidade estudada. Segundo Yin (2005), trata-se de uma investigação empírica que, dentro de um contexto da vida real, investiga um fenômeno contemporâneo baseando a investigação em várias fontes de evidências e se beneficiando do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Os registros da unidade de produção, em especial o Plano de Manejo Orgânico (PMO) e o caderno de campo utilizado pelos agricultores para os registros das atividades, constituíram a temática central da investigação do estudo de caso, visto terem sido elementos muito lembrados em todos os SPGs visitados. O PMO é um documento obrigatório pela legislação, que deve ser elaborado e aprovado pelo OPAC, contendo diversas informações como:

- croqui da unidade de produção discriminando as áreas, parcelas e as respectivas culturas;
- quantitativo da área a ser plantada ou de cada espécie vegetal ou animal;
- descrição geral do sistema de produção;
- formas de preparo do solo; manejo de plantas invasoras, insetos e doenças;
- insumos e sementes utilizados a origem deles;
- maneira que é feita a nutrição do solo ou dos animais;
- origem e controle da qualidade da água utilizada
- maneira que é feita a proteção ambiental;
- maneira como são feitas as barreiras, quando aplicável;
- descrição do processo da pós-colheita até a embalagem;
- descrição do plano de processamento, quando aplicável.

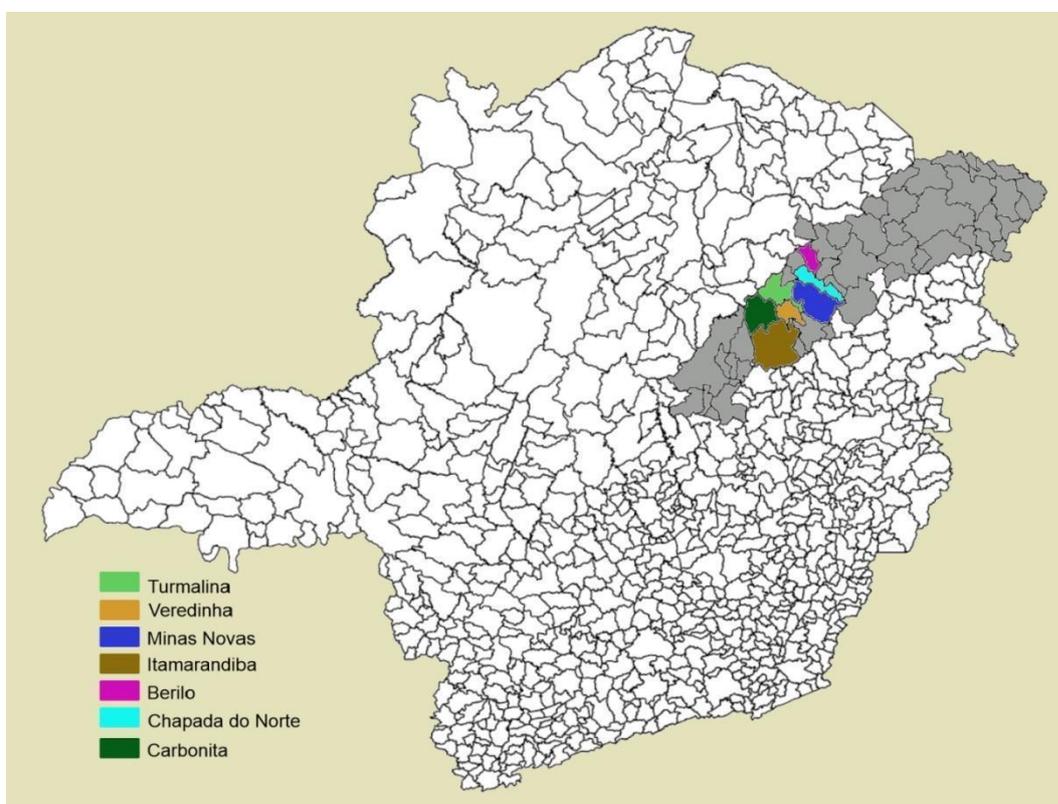
O caderno de campo dos agricultores, também conhecido por diário de campo, como o próprio nome já diz, é o caderno no qual os agricultores registram importantes informações para controle e rastreabilidade da produção, como: plantio, colheita, manejo, nutrição do solo, entradas e saídas.

Os critérios para a definição do OPAC Jequitinhonha para a realização da segunda etapa da pesquisa foram embasados nas seguintes características:

- Perfil dos Agricultores (100 % familiar), o que despertou o interesse em investigar quais adaptações foram feitas nos procedimentos para adequar à realidade dos agricultores;
- Número de agricultores certificados - na época de realização da pesquisa, o OPAC contava com 19 agricultores (as) certificados, organizados em 3 núcleos. Esse número, considerado pequeno em relação a outros OPACs, possibilitou contato e entrevista com a maioria dos agricultores;
- Existência de uma entidade colaboradora - O SPG Orgânicos Jequitinhonha tem o CAV como um membro colaborador muito ativo, que se responsabiliza por diversas ações de apoio administrativo e técnico. Essa é uma situação que se assemelha muito a outros SPGs;
- Pouco tempo de constituição do SPG e credenciamento do OPAC, o que significa que se encontra em processo de consolidação dos procedimentos e processo de tradução.

O SPG Orgânicos Jequitinhonha está localizado na região Nordeste de Minas Gerais no Alto Vale do Jequitinhonha (FIGURA 03) e tem seu OPAC vinculado à Associação de Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina (AFTUR). A AFTUR conta com a assessoria técnica do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), uma organização não governamental (ONG), fundada em 1994, com o objetivo de apoiar a agricultura familiar em questões relacionadas à produção agroecológica, acesso à água, relações de gênero, organização rural, feiras livres e acesso a políticas públicas. O SPG Orgânicos Jequitinhonha nasceu do interesse dos agricultores após conhecerem a experiência do Sul de Minas durante um intercâmbio organizado pelo CAV ao SPG Sul de Minas. A constituição do SPG na região, tendo o CAV como mediador e colaborador das ações, iniciou-se em 2015 e o credenciamento do OPAC ocorreu em 2017.

Figura 03 – Mapa do Estado de Minas Gerais com destaque para a região do Vale do Jequitinhonha e os municípios de atuação do SPG Orgânicos Jequitinhonha.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Na ocasião da pesquisa, o SPG Orgânicos Jequitinhonha possuía 19 agricultores certificados, organizados em 3 núcleos que se identificam pelo nome do município onde residem os agricultores: Veredinha, Minas Novas e Turmalina. A proposta é que esses núcleos

possam ser divididos em grupos, porém como o número de agricultores ainda é pequeno, cada núcleo tem somente um grupo.

### 3.3 A COLETA DE DADOS E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Latour (2012) afirma que a pesquisa de campo deve considerar tudo como um “dado”. Nesse sentido, os próprios passos do pesquisador também devem ser considerados um dado e por isso o autor orienta que o pesquisador se utilize de meios e instrumentos para que não se perca nenhum movimento. É nesse sentido que a utilização pela pesquisadora de um caderno de campo, fotografias, gravações de áudios e vídeos foram utilizados como instrumentos de coleta de dados contribuindo para que as informações, as impressões e as reações pudessem ser registradas, de forma a não perder nenhum detalhe.

Além do caderno de campo da pesquisadora, enquanto instrumento de coleta de dados, a pesquisa buscou conjugar as principais técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas, ou seja, pesquisa documental, questionário, entrevistas, observação participante e grupo focal.

A pesquisa documental teve seu início antes das idas a campo, uma vez que antes de cada viagem foi feito um contato por telefone para construir uma programação para o período da visita e nessa oportunidade foi solicitado o envio dos documentos do OPAC. O acesso prévio a esses documentos contribuiu tanto para otimizar o tempo de coleta de informações em campo, como também possibilitou confrontar as informações levantadas na documentação com a realidade observada e informações prestadas nas entrevistas. Conforme Godoy (1995), a pesquisa documental se configura como valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser utilizada como complementação de informação obtida de outras fontes para favorecer a compreensão do problema investigado. Infelizmente, nem sempre essa solicitação era atendida de imediato, porém em algum momento a solicitação foi atendida.

Os documentos pesquisados foram os regimentos internos, manuais de procedimentos operacionais dos OPACs, além dos relatórios de auditorias. O Regimento Interno e o manual de procedimentos operacionais são considerados documentos constitutivos do OPAC. Neles estão descritas todas as normas de funcionamento e gestão do OPAC, constituindo importantes fontes de informação para esta pesquisa. Os relatórios de auditoria são resultantes das visitas de uma equipe de auditores do MAPA (em geral três) a cada OPAC. A primeira visita de auditoria é para o credenciamento da entidade (da rede) como OPAC e após são realizadas visitas para manutenção do credenciamento que podem ser

anuais ou de acordo com agenda e determinação do MAPA. Nessas auditorias, a equipe de auditores confere os trabalhos das redes avaliando as condições delas para proceder a avaliação da conformidade orgânica em relação aos regulamentos estabelecidos pela legislação brasileira.

Após cada auditoria, é gerado um relatório, no qual os auditores descrevem as não conformidades documentais ou, nos procedimentos de visita, evidenciam os pontos fortes da rede, bem como os pontos a serem corrigidos, sob pena de descredenciamento. Esses relatórios ficam em poder das redes e do MAPA. Assim, a primeira tentativa foi conseguir os relatórios via Coordenação de Produção Orgânica (CPO) do MAPA, sendo feito um ofício solicitando o acesso. Porém esse acesso foi negado pela coordenadora da CPO, alegando que se tratava de um documento dos OPACs, não sendo possível o compartilhamento com outros. Após essa negativa, foram feitos os contatos com os responsáveis legais dos OPACs para a solicitação do envio dos relatórios, juntamente com os outros documentos. Eles se mostraram prontos a atender a solicitação. Apesar da prontidão demonstrada no início, devido às mudanças de pessoas na gestão ou coordenação dos OPACs, nem todos conseguiram enviar 100 % dos relatórios, entretanto o número de relatórios recebidos foi bastante significativo, representando cerca de 80 % de todos os relatórios emitidos pelo MAPA no período de 2010 a 2019. Ao todo foram 53 relatórios, uma média acima de 2 relatórios por OPAC. Na análise desses documentos, buscou-se conhecer mais profundamente o funcionamento e a estrutura dos OPACs, além da visão governamental em relação às fragilidades e pontos fortes das redes, permitindo confrontar diferentes fontes de informação.

O questionário consistiu em importante técnica de coleta de dados e possibilitou conhecer e compreender os aspectos fundamentais da gestão e do funcionamento dos OPACs. Ao todo foram aplicados 24 questionários com cerca de 40 questões divididas em 9 sessões: identificação, informação sobre os fornecedores, informações sobre os colaboradores, estrutura organizativa, estrutura física, sustentabilidade financeira, funcionamento do OPAC, comercialização e informações gerais (envolvendo dificuldades, pontos fortes e atividades desenvolvidas além da avaliação da conformidade). Em geral, os questionários foram respondidos pelos técnicos que atuam no apoio às questões administrativas ou por agricultores que ocupam cargos de coordenação.

Outra fonte de dados utilizada foi a entrevista. Trata-se de uma técnica muito utilizada nas pesquisas sociais, definida como uma conversa face a face entre o pesquisador e o entrevistado, podendo ser considerada uma forma de interação social (GIL, 2008). Optou-se pela utilização da entrevista não estruturada, que, segundo Richardson *et al.* (1999), é uma

técnica de entrevista em profundidade que não se limita a responder perguntas elaboradas, e sim obter informações, percepções e motivações sobre um determinado assunto por meio de uma conversa guiada. Participaram das entrevistas agricultores, colaboradores e assessores técnicos dos OPACs. Não houve uma seleção prévia ou escolha dos entrevistados e, em geral, as próprias lideranças (agricultores ou técnicos) de cada OPAC indicavam quem deveria participar pelo conhecimento e atuação nas atividades e cargos no OPAC.

Também foram entrevistados 4 atores que participaram ativamente do processo de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil e de reconhecimento legal do SPG. São eles: um servidor do Ministério da Agricultura, 2 participantes do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), sendo uma pesquisadora e um agricultor, além de 1 membro da Rede Ecovida que atuou na época como representante do Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA) e teve grande influência na construção e sistematização do processo de reconhecimento do SPG no Brasil e em vários países. Essas entrevistas buscaram conhecer as controvérsias e translações ocorridas no período de institucionalização do SPG, buscando compreender as relações entre a estrutura pensada e implementada pelos SPGs.

Ao todo foram realizadas 87 entrevistas, sendo 53 com agricultores (as) e 34 com colaboradores e assessores técnicos. Com autorização prévia dos entrevistados, todas as entrevistas foram gravadas, o que permitiu captar de maneira fiel a fala de todos os entrevistados. Todas as entrevistas foram transcritas e organizadas por SPG, por região e por categoria (agricultor e colaborador) de forma a facilitar sua utilização.

Buscou-se com as entrevistas compreender como se deu a constituição do SPG, a percepção dos atores sobre a motivação para participar no SPG, benefícios proporcionados pelo processo participativo, mecanismos de controle utilizados, atuação dos colaboradores, dificuldades e limites enfrentados no sistema participativo. Também buscou-se confirmar as informações observadas em campo e obtidas por meio da pesquisa documental.

Além das entrevistas individuais, em alguns SPGs<sup>17</sup>, foi possível realizar Grupos Focais, uma técnica bastante utilizada em pesquisas qualitativas quando se deseja investigar com profundidade a percepção de um grupo sobre determinado tema (GIL, 2008). Apesar da orientação para a realização da técnica do grupo focal ser entre 6 e 12 participantes, nem sempre essa orientação pôde ser atendida em função das circunstâncias e, nesta pesquisa, o número de participantes variou de 3 a 18, com duração de 1 a 3 horas.

---

<sup>17</sup> Rede Plantar para a Vida, Rede Borborema de Agroecologia, Rede Maniva, ACOPASA, Litoral Norte, Ecovida, Rede Xique Xique, Ecoarripe, APASPI e ABD.

O objetivo no uso do grupo focal foi compreender a percepção dos agricultores acerca do SPG. Assim, os grupos focais iniciavam com questões gerais que iam sendo detalhadas no decorrer do tempo. As questões utilizadas nos grupos focais foram: O que significa participar de um SPG? Quais benefícios o SPG promove além da certificação? Quais os principais desafios em fazer parte do SPG? Como tem sido o papel dos colaboradores? A condução dos grupos focais se deu pela própria pesquisadora que, com autorização dos participantes, utilizou um gravador para que as anotações pudessem ser complementadas posteriormente com a transcrição.

Durante a realização da pesquisa em cada SPG, além do questionário e entrevistas, também foi possível, em quase todos os OPACs, conhecer uma experiência em campo, como unidades de produção, feiras, visitas de pares e até mesmo participar de cursos de formação ministrados aos agricultores. Assim, foi possível realizar a observação participante, técnica que possibilita conhecer, confirmar informações, além de proporcionar uma visão mais detalhada da realidade por meio da interação com o meio (QUEIROZ *et al.*, 2007).

Outro espaço privilegiado no qual foi possível realizar a observação participante foi o III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG realizado em Valinhos-SP em maio de 2019. O encontro teve duração de 3 dias e a participação de 60 pessoas que representaram 16 SPG/OPACs brasileiros. O uso do caderno de campo da pesquisadora, gravador e fotografias permitiu registrar diferentes percepções, reações e informações durante os momentos vivenciados nas atividades por meio da técnica de observação participante.

### 3.4 COLETA DE DADOS NO ESTUDO DE CASO

No estudo de caso, foram utilizados os mesmos instrumentos de coleta de dados da primeira etapa, ou seja, caderno de campo da pesquisadora, pesquisa documental, questionário, observação participante, entrevistas e grupo focal. Para a pesquisa documental, utilizaram-se, além dos documentos da primeira etapa, dos relatórios de um projeto de monitoramento da renda dos agricultores orgânicos desenvolvido pelo CAV. Esse relatório possibilitou conhecer melhor o trabalho dos colaboradores e o impacto do SPG na renda dos agricultores orgânicos. De um total de 19 agricultores certificados, 16 tiveram disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Inicialmente foi aplicado um questionário buscando conhecer o perfil dos agricultores participantes do SPG Orgânicos Jequitinhonha. O questionário abordou questões como: idade, escolaridade, número de filhos, tempo na

produção agroecológica e tempo de certificação, além dos dados sobre tamanho da área e culturas, principais canais de comercialização utilizados e aspectos relacionados aos benefícios e desafios em participar de um SPG.

O grupo focal foi priorizado enquanto técnica de coleta de dados nessa segunda fase por possibilitar uma reflexão coletiva sobre a questão abordada, que, no caso, foi sobre o sentido das anotações e o PMO enquanto mecanismo de garantia de qualidade orgânica. Foram realizados três grupos focais, sendo um em cada núcleo do OPAC Orgânicos Jequitinhonha: Veredinha, Minas Novas e Turmalina, tendo uma média de 8 agricultores em cada. A duração variou de 2 a 3 horas e o processo foi conduzido pela pesquisadora com a ajuda de duas pessoas que cuidaram das anotações e gravação.

A entrevista foi utilizada para conhecer mais o trabalho dos colaboradores (em especial do CAV) assim como compreender como se deu o processo de constituição do SPG Orgânicos Jequitinhonha. Ao todo foram entrevistadas 6 pessoas, sendo 5 colaboradores e um agricultor, coordenador do OPAC.

A observação participante se deu durante os momentos de visitas às unidades de produção e às feiras livres visitadas em Turmalina, Minas Novas e Veredinha, possibilitando conhecer melhor as práticas e dinâmica de funcionamento do OPAC.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, seguindo a natureza da pesquisa, foi fundamentalmente qualitativa. Os dados coletados foram analisados e interpretados tendo como base as diferentes fontes de informação: pesquisa documental, as entrevistas, a observação participante e o caderno de campo.

Por meio da pesquisa documental realizada na primeira etapa, que abrangeu 24 OPACs, foi possível reunir um grande volume de documentos e informações importantes para o objetivo desta pesquisa. Foram 22 Regimentos Internos, 22 Manuais de procedimentos operacionais e 53 relatórios de auditoria do MAPA. Além disso, em alguns OPACs, a pesquisadora também teve acesso a outros documentos como estatuto, modelo de Plano de Manejo Orgânico e formulários de visitas, os quais foram utilizados para confirmar alguma informação obtida por outra fonte.

Segundo Gil (2008), a análise dos dados tem como objetivo “organizar e sumarizar os dados de forma tal que permita o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Assim, iniciando pelos regimentos internos e manuais de

procedimentos, procedeu-se a uma pré-análise sobre quais informações seriam relevantes para a pesquisa. Após essa pré-análise, que se deu por meio de uma leitura de todos os documentos, as informações sobre os mecanismos de controle utilizados (visitas, reuniões e registros) e estrutura organizativa do OPAC (comissões, conselhos, comitês e grupo de trabalho) foram selecionadas por serem consideradas as mais relevantes para o propósito da pesquisa. Assim, essas informações foram sumarizadas e, posteriormente, utilizadas para confirmar as informações oriundas de outras fontes buscando compreender a dinâmica de funcionamento dos SPGs.

Em relação aos relatórios de auditoria do MAPA, utilizou-se do software Atlas.ti® (FRIESE, 2019), um programa de computador criado para apoiar o pesquisador a organizar, sumarizar e criar categorias ou códigos como forma de ajudar na análise e interpretação dos dados obtidos. Esses relatórios foram considerados essenciais para a compreensão dos SPGs, pois possibilitou conhecer a visão dos auditores sobre os pontos fortes, assim como as fragilidades ou não conformidades encontradas no decorrer de 9 anos de auditoria.

Para a análise das informações contidas nos relatórios, o software Atlas.ti® foi utilizado para organização, codificação e visualização das interações dos dados de pesquisas qualitativas. Assim, com apoio do Atlas.ti®, após a leitura de todos os relatórios, estes foram organizados por OPAC, por ano e codificados. Essa codificação consistiu em identificar trechos do relatório de interesse para a pesquisa por meio de códigos, que depois foram reunidos em grupo de códigos, facilitando a organização dos dados para posterior análise. O Quadro 03 e o Quadro 04 apresentam os grupos de códigos e códigos criados em relação aos pontos fortes e às fragilidades ou não conformidades apontadas nos relatórios de auditoria.

Quadro 03 – Grupos de códigos e códigos criados em relação aos pontos fortes apontados nos relatórios de auditoria analisados.

<b>Grupo de Códigos</b>	<b>Funcionamento</b>	<b>Comprometimento e seriedade</b>	<b>Participação de Membros colaboradores</b>	<b>Formação dos Membros</b>	<b>Presença dos Princípios</b>
Códigos	- Procedimento, - Organização documental, controle social, registros e análise de riscos	comprometimento da diretoria, disposição em corrigir falhas, comprometimento com os princípios da	Envolvimento e ação de entidades colaboradoras, parcerias fortes e atuantes,	Capacitação da equipe técnica do OPAC, capacitação continuada para fornecedores	Participação, troca de experiências, horizontalidade, confiança e equidade de gênero e

		AO e Agroecologia			geração.
--	--	-------------------	--	--	----------

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Quadro 04 – Grupos de códigos e códigos criados em relação às fragilidades ou não conformidades apontadas nos relatórios de auditoria analisados.

<b>Grupo de Códigos</b>	<b>Não conformidade documental</b>	<b>Procedimento de avaliação da conformidade</b>	<b>Gestão do OPAC</b>
Códigos	Certificado de Conformidade Orgânica; Plano de Manejo Orgânico, croqui; documentos constitutivos; documentos e registros para rastreabilidade dos produtos; formulários e termos	Visitas de pares e de verificação, comissão de avaliação, insumos em desacordo, análises de riscos, agroindústria/processamento, produção paralela, qualidade da água, decisão da conformidade.	CNPO - SigOrgWeb (Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica) - desatualizado, organização dos documentos, cumprimento das determinações do MAPA, acesso à legislação e normas do OPAC, monitoramento e tratamento das não conformidades, administração do OPAC

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A organização e a codificação dos dados por meio do Atlas.ti® possibilitou melhor análise das informações e evidenciou os principais aspectos relacionados aos SPGs tidos como relevantes para os auditores do MAPA.

O Atlas.ti® também foi utilizado para organização e codificação das entrevistas que após transcritas foram separadas em 2 grupos: Agricultores e Colaboradores. Essa organização ajudou na etapa seguinte, a codificação. A ação de codificar consiste em ler cada entrevista e identificar os trechos comentados pelos entrevistados que são de interesse da pesquisa e nomeá-los de acordo com o assunto abordado. Assim como foi realizado com os relatórios de auditoria, após essa codificação inicial, os códigos foram reunidos em grupo de códigos, para facilitar a visualização e posterior análise das informações. Os Quadros 05 e 06 apresentam os grupos de códigos e códigos criados para as entrevistas dos colaboradores e agricultores.

Quadro 05 – Grupo de código e código das entrevistas com os colaboradores.

<b>Entrevista com colaboradores</b>	
Grupo de Código	Códigos
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefício em fazer parte de um SPG</li> <li>- Ações desempenhadas no SPG</li> <li>- autonomia x independência</li> <li>- Dificuldades da ATER</li> <li>- Projetos e Parcerias</li> <li>- Relação Colaborador x agricultor</li> </ul>
Desafios/dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia dos grupos</li> <li>- Autonomia x independência</li> <li>- Exigências equivocadas</li> <li>- Dificuldades de ATER</li> <li>- Desafios da produção orgânica</li> <li>- Fragilidades do MAPA</li> <li>- Desafios em participar do SPG</li> </ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia dos grupos</li> <li>- Autonomia x independência</li> <li>- conselho de recursos</li> <li>- Dinâmica dos grupos</li> <li>- Funcionamento</li> <li>- Metodologia da reunião</li> <li>- Custos da certificação participativa</li> <li>- Troca de experiências</li> </ul>
Potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios</li> <li>- Juventude</li> <li>- Mulheres</li> <li>- Troca de experiências</li> <li>- Sementes</li> </ul>
Registros e Documentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Manejo Orgânico</li> <li>- Diários de Campo dos agricultores</li> </ul>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Quadro 06 – Grupo de código e código das entrevistas com os Agricultores

<b>Entrevista com Agricultores</b>	
Grupo de Código	Códigos
Motivação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso ao mercado</li> <li>- Troca de experiências</li> <li>- Baixo custo</li> <li>- Interação</li> <li>- Apoio para produção</li> </ul>

Importância dos Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de Projetos para captação de recursos</li> <li>- Apoio técnico</li> <li>- Apoio Administrativo</li> <li>- Cursos</li> </ul>
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso a mercados</li> <li>- Segurança alimentar</li> <li>- Melhoria da autoestima/valorização de saberes)</li> <li>- Troca de experiências/conhecimento</li> <li>- Valorização das mulheres</li> </ul>
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registros</li> <li>- Excesso de papel</li> <li>- Participação efetiva</li> <li>- Assistência técnica</li> </ul>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Após essa organização e codificação dos dados da pesquisa no Atlas.ti®, o software permite a elaboração de um relatório com os trechos codificados, o que auxilia na análise dos dados. Ressalta-se que o software não analisa os dados, e sim auxilia na organização, sistematização e visualização das relações dos dados para a análise. A pesquisa buscou analisar a realidade dos SPGs com base nas diversas fontes de informações e dados que são produzidos por meio de diferentes tipos de atores.

As informações dos questionários foram organizadas por meio de planilhas do Excel e depois sistematizadas por tema (dados dos agricultores, dados dos colaboradores, estrutura do OPAC, custos do OPAC, comercialização, dificuldades). Após a organização, sistematização e seleção das informações nas planilhas, essas foram inseridas no Atlas.ti® como forma de facilitar a comparação das informações obtidas nos questionários com as informações obtidas pela pesquisa documental. Da mesma forma, os dados do estudo de caso também foram organizados, sumarizados e codificados com a ajuda do Atlas.ti® para melhor visualização das informações e relações entre as diferentes fontes e compreensão da realidade estudada.

#### 4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONHECIMENTO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA (SPG) NO BRASIL

---

O modelo de agricultura atualmente predominante no Brasil foi iniciado na década de 1960 como processo de modernização agrícola que também ficou conhecida como Revolução Verde. Trata-se de um sistema baseado na monocultura mecanizada destinada, em sua maioria, à exportação, com uso intensivo de agrotóxicos, adubos químicos e sementes modificadas. Esse modelo começou a ser contestado logo após a sua implantação, quando surge o movimento da agricultura alternativa criticando as tecnologias adotadas no processo de modernização da agricultura brasileira por seu impacto ambiental e social e propondo, em seu lugar, o uso de tecnologias menos impactantes (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Nos anos 1970, o movimento da agricultura alternativa começou a tomar impulso no Brasil a partir de diferentes manifestações, críticas e proposições (FONSECA *et al.*, 2009). Coordenados pela Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), esse movimento ganhou força e visibilidade nos anos 1980, com a realização de quatro grandes encontros nacionais conhecidos como Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), realizados, respectivamente, em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989), reunindo estudantes e profissionais ligados à agricultura (FONSECA *et al.*, 2009; TROVATO *et al.*, 2017).

Com a criação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, sigla em inglês) e a publicação de suas primeiras normas na década de 1970, inicia a institucionalização da agricultura orgânica na Europa e EUA servindo de referência para a comercialização dos produtos orgânicos em âmbito mundial até a década de 90 (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Essas normas também serviram de referência para o estabelecimento de normas locais e regulamentos técnicos em diferentes países, inclusive o Brasil.

Com a visibilidade do movimento da agricultura alternativa e uma crescente demanda mundial por alimentos saudáveis, o Brasil começa a sofrer pressão para uma regulamentação da produção orgânica, conforme já ocorria em outros países. Essa demanda vinha especialmente das certificadoras que já atuavam no Brasil apoiando a certificação de

produtos para exportação de grandes propriedades (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; LAURINO; DIAS, 2020). Essa afirmação é corroborada pelo depoimento a seguir.

*A construção do primeiro marco legal na regulamentação da Agricultura Orgânica foi uma demanda trazida pelos agricultores e pelas certificadoras, mais fortemente o IBD, porque já estava certificando produtos para exportação [...] Isso fez com que eles viessem aqui (MAPA) em 92 dizer que o Ministério precisava fazer um Marco porque senão os produtores brasileiros iriam ficar em desvantagem no comércio internacional por não ter mecanismos internos para o controle (ENTREVISTADO 4RL1, 2019).*

Percebe-se que, naquele momento, não foi o movimento da agricultura alternativa composto por pequenos produtores e técnicos contrários ao modelo convencional que demandou uma regulamentação da agricultura orgânica, em especial pela certificação, e sim as certificadoras e os grandes agricultores que tinham interesse na certificação para exportação. Entretanto, por não ter essa regulamentação, algumas organizações de agricultores do movimento orgânico em busca de maior credibilidade e controle sobre a qualidade, começaram a criar suas próprias estratégias de geração de credibilidade envolvendo agricultores, técnicos e consumidores.

*A questão da certificação participativa tá na origem do próprio movimento orgânico, se a gente fosse considerar o que a AGE fazia em Brasília, o que a ABIO fazia no Rio de Janeiro, mesmo antes da ABIO, a Conatura né, o pessoal da AAO em São Paulo, o pessoal da Coolmeia lá no Sul que veio antes da rede Ecovida, o pessoal da Chão Vivo no Espírito Santo e tal, todos esses eram sistemas participativos apesar de não se declararem assim (ENTREVISTADO 4RL1, 2019, sic).*

Entre diversas experiências de controle social para produção e comercialização orgânica que estavam ocorrendo no Brasil, a experiência da extinta Cooperativa Colmeia que se espalhou pelo Sul do País por meio da rede TA Sul<sup>18</sup> e depois pela Ecovida ficou muito conhecida e foi aquela que teve maior incidência na construção do marco regulatório.

*A despeito de não termos uma legislação, inventamos essa história de certificação participativa em contraposição à certificação por terceira parte, ali pelos idos de 91/92 na Coolméia e acabou espalhando pelo sul do Brasil. Quando veio a ideia de fazer uma legislação, a rede Ecovida se posicionou contra (ENTREVISTADO 2RL1, 2020, sic).*

Nesse sentido, quando se inicia a discussão sobre a obrigatoriedade da certificação seguindo o modelo praticado na Europa, ou seja, a certificação por terceira parte,

---

<sup>18</sup> A Rede TA Sul é oriunda da Rede PTA (Projetos em Tecnologias Alternativas), surgido como projeto PTA-FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), em 1983, articulando instituições de diversos estados do Brasil.

a Rede Ecovida, que já tinha o modelo conhecido por certificação participativa bem disseminada entre seus associados, foi a primeira a se manifestar contrária à certificação, entendendo que o modelo europeu não atendia às demandas da Rede e, ainda, que a certificação de terceira parte não seria detentora de características importantes presentes em um sistema participativo que vão além da avaliação do produto orgânico. Percebe-se aqui o primeiro momento que Callon (1986) denomina de problematização, em que os atores reconhecem as questões postas e a necessidade de envolvimento e construção de alianças para busca das soluções.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a regulamentação da produção orgânica foi pauta em diversas discussões que, juntamente com as pressões sociais, impulsionaram ações governamentais (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; LAURINO; DIAS, 2020). A primeira resposta a essa demanda foi a publicação da Portaria n.º 178/1994, do Ministério da Agricultura, que criou a Comissão Especial para normatização para certificação de produtos orgânicos (LAURINO; DIAS, 2020).

Após a Portaria que instituiu a Comissão Especial, foram publicadas outras portarias que trouxeram avanços ao processo, entre elas a Portaria n.º 190/1994 que criou o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos, responsável por propor as estratégias para a certificação de produtos orgânicos (SANTOS *et al.*, 2012; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; LAURINO; DIAS, 2020). Segundo Fonseca, Leite e Almeida (2020), participaram do Comitê representantes das organizações mais atuantes no movimento orgânico da época, como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), Apoio a Projetos em Tecnologia Alternativas (APTA), Cooperativa Ecológica Coolméia e Instituto Biodinâmico (IBD). O maior envolvimento com o tema e a participação mais intensa dos atores representa o início do segundo momento descrito por Callon (1986) chamado de interessamento, que resultou num conjunto de ações com vistas a solucionar os problemas relativos à certificação orgânica no Brasil.

A necessidade da certificação e como seria a provável certificação consistiu na principal controvérsia entre os membros do comitê (LAURINO; DIAS, 2020). Foram vários anos de trabalho, discussões e diálogos travados pelos representantes do segmento que participavam de comissões, comitês, fóruns e grupos constituídos por portarias para propor normas e regulamentos para produção e certificação orgânica. Várias ações foram necessárias até a publicação da Instrução Normativa 007/1999 que, de acordo com Fonseca, Leite e Almeida (2020 p.68), “reconhecia os diferentes sistemas de certificação no país estabelecendo

as instâncias públicas e privadas para apoiar as políticas de regulamentação e de fomento à agricultura orgânica nas esferas nacional e estadual”. No entanto, diferentemente da IN 007/1999, a IN 006/MAPA/2002 de 2002 estabeleceu a auditoria como mecanismo exclusivo para a certificação orgânica, contrariando as pretensões defendidas pelos agricultores e entidades representativas do setor.

Durante a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 2002, o tema da regulamentação da agricultura orgânica e suas implicações para agricultores familiares e consumidores foi pautado no evento, sendo debatido no Grupo de trabalho (GT) sobre certificação (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Os autores ainda afirmam que como resultado desse debate foram feitas duas moções relativas à regulamentação da agricultura orgânica, mais especificamente à implantação da IN 006/2002. Começou ali uma maior articulação dos movimentos sociais contra a obrigatoriedade de uma certificação feita unicamente por auditoria, fazendo com que o MAPA optasse por não implementar a referida Instrução Normativa e trabalhasse pela construção de uma lei.

Ainda em 2002, na cidade de Curitiba, buscando retomar o caráter participativo de construção da normalização da produção orgânica no País, foi constituído o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), uma articulação de pessoas do setor público e privado que juntos buscavam construir o marco legal da Agricultura Orgânica (FONSECA, 2005). Essa reunião, que depois passou a ser chamada de I Encontro Nacional do GAO (I ENGAO), contou com 28 participantes de diferentes setores e regiões do país e foi decisiva para angariar mais apoio à certificação participativa. Inicialmente, o clima era de tensão, pois havia uma polarização muito forte entre as regiões Sul e Sudeste, sendo a Região Sul a favor do reconhecimento da certificação participativa e a Sudeste, contra. *“Quem foi parceiro da Ecovida desde 94 foi a ABIO. Eu considero que o pioneirismo nesse assunto é dividido entre a Ecovida e a ABIO. As outras vieram depois, o pessoal de São Paulo era todo a favor da certificação de terceira parte”* (ENTREVISTADO 2RL1, 2019, sic).

O clima e detalhes do I ENGAO nos foi relatado por um dos participantes.

*A gauchada estava em peso, e aí foi um quebra pau... A pessoa designada para explicar o que era a certificação participativa era um cara muito bom para explicar as coisas, bem didático. Consegui convencer muitos que estavam lá. Por exemplo, o coordenador do Colegiado de Produção Orgânica de São Paulo, ao final pediu a fala e se desculpou por ter coordenado a IN 006 que não contemplava a Certificação Participativa. Disse que entendeu que a Certificação Participativa era uma coisa muito positiva e ele apoiava. Então, enquanto colegiado de São Paulo ele assumiu*

*a culpa por ter feito a IN 006 daquele jeito. Mas, teve uma meia dúzia de São Paulo, em especial as certificadoras que continuaram contra* (ENTREVISTADO 3RL1, 2019, sic).

Segundo Fonseca, Leite e Almeida (2020), foi no I ENGAO que a maioria das pessoas tomou conhecimento sobre a “Certificação Participativa” e, a partir de então, essa proposta ganhou mais adeptos, pois, antes desse encontro, a ideia de institucionalizar a certificação participativa como uma forma de avaliar a conformidade orgânica era muito rejeitada, em especial na Região Sudeste, onde se concentrava o maior número de certificadoras. A partir desse encontro, as ações do GAO se pautaram na realização de encontros nacionais e discussões eletrônicas, objetivando a criação de textos de apoio ao processo de regulamentação em andamento, com vistas a tornarem as ações mais participativas e inclusivas.

A Vila Yamaguishi em Jaguariúna-SP foi palco de calorosos encontros do GAO que resultaram na construção dos instrumentos de regulamentação da agricultura orgânica. O II ENGAO ocorreu em abril de 2003 e reuniu cerca de 60 pessoas de diversas organizações e regiões do país, assim como os membros do MAPA, do extinto MDA e de representantes das certificadoras (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Segundo os autores, o resultado desse encontro foi a elaboração do texto final do projeto de lei, que contemplava o reconhecimento de diferentes sistemas de certificação existentes no Brasil, mesmo diante da posição contrária das certificadoras.

*A Lei 10.831 também foi aprovada na Yamaguishi. ...A última reunião para fechar o texto foi aqui em Campinas, deu maior quebra pau, pois o Artigo 3º dizia que os diferentes sistemas deveriam ser contemplados e acabou sendo aprovado pela maioria, contra a opinião das certificadoras.* (ENTREVISTADO 3RL1, 2019).

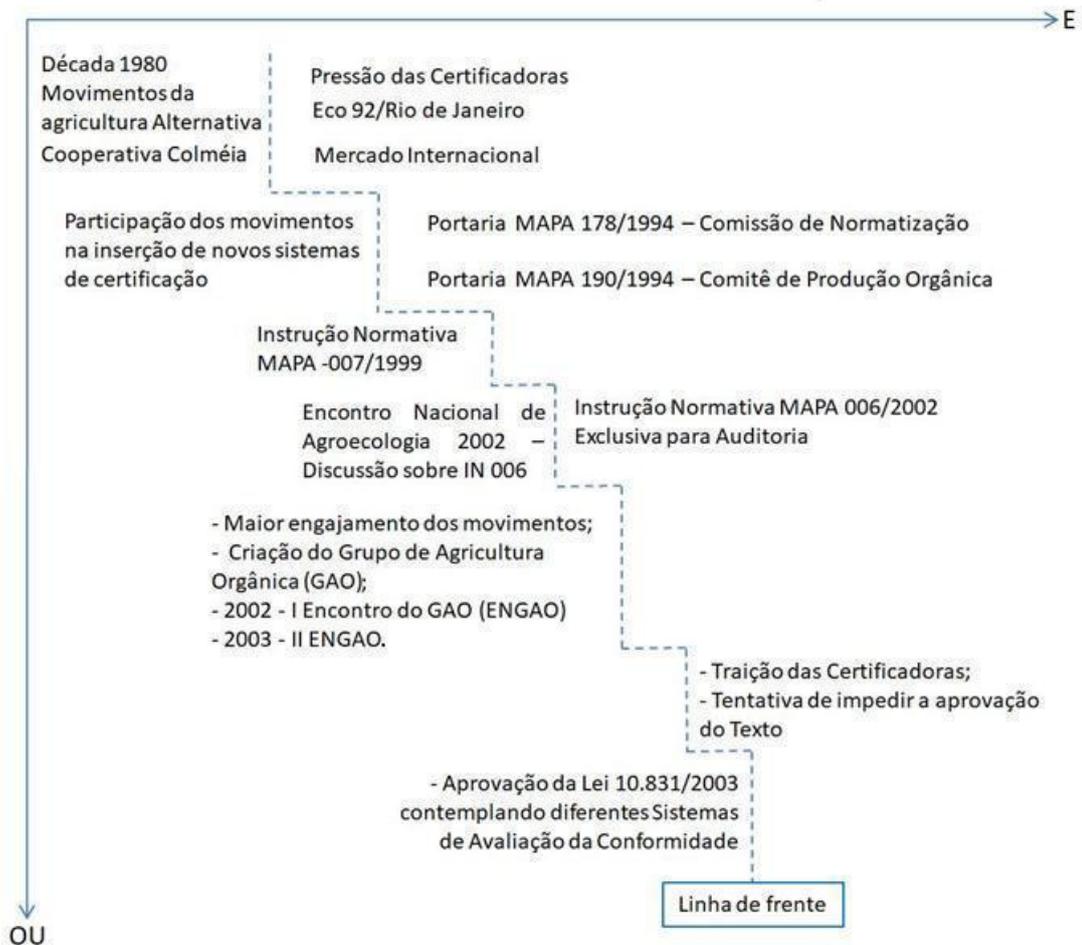
A posição contrária à Certificação Participativa por parte das certificadoras levou ao que o grupo chamou de traição. Conforme relatado por Fonseca, Leite e Almeida (2020), dois meses após o II ENGAO, um dos participantes do encontro que representava uma certificadora procurou, sem comunicar ao GAO, o Senador relator do Projeto de Lei, que era indicado por um dos membros do GAO, o Senador, por ser agrônomo, se comprometeu a apresentar o texto na íntegra na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Por grande coincidência, esse encontro foi flagrado pelo membro do GAO que havia indicado o referido Senador.

*Ao final, fechamos o texto, todos demos a mão e depois, sai o [...] e vai lá em Brasília, chega para aquele Senador [...] falando que aquilo que estava*

*escrito era para vender sem certificação...que era errado [...] Felizmente nosso companheiro estava lá no mesmo dia e viu o encontro. Depois o senador contou que o propósito do encontro era pedir para não aprovar o texto do jeito que estava. Daí, nosso companheiro explicou o que significava o Artigo 3º e conseguiu reverter a situação. A notícia se espalhou e todos ficaram sabendo quem eram os traíras. Depois quando eu encontrei a pessoa que nos traiu, ele me pediu desculpas dizendo que foi um momento de fraqueza. Quem pagou foi o fórum das certificadoras [...]. Isso é uma parte da história que não dá para esquecer (ENTREVISTADO 3RL1, 2019, sic).*

Essa situação nos revela a necessidade da vigilância, descrita por Silva (2008) como uma das etapas na construção de redes sociotécnicas. O princípio da vigilância garantiu a estabilidade da rede que se formou em prol da regulamentação da agricultura orgânica brasileira e o resultado desejado pela maioria dos atores. Após todas essas controvérsias, o texto foi aprovado na íntegra no Senado e em dezembro de 2003, como resultado dessa ampla participação, o Governo Federal sancionou a Lei 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, suas finalidades e conceitos. Para a construção da Lei, além dos momentos de problematização e interessamento descritos por Callon (1986), apresentados anteriormente, observamos nos últimos parágrafos a definição dos atores que atuaram na construção do seu texto (momento da inscrição) e também a mobilização representada pelos posicionamentos dos atores diante das controvérsias de normatização apresentadas, com vistas à formatação de uma proposta de legislação que atendesse aos anseios dos envolvidos (FIGURA 04).

Figura 04 – A trajetória do reconhecimento dos SPGs na legislação brasileira



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A experiência da certificação participativa difundida pela Rede Ecovida, somada à disposição dos membros do governo em dialogar e construir com o movimento orgânico a regulamentação da agricultura orgânica brasileira, garantiu que os diferentes sistemas de certificação existentes no país fossem considerados na regulamentação da Lei 10.831/2003, alterando o rumo da história da agricultura orgânica.

Aprovada a Lei, vários encontros e projetos se sucederam para a construção da então denominada “Certificação Participativa em Rede”, que foi institucionalizada com o nome de SPG.

#### 4.1 DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA A SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA

Conforme abordado anteriormente, a certificação participativa ficou muito conhecida nos debates que antecederam a regulamentação da agricultura orgânica brasileira em função da experiência da Cooperativa Coolmeia, que se espalhou pela Região Sul. A Rede TA Sul, uma rede de ONGs que se articulavam ao redor da temática da agroecologia, deu origem à Rede Ecovida de Agroecologia em Santa Catarina em 1998. Segundo Meirelles (2020), essa rede foi a responsável pela disseminação da metodologia da certificação participativa no sul do país e, também, em outras regiões. O autor ainda afirma que em 1999, diversas organizações de agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul, bem como de outras organizações da sociedade civil de apoio à agroecologia, decidiram ingressar na Rede Ecovida de Certificação Participativa que, em 2001, passou a se denominar Rede Ecovida de Agroecologia. Somente em 2010, a Ecovida passou a se constituir um SPG, credenciando o OPAC por meio da Associação Ecovida de Certificação Participativa.

Após a publicação da Lei 10.831/2003, o termo “certificação” utilizado para uma modalidade de avaliação da conformidade feita por meio de uma metodologia participativa passou a ser questionado. A International Organization for Standardization (ISO), referência mundial no desenvolvimento de padrões de avaliação da conformidade, define que a certificação é uma modalidade de avaliação da conformidade que só pode ser garantida por 3ª parte. Nesse sentido, a avaliação da conformidade pode ser feita por 1ª parte (produtor), 2ª parte (cliente) ou 3ª parte (auditor), porém a certificação seria uma modalidade da avaliação da conformidade de 3ª parte. De acordo com o Guia ISO 65/1997, a “certificação ocorre quando uma terceira parte assegura por escrito que um produto, serviço, sistema, processo ou material está em conformidade com uma exigência específica” (MEDAETS; FONSECA, 2005 p.15).

Por um lado, as certificadoras tinham restrições contra a certificação participativa por não reconhecerem outra forma de certificar que não fosse por auditoria (3ª parte) e por defender que o uso do termo certificação participativa poderia comprometer a credibilidade da qualidade orgânica. Por outro lado, mesmo quem apoiava a certificação participativa também começou a questionar se o termo era apropriado para uma metodologia de avaliação da conformidade que tinha o propósito de ir muito além de garantir a qualidade orgânica. “*Em*

*2002 eu já estava falando que o que fazíamos não era certificação, era uma coisa muito maior”.* (ENTREVISTADO 1RL1, 2020, sic).

Apesar desses questionamentos, a experiência da certificação participativa da Ecovida vinha ganhando destaque no movimento orgânico mundial. Prova disso é que em 2004, ocorreu na cidade de Torres-RS o Seminário Internacional de Certificação Alternativa, tendo como realizadores a IFOAM e o Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe - MAELA (IFOAM, 2019). Segundo Meirelles (2020), o próprio nome do evento já demonstrava ressalvas em relação ao termo certificação participativa, o que ele atribui às desconfianças dos defensores da certificação por auditoria em relação à experiência da Ecovida.

Este evento, que foi considerado um marco importante para o reconhecimento dos SPGs, reuniu 45 pessoas oriundas de 21 países dos cinco continentes, pessoas importantes do movimento orgânico mundial, além de representantes de diferentes experiências com sistemas alternativos de certificação orgânica (MEIRELLES, 2020; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). No depoimento de um dos organizadores do evento, fica clara a importância desse evento e o cuidado na escolha dos participantes.

*O cuidado para convidar as pessoas foi muito grande. A FAO estava aqui, o presidente da IFOAM, que era um Sueco estava aqui, o Coordenador do MAELA, a GTZ, além de duas certificadoras que achamos que era parceira na época. Então, foi muito bem pensado quem iria participar. A líder mundial do CSA, uma pessoa super importante, também estava aqui, pois achávamos que o CSA guardava uma certa relação com os SPGs* (ENTREVISTADO 2RL1, 2020, sic).

Na ocasião, os participantes compartilharam suas experiências, discutiram os diferentes sistemas alternativos de certificação orgânica existentes e definiram além da terminologia (alteração da nomenclatura certificação participativa para SPG) a estrutura comum para os SPGs (TORREMOCHA, 2012; HOME *et al.*, 2017; IFOAM, 2019; FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; MEIRELLES, 2020).

O termo “Sistema Participativo de Garantia” aparece pela primeira vez nesse evento (Seminário Internacional de Certificação Alternativa), evidenciando o desejo de distinguir o processo de geração de credibilidade desenvolvido pela certificação participativa do processo utilizado pela certificação por auditoria.

*Nesse encontro tinha pessoas feras em certificação, como te disse, certificadores e outros. Então, eles diziam: Gente, a certificação já está delimitada, já tá decidido o que é certificação, então, vocês não podem usar essa palavra que já está definida pela ISO 65. Então, essa palavra já foi*

*apropriada, está errado usar essa palavra. Eu gostava dessa palavra, mas, me deixei vencer num momento de negociação. Então, esses especialistas em certificação disseram que isso é um sistema de garantia. Então ficou Sistema Participativo de Garantia (ENTREVISTADO 2RL1, 2020, sic).*

Dois argumentos pesaram contra a continuidade do uso do termo certificação participativa. O primeiro está relacionado ao fato de a certificação ser normatizada pela ISO 65 e pelo *Codex alimentarius*<sup>19</sup>, em que a avaliação da conformidade somente é considerada como certificação quando é realizada por 3ª parte. Nesse caso, percebe-se um certo cuidado em proteger a credibilidade do termo certificação, em especial vinda dos auditores das certificadoras. O segundo argumento está relacionado ao desejo de distinguir os procedimentos de avaliação da conformidade, deixar claro que na certificação participativa a preocupação não é só com a garantia da qualidade do produto orgânico, “*o que a gente faz é outra coisa*” (ENTREVISTADO 1RL1, 2019, sic). Ao avaliar a conformidade orgânica com a participação de todos os interessados no processo, também se fortalece a interação e a organização dos atores, viabiliza a promoção do conhecimento agroecológico e valorização dos saberesse inclui questões sociais que diferem totalmente a certificação participativa da certificação por terceira parte. Segundo Meirelles (2020), o termo Sistema Participativo de Garantia foi aceito como uma possibilidade de ampliar a difusão da iniciativa por meio do apoio da IFOAM.

Apesar da discussão e aceitação do termo SPG no seminário, o termo certificação participativa continuou a ser usado nos debates para regulamentação da lei como podemos perceber pelo nome “Oficina de Certificação Participativa e Harmonização” nos países da América Latina, evento ocorrido em novembro de 2005, no Rio de Janeiro, simultaneamente à BIOFACH América Latina (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

O termo SPG começa a ser usado de maneira mais recorrente em 2006, conforme pode ser percebido numa apresentação feita durante o II ENA que ocorreu em junho de 2006, na cidade de Recife-PE. Segundo Fonseca, Leite e Almeida (2020), foi organizada uma oficina sobre regulamentação da agricultura orgânica na qual foi apresentado o projeto que havia sido firmado entre o GAO por meio do Centro Ecológico Ipê e o MDA, cujo título era “Apoio para o aprimoramento da comercialização dos produtos da agricultura familiar de base ecológica com foco no desenvolvimento de mercados locais e na regulamentação e institucionalização dos sistemas participativos de garantia”. Percebe-se que nesse projeto já aparece o termo SPG como acúmulo de várias discussões e debates que levaram ao

---

<sup>19</sup> Ver Medaets e Fonseca (2005).

entendimento de que o termo SPG era mais condizente com a metodologia deste processo de avaliação da conformidade feita com a participação dos interessados.

Vale lembrar que antes desse projeto, que teve como produto a redação da Instrução Normativa sobre os SPGs, houve um projeto do MDA para qualificação das pequenas certificadoras de produção orgânica da Região Sudeste, que atuavam predominantemente com a agricultura familiar. Segundo Fonseca, Leite e Almeida (2020), participaram desse projeto a ANC (SP), ABIO (RJ), Minas Orgânica (MG) e Chão Vivo (ES). Membros da ANC e da ABIO que fizeram a capacitação, também participavam ativamente do GAO e, ao final, acabaram optando por se credenciarem como OPAC e não certificadora.

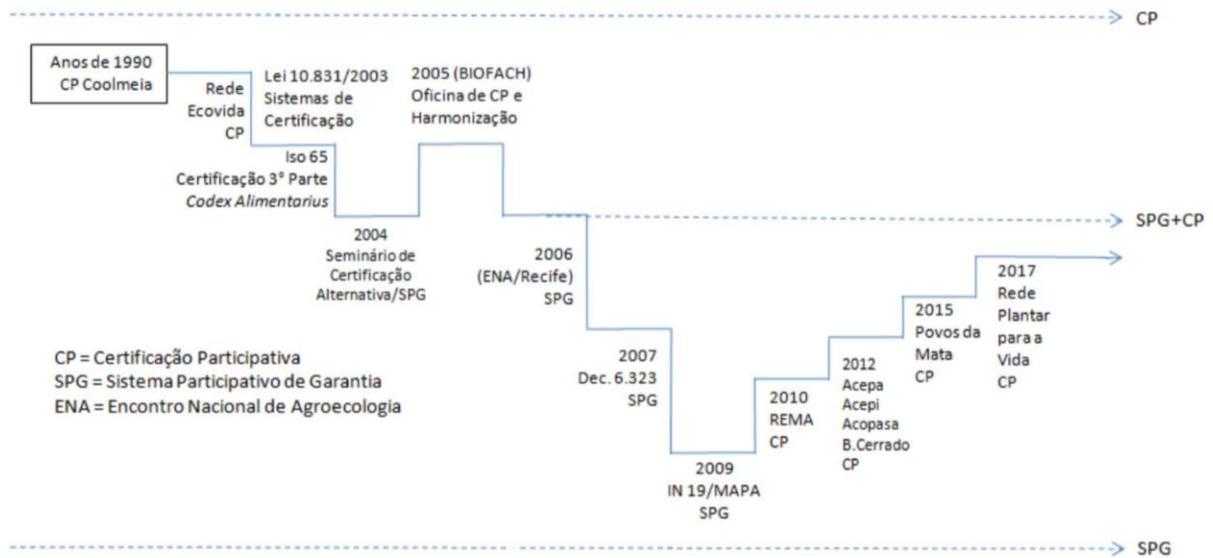
*Em relação ao projeto, gastamos o dinheiro, mas não credenciamos como certificadora. Mas foi muito bom porque tivemos um consultor sobre ISO 65 pago pelo MDA que nos ajudou a compreender melhor a certificação de terceira parte [...] No curso entendemos que existem muitas maneiras de fazer avaliação da conformidade e a certificação por terceira parte é uma delas [...]. O SPG é uma modalidade de avaliação da conformidade que não deveria ser chamada de certificação, pois a certificação é feita por terceira parte. Mas foi o que pegou. Na época da regulamentação fomos contra continuar chamando de certificação participativa que era usada pela Ecovida. Hoje, eu acho até legal usar o termo certificação participativa para dizer que está no mesmo nível (ENTREVISTADO 3RL1, 2019, sic).*

Como esse projeto para as pequenas certificadoras (Curso sobre ISO 65) veio antes do projeto dos SPGs, percebe-se que a consultoria teve um peso importante para a compreensão e o convencimento dos envolvidos de que o termo certificação não aplicava à metodologia de avaliação da conformidade realizada por primeira parte, ou seja, pelos agricultores. O termo Sistema Participativo de Garantia, cunhado em 2004, foi instituído oficialmente pelo Decreto 6.323 /2007, primeiro documento de regulamentação da Lei 10.831/2003.

Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica: - conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007).

A partir desse momento, o termo Sistema Participativo de Garantia passou a substituir oficialmente o termo Certificação Participativa, sendo esse conceito novamente reafirmado na Instrução Normativa 19 em 2009, confirmando o resultado da atuação efetiva daqueles que enxergavam um modelo de avaliação de conformidade coerente com as diferentes realidades da agricultura brasileira, fruto das controvérsias e desvios que ocorreram ao longo do processo (FIGURA 05).

Figura 05 – A tradução na construção do termo Sistema Participativo de Garantia (SPG)



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

O termo certificação participativa ainda é muito utilizado pelos agricultores, técnicos e até em trabalhos acadêmicos (KAMIYA, 2007; RADOMSKY, 2009; RADOMSKY, 2010) como sinônimo de uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica utilizada pelos SPGs.

*Contrataram um advogado para assessorar o que deveria ser feito para regulamentar a Lei de orgânicos, eu acho que foi um grande problema porque nós fomos induzidos a tirar o termo certificação participativa porque disseram que não podia porque certificação era certificação por auditoria conforme as normas ISO, por isso que passou a chamar sistemas participativos de garantia, em vez de falar de Certificação Participativa. Mas, de fato é uma certificação participativa, eu venho usando o nome certificação participativa, porque eu acho que é (ENTREVISTADO 4RL1, 2020, sic).*

O fato de termos atualmente 8 OPACs que utilizam o termo Certificação Participativa no nome significa que esse termo não foi totalmente substituído pelo termo SPG, e sim que o termo SPG foi incorporado e adotado tanto para se referir à metodologia de avaliação da conformidade, como também para se referir às organizações de agricultores orgânicos que têm um OPAC credenciado (Quadro 07).

Quadro 07 - Relação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), com o termo “certificação participativa” no nome, município sede e ano de constituição e credenciamento.

Nome do OPAC	Município Sede	Ano de Constituição	Ano de Credenciamento
Associação Ecovida de <b>Certificação Participativa</b> - Ecovida	Três Cachoeira - RS	1998	2010
Associação de <b>Certificação Participativa</b> Agroecológica - ACEPA	Quixeramobim - CE	2012	2013
Associação Agroecológica de <b>Certificação Participativa</b> dos Inhamuns/Crateús – ACEPI	Crateús - CE	2012	2013
Associação de <b>Certificação Orgânica Participativa</b> do Sertão do Apodi – ACOPASA	Apodi - RN	2012	2014
Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de <b>Certificação Participativa</b> - Brota Cerrado	Uberlândia - MG	2012	2015
Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de <b>Certificação Participativa</b> - Rede Povos da Mata	Serra Grande/Uruçucã - BA	2015	2016
Associação Maniva de <b>Certificação Participativa</b> – REMA	Manaus - AM	2010	2017
Associação Plantar para a Vida de <b>Certificação Participativa</b> - Rede Plantar para a Vida	Indiaroba - SE	2017	2019

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A constituição da Associação Ecovida de Certificação Participativa é anterior à institucionalização dos SPGs, bem como foi de onde se originou a resistência à certificação por auditoria como única forma de avaliação da conformidade, assim como o desenvolvimento da metodologia chamada certificação participativa, esse histórico parece justificar a manutenção do termo certificação participativa na Rede Ecovida. Os demais OPACs foram constituídos após a institucionalização dos SPGs, porém, de alguma forma, todos eles contaram com a referência documental da Ecovida, assim como apoio em formas de consultoria de membros desta rede. Esses foram apenas exemplos de como o termo certificação participativa enquanto metodologia ainda se faz presente na atualidade (a Rede Plantar para a Vida foi constituída em 2017 e credenciada em 2019). Seja denominada

certificação participativa ou SPG, o que se percebe é que essa metodologia alternativa e participativa vai muito além de certificar ou avaliar a conformidade orgânica e é nesse sentido que, apesar de gerar uma certificação, seria errado chamar os SPGs ou os OPACs de certificadores, pois isso seria reduzir a ação de um SPG que ora se conforma enquanto metodologia, ora como organização, mas que tem um papel muito maior que somente certificar.

Meirelles (2020) dá uma boa contribuição para o entendimento do que é o SPG, como ele se configura nas redes pré-existentes aos SPGs e nas redes constituídas para atuar com a certificação participativa.

Os SPGs são criadores ou criaturas de uma dinâmica social que pretende fomentar a produção e o consumo de produtos ecológicos. Comporta-se como criatura quando essa dinâmica está instalada em determinado território e sente-se a falta de um mecanismo que possa conferir legitimidade ao uso da palavra ecológico ou orgânico para essa produção [...] Os SPGs comportam-se como criadores dessa dinâmica quando o trabalho de estímulo à criação de uma Rede de produção e consumo de produtos ecológicos em determinado espaço geográfico está por começar, a partir de poucas experiências existentes. Para alguns, a metodologia dos SPGs, com suas reuniões, estímulo a trocas de experiências e conhecimentos, visitas mútuas às propriedades e necessidade de atualização constante sobre as normativas orgânicas é uma excelente maneira de estimular a conformação dessa Rede territorial (MEIRELLES, 2020, p.62).

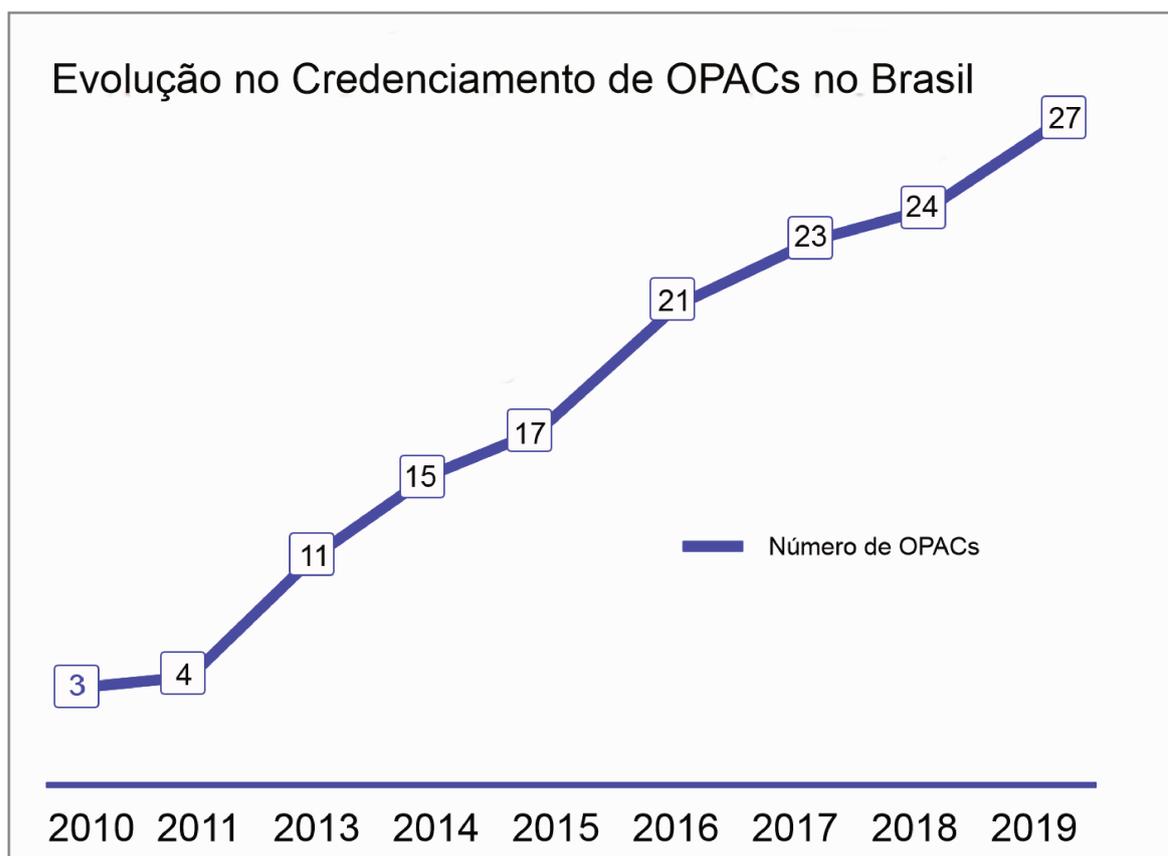
Mais uma vez, a complexidade dos SPGs se manifesta agora em relação à dinâmica social. Assim, ao pensarmos em SPG, pensamos em uma metodologia capaz de gerar credibilidade e dar a garantia da qualidade orgânica, fortalecer ou até mesmo promover a organização de redes sociotécnicas e ainda contribuir na construção do conhecimento agroecológico e na autonomia dos agricultores.

## **5 CONHECENDO OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG) BRASILEIROS**

---

O credenciamento dos primeiros Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) ao final de 2010 significou um marco na história da agricultura orgânica no Brasil, em especial para a agricultura familiar, que, a partir desse momento, passou a contar com um sistema de avaliação da conformidade orgânica mais acessível e adequado para as famílias de agricultores familiares. De 2010 a 2019, 27 organizações de agricultores rurais conseguiram constituir um Sistema Participativo de Garantia e credenciar seus OPACs. Credenciar o OPAC significa ter a autorização do Ministério da Agricultura para emitir o certificado de produto orgânico, ou seja, significa um reconhecimento oficial de que quem produz, pode também garantir a qualidade. Para muitas organizações é uma autorização para continuar o trabalho que já desenvolviam, antes mesmo de o SPG ser institucionalizado e reconhecido legalmente, para outras significa uma oportunidade de se organizar, fortalecer o associativismo e acessar mercados. O Gráfico 01 apresenta a evolução do credenciamento dos OPACs credenciados no Brasil de 2010 a 2019.

Gráfico 01 – Evolução do credenciamento dos OPACs no Ministério da Agricultura.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

Descrever sobre a trajetória dos SPGs brasileiros, saber quem são os atores que atuaram no processo de tradução, assim como conhecer o perfil dos agricultores e agricultoras orgânicos dos SPGs, o que produzem, onde comercializam e, ainda, quem são as instituições colaboradoras desse sistema em cada território onde foi constituído um SPG foi o propósito deste capítulo.

Sabemos que os dados que serão apresentados são dinâmicos e que a realidade se altera a todo tempo, porém o esforço da pesquisa e da sistematização dessas informações se justifica pela relevância do trabalho que essas redes vêm desenvolvendo em prol da produção de alimentos saudáveis associada à preservação ambiental e ao desenvolvimento social, o que pode servir para embasar políticas públicas para esse segmento do movimento orgânico.

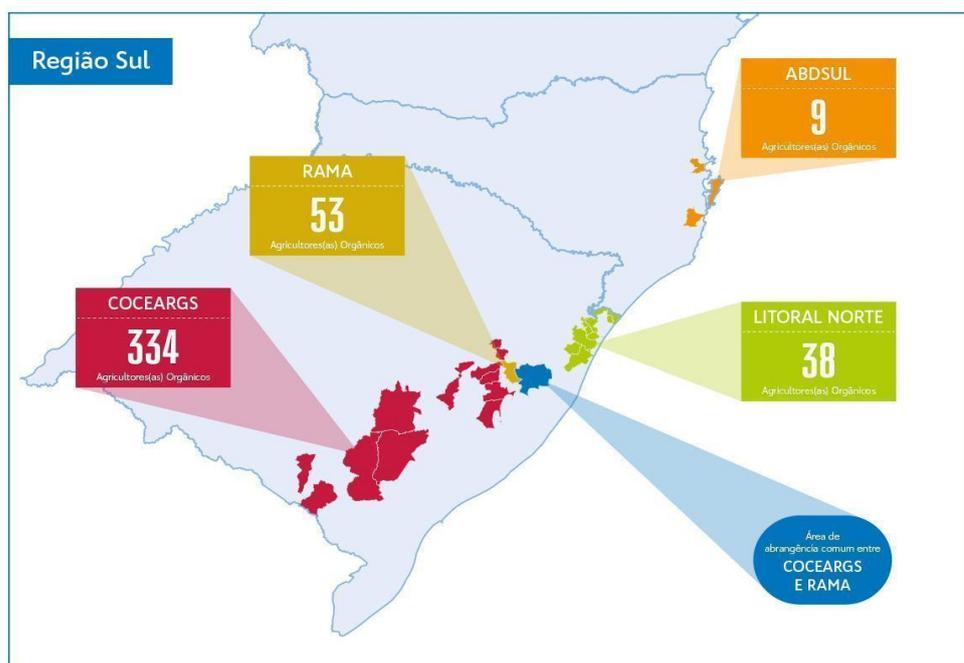
Para organizar melhor a redação do trabalho, optamos por separar os SPGs por região, sem nenhuma pretensão de analisar os aspectos culturais, sociais e econômicos regionais, que, apesar de relevante e necessário, devido à amplitude deste trabalho, essa

análise se tornou impossível de ser realizada neste momento. A descrição de cada SPG foi feita baseada em informações obtidas na pesquisa de campo por meio de entrevistas, questionários, documentos e observação participante.

## 5.1 REGIÃO SUL

A Região Sul é considerada o berço da certificação participativa, representando cerca de 60 % do total de produtores orgânicos cadastrados no MAPA. Graças à Ecovida, o maior e mais abrangente SPG do Brasil, a Região Sul se tornou aquela com maior número de municípios e agricultores certificados pelo sistema participativo. Dos seis SPGs com OPACs credenciados nesta região, cinco participaram desta pesquisa<sup>20</sup>, são eles: Ecovida, Coceargs, Litoral Norte e Rama com sede no Rio Grande do Sul e ABDSul em Santa Catarina. A Figura 06 representa a área de abrangência e o número de agricultores dos SPGs da Região Sul, com exceção da Ecovida que é apresentada separadamente na Figura 07 como forma de evitar sobreposição com os demais OPACs da região, visto que esse SPG possui abrangência nos três estados.

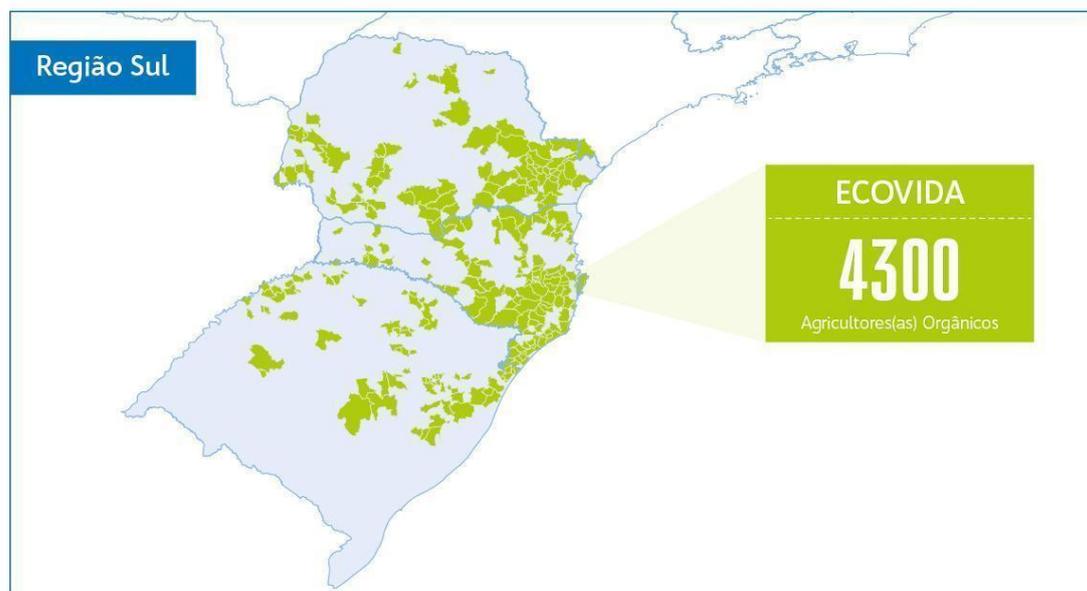
Figura 06 – Área de abrangência dos Sistemas Participativos de Garantia na Região Sul do Brasil por município (excetuando Ecovida).



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

<sup>20</sup> O SPG Caminho Rota dos Canyons não participou deste estudo visto que foi credenciado em agosto de 2019, época em que já havia sido finalizada a pesquisa de campo na Região Sul.

Figura 07 – Municípios de abrangência do Sistema Participativo de Garantia Ecovida nos três estados da Região Sul.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

A seguir, segue a descrição dos 05 SPGs pesquisados na Região Sul, buscando conhecer quem são os atores que atuam nessas redes, como elas se formaram, como se organizam no território para o processo de avaliação da conformidade orgânica e quais as particularidades identificadas pela pesquisa.

#### 5.1.1 Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida é o maior SPG no Brasil, sendo responsável por cerca de 55 % dos produtores orgânicos certificados por OPAC e cerca de 20 % do total de produtores orgânicos no país<sup>21</sup>. Sua experiência com a certificação participativa serviu de referência para o reconhecimento dos diferentes sistemas de certificação existentes no país na Lei 10.831 de 2003. Além disso, a Ecovida tem sido referência para a constituição e o funcionamento de vários SPGs no país, como: APOMS, APASPI, ACEPA, ACEPI, Ecoararipe, ACOPASA, COCEARGS, BROTA CERRADO, Rede Povos da Mata, Rede Borborema, Rede Maniva, Rede Plantar para a Vida e Rede Xique Xique. Todos esses SPGs reconhecem a Ecovida

<sup>21</sup> Dados disponíveis no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br), acessado em 20 de setembro de 2019.

como o SPG que mais influenciou na construção dos seus documentos constitutivos e regulamentos.

Sua conformação em rede e funcionamento do SPG são únicos, pois essa conformação e estrutura organizativa vêm de um histórico de trabalho de organizações que é próprio da região, ou seja, são adequados à sua realidade. Conforme alerta Passos (2020), a Ecovida não tem uma história única, “são histórias de histórias”. Nesse sentido, sem nenhuma pretensão de contar a história ou, muito menos, analisar a história da Rede Ecovida, esta descrição busca tão somente apresentar alguns elementos e informações que serão discutidos mais adiante, com um olhar para o contexto nacional. Sendo assim, com base nos dados estudados, afirmamos que a certificação participativa constituiu importante elemento para a constituição da Rede Ecovida. Segundo Meirelles (2020), essa experiência nasceu na Cooperativa Coolmeia e foi difundida por toda a Região Sul por meio da Rede TA-Sul<sup>22</sup>, que posteriormente veio a constituir a Rede Ecovida de Agroecologia.

Dessas conversas e intercâmbios entre ONGs [integrantes da Rede TA-Sul] e famílias por elas assessoradas, surgiu a Rede Ecovida de Certificação Participativa, em 1998, primeiramente no estado de Santa Catarina. Em 1999, diversas organizações de agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul, bem como outras organizações da sociedade civil de apoio à agroecologia, decidem ingressar na Rede Ecovida que, em 2001, passa a se denominar Rede Ecovida de Agroecologia (MEIRELLES, 2020 p. 53).

Cada ONG que fazia parte da Rede TA-Sul constituiu um embrião de um núcleo da Rede Ecovida.

*A rede Ecovida é o esqueleto da rede TA Sul que era formada por um conjunto de ONGs, todas elas estão hoje na rede Ecovida. Todas elas são o embrião de um núcleo. Exemplo: Núcleo Alto Uruguai - CAPA; Núcleo planalto central - CETAP; Núcleo Serra Gaúcha - Centro Ecológico; Núcleo Litoral Catarinense - CEPAGRO; Núcleo Sudoeste do PR - Assessor; Núcleo Sul- CAPA Pelotas; Núcleo Santa Cruz - CAPA Santa Cruz; Núcleo Planalto Catarinense – Vianeí. Cada núcleo antigo tem uma ONG (ENTREVISTADO 2RL1, 2020, sic).*

Na Rede Ecovida, o termo núcleo corresponde ao termo território. Cada ONG que atuava em um determinado território passou a compor um núcleo da Rede Ecovida e daí vem essa conformação de núcleos e grupos na certificação participativa da Ecovida. Pode-se afirmar que, de certa forma, a Ecovida já existia antes mesmo de ser oficializada enquanto

---

<sup>22</sup> A Rede TA Sul é oriunda da Rede PTA (Projetos em Tecnologias Alternativas), surgida como Projeto PTA – FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), em 1983, articulando instituições de diversos estados do Brasil e provocando-as a buscar enfrentar o modelo de desenvolvimento da Revolução Verde.

rede, pois as ONGs e os agricultores por elas atendidos já desenvolviam diversas atividades de intercâmbio e de construção do conhecimento entre eles, numa trajetória de quase 20 anos de trabalho em torno da temática agroecologia. Da mesma forma que no SPG, no Brasil também já existia a certificação participativa (com diferentes termos) antes mesmo de ser reconhecida, pois diversos grupos, e em especial no Sul do País, já desenvolviam as atividades de controle social por meio da participação ativa dos interessados, visando garantir a qualidade orgânica.

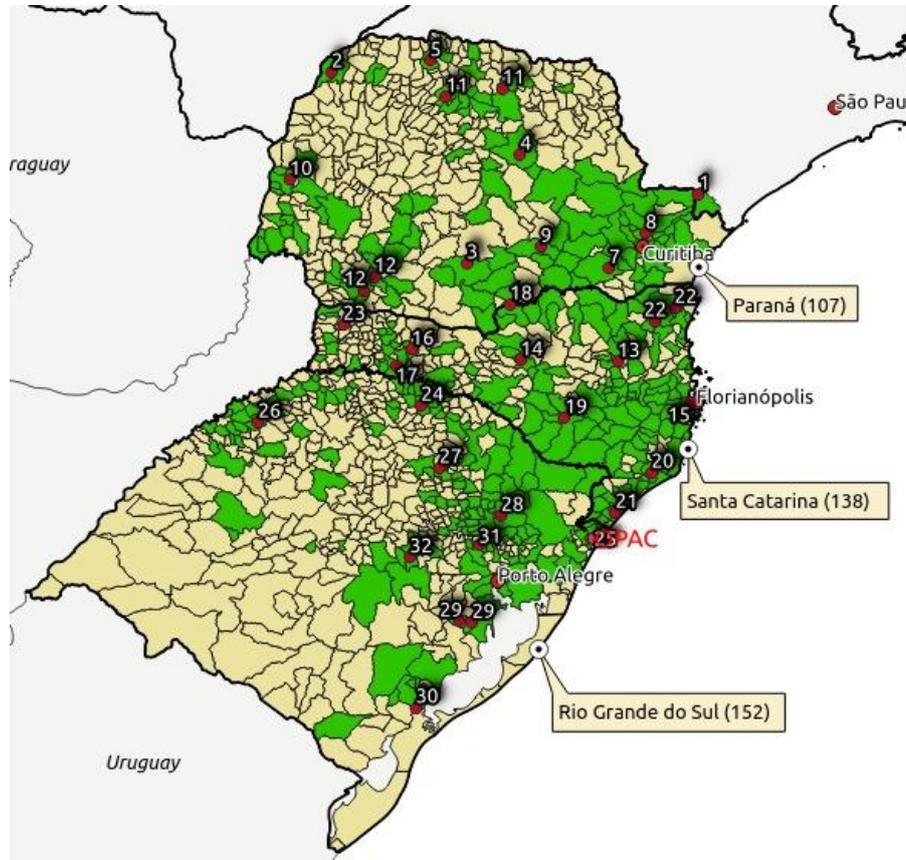
Segundo Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021), o selo de certificação participativa criado em 2002 pela Rede Ecovida, que estabeleceu um conjunto de normas e procedimentos para a garantia da qualidade dos produtos ecológicos, serviu como balizador para a construção dos SPGs no Brasil. Os autores ainda afirmam que a criação da Associação Ecovida de Certificação Participativa, com sede em Três Cachoeiras-RS, criada em 2010 para se adequar à legislação brasileira, foi a principal alteração no modo de funcionar da Rede Ecovida no início da institucionalização dos SPGs. Entretanto, nas palavras de uma liderança da Rede Ecovida, nem sempre tem sido fácil para a Ecovida se enquadrar nas exigências legais, as quais consideram demasiadas e, ainda, que esse excesso de exigência desvirtua o que chama de essência da certificação participativa.

*A legislação se inspirou muito na experiência da Rede Ecovida. Apesar disso, tem sido muito duro pra gente se adaptar à lei [...]. Então, para Ecovida, talvez por uma certa arrogância de se achar curadora da lei, sente que a lei desvia os caminhos da certificação participativa. A Ecovida vive o dilema de se adaptar a lei (ENTREVISTADO 2RL1, 2019, sic).*

Vale ressaltar que, conforme abordado no capítulo anterior, o termo utilizado originalmente era certificação participativa. O termo Sistema Participativo de Garantia não existia na ocasião em que a Rede Ecovida de Certificação Participativa foi criada (1998), ele foi cunhado no Seminário Internacional de Certificação Participativa que ocorreu em 2004 na cidade de Torres-RS e oficialmente apareceu pela primeira vez no Decreto 6.323 de 2007.

O número de famílias participantes, assim como a abrangência territorial chamam a atenção e colocam o SPG da Ecovida como o maior SPG do Brasil. Atualmente a Ecovida abrange 3 estados (PR, SC e RS), com 397 municípios na Região Sul, além de um município no estado de São Paulo. São 32 núcleos, 478 grupos e cerca de 5.000 produtores certificados, sendo 90 % considerados agricultores familiares e 40 % mulheres (FIGURA 08).

Figura 08 – Abrangência da Rede Ecovida - Municípios, núcleos regionais e número de municípios por Estado.



Fonte: Criação Cristiano Motter - Equipe Centro Ecológico (2020).

Os Núcleos Regionais são as unidades funcionais tanto da Rede Ecovida de Agroecologia quanto da Associação Ecovida de Certificação Participativa, sendo considerados um espaço de articulação regional onde as atividades relativas à certificação participativa são desenvolvidas (Artigo 11 do Estatuto Social da Associação Ecovida de Certificação Participativa). Esses núcleos, de acordo com o manual de procedimentos da Ecovida, são formados por diversos Grupos compostos por famílias agricultoras, técnicos, consumidores, organizações de apoio e unidades de processamento de uma determinada região.

Os desafios impostos pelo tamanho da Rede Ecovida, seja pelo número de famílias e organizações envolvidas ou pela abrangência territorial, exigem estratégias de organização e funcionamento para que se possa garantir o alcance dos objetivos do SPG, que visam além da garantia da qualidade do produto orgânico à construção de processos

participativos que promovam a autonomia, a construção de conhecimento, a valorização dos saberes e o intercâmbio de experiências entre os agricultores. O funcionamento em rede, com decisões descentralizadas, o apadrinhamento e as formações continuadas dos membros da rede têm sido as principais estratégias para alcançar os objetivos do SPG. Recentemente a Ecovida implantou um Sistema de Gestão informatizado para garantir a gestão e o armazenamento das informações e dos documentos exigidos no processo de avaliação da conformidade e manutenção do credenciamento do OPAC.

Em relação à produção e comercialização, os principais alimentos certificados pela Ecovida são arroz, frutas, hortaliças e processados (sucos e geleias), comercializados principalmente pelos circuitos curtos a exemplo das feiras livres e dos mercados institucionais como escolas e creches. Segundo informações da Rede Ecovida, existem mais de 120 feiras livres na área de atuação da Ecovida, onde é comercializada sua produção certificada.

#### 5.1.2 Litoral Norte

A Associação OPAC Litoral Norte, com sede no município de Itati-RS, foi fundada em 2012 com a finalidade de ser a representante legal do SPG do Litoral Norte. A busca por mercados com preços mais justos era uma demanda de alguns agricultores assistidos pela Emater-RS que já adotavam o sistema orgânico de produção, porém, por restrição de entrada de novos membros na Ecovida, não conseguiam acessar a certificação participativa e, com isso, o mercado de orgânicos (TOZZI *et al.*, 2020; NIEDERLE, DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). Ainda segundo os autores, o objetivo era constituir um OPAC mais próximo dos agricultores, restrito à região do Litoral Norte no Rio Grande do Sul. Questionados de onde veio a demanda para a constituição de um SPG na região, se era um projeto da Emater ou dos agricultores, o técnico respondeu o seguinte:

*Foi com vontade dos agricultores e com o apoio da Emater. Porque a gente viu o seguinte, talvez não só esses, mas outros da região, que tinha mais gente que não tava conseguindo acessar outros meios de certificação. A gente precisava ter uma segunda possibilidade. Mas nem todos conseguem acessar a Ecovida, por diversos motivos. Dar uma segunda possibilidade, uma outra escolha. Esse foi o motivo. A gente fica muito feliz, dá pra dizer hoje que rendeu bons frutos até agora. Já temos 42 certificados, quase 100 associados né. Logo, logo vai aumentar uns aí, tem gente chegando em processo de transição (ENTREVISTADO 3C20, 2019, sic).*

A Emater-RS assumiu, desde o início, a condução dos trabalhos na constituição do SPG. Enquanto agência pública de extensão rural, conseguiu criar uma rede de técnicos na

região incluindo os agricultores assistidos pela empresa que produziam ou tinham potencial para produzir no sistema orgânico. Além disso, as cooperativas e outras entidades foram envolvidas para apoiar a constituição do SPG. Segundo informação de uma extensionista, a constituição do SPG se deu numa época em que a extensão rural do Rio Grande do Sul tinha um grande incentivo político para o desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, com apoio institucional para o desenvolvimento de projetos dessa natureza, o que motivou os extensionistas a constituírem o SPG. A legislação brasileira considera que a participação ativa dos colaboradores contribui na geração da credibilidade do SPG (IN 19/2009). Porém, como já vem sendo discutido neste trabalho, dependendo da atuação dos colaboradores, o apoio pode virar uma dependência e, nesse sentido, faz-se necessário um olhar atento dos técnicos e dos agricultores para que o protagonismo seja sempre dos agricultores, o que não desmerece o trabalho imprescindível dos colaboradores, sejam extensionistas, assessores técnicos das ONGs, consumidores, professores, estudantes ou qualquer outro colaborador. Os depoimentos conscientes dos extensionistas evidenciam essa preocupação.

*Todas as visitas são acompanhadas por técnicos. Aí sente a dependência não tão favorável. A não obrigatoriedade da presença de um técnico na visita poderia empoderar mais os agricultores, que ficam sempre aguardando o aval do técnico. O suporte é essencial, mas se sentir refém não é positivo (ENTREVISTADO 1C20, 2019, sic).*

*Hoje um colega de Osório é o presidente e a Emater é o apoio técnico disso tudo. Tem um armário na Emater que guarda as pastas. A secretária é da Emater [...] nós temos que chegar no momento em que o OPAC tem que ter a autonomia. Temos a orientação do supervisor para tornar o OPAC autônomo (ENTREVISTADO 2C20, 2019, sic).*

Recentemente, a Emater assumiu a responsabilidade de ofertar um curso de formação inicial para que os agricultores possam se inteirar mais dos procedimentos adotados no OPAC Litoral Norte para avaliação da conformidade. Esse curso, segundo as informações dos técnicos, tem sido um divisor de águas, pois agrega conhecimentos sobre agroecologia, além de legislação e práticas sobre o processo da avaliação da conformidade. Ao final do curso, os agricultores realizam uma visita em outro OPAC para troca de experiências.

*São 3 módulos, no primeiro falamos sobre a história da agricultura, vida no solo, essas coisas. No segundo abordamos a parte burocrática do OPAC, legislação, estatuto, manual de procedimento. E no terceiro módulo visitamos outro OPAC ou OCS para proporcionar uma troca de experiências. Tem sido um divisor de águas (ENTREVISTADO 2C20, 2019, sic).*

Segundo Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021), além da Emater, destaca-se o papel da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) e, mais recentemente, da Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda. (COOPVIDA) na constituição de condução do OPAC Litoral Norte. Por ser uma das principais referências da Região Sul em comercialização nos mercados institucionais, a COOMAFITT tem apoiado e incentivado os processos de transição agroecológica, visto que o produto orgânico tem prioridade nesses mercados (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

A COOMAFITT tem papel importante no estímulo à conversão para a produção orgânica, garantindo preço diferenciado para os sócios que iniciarem o processo de conversão. Assim, os agricultores recebem um valor maior pelos produtos enquanto buscam a certificação. Instrumento esse que tem o objetivo de fomentar a transição orgânica, estimulando e auxiliando os agricultores a participarem do OPAC. Quando um associado da cooperativa se associa ao OPAC, ele começa a receber 15 % a mais no preço dos produtos até receber o certificado. Quando recebe o certificado, começa a receber pelo preço de orgânico. A organização também mantém apoio e assistência técnica no processo de transição com os cooperados (TOZZI *et al.*, 2020 p. 120).

Além desse apoio, as Cooperativas também oferecem sua estrutura para reuniões e assembleias (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). Em relação à comercialização dos produtos certificados, as Cooperativas comercializam os volumes maiores, em especial, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outros agricultores já comercializam em feiras, especialmente no município de Porto Alegre. Destaca-se ainda a tendência para a organização de grupos de consumo e entrega direta em cestas, como é o caso da Rede de Orgânicos de Osório, um grupo de 15 participantes entre produtores e consumidores que realizam feiras e montagem de cestas.

Atualmente o OPAC Litoral Norte possui cerca de 70 famílias, sendo 38 agricultores e agricultoras certificados, em que 32 se enquadram na categoria de agricultor familiar e 11 são mulheres. Em relação à organização, de acordo com a localização geográfica das unidades de produção, são formados os grupos. Atualmente o SPG Litoral Norte atua em 9 municípios e possui 7 grupos de certificação. A produção certificada se dá basicamente para hortaliças, banana, morango, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), plantas medicinais, juçara, abacaxi, feijão, milho e pitaya. O OPAC tem pretensão de incluir o escopo de produção animal para certificar o mel.

### 5.1.3 Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS)

Com sede em Porto Alegre-RS, a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), fundada em 2011 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é o único SPG formado exclusivamente pelos assentados e assentadas da reforma agrária. As atividades com a produção orgânica se iniciaram em 1999, com um grupo pequeno de agricultores que produziam principalmente hortaliças e, posteriormente, arroz. Antes de credenciar o OPAC, a Coceargs teve a experiência com os outros dois sistemas de avaliação da conformidade previstos na legislação brasileira: Auditoria em 2002 e OCS em 2012 (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). Essas experiências vieram a contribuir para a constituição do SPG.

A Coceargs é uma grande e complexa organização que agrega cooperativas e associações em 91 municípios do Rio Grande do Sul, envolvendo 343 assentamentos e 12.500 famílias. Foi fundada com o objetivo de realizar a comercialização conjunta da produção, bem como a aquisição conjunta de insumos, prestação de serviços e assistência técnica para os agricultores e agricultoras assentados e membros das cooperativas vinculadas à Coceargs. Visando agregar valor e buscar reconhecimento sobre a produção agroecológica produzida nos assentamentos, em 2014, a cooperativa conseguiu se credenciar para atuar também como OPAC, no entanto pode-se afirmar que a certificação participativa se configura apenas como mais uma atividade desenvolvida pela Coceargs. Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021) ressaltam que os interesses na certificação da Coceargs atendem, antes de tudo, aos interesses comerciais das cooperativas associadas. Nesse sentido, nem todos os cooperados são obrigados a certificar sua produção, porém todo assentado ou assentada que quiser certificar sua produção deverá ser cooperado.

O SPG da Coceargs adota a organicidade do MST e das próprias cooperativas regionais para viabilizar a dinâmica do processo de avaliação da conformidade. As cooperativas são os núcleos que se organizam em grupos gestores de acordo com a produção.

*O que está sendo chamado de núcleo, nós temos como as cooperativas guarda-chuvas [...]. As cooperativas são as ferramentas de organicidade do movimento [MST]. Dentro da lógica da organização das cooperativas regionais, foram organizados os grupos gestores: horta, sementes, leite, arroz. Se discute tudo, inclusive a certificação (ENTREVISTADO 1F24, 2019, sic).*

Vale ressaltar que nem todos os cooperados participam do SPG. As famílias produtoras estão organizadas em Grupos Gestores conforme a linha de produção em que está

envolvida. De acordo com as informações do OPAC, a estimativa é de 60 famílias integrantes do grupo de sementes, 600 famílias no grupo de produção do arroz, 400 famílias no grupo de hortas e frutas, havendo, ainda, outros grupos gestores como de leite e piscicultura (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA COCEARGS, 2015).

Se a organicidade do MST favorece a dinâmica de funcionamento do SPG para avaliação da conformidade orgânica, nas palavras de um agricultor, o processo de avaliação da conformidade também favorece o debate sobre outros temas do movimento. Perguntado sobre os benefícios do SPG para os agricultores assentados, a resposta foi: “*A organização do OPAC em grupos ajuda na organicidade e no debate político sobre a produção agroecológica. Serve como uma ferramenta*” (ENTREVISTADO 2F24, 2019, sic).

Atualmente o OPAC Coceargs atua em 12 municípios, certifica 130 famílias, o que corresponde a mais de 300 agricultores e agricultoras que estão distribuídos nos 29 grupos de certificação, com envolvimento de 17 assentamentos. Sobre o perfil dos agricultores e agricultoras certificados pelo OPAC Coceargs, são 100 % familiares e assentados da reforma agrária e 40 % mulheres. Além dos agricultores e agricultoras, integram o SPG os membros colaboradores que, no caso da Coceargs, são as próprias cooperativas que fazem parte. São elas: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA (Cootap): arroz, horta, agroindústria; Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão (Cooperav): arroz, agroindústria, padaria, horta; Bionatur: sementes; Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA. (Coopan): arroz e horta; Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA. (Cooptec). Segundo informações prestadas pelo OPAC, outras instituições como Emater, organização de consumidores e universidades também desenvolvem atividades com os agricultores, porém de forma pontual e sem vínculo com o processo de avaliação da conformidade orgânica, ainda assim, em alguns momentos, essas entidades são reconhecidas como colaboradores.

Em relação à produção certificada, além das hortaliças, destaca-se arroz, sementes de hortaliças, pães e agroindústrias vegetais. A comercialização é realizada principalmente em feiras livres e programas institucionais, como o PNAE e o PAA, sendo organizada pela rede de cooperativas do MST.

#### 5.1.4 Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA)

A RAMA, segundo seu Estatuto social (Preâmbulo, p. 1) originou-se da iniciativa de 9 famílias que, com o objetivo de promover a agricultura ecológica, se organizaram por meio da Associação de Produtores Ecologistas no bairro do Lami (APEL) em Porto Alegre-RS, em 1997. Com o passar dos anos, a demanda por alimentos agroecológicos cresceu e, com o apoio de diversas entidades, entre elas a Emater-RS, Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS, outros grupos de produtores ecológicos na região metropolitana foram sendo organizados.

As relações estabelecidas nos grupos garantiam solidária e participativamente a qualidade agroecológica dos produtos junto aos consumidores das Feiras Ecológicas de Porto Alegre. Sempre fez parte da história desses grupos a prática de um comércio justo, ético e solidário”. (ESTATUTO SOCIAL, p. 1).

Seu Estatuto Social esclarece que a Associação da Rede Agroecológica da Região Metropolitana, constituída em 2009, é fruto de uma trajetória de mais de 10 anos de trabalho com a agroecologia, economia solidária e processos participativos de garantia da qualidade orgânica.

Em 2011, segundo as informações obtidas de lideranças da Rama, foi cadastrada a OCS Rama, porém, como poucos agricultores se enquadraram na categoria de agricultor familiar, decidiu-se por atuar como OPAC para ampliar e dar acesso ao mercado de orgânico para todos os associados e não somente para os agricultores familiares, que constituem minoria no SPG. O OPAC foi credenciado em 2015 e na ocasião da pesquisa contava com 53 produtores certificados, distribuídos em 8 municípios da região metropolitana da capital sul riograndense. Dos agricultores e processadores certificados, 19 são mulheres e, do total, 15 se enquadram na categoria de agricultor familiar.

O OPAC da RAMA se configura numa iniciativa original, diferente dos padrões dos outros SPGs, tendo sido configurado de forma participativa ao longo de um extenso período e depois de muitas reuniões, plenária e assembleias que culminaram com a atual configuração dos seus documentos constitutivos (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA RAMA, 2015).

Uma forte característica do OPAC RAMA é a integração com os diversos órgãos oficiais da esfera estadual e municipal, cujos técnicos têm presença constante nas atividades

do SPG. *“A Emater tem papel muito significativo. Tudo começou na feira que era coordenada pela prefeitura e tinha assistência da Emater”* (ENTREVISTADO 1F27, 2019, sic). Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021) observaram em sua pesquisa que a centralidade dos técnicos no OPAC RAMA vem desde a estruturação da OCS, na qual os técnicos assumiram posição de destaque no desenho da organização e na coordenação das discussões para redação das normas e procedimentos e foi inserida a obrigatoriedade da participação de um colaborador nas visitas (que normalmente é o técnico). Apesar dessa centralidade, o autor afirma que, entre os OPACs do RS, foi na RAMA que se observou maior participação de diferentes atores no processo de avaliação da conformidade.

Em relação à estrutura organizativa, a RAMA atua em 8 municípios, entretanto se considera sendo um só grupo. Durante a plenária de preparação para as visitas, por meio de sorteio, esse grupo é dividido em pequenos grupos denominados Comissão de visitação. Essa comissão é composta por no mínimo dois fornecedores e um colaborador. Dessa forma, todos os membros do SPG participam das visitas de verificação. Essa visita ocorre no mínimo uma vez por ano. Cada comissão escolhe um coordenador e um relator e também indica dois representantes, um titular e um suplente, que irão compor, juntamente com outros fornecedores e os representantes das entidades colaboradoras, a comissão de avaliação. Essa comissão é a responsável pela realização do processo de avaliação da conformidade, ou seja, vai conferir e validar o trabalho da comissão de visitação.

Para fazer parte do SPG RAMA e solicitar a avaliação da conformidade, o interessado deverá ser apresentado em reunião por uma das entidades colaboradoras, ou por 5 membros fornecedores, e participar de todas as atividades do SPG durante um ano. Após isso, se aceito, o candidato irá preencher o formulário de manifestação de adesão e uma comissão designada em plenária irá visitar a unidade de produção com o objetivo de atestar o estágio e as condições de certificação da família. Com o parecer da comissão de visitação, a comissão de avaliação decide se o procedimento está conforme e apresenta os pareceres em plenária que decidirá sobre a conformidade orgânica da unidade de produção.

Por ser um SPG concentrado na região metropolitana de Porto Alegre e com um número de fornecedores relativamente pequeno, a RAMA traz a novidade de não ter divisão dos membros do sistema em grupos fixos. Trata-se de um grupo único, cuja divisão em comissões de visitação se dá anualmente por meio de sorteios. Segundo Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021), o SPG RAMA chama a atenção pelo nível de descentralização das

decisões e do processo de avaliação da conformidade que essa organização dos membros em comissões de visitaç o proporciona.

Outra especificidade   sobre a entrada de novos membros, a qual necessita de uma indica o e esta n o pode ser feita apenas por um membro. De acordo com os regulamentos, um novo membro dever  ser indicado por uma das entidades colaboradoras ou por 5 fornecedores certificados. Esse crit rio demonstra, antes de tudo, uma certa prote o e cuidado para que os novos integrantes compartilhem dos mesmos ideais do SPG. No caso da RAMA, percebe-se a confian a do SPG nas entidades colaboradoras ao aceitarem sua indica o para entrada de novos membros.

Em rela o   produ o, destacamos que h  uma boa diversidade de produtos certificados, como: hortali as, frutas (citros e nativas, morango, banana), processados, ovos, mel, cogumelo, e a comercializa o   realizada principalmente em feiras.

#### 5.1.5 Associa o de Agricultura Biodin mica do Sul (ABDSul)

Com sede em Florian polis, a Associa o de Agricultura Biodin mica do Sul (ABDSul) foi fundada em 2001 com o “objetivo de difundir os princ pios da agricultura biodin mica e promover o conceito de inser o do organismo agr cola na paisagem local, levando em considera o a ecologia do ambiente, o meio social, t cnico, econ mico e cultural”<sup>23</sup>. Inicialmente, a ABDSul concentrava seus esfor os na divulga o das pr ticas biodin micas, por exemplo, nos preparados biodin micos.

*Era s  uma associa o, mas n o tinha certifica o. N s trabalhamos com a ATER para agricultura biodin mica, com um fundo de publica o, com o projeto sementes, desde 2012, com um programa de preparados e aplica o de biodin micos e eventos pontuais que participamos (ENTREVISTADO 1F30, 2019, sic).*

Algumas institui oes como Itaip , Instituto Malhe e Sebrae t m sido financiadoras de projetos que apoiaram os trabalhos da ABDSul, em especial, o trabalho com as sementes e do SPG, cuja constitui o foi vista como uma forma de potencializar as a oes da associa o e atender   necessidade dos agricultores biodin micos. As primeiras conversas para constitui o do SPG e constru o dos documentos para credenciamento do OPAC iniciaram em 2012, no entanto somente em 2016 o OPAC foi credenciado. Diferentemente dos demais SPGs, que

---

<sup>23</sup> ver mais em: [www.abdsul.org.br](http://www.abdsul.org.br)

buscam na sua constituição a certificação orgânica, na ABDSul, o propósito é a certificação Demeter (certificação de alimentos e produtos da agricultura biodinâmica). O SPG se configura como uma estratégia, um caminho para fomentar e alcançar a Certificação Demeter (JACOMEL JR.; GONÇALVES; MORAES, 2020).

*A maior parte dos agricultores que estão conosco estão fazendo a agricultura biodinâmica [...] a certificação do orgânico é uma parte do caminho para se chegar à certificação biodinâmica. O propósito é a certificação biodinâmica, não a orgânica. Teoricamente quem tem uma certificação biodinâmica já passou pelo filtro da certificação orgânica, mesmo que não a tenha oficialmente (ENTREVISTADO 1F30, 2019, sic).*

A dinâmica de avaliação da conformidade orgânica desenvolvida no SPG, em especial, os intercâmbios provenientes das visitas de pares e visitas de verificação proporcionam o fortalecimento e o intercâmbio das práticas para a agricultura biodinâmica.

O SPG ABDSul tem atuação em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os agricultores (as) e processadores (as) certificados ou em processo de certificação no OPAC ABDSul são dos seguintes municípios: Florianópolis, Porto Belo, Paulo Lopes, Águas Mornas, Rancho Queimado, Ituporanga e Bom Retiro. Também estão em processo de ingresso agricultores interessados dos municípios de Rio do Sul, Major Gercino, Imbuia e Urubici (JACOMEL JR.; GONÇALVES; MORAES, 2020).

Apesar da ampla área de atuação, a certificação orgânica ainda está restrita a poucos agricultores. Atualmente, a ABDSul possui 9 produtores certificados, sendo que destes, 3 são mulheres, 3 processadores e 1 agricultor familiar. O número reduzido de agricultores envolvidos na certificação é tido como um ponto forte para o processo participativo e de controle social na visão de seus membros. *“O que dá muito certo é não se fazer grupos muitos grandes, a gente estipulou um número de participantes, com mínimo 5 e máximo até 10”* (ENTREVISTADO 2F30, 2019, sic). Apesar do número reduzido de agricultores e agricultoras certificados, a ABDSul possui uma boa estrutura física como sede própria<sup>24</sup>, assim como uma área destinada à produção, experimentos e multiplicação de sementes. A certificação participativa Deméter e o trabalho com a sementes constituem valores deste SPG, que além de frutas e hortaliças, também certifica massas, pães e bebidas orgânicas, como a kombucha. A feira livre, lojas especializadas, venda direta e CSA<sup>25</sup> (Comunidade que Sustenta a Agricultura) constituem os mercados acessados pela ABDSul.

---

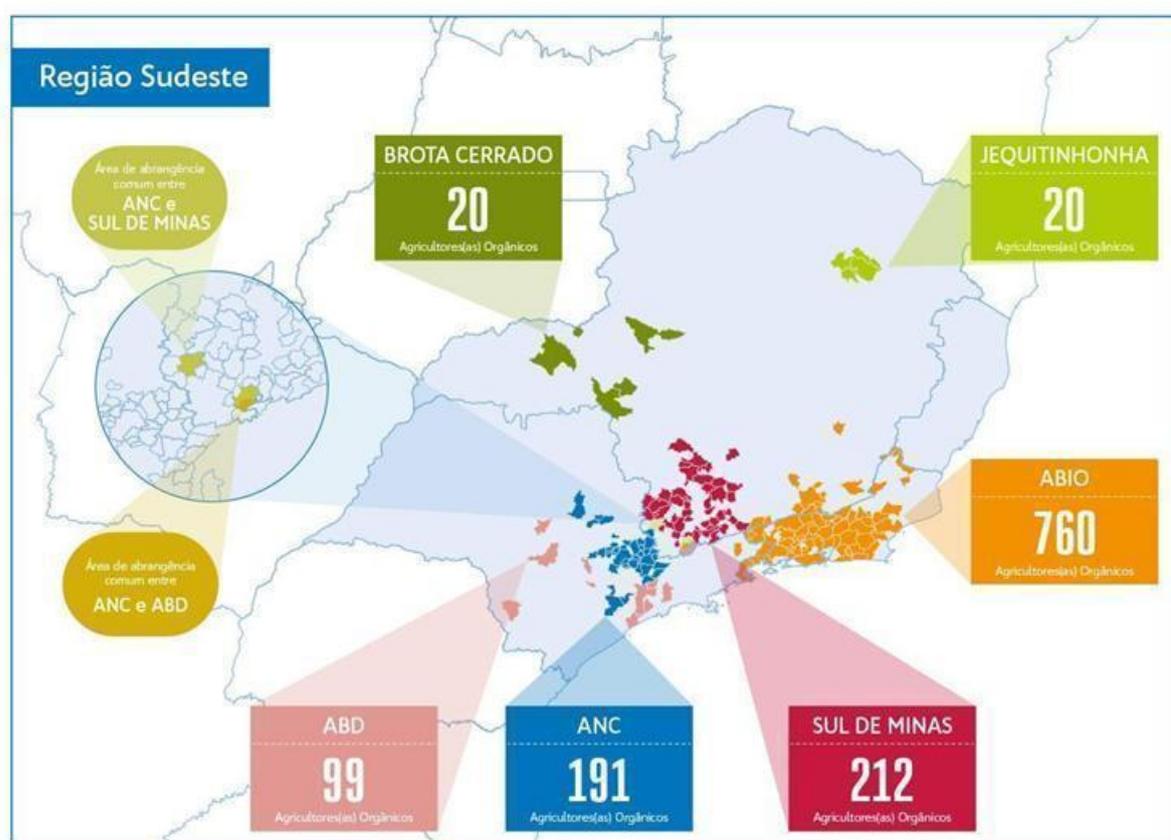
<sup>24</sup> Compartilhada com a Associação Pedagógica Micael na estrutura da Escola Waldorf Anabá.

<sup>25</sup> Ver <http://www.csabrasil.org/csa/>

## 5.2 REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste possui seis SPGs com OPACs credenciados para atuarem em diferentes escopos de certificação, sendo que a ANC e a ABIO, juntamente com a Ecovida no Sul, estão entre os primeiros SPGs credenciados no Brasil. Os Opacs da Região Sudeste são responsáveis por cerca de 1.300 agricultores certificados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos conforme observamos na Figura 09.

Figura 09 – Representação dos municípios de abrangência dos Sistemas Participativos de Garantia na Região Sudeste do Brasil com destaque para o número de unidades e de agricultores certificados.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

O texto a seguir busca descrever as características e informações de cada SPG da Região Sudeste em ordem de credenciamento.

### 5.2.1 Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) foi fundada em 1991 e ficou conhecida como o primeiro OPAC credenciado no Brasil, pelo fato de ter sido o primeiro SPG a receber a visita de auditoria do MAPA, assim como ser o primeiro na relação dos OPACs credenciados, entretanto seu credenciamento ocorreu em 23 de dezembro de 2010, coincidindo com a data de credenciamento da Rede Ecovida e da ABIO. Surgiu a partir da necessidade dos agricultores(as) em produzir de forma natural e abrir mercado em Campinas e região, se organizando então para formar as primeiras feiras agroecológicas. As feiras em Campinas e na capital paulista são os principais mercados conquistados.

*A gente se reunia uma vez por semana para discutir a questão técnica e aí surgiu a necessidade de criar os pontos de comercialização, pois sabíamos que tínhamos um produto diferenciado mas que ainda não tinha um reconhecimento dos consumidores (ENTREVISTADO 3RL1, 2019, sic).*

Quando se iniciou a discussão sobre a regulamentação e certificação da agricultura orgânica em 1994, a ANC tinha como propósito atuar como certificadora. Assim, buscando se preparar para essa decisão, participou de um projeto do extinto MDA de apoio à constituição de pequenas certificadoras. No depoimento abaixo, um dos fundadores da ANC conta como foi a decisão de adotar o sistema participativo.

*A gente fez esse projeto no MDA que chamava projeto de regulamentação das pequenas certificadoras do Brasil. Entrou a ANC, a ABIO, a Minas orgânico de BH e a Chão Vivo [...] A gente contratou um consultor para capacitar a gente na ISO 65, porque a gente queria ser uma certificadora de terceira parte [...] Mas aí, nesse meio tempo, a gente colocou a mão na consciência e nos perguntamos: "é isso mesmo que queremos?" A ANC já tinha um histórico e já conhecíamos o trabalho da Ecovida. Essas 4 certificadoras fizeram o projeto, se capacitaram e dessas 4 a ANC foi a primeira a decidir que não queria trabalhar com terceira parte e foi para a participativa. Em seguida a ABIO também foi. A gente já estava com a papelada toda pronta para ser certificadora [...] Foi uma coisa assim, no meio do caminho a gente voltou e nem chegamos a trabalhar com terceira parte (ENTREVISTADO 3RL1, 2019, sic).*

A ANC se destacou na história da regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil participando ativamente na construção do marco regulatório, além de sediar, na Fazenda Yamaguishi em Jaguariúna-SP, diversos encontros do GAO, inclusive o que resultou

na construção da Lei 10.831/2003 (DONATTI; AMEDI, 2020). Em função do ativismo em prol dos SPGs, a ANC passou a ser referência nacional e apoiou, de alguma forma, a constituição de diversos outros SPGs, entre os quais podemos citar o SPG da ABD, Sul de Minas, ABD Sul, ATIX e OPAC Cerrado.

Atualmente, cerca de 200 agricultores e processadores estão certificados pelo OPAC ANC, distribuído em aproximadamente 30 grupos espalhados na região do Leste Paulista e Sul de Minas Gerais. A agricultura familiar é cerca de 25 % do total de agricultores familiares e 3 % assentados da reforma agrária. Esse percentual tende a crescer com os últimos trabalhos que a ANC tem realizado para a inclusão de novos assentamentos. As mulheres representam 30 % do total de certificados. Em relação à produção certificada, hortaliças, frutas, ovos e processados fazem parte dos principais produtos certificados pela ANC que, em sua maioria, são comercializados nas feiras agroecológicas de Campinas, São Paulo e região, além de lojas especializadas e entregas em domicílio.

### 5.2.2 Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro e região (ABIO)

*“A ABIO é produção, certificação, comercialização e movimento”.*

Ana Paula Pegorer Siqueira

Entre todas as entidades que atuam como SPG no Brasil, a ABIO é a mais antiga. Foi fundada em 1985 e desde a sua constituição mantém fortes relações entre agricultores, processadores e consumidores por meio da venda direta, em especial por meio das feiras de produtos orgânicos (SIQUEIRA *et al.*, 2020). A garantia da qualidade dos produtos comercializados sempre foi uma preocupação da ABIO. Neste sentido, antes mesmo de existir a legislação de orgânicos, a ABIO já realizava visitas entre os agricultores ou inspeções nas unidades de produção com o intuito de realizar algum tipo de controle social para garantir a qualidade dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas.

*A ABIO sempre foi uma associação de agricultores, mas ela não nasceu para fazer uma certificação nem dar garantia de nada, só que como ela nasceu de uma feira, naturalmente a feira tinha que garantir a qualidade dos produtos [...] Então a gente fazia as visitas entre a gente, um visitava o outro, tinha as comissões, dois ou três, faziam as visitas [...]. E era assim, a gente pegou o caderno de normas da IFOAM, traduziu, uma adaptação básica e a gente fazia as visitas se baseando nessas normas (ENTREVISTADO 1C06, 2019, sic).*

Pode-se afirmar que, desde o início da década de 1990, diversas organizações do movimento orgânico brasileiro já desenvolviam iniciativas para gerar garantias da qualidade orgânica, apesar da pouca aproximação e comunicação entre essas organizações. Essa aproximação, por exemplo, entre ABIO e Ecovida só veio acontecer quando iniciaram as discussões sobre a regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, da qual a ABIO participou ativamente. Vale lembrar que a ABIO foi uma das primeiras entidades a apoiar a certificação participativa, fortalecendo e fazendo coro ao discurso da Ecovida.

*Em 92 começaram os primeiros movimentos para regulamentação da produção orgânica e a ABIO participou junto. Foi aí que aconteceu a aproximação da ABIO com a Ecovida e sempre estivemos do lado da Ecovida para a certificação participativa. A questão era garantir que houvesse uma alternativa à certificação por auditoria (ENTREVISTADO 1C06, 2019, sic).*

Apesar de ter apoiado desde o início a certificação participativa, a ABIO, assim como a ANC, também se preparou para atuar como uma certificadora por auditoria antes de se credenciar o OPAC. Participou do projeto do MDA que consistiu em apoiar o credenciamento de pequenas certificadoras. Segundo depoimentos de uma das fundadoras, o procedimento de garantir a qualidade que a ABIO fazia naquela época pode ser considerado uma espécie de certificação híbrida que mesclava certificação participativa com certificação por auditoria. Isso porque, apesar de realizar visitas entre os agricultores com a presença de consumidores para atestar a qualidade, a ABIO realizava visitas de inspeção, sempre com a presença de um técnico para ver se a unidade de produção se enquadrava ou não nas normas técnicas.

A ABIO atua predominantemente no estado do Rio de Janeiro, na época da pesquisa contava com 46 grupos e aproximadamente 700 produtores e produtoras no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, atendendo às demandas de diversas feiras e mercados da capital carioca. Cerca de 50 % são enquadrados como agricultores familiares e 30 % são mulheres. Com uma longa caminhada nas lutas agroecológicas, o SPG reúne atores da sociedade civil, universidades, entidades de pesquisa e extensão, possibilitando a garantia da qualidade orgânica dos alimentos, em especial, daqueles comercializados pelo circuito carioca de feiras. O circuito carioca de feiras atende os agricultores da ABIO num raio de 150 km, que participam de 19 feiras, das quais 12 são coordenadas pela ABIO. A ABIO tem em cada feira um gerente responsável pelo controle de entrada e saída dos produtos (romaneios). Os demais produtores certificados pelo OPAC ABIO comercializam seus produtos pelos mais

variados canais de comercialização existentes, tais como lojas, mercados, cestas em domicílio, vendas pela internet, bem como venda direta ao PAA e ao PNAE.

Em relação à produção, segundo informações obtidas durante a pesquisa, os fornecedores da ABIO produzem 84 % de horticultura, 8 % de processamento vegetal, 7 % de produção animal, 2 % de cogumelo e 1 % de mel.

### 5.2.3 Associação de Agricultura Biodinâmica (ABD)

Este sistema participativo de garantia tem como tronco central a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD), fundada em 1995 a partir da Associação Tobias, responsável pelas primeiras ações na região. A Associação Tobias, criada com o objetivo de fomentar atividades com base antroposófica, iniciou suas ações voltadas para a agricultura biodinâmica a partir de 1974 e em 1975 tiveram início os trabalhos de fundação da fazenda Estância Demétria, com o objetivo de desenvolver práticas biodinâmicas. Entre o início da década de 1980 e início dos anos de 1990, a Associação Tobias atuou no apoio às ações de certificação orgânica realizadas pelo Instituto Biodinâmico, possibilitando a participação de agricultores interessados na produção Biodinâmica certificada.

*No começo, essa Associação Tobias era como uma mãe que apoiava a biodinâmica, a medicina, as escolas... todo mundo era funcionário da Associação Tobias, a partir de 1995, fizeram um processo para que todas as organizações fossem independentes, virassem Associações (ENTREVISTADO 1C09, 2020, sic).*

Nos procedimentos da certificação orgânica, apesar do bom funcionamento da auditoria realizada pelo IBD, a constatação de dificuldades dos agricultores familiares com o sistema estimulou a busca pelo SPG e pelo credenciamento de um OPAC no MAPA, como já experimentado à época pelos agricultores vinculados à ANC, Rede Ecovida e ABIO. Partindo da ABD, embasado nos esforços dos seus membros e contando com a colaboração da ANC, o processo foi iniciado e, em 2011, o credenciamento do OPAC no MAPA se confirmou.

*A constituição da SPG foi uma iniciativa da Biodinâmica. A gente começou a perceber a dificuldade dos produtores com o processo de auditoria, o processo de SPG vindo com força no Brasil... Aí eu participei de um encontro em 2008 na Bolívia de agricultura ecológica, assisti a palestra do Laércio, conversamos, em 2010 teve um encontro na Costa Rica... Aí decidimos fazer (ENTREVISTADO 1C09, 2020, sic).*

O fato de trabalhar com agricultura biodinâmica acaba sendo uma motivação para muitos agricultores buscarem a ABD como entidade para certificação. Fazer parte da ABD pode significar o acesso aos cursos de formação sobre agricultura biodinâmica, acesso a mercados e oportunidade de aprendizagem.

*Dois coisas me estimularam a buscar o SPG. Uma porque o fato que era ABD e isso pra mim era bastante interessante porque a gente já queria a agricultura biodinâmica aqui [...] e a outra é porque a gente já tava com necessidade de buscar outro mercado porque os mercados institucionais já estavam em baixa (ENTREVISTADO 1F09, 2019, sic).*

O SPG ABD tem sua sede em Botucatu-SP e abrange agricultores e agricultoras de São Paulo e Minas Gerais. Como principais características, destacam-se a formação e a produção voltada para a agricultura biodinâmica e o incentivo à produção e preservação das sementes crioulas e orgânicas. Além das ações praticadas na Estância Demétria para a promoção das trocas de experiências entre os membros do SPG, os dias de campo e os momentos de visitas têm contribuído para fortalecer os princípios da agricultura biodinâmica e as suas práticas nas propriedades acompanhadas. As unidades de produção voltadas para a agricultura biodinâmica recebem também o Selo Demeter, que representa uma iniciativa de aliar a certificação biodinâmica com o SPG.

Outro aspecto relevante é o trabalho com as sementes. Na agricultura biodinâmica, as sementes são consideradas como importante elemento de um organismo agrícola e sua seleção e multiplicação devem considerar os aspectos característicos de cada unidade de produção (JOVCHELEVICH; MOREIRA, 2020). Como forma de apoio, a ABD mantém um banco de sementes com espécies de adubos verdes e plantas cultivadas como alface, quiabo, tomate e outras. Nas unidades dos agricultores(as), o incentivo à multiplicação de sementes é constante e conta com o apoio técnico, bem como o incentivo às formações em campo e à disponibilidade de sementes, como o projeto da biblioteca de sementes que está sendo gestado.

*Aqui começamos a fazer um projeto de biblioteca de sementes, a pessoa usa e devolve, apareceu o Instituto Federal de Itapetininga querendo fazer uma biblioteca de sementes. É uma ideia até de atuar no ambiente urbano, a intenção é também focar na diversidade (ENTREVISTADO 1C09, 2020, sic).*

Como forma de socialização das experiências e promoção das trocas de sementes entre os guardiões e guardiãs, a ABD organiza anualmente em Minas Gerais e São Paulo, juntamente com parceiros, a Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas. O evento é

caracterizado pela biodiversidade de variedades presentes e pela riqueza cultural trazida pelos participantes (JOVCHELEVICH; MOREIRA, 2020).

A participação dos colaboradores se dá em alguns espaços de funcionamento do SPG ABD e contribui para o fortalecimento do sistema, por exemplo, em relação à credibilidade e visibilidade com os consumidores. Entre as entidades colaboradoras, podem ser citadas a UFSCar, as prefeituras municipais, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ABD também conta com parcerias para realização de projetos, como o Instituto Mahle.

Atualmente, são cerca de 100 agricultores cadastrados no MAPA, sendo cerca de 30 % agricultores familiares e 37 % mulheres. O SPG ABD está organizado em grupos de certificação que são organizados de acordo com a localização geográfica ou com a identidade dos seus membros presentes em Guarapiranga, Botucatu, Iperó, Apas Zona Sul, Coopplantas, Bauru, Tupã e Serrapilheira em São Paulo e o grupo Serras de Santana, de Sapucaí Mirim, em Minas Gerais. Os produtos estão relacionados à produção primária vegetal, animal e processamento, sendo comercializados especialmente nas feiras, nos mercados institucionais e CSA.

#### 5.2.4 Orgânicos Sul de Minas (OSM)

O SPG Orgânicos Sul de Minas foi constituído em 2012 com o objetivo de promover e fortalecer a agroecologia na região por meio da integração e união das associações e cooperativas de agricultores orgânicos do Sul de Minas. Fruto de um projeto de extensão coordenado por servidores do IFSULDEMINAS, que também contou com a participação e o apoio do Ministério da Agricultura e da Emater-MG, a constituição do SPG Orgânicos Sul de Minas (OSM) se tornou possível a partir do momento que essas instituições se uniram para acolher a demanda dos agricultores e agricultoras orgânicos, inicialmente apresentada por agricultores(as) da Associação dos Agricultores Ecológicos do Sul de Minas (Ecominas). Por meio dessa interação de entidades e agricultores, foi estabelecido um diálogo propositivo que culminou na fundação da Central de Associação de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas), com o objetivo de viabilizar um SPG. A certificação participativa era, para alguns, uma forma de garantir o acesso aos mercados orgânicos sem precisar de uma certificadora, que além de caro, era um sistema de verificação que não

contribuía na construção do conhecimento agroecológico e na interação das entidades que naquele momento estava sendo demandada pelos agricultores.

*Eu estava lá acompanhando esse processo e percebi que os agricultores sentiam a necessidade de trabalhar a avaliação da conformidade. Sair de uma estrutura de certificação de auditoria e passar para uma estrutura em que eles próprios tivessem a oportunidade de participar [...] Não era só pelo custo da certificação, mas também por uma questão que me chamou muito a atenção na época, é que eles consideravam a auditoria como se fosse uma invasão de privacidade (ENTREVISTADO 1C19, 2019, sic).*

A experiência já conhecida na região do modelo de Central de Associações inspirou a conformação dessa rede agroecológica constituída por meio da constituição do SPG reunindo, inicialmente, 6 associações, algumas com mais de 10 anos de trajetória no associativismo e produção orgânica e até certificação. Essa experiência, somada à colaboração do IFSULDEMINAS e da Emater-MG, foi importante para dar celeridade tanto à formalização da OSM quanto ao seu credenciamento como OPAC, que ocorreu em 2013. Formada por associações e cooperativa com distintas características e experiências, uma das primeiras e marcantes ações realizadas foi o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia, um evento realizado em etapas, que socializava experiências de agricultores (as) da OSM e de colaboradores, proporcionando interação e reconhecimento dos seus membros.

O SPG Orgânicos Sul de Minas possui abrangência regional, atuando em mais de 40 municípios do Sul de Minas Gerais. Atualmente conta com 15 núcleos (associações ou cooperativas) e cerca de 43 grupos, num total de 222 agricultores certificados, sendo cerca de 65 % da agricultura familiar, 25 % mulheres e 10 % assentados da reforma agrária. Apesar do número de certificados em nome das mulheres ser pequeno em relação aos certificados em nome dos homens, ressalta-se que, desde a sua criação, a participação das mulheres nos cargos de gestão tem sido um destaque na OSM. Em 8 anos de fundação, 6 foram presididos por mulheres, assim como a coordenação do OPAC. As discussões relacionadas à participação das mulheres são tratadas em encontros e grupos de WhatsApp. Um grupo de trabalho para discutir as questões de gênero é um tema recorrente nos encontros, porém ainda não foi criado. O OPAC possui atualmente os seguintes grupos de trabalho: rotulagem, sementes, insumos e comercialização. Os GTs são consultivos e contribuem nas tomadas de decisão no SPG realizando estudos mais aprofundados sobre os temas em discussão no OPAC, emitindo pareceres técnicos, facilitando, assim, os encaminhamentos pela coordenação.

Outra característica do SPG Orgânicos Sul de Minas é o envolvimento e a participação dos estudantes do Núcleo de Estudos em Entomologia e Agroecologia (NEA) Raiz do Campo do IFSULDEMINAS-*Campus* Inconfidentes enquanto colaboradores do SPG. O NEA Raiz do Campo colabora na avaliação da conformidade, participando das visitas de verificação, promove ou apoia os eventos e cursos voltados para os agricultores e agricultoras da OSM, assim como desenvolve pesquisas relacionadas aos trabalhos de conclusão do curso voltados para os temas de interesse do SPG. Outra colaboração importante do NEA Raiz do Campo para a OSM é a organização dos documentos em pastas e cadastramento dos produtores (as) orgânicos no MAPA. No parecer do Ministério da Agricultura, o envolvimento e a participação dos estudantes, em especial filhos e filhas de agricultores, promovem uma “boa organização dos arquivos na sede do OPAC e acompanhamento das atividades burocráticas e de campo” (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA OSM, 2015). Essa participação também é vista pelo IFSULDEMINAS como positiva para a formação dos estudantes.

*A formação acadêmica, quando direcionada somente pelos conteúdos didático-pedagógicos disciplinares, torna-se distante da realidade que cerca os estudantes e dificulta a sua inserção no mundo real. Quando, a estes estudantes, é oportunizada uma vivência prática diante da realidade que o cerca, tem-se uma formação mais sólida e um profissional comprometido(a) com as demandas reais existentes. (ENTREVISTADO 3C19, 2020, sic).*

A atuação dos colaboradores do SPG Orgânicos Sul de Minas foi ressaltada como um ponto positivo em relação aos processos de avaliação da conformidade nas auditorias realizadas pelo MAPA.

O OPAC apresenta grande envolvimento de entidades públicas no desenvolvimento do processo, tais como o Instituto Federal Sul de Minas e Emater-MG. Restou demonstrada a grande vitalidade do SPG, com a verificação da participação de vários colaboradores, além dos próprios produtores, que, dentro do OPAC, mostraram conhecer-se e realizar as atividades rotineiras de visitas e verificação de forma assídua (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA OSM, 2017).

Seguindo as características produtivas da agricultura sul-mineira, dentre os produtos certificados destacam-se o café, a banana, as hortaliças e os processados de origem vegetal, como o pó de café, geleias e azeite de oliva. A produção é destinada para as feiras livres que ocorrem em algumas cidades do Sul de Minas e também em Campinas-SP e na capital paulista, além das vendas no atacado.

### 5.2.5 Rede Brota Cerrado

A Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa foi criada em 2012, com sede no município de Sacramento-MG e tem como principais objetivos a constituição de um SPG, a avaliação da conformidade orgânica de unidades produtivas, a promoção da cultura por meio de atividades artísticas, educativas e a realização de ações de Educação Ambiental. O processo de constituição teve seu passo inicial durante o I Festival de Primavera, Cultura e Agroecologia do município sede, motivado pela união de energias de pessoas interessadas na produção agroecológica alinhada à saúde coletiva e à soberania e segurança alimentar e nutricional como direito universal.

*A criação da Brota Cerrado congregou pessoas e entidades que reconhecem a importância de se preservar o patrimônio cultural e ambiental iniciando suas atividades em uma região situada numa das portas de entradas do Parque Nacional da Serra da Canastra, valorizando o saber fazer ancestral, produzindo alimentos saudáveis e em harmonia com a natureza (ENTREVISTADO 1F26, 2020, sic).*

Neste início o grupo contou com a participação de agricultores(as) da Rede Ecovida de Agroecologia na tradução do processo e construção dos caminhos para a avaliação da conformidade dos produtos. Também estiveram presentes a Emater-MG, o MAPA, a Embrapa e o envolvimento do Sebrae-MG em um segundo momento desta construção com a contratação de consultoria de membros da Ecovida que já atuavam na região. O credenciamento do OPAC no Ministério da Agricultura em 2015 foi um importante momento da sua história, em especial pela certificação do leite e derivados, com destaque para o primeiro queijo certificado em MG, o “Queijo Minas Artesanal Orgânico”, além das hortaliças, grãos e frutas, abrindo novas oportunidades para a comercialização e produção sustentável. Além do OPAC credenciado e da visibilidade da produção orgânica em uma região do estado de Minas Gerais caracterizada pelo agronegócio e os monocultivos, o SPG Brota Cerrado se destacou pela valorização das atividades culturais, em especial, aquelas ancoradas nas obras de Carolina Maria de Jesus, buscando a valorização humana e o resgate das origens locais.

A participação das mulheres, evidenciada já nos documentos constitutivos da entidade, representa um destaque do grupo. Ademais, como destacado pelo Ministério da Agricultura, os integrantes demonstraram desenvoltura na realização dos processos de avaliação da conformidade e realização das visitas, mantendo viva a solidariedade e a cordialidade (RELATÓRIO DO MAPA, 2017 – Brota Cerrado).

A participação de colaboradores, apesar de ser considerada relevante tanto para o SPG quanto para as entidades, ocorre de forma pontual e esporádica. Um dos colaboradores declarou que o SPG promove as condições apropriadas para que a extensão se materialize:

*É um sonho da extensão rural apoiar os SPGs pelo próprio nome, sistema participativo. A extensão rural nada mais é do que um sistema participativo, é uma construção coletiva do conhecimento. E ali [no SPG] a gente está fazendo essa construção. Então, é a extensão rural no seu clímax. Para mim, a certificação participativa é um sistema participativo de ATER. Tanto que quando a gente trabalha com SPG a gente usa todas as prerrogativas das metodologias participativa de ATER. (ENTREVISTADO 1C26, 2019, sic).*

Atendendo às sugestões de melhorias apontadas em relatórios de Auditoria do MAPA, nos últimos anos, o OPAC tem buscado aprofundar os conhecimentos sobre a legislação e os procedimentos de avaliação da conformidade, além de desenvolver um planejamento de atividades. Essa ação tem ocorrido com a oferta de cursos e troca de experiências com outros SPGs, tendo a colaboração do IFSULDEMINAS.

O funcionamento do OPAC está embasado em núcleos e estes divididos em grupos. Atualmente, o SPG Brota Cerrado possui atuação em três estados brasileiros, sendo Minas Gerais: nos municípios de Sacramento, Uberlândia, Araxá, Patos de Minas, Cascalho Rico e Fronteira; Santa Catarina: nos municípios de Florianópolis e Blumenau; Rio Grande do Sul: no município de Caxias do Sul. O SPG está ampliando ainda mais a sua atuação com um novo grupo que está no processo de certificação no estado de São Paulo, com agricultores dos municípios de Nova Granada, Ipiguá, Birigui, Penápolis, Ouroeste, São José do Rio Preto e Macedônia. São 20 agricultores e agricultoras certificados no momento da pesquisa, sendo que 55 % são assentados da reforma agrária e 4 mulheres. Um número baixo se comparado ao início do processo de constituição quando eram maioria, porém esse número tende a aumentar, visto ter algumas agricultoras no processo que ainda não receberam o certificado. A comercialização se dá em feiras e CSA e a participação de membros oriundos de diferentes estados, de acordo com as informações de alguns membros, têm possibilitado experiências de trocas de produtos que ampliam a diversidade ofertada nos espaços de vendas.

#### 5.2.6 Orgânicos Jequitinhonha

Em 2015, um grupo de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha, região Nordeste de Minas Gerais, decidiu pela constituição de um SPG na região, após um

intercâmbio realizado no Sul de Minas onde puderam conhecer a experiência do SPG Sul de Minas. A constituição do SPG teve como objetivo proporcionar acesso aos mercados para orgânicos, fortalecer as práticas agroecológicas e associativistas, além de promover a construção do conhecimento agroecológico. Segundo Fernandes, Oliveira e Silva (2020), a constituição do SPG se deu formalmente em 2016, tendo como base para sua composição as organizações de agricultores familiares feirantes dos municípios do Vale. Assim, a Associação de Agricultores Familiares de Feirantes de Turmalina (AFTUR) assumiu a responsabilidade de responder legalmente pelo SPG como OPAC.

A constituição do SPG Orgânicos Jequitinhonha teve o apoio do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), uma organização não governamental que atua na região há quase 30 anos apoiando a agricultura familiar do Jequitinhonha em questões relacionadas à produção agroecológica, acesso a água, relações de gênero, organização rural, feiras livres e acesso a políticas públicas. O CAV é o principal colaborador do SPG Orgânicos Jequitinhonha. Sua atuação com os agricultores familiares na constituição do SPG foi considerada como imprescindível, visto a complexidade do processo de constituição. “*Se não tiver um grupo de apoio, não vai. [...] Acredito que hoje até anda sem o CAV, mas não seria fácil e a presença dele é muito importante*”. (ENTREVISTADO 1F33, 2019, sic).

Com o apoio do CAV e a orientação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), instituição colaboradora do SPG Sul de Minas, em 2016 foram elaborados os documentos e regulamentos exigidos para constituição e funcionamento do OPAC Jequitinhonha, cujo credenciamento ocorreu em 2017. O desenvolvimento das atividades de avaliação da conformidade que passaram a desenvolver após o credenciamento, como visitas, dias de campo, cursos e até mesmo as reuniões, tem proporcionado maior interação, troca de experiências, aprendizados, valorização dos saberes, além de melhoria na autoestima conforme relatos dos agricultores.

*Antes do certificado eu já me considerava orgânico, porque eu já produzia sem veneno e batia o pé na feira falando que meu produto era orgânico. Eu larguei mão de adubo e do veneno há 15 anos. Depois que os técnicos do CAV me ensinaram a tratar da terra e plantar, nunca mais trabalhei um dia para alguém, trouxe autonomia. Hoje eu entrego verdura para duas escolas, tem duas feiras que a gente vai, então para mim foi um ganho grande demais* (ENTREVISTADO 2F33, 2019).

*No início, fazíamos de tudo para não usar (agrotóxicos), mas usava. Sempre que apertava, ao invés de buscar entender o que estava acontecendo, usava uma saída mais fácil. Já havia diminuído o uso de agrotóxico, mas a conversão do sistema foi depois do SPG* (ENTREVISTADO 1F33, 2019).

Assim como o depoimento dos agricultores demonstra que o SPG foi um motivo para a conversão total do sistema, os técnicos também reforçam que o SPG fortaleceu as práticas agroecológicas que o CAV vinha desenvolvendo com os agricultores. *“O SPG fortaleceu o discurso dos técnicos no incentivo da produção orgânica e agroecológica”* (ENTREVISTADO 1C33, 2019). Para os agricultores, o compromisso em seguir todas as normas da produção orgânica no SPG não é só com o consumidor, mas com os companheiros. *“O meu certificado é dele e o dele é meu”* (ENTREVISTADO 3F33, 2020, sic). A responsabilidade solidária, característica básica de um SPG, faz com que eles se comprometam uns com os outros em seguir a legislação.

Visando proporcionar maior interação entre os agricultores, facilitar a participação nas atividades de avaliação da conformidade e proporcionar uma gestão horizontal, o SPG Orgânicos Jequitinhonha se organiza em núcleos no território, sendo que cada núcleo possui um coordenador. Atualmente são 06 núcleos de certificação, sendo 4 com agricultores certificados e 2 em processo de certificação. A definição de núcleo se dá em função da proximidade geográfica para diminuir distâncias e tempo de viagem para participação nas atividades. A atuação do SPG Orgânicos Jequitinhonha abrange os municípios de Turmalina, Veredinha, Minas Novas e Chapada do Norte. Recentemente houve a inclusão de mais dois núcleos, um referente ao município de Berilo e outro núcleo com a junção dos municípios de Carbonita e Itamarandiba.

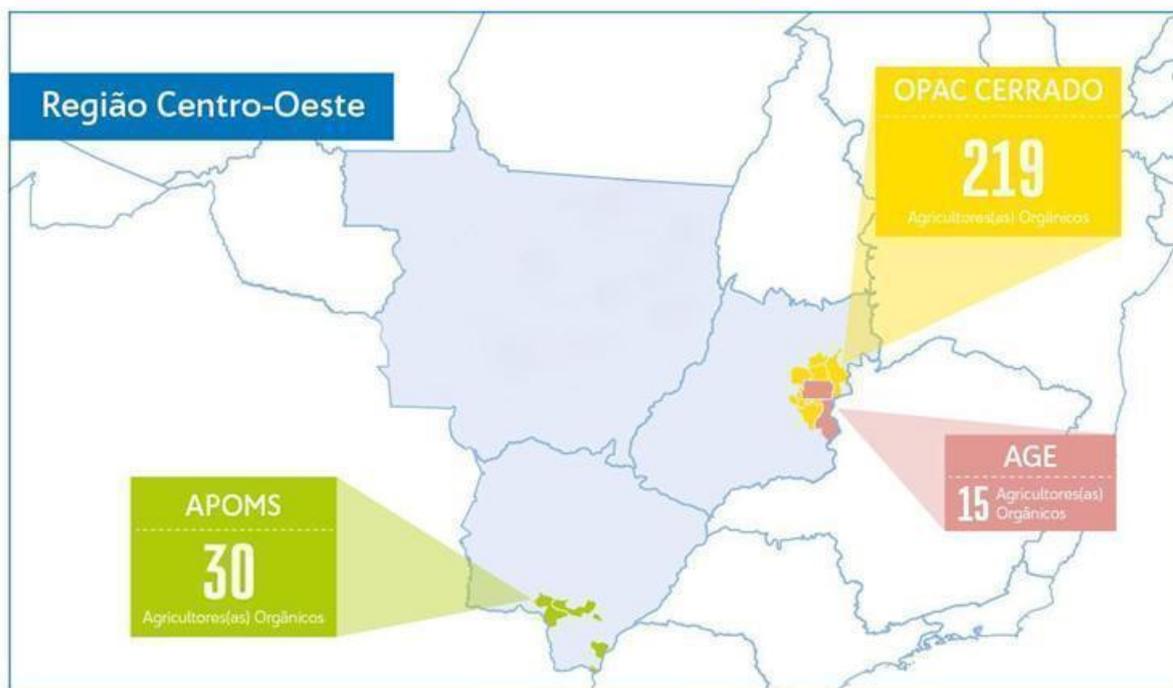
Atualmente o SPG Orgânicos Jequitinhonha tem 19 agricultores e agricultoras familiares certificados pelo OPAC, sendo 8 mulheres. Outros 30 agricultores e agricultoras estão em processo de certificação. As feiras da agricultura familiar consistem numa tradição no Vale do Jequitinhonha e na base do SPG. Assim, a feira é o principal mercado dos produtos certificados, além dos mercados institucionais, que têm sido muito disputados na região, o que faz com que o certificado de orgânico tenha muito mais valor para os agricultores, uma vez que a certificação garante a prioridade na comercialização nesse mercado.

### 5.3 REGIÃO CENTRO-OESTE

Participaram deste estudo 3 SPGs da Região Centro-Oeste: APOMS do Mato Grosso do Sul, Opac Cerrado e AGE no Distrito Federal. Mesmo compartilhando a geografia e subordinados à mesma legislação, é interessante observar as diferentes construções sociais

para atender às realidades de cada SPG. A representação da localização, abrangência e número de agricultores certificados são apresentados na Figura 10.

Figura 10 – Representação dos municípios de abrangência dos Sistemas Participativos de Garantia na Região Centro-Oeste do Brasil com destaque para o número de unidades e de agricultores certificados.



Fonte: Adaptado de Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

### 5.3.1 Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)

A Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul com sede em Glória dos Dourados foi constituída no ano de 2000 com o objetivo de somar forças e buscar incentivos mútuos para a produção, certificação e comercialização da produção orgânica. Atualmente é o único SPG do Mato Grosso do Sul-MS.

A motivação inicial para a constituição da APOMS veio de um grupo de cafeicultores intencionados em produzir orgânicos, que viram no associativismo uma forma mais fácil de conseguir assistência técnica para produzir, certificar e acessar mercados. Inicialmente os agricultores buscaram a certificação grupal por auditoria no Instituto Biodinâmico (IBD). Essa experiência proporcionou o desenvolvimento de diversas atividades de intercâmbio e troca de experiências, proporcionando muitos aprendizados para o grupo, em

especial, aqueles relacionados aos registros e gestão social (KOMORI *et al.*, 2020). Por meio da APOMS, os agricultores orgânicos do Mato Grosso do Sul puderam interagir e fazer parte do movimento orgânico brasileiro, participando e contribuindo na construção dos procedimentos para regulamentação da agricultura orgânica. Desta interação, veio o interesse e a motivação para constituir o SPG. O contato com a Ecovida se iniciou em 2002, na ocasião do Congresso Brasileiro de Agroecologia que ocorreu em Porto Alegre e se estendeu pelos anos seguintes nos encontros de discussão e construção do marco regulatório. Além da Ecovida, a APOMS também interagiu com diversas outras organizações do movimento orgânico que depois viriam a se constituir SPG, como ANC, ABIO e Rede Xique Xique. Apesar da influência e apoio maior ter vindo da Ecovida, a APOMS reconhece que todas essas organizações contribuíram na constituição do seu SPG e, posteriormente, no credenciamento do OPAC.

Desta forma, podemos dizer que a definição dos processos metodológicos do OPAC/APOMS foi fruto de uma construção interna somada a um processo participativo que se deu pelo intercâmbio de experiências entre as entidades que participaram da discussão do SPG no Brasil (KOMORI *et al.*, 2020 p. 185).

O credenciamento do OPAC/APOMS ocorreu em 2013 e significou para a APOMS um reconhecimento pelo trabalho com a produção orgânica e pelo associativismo iniciado com a sua constituição.

Uma característica marcante da APOMS é a sua capacidade de articulação e incidência política no Estado. Enquanto membro ativo na Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg-MS), tem se destacado pela articulação e trabalhos em parceria com as diversas instituições públicas.

*Essa postura de dialogar com todo mundo faz com que a APOMS seja bem vista pelos diferentes segmentos. Desde o começo teve essa postura no processo organizacional, inclusive dialogando com pessoas que pensam muito diferente, de ala política totalmente diferente. Ao longo do tempo, essa foi a postura [...] Então, eu acho que isso é um diferencial muito grande e facilita o diálogo com as instituições". (ENTREVISTADO 1C14, 2019, sic).*

Nesse sentido, conseguiu firmar parcerias e convênios com Universidades, Entidades Públicas de Pesquisa e de Extensão. Foi beneficiária de alguns projetos antes e depois do credenciamento do seu OPAC, o que muito contribuiu nas formações e consolidação da comercialização em rede, entretanto sua sustentabilidade financeira é garantida pela comercialização, o que a torna mais autônoma e menos dependente de projetos.

Atualmente possui 15 famílias certificadas, distribuídas em 8 núcleos e 9 grupos, atuando em 5 municípios da região de Dourados: Ponta Porã, Dourados, Glória de Dourados, Itaquiraí e Mundo Novo. Apesar de estar conformado em núcleos e grupos como a Ecovida, na prática, a dimensão do que seja um núcleo na APOMS é bem diferente da Ecovida. De acordo com o estatuto social, os núcleos são formados por agricultores, consumidores, comerciantes e processadores. Todos os núcleos devem ter uma pessoa ou instituição responsável pela assessoria em agroecologia. Observa-se pela quantidade de núcleos e agricultores certificados que são poucos agricultores em cada núcleo.

Vale ressaltar que, embora a APOMS seja uma associação de produtores orgânicos, atualmente o número de agricultores orgânicos certificados é cerca de 10 % do número total de associados da APOMS que compõem os grupos e núcleos. Isso se deve ao fato de que a APOMS desenvolve ações que extrapolam a certificação, beneficiando todos os agricultores da rede, certificados ou em transição. Um exemplo é a recém-criada COOPERAPOMS, a cooperativa responsável pela Central de Comercialização, que comercializa atualmente a produção de todos cooperados, orgânicos ou em transição, nas feiras e nos mercados institucionais, como PAA e PNAE.

O crédito rural, considerado pelos agricultores familiares do estado um problema no desenvolvimento da produção orgânica, tem sido superado por meio de uma atuação do SPG APOMS na criação de uma cooperativa de crédito rural solidário (CRESOL), que atende os agricultores da APOMS e da região. Por fim, a APOMS também tem sido uma importante parceira das universidades da região no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, além da criação de cursos em Agroecologia.

### 5.3.2 Sistema Participativo de Garantia SindiOrgânicos

O Sistema Participativo de Garantia SindiOrgânicos é o único do Brasil constituído com o OPAC vinculado a um sindicato, sendo o único sindicato de produtores orgânicos do Brasil. O SindiOrgânicos foi fundado em 2002, tendo sido idealizado por um grande produtor de orgânicos do Distrito Federal (DF), que contou com o apoio de um dos pioneiros na produção orgânica do Distrito Federal<sup>26</sup>. Para proporcionar uma estrutura de

---

<sup>26</sup> O SindiOrgânicos foi idealizado pelo dono da Fazenda Malunga, considerada uma das maiores produtoras de hortaliças orgânicas do Brasil e apoiado pelo Sr. Moacir Pereira Lima, primeiro produtor orgânico do DF.

manutenção, uma das propostas era realizar a prestação de serviços para os agricultores e, entre elas, a certificação.

*O SindiOrgânicos surgiu da ideia do Joy Vale, o dono da Malunga, e o seu Moacir Pereira Lima que foi nosso presidente por muitos anos, eles tiveram a ideia de criar o sindicato para fortalecer os produtores orgânicos, que na época eram uns 20 produtores, e fundou o sindicato. Fundou o sindicato com a ideia de prestar serviço para o produto. (ENTREVISTADO 1C13, 2019, sic).*

Inicialmente, como os agricultores já tinham a experiência com a certificação por auditoria (Mokiti Okada), a opção foi continuar com esse sistema. Por meio de uma parceria com o Sebrae, foi contratada a Ecocert para realizar a certificação, os agricultores tinham 70 % do custo pago pelo Sebrae. No entanto, finalizado o projeto com o Sebrae, em função do custo, a certificação por auditoria se tornou inviável para os agricultores. Com o objetivo de continuar apoiando a certificação para os agricultores, o Sindicato optou por constituir o SPG SindiOrgânicos e, mais uma vez, o Sebrae foi o principal parceiro financiador da proposta, contratando serviço de consultoria para apoiar o sindicato na elaboração dos documentos e credenciar o OPAC. A ANC e a ABIO foram as principais referências para a constituição dos documentos.

O OPAC Cerrado foi credenciado em dezembro de 2013 e possibilitou o cadastro de 22 agricultores, abrindo as portas para que novos membros do SPG tivessem as suas unidades certificadas. Em 2019, momento da realização da pesquisa, o OPAC estava responsável pela avaliação da conformidade das unidades de produção de 219 agricultores(as).

*No início, uma característica do sindicato é que os 20 produtores que inicialmente certificaram em 2013 eram produtores patronais, nesse caminhar, em 2017, 2018 tivemos um boom muito grande de assentamentos da reforma agrária, porque a Emater deu muito apoio para eles começarem a produzir e certificar pela OCS, mas eles começaram a produzir muito e não conseguiam vender tudo direto ao consumidor, aí eles queriam comercializar o excedente, trocar...aí eles vieram para o OPAC, por causa do excedente de produção (ENTREVISTADO 1C13, 2019, sic).*

Em relação ao perfil dos fornecedores do SPG SindiOrgânicos, atualmente, cerca de 50 % dos agricultores e agricultoras certificados são da agricultura familiar, sendo que 15 % são assentados da reforma agrária e 30 % do total são mulheres. Conforme relatado pela coordenação do OPAC, o sindicato foi constituído pelos agricultores patronais. Os agricultores familiares só procuraram o sindicato posteriormente com a necessidade de comercialização.

No tocante aos colaboradores, atualmente, o SPG SindiOrgânicos desenvolve suas atividades por meio de uma parceria com o Sebrae, a qual consiste na contratação de uma empresa<sup>27</sup> pelo Sebrae para apoiar o SPG no desenvolvimento das suas atividades e também nas atividades do sindicato. A coordenação técnica do OPAC é ocupada pela empresa, que assume as questões administrativas e técnicas relativas aos trabalhos de avaliação da conformidade.

*Em junho de 2014, comecei a trabalhar com eles, como coordenadora técnica do Opac via Sebrae, aí o SindiOrgânicos paga 30 % do valor [...] Hoje somos todos contratados na minha empresa pelo Sebrae, então somos prestadores de serviços da SindiOrgânicos via minha empresa que está credenciada no Sebrae (ENTREVISTADO 1C13, 2019, sic).*

A Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater-DF), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a Universidade de Brasília (UNB), além do Sebrae, também são consideradas parceiras do SPG SindiOrgânicos, atuando em capacitações, eventos e mobilização de agricultores. Entretanto, nenhuma dessas instituições participa ou atua nas atividades relacionadas à avaliação da conformidade orgânica, como as visitas de pares e de verificação. Estas visitas são realizadas pela comissão de avaliação que mensalmente, durante a reunião do OPAC, apresenta as informações referentes às unidades visitadas para os demais membros.

Com relação à abrangência, o SPG SindiOrgânicos está presente no Distrito Federal e no estado de Goiás, atuando em 9 municípios, com 18 grupos de agricultores. A maior parte dos agricultores produzem hortaliças e frutas, mas também existe a produção certificada de grãos, mel e ovos. Para atender à grande demanda por alimentos orgânicos no Distrito Federal, o OPAC tem buscado aumentar a produção de alimentos orgânicos por meio de parceria com empresas de insumos orgânicos para compra coletiva e capacitação, além de contar com a parceria das instituições na mobilização e capacitação de agricultores para produção orgânica. A comercialização tem sido realizada em feiras, mercados e CSA.

### 5.3.3 Associação de Agricultura Ecológica (AGE)

---

<sup>27</sup> Bioconsultoria em Agropecuária

A Associação de Agricultura Ecológica (AGE) com sede no Distrito Federal e atuação na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno é uma das organizações agroecológicas mais antigas do país. Foi fundada em 1989 por um grupo de profissionais liberais unindo produtores e consumidores em torno de temas voltados para a produção e consumo de alimentos saudáveis. A preocupação com a garantia da qualidade orgânica, além da necessidade de divulgar e conscientizar os consumidores quanto à agricultura ecológica, fez com que a AGE, mesmo antes da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, desenvolvesse suas próprias normas técnicas e mecanismos de geração de credibilidade envolvendo agricultores e consumidores. *“A nossa garantia era dada por visitas periódicas por meio de visitas nas propriedades e controle na feira né. E as vitórias acontecem mais como eventos com consumidores”* (ENTREVISTADO 1F37, 2019, sic).

A busca pela autossuficiência ou minimização da dependência de insumos externos, a comercialização direta e a integração entre agricultores e consumidores sempre pautaram as ações da AGE, conforme relata um de seus fundadores.

*Eu levantaria alguns pontos importantes na história da AGE. A motivação, pois foi o movimento da AGE e DF em geral nascido por idealismo profissional e com certo profissionalismo porque eram todos profissionais da área. Outro ponto fundamental foi essa visão do inteiro, trabalhar de forma coerente a proposta e por fim, resalto o envolvimento do consumidor que desde o início participou da associação* (ENTREVISTADO 1F37, 2019, sic).

Desde o início, a relação com o consumidor sempre foi vista como aspecto fundamental dentro dos princípios da AGE, visto que a própria associação é composta por agricultores e consumidores. Essa interação que ocorre nas feiras é estendida para as atividades de campo e eventos, fazendo com que os consumidores sejam os principais colaboradores da AGE no controle social. Apesar disso, não se faz obrigatória a presença de consumidores nas visitas. Para uma das fundadoras, o principal controle social é a interação que ocorre nas feiras, associada às visitas realizadas pelos membros da comissão de avaliação. *“O ponto de encontro e controle social é a feira, onde se observa as quantidades produzidas e comercializadas de cada unidade”* (ENTREVISTADO 2F37, 2019, sic).

Devido a esse envolvimento com os consumidores e o idealismo em relação à produção limpa que sempre pautou as ações da AGE, a certificação nunca foi uma prioridade ou uma demanda e, nesse sentido, constituir um SPG foi muito mais por necessidade de enquadrar na legislação. Inicialmente a AGE optou por credenciar uma OCS, uma vez que a comercialização sempre foi em feiras livres. No entanto, segundo a Instrução Normativa

19/2009 do MAPA, a OCS é restrita aos agricultores familiares que realizam venda direta (BRASIL, 2009). Assim, apesar de realizar venda direta, nem todos os membros da AGE se enquadram como agricultores familiares. A OCS passou a não contemplar as necessidades do grupo e, em 2016, decidiram pelo credenciamento do OPAC.

*A partir de determinado momento era lei, embora a gente questionasse a lei, ela aconteceu. Então não dá para você andar fora da lei. Daí fizemos uma OCS, mas como não tínhamos o perfil, decidimos pelo OPAC. Optamos por não entrar em um existente porque não queríamos perder a nossa identidade e característica de associação. (ENTREVISTADO 1F37, 2019, sic).*

Assim, pode-se afirmar que o credenciamento do OPAC veio como uma necessidade dos tempos atuais para legitimar a qualidade dos alimentos produzidos no sistema orgânico há muitos anos. O fato de querer manter a identidade e valores, na opinião dos próprios membros da AGE, faz com que sejam mais rigorosos do que a própria lei, como exemplo a exigência de conversão total do sistema de produção para orgânico já no primeiro ano.

*Nunca pretendemos crescer somente por números. Valorizamos o fato de ser uma unidade inteira certificada. Ou seja, mais rigor nas normas. A AGE tem uma fama de ser uma panelinha fechada, "mas aqui as pessoas entram e tem muitas janelinhas para sair (ENTREVISTADO 2F37, 2019, sic).*

Se o rigor limita o crescimento da entidade, isso parece não significar um problema para o grupo. A afirmação de uma integrante demonstra preocupação com o crescimento do grupo, apontando os limites da entidade. *“A AGE tem potencial para crescimento, porém não tem muito o interesse por dificuldades administrativas e de gestão. Dificuldade para orientar conforme os princípios da AGE” (ENTREVISTADO 2F37, 2019, sic).*

Os SPGs têm na confiança entre seus membros um dos seus pilares, por isso é importante que a entrada de membros seja criteriosa e que, ao entrar, receba capacitação para que as normas sejam conhecidas e acatadas, sob risco de gerar futuros problemas no SPG. Atualmente, o OPAC tem 15 agricultores certificados, sendo 5 mulheres, 7 agricultores familiares e 6 assentados da reforma agrária. O número pequeno pode estar relacionado tanto às exigências rigorosas do OPAC, como também pelo fato de existir outro OPAC no Distrito Federal.

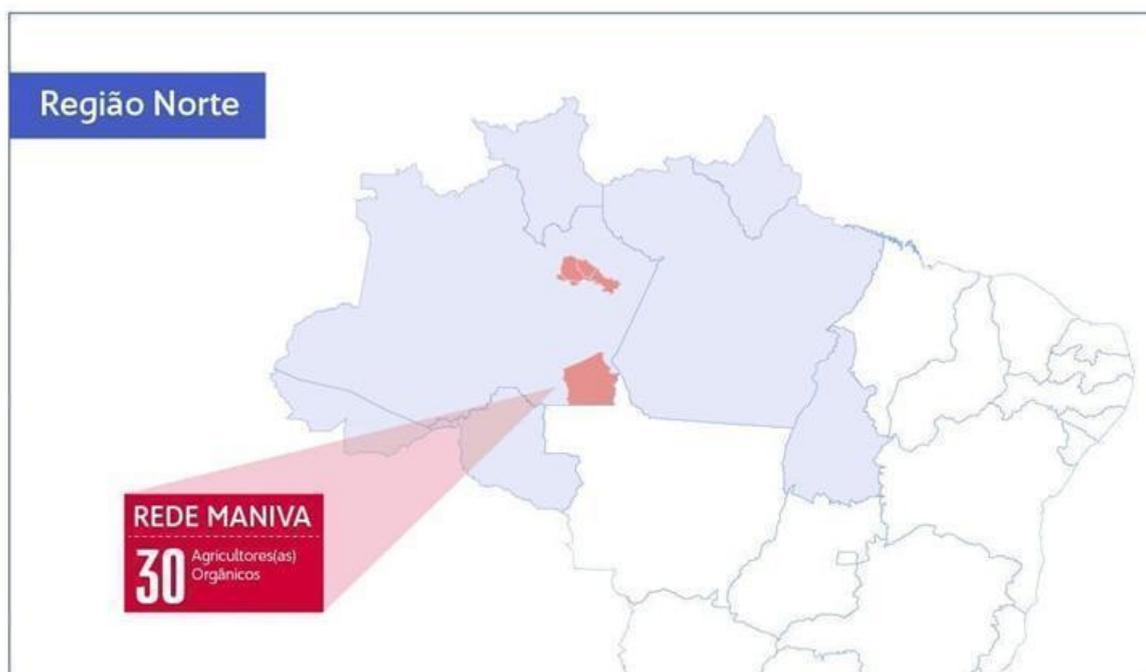
A AGE é responsável pelas primeiras feiras agroecológicas no Distrito Federal. A comercialização de hortaliças e frutas orgânicas produzidas pelos integrantes da AGE,

atualmente tem sido feita nas 4 feiras livres da capital federal, com grande potencial para criação de grupos de consumo com entregas de cestas em domicílios e lojas especializadas.

#### 5.4 REGIÃO NORTE

A Região Norte do Brasil, atualmente, conta apenas com o SPG Maniva que teve seu OPAC credenciado em 2017, portanto, ainda com pouco tempo de atuação no processo de avaliação da conformidade orgânica. A área de atuação, assim como o número de agricultores do SPG Maniva são apresentados na Figura 11.

Figura 11 – Representação dos municípios de abrangência do Sistema Participativo de Garantia na Região Norte do Brasil com destaque para o número de unidades certificadas.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

##### 5.4.1 Maniva

*“Mira com fé e Rema!”*

O SPG Maniva é um resultado da Rede Maniva de Agroecologia (REMA). É preciso compreender a REMA para compreender o SPG. A REMA tem sua origem em um movimento agroecológico iniciado em 1999 por agricultores, consumidores e organizações

governamentais e não governamentais que tinham como objetivo “construir e difundir os conhecimentos agroecológicos no Amazonas” (NEVES *et al.*, 2020). Esse movimento resultou, em 2010, na formação da REMA, que reúne diversos atores interessados em promover a agroecologia como agricultores, consumidores, educadores, estudantes, pesquisadores, técnicos e membros de diversas instituições governamentais e não governamentais. Segundo Menezes *et al.* (2017), a REMA tem cerca de 130 membros que se organizam em grupos de trabalho, tais como: Articulação Política, Formação e Inovação, Juventude Rural e Mulheres, Comunicação e Divulgação, Certificação e Comercialização. Ainda segundo os autores, esses grupos realizam plenárias a cada trimestre para assessorar a coordenação da rede que é composta paritariamente por técnicos e agricultores. Dentre os diversos trabalhos desenvolvidos por esta rede, destaca-se a formação das OCS e, por meio delas, a constituição do SPG Maniva do Amazonas (SPG Maniva).

Assim, o SPG Maniva nasceu no seio da REMA como forma oportunizar a certificação participativa a todos os agricultores e agricultoras que fazem parte da REMA, familiares ou não, conferindo maior credibilidade à garantia da qualidade da produção orgânica por meio da certificação participativa, além de ampliar as oportunidades de mercado para os agricultores. O OPAC Maniva é vinculado à Associação Maniva de Certificação Participativa que tem sede em Manaus, sendo constituída em 2014 e credenciada como OPAC em 2017. Para solicitar a avaliação da conformidade Orgânica no OPAC Maniva, os grupos de agricultores, extrativistas ou processadores deverão ser membros da REMA. Atualmente o SPG Maniva tem atuação em Manaus e nos seguintes municípios da região metropolitana: Careiro da Várzea, Iranduba, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e no sul do estado no município de Apuí (NEVES *et al.*, 2020).

Desenvolver o SPG na região, buscando expressar as diversas identidades da região amazônica, fortalecendo sua biodiversidade e ampliando a atuação do SPG para outras regiões do estado, com vistas a incluir os diferentes povos amazônicos, tem sido desafiador para a REMA. Conforme afirmado por Neves *et al.* (2020), superar desafios como as dificuldades relacionadas ao baixo nível de escolaridade de grande parte dos agricultores, atrelados ao número reduzido de técnicos e a dificuldade de logística pela dimensão geográfica exige um alto nível de organização do OPAC e dos seus integrantes.

*É um desafio novo para todos atuar com certificação participativa na dimensão amazônica. O SPG Maniva começa a ser demandado para além da Região Metropolitana de Manaus. Distâncias enormes deixarão o processo custoso, tanto para formar novos atores, como para viabilizar visitas de pares e de verificação. E nesse processo de formação devemos*

*realçar que não somos uma “Certificadora” que imprime selo em produto orgânico. Somos baseados em processos que vão para além disso, como confiança e controle social conduzido por um coletivo de pessoas. Por isso, levar o SPG para além de onde já atuamos será um desafio, pois essa “formação” não deve tratar apenas sobre o mecanismo de garantia da qualidade orgânica, deve ser algo muito maior, e isso terá um custo monetário exponencial (ENTREVISTADO 1C35, 2020, sic).*

O SPG Maniva tem buscado superar esses desafios especialmente pela atuação da REMA em diferentes espaços, buscando incidir em políticas públicas, aumentar as parcerias e captar recursos para fortalecer e valorizar a sociobiodiversidade amazônica, a produção sustentável, a certificação participativa e a comercialização justa. Nesse sentido, vale ressaltar que entre os representantes na CPOrg-AM, a REMA compreende cerca de 70 % a 80 % dos participantes na Comissão, estando envolvidos na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, além de se articularem na captação de recursos por meio de projetos apoiadores tais como o Ecoforte, Fundo da Amazônia, Museu Vivo - Embrapa, Ajuri Agroflorestal, NEA/Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), Sebrae, entre outros (MENEZES *et al.*, 2017; RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC MANIVA, 2017).

O SPG se organiza em núcleos e grupos no território onde atua, sendo atualmente 3 núcleos, Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas (APOAM), com 3 grupos: Orgânicos Mirim, Unidos da Água Branca e Amigos dos Orgânicos; Associação de Produtores Orgânicos de Iranduba (APOI), com 1 grupo, além do núcleo de Apuí, com 2 grupos. Normalmente os grupos passam num primeiro momento pela OCS, essas OCS são constituídas por meio dos trabalhos dos membros da REMA. A APOAM foi a primeira OCS da Região Norte e também a primeira a conseguir se certificar pelo OPAC Maniva (NEVES *et al.*, 2020) que funciona na sede do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). Atualmente são 30 agricultores e agricultoras familiares certificados, sendo 22 assentados da reforma agrária e 8 mulheres. O fato de o SGP ainda não ter nenhum indígena ou povos tradicionais certificados é colocado como uma dificuldade a ser enfrentada, conforme lamenta uma colaboradora. *“Nosso SPG ainda não tem uma cara amazônica. Ainda não tem nenhuma comunidade tradicional, os povos da Amazônia ainda não fazem parte do SPG”* (ENTREVISTADO 1C35, 2019, sic). Buscar parcerias na ponta e trabalhar em rede tem sido as estratégias, tidas como a única solução para superar esse desafio. Apesar de o OPAC orientar priorizar a certificação em nome das mulheres, ainda é baixo o número de certificados em nome delas.

*Aqui o certificado está no nome das mulheres, né. O que eu estava conversando, era em a gente pensar em colocar o certificado em todo mundo que trabalha. A placa com a certificação, que a gente coloca na banca tem o nome de todos. Mas no MAPA ele pede uma pessoa só representado (ENTREVISTADO 1F35, 2019, sic).*

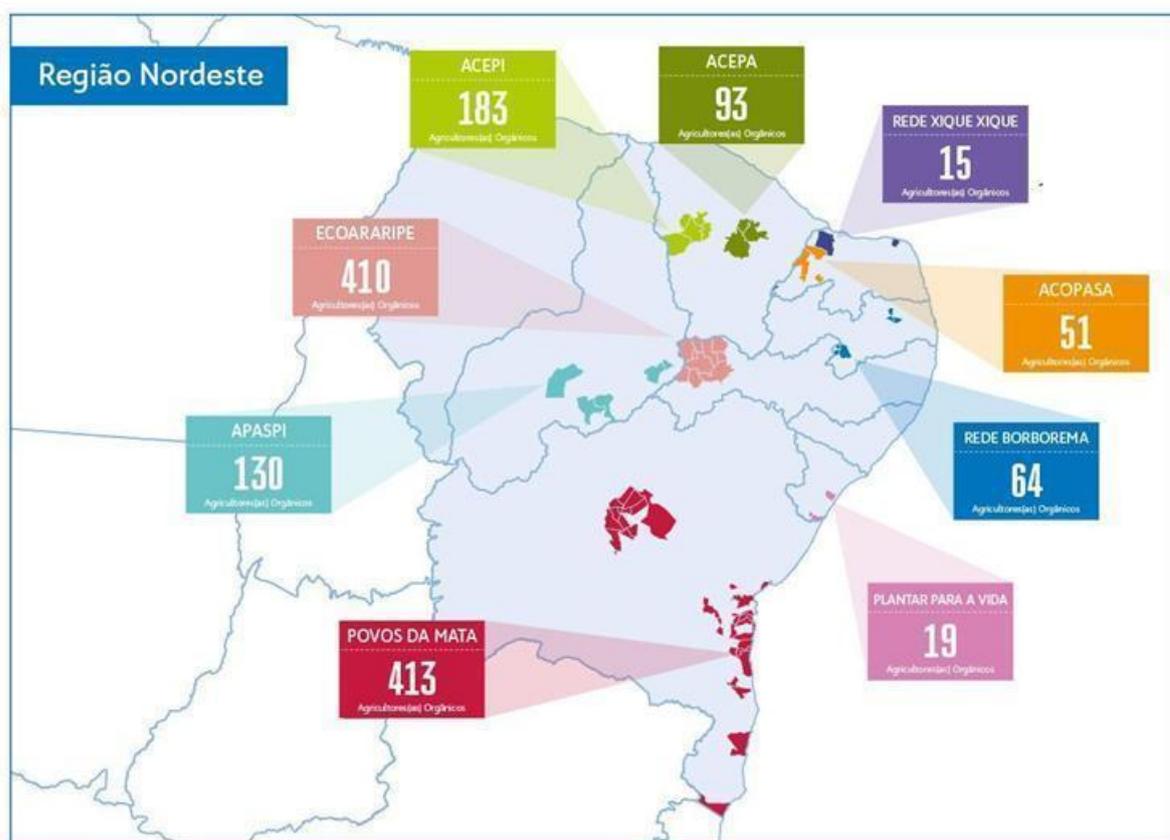
Este depoimento demonstra que o entendimento do OPAC é que cada unidade de produção deve escolher um nome para constar no certificado e no cadastro nacional de produtores orgânicos, mas não existe essa limitação ou orientação por parte do MAPA. Neste sentido, suspeita-se que o número de agricultores certificados pelo OPAC Maniva pode ser bem mais que 30.

A produção certificada é das mais diversas. Conforme Neves *et al.* (2020), são 140 itens comercializados pelos agricultores e agricultoras do SPG Maniva; além das frutas e hortaliças, destaca-se a certificação dos alimentos regionais como: ariá, açáí, graviola, beribá, tucumã, rambutã, pupunha, plantas medicinais e diversas Plantas alimentícias não convencionais (Pancs). Recentemente foi incluído o café apuí agroflorestal cultivado no sul do estado. Para uma produção diversa, mercados diversos são acessados, entre eles feiras, mercados institucionais, entregas em domicílio, CSA e lojas especializadas.

## 5.5 REGIÃO NORDESTE

Com 9 OPACs credenciados, o Nordeste se apresenta como a região brasileira com o maior número de SPGs. Cerca de 1.300 agricultores e agricultoras familiares são certificados pelos OPACs desta região, o que corresponde aproximadamente a 20 % do total de agricultores certificados por esse sistema no Brasil. A Figura 12 representa a localização, abrangência e o número de agricultores certificados por cada OPAC da Região Nordeste.

Figura 12 – Representação dos municípios de abrangência dos Sistemas Participativos de Garantia na Região Nordeste do Brasil, com destaque para o número de unidades e de agricultores e agricultoras certificados.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

A certificação participativa chegou na região com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. O projeto trabalhou em parceria com as ONGs e os movimentos sociais que já atuavam em projetos de assessoria técnica agroecológica no semiárido nordestino. Os consórcios agroecológicos do algodão, um trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar (Esplar)<sup>28</sup> foi o elemento central para a formação dos SPGs na região do semiárido do Nordeste, como ACEPA, ACEPI, APASPI, Ecoararipe e ACOPASA, que em 2013 e 2014 credenciaram seus OPACs no MAPA.

Outros dois SPGs do Nordeste tiveram seus OPACs credenciados em 2016: a Rede Borborema de Agroecologia na Paraíba e a Rede Povos da Mata na Bahia. Embora o consórcio do algodão também seja um elemento central na constituição do SPG da Rede Borborema, ele não compartilha da mesma trajetória dos demais SPGs do Semiárido Nordeste, pois sua região de atuação não fez parte das regiões beneficiadas pelos projetos

<sup>28</sup> O Esplar é uma organização não governamental fundada em 1974 para atuar diretamente com a agricultura familiar nos municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades para a agroecologia.

do Algodão Agroecológico, em especial, do PDHC. A proposta da certificação participativa chegou no Sul da Bahia por intermédio de um casal de agricultores vindos da região sul do país, membros da Rede Ecovida. A constituição do SPG Povos da Mata partiu da experiência trazida por esse casal somada a uma base sólida de trabalho das ONGs da região.

Por fim, em 2019, a Rede Xique Xique na Paraíba e a Rede Plantar para a Vida em Sergipe credenciaram seus OPACs. A Rede Xique Xique, com mais de 15 anos de existência, se autodenomina como uma rede de comercialização solidária e é bem conhecida no movimento agroecológico brasileiro pela atuação em defesa das mulheres, da economia solidária e do comércio justo. A Rede Plantar, diferentemente dos demais SPGs da Região Nordeste, não tem nenhuma relação com as ONGs e sua trajetória ainda é recente.

A descrição que segue buscou conhecer cada um dos 9 SPGs da Região Nordeste, iniciando com o histórico do surgimento e construção dos SPGs na região do semiárido do Nordeste por meio do relato de agricultores e técnicos que participaram desse processo.

#### 5.5.1 O Consórcio Agroecológico do Algodão - A formação de uma rede agroecológica no semiárido nordestino

Segundo informações de técnicos e agricultores da região, o sistema de produção orgânica do algodão no nordeste, conhecido como consórcios agroecológicos do algodão, iniciou-se na década de 1990 no estado do Ceará por meio da atuação do Esplar. O consórcio consiste no plantio do algodão em faixas intercaladas com diferentes culturas alimentares como milho, feijão, gergelim, mandioca e abóbora utilizados prioritariamente para subsistência, sendo comercializado o excedente. Esta prática de produção, que além do plantio consorciado inclui outras práticas de manejo para controle de pragas, se espalhou pelo Nordeste por meio da Rede ATER Nordeste constituída pela união de várias Organizações não Governamentais no início dos anos 2000 para acessar editais de ATER do Governo Federal.

O resgate do cultivo do algodão agroecológico pela agricultura familiar que já vinha sendo realizado por meio do trabalho de diversas ONGs na região do semiárido nordestino ganhou força com a chegada do PDHC, um projeto que, segundo informações de uma assessora técnica que atuou na época, foi pensado pela Rede de Algodão Agroecológico do Nordeste que reuniu diversas entidades como as ONGs representando as associações de agricultores, empresas e governo. O projeto contemplou várias linhas de trabalho, como

assessoria técnica para produção, certificação e comercialização. Temas relacionados à Segurança alimentar, gênero e certificação participativa foram incluídos nas diversas capacitações oferecidas pelo projeto. A participação da Embrapa Algodão no projeto foi considerada um ponto forte do PDHC conforme declaração de um técnico.

*As ONGs estavam desenvolvendo o trabalho com algodão baseado na experiência do Esplar. O projeto Dom Helder teve força política para juntar a experiência do Esplar com a Embrapa Algodão. As ONGs trouxeram a agroecologia para a Embrapa e a Embrapa agregou o conhecimento técnico científico para o trabalho das ONGs (ENTREVISTADO 3C22, 2020, sic).*

Inicialmente, a proposta era certificar o algodão via auditoria, porém, devido ao alto custo, esse sistema ficou inviável aos agricultores.

*Em 2011 iniciou o processo de certificação orgânica, pelo IBD, só que esse processo saiu muito caro para as organizações e para as famílias agricultoras. Nas primeiras visitas vimos que não seria possível arcar nem pela rede ATER Nordeste, nem pelas famílias (ENTREVISTADO 1C22, 2019, sic).*

O credenciamento dos primeiros OPACs no Brasil em 2010 e o histórico das ações coletivas realizadas por meio dos projetos agroecológicos que vinham sendo desenvolvidos no Nordeste com assessoria de diversas ONGs, somados ao apoio do PDHC, motivou a constituição dos SPGs e, com isso, eles contrataram consultores da Ecovida para orientar a construção dos documentos para o credenciamento do OPAC.

*A gente teve um grande apoio da Ecovida. Foi um grande parceiro do Esplar na época do PDHC. Eles vieram e deram consultoria, fizeram formações, mostraram como era, o que era preciso fazer para credenciar um OPAC. Depois das formações, em 2012, foram fundadas as duas OPACs: ACEPA e ACEPI. Elas foram credenciadas em 2013, depois de um ano de fundação (ENTREVISTADO 1C16, 2019, sic).*

Com o apoio do PDHC, as assessorias técnicas das ONGs e a consultoria da Ecovida em 2012, foram formalizadas 07 associações de agricultores agroecológicos com a finalidade de constituição dos SPGs. O algodão sempre foi um elemento central nas discussões sobre certificação.

*O Opac foi criado no projeto algodão, então não tem Opac sem falar do algodão. Na primeira fase do projeto Dom Helder, a gente trabalhou com o algodão, criamos o OPAC para certificar o algodão que no início era certificado pelo IBD (ENTREVISTADO 2F18, 2019, sic).*

A maior motivação para a constituição dos SPGs foi a diminuição dos custos da certificação que estava sendo feito por auditoria e o fortalecimento da agroecologia e dos

processos associativistas nos diferentes territórios de atuação das ONGs envolvidas. Com esse intuito de constituir um SPG e, conseqüentemente, credenciar o OPAC, as seguintes associações foram constituídas com o apoio do PDHC:

- Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense - APASPI
- Associação de Certificação Participativa Agroecológica - ACEPA
- Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús - ACEPI
- Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe - ECOARARIPE
- Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi - ACOPASA
- ACEPAC - Associação Agroecológica de Certificação Participativa do Cariri
- ASAP - Associação Agroecológica Sertão do Pajeú

Essas associações foram credenciadas no Ministério da Agricultura como OPACs em 2013, com exceção da Acopasa que foi credenciada em 2014 e a Acepac que não chegou a ser credenciada.

Após o credenciamento, surgiu a primeira dificuldade: uma seca prolongada eliminou quase todas as possibilidades de produção e, conseqüentemente, de certificação. Os depoimentos a seguir nos dão a dimensão do desafio.

*Nos primeiros anos a gente recebia vistoria, preparava a terra, plantava a semente...a gente plantava e nascia, mas depois a gente pegou 6 anos de seca e os três primeiros anos da APASPI a gente não conseguiu nada, quem conseguiu um pouquinho de pluma foi seu Paulo e o doutor (ENTREVISTADO 2F15, 2019, sic).*

*Perdi tudo com a seca [...] Tinha 35 hectares de cajueiro, castanha todo orgânica e com a seca por 6 anos seguidos eu tive uma perda de 100%. O problema é que com a seca vem a mosca-branca, a mosca-branca é uma praga que causa desidratação do cajueiro [...] Hoje estou com frutas e hortaliças orgânicas, vendo na cooperativa (ENTREVISTADO 2F22, 2019, sic).*

O encerramento do PDHC em 2014 e, com isso, o fim da assessoria técnica foi outra situação de dificuldade que colocou em risco a continuidade dos trabalhos com a certificação participativa. “Foi como se o chão tivesse acabado, porque é muito importante a assistência técnica”. (ENTREVISTADO 1F22, 2019, sic).

*Em 2014 fizemos a primeira coleta do algodão orgânico, mas em 2014 o projeto Dom Helder acabou, nós ficamos sem assessoria técnica, e agora, o*

*que vamos fazer? O Gean, técnico do projeto e um dos fundadores da associação, ficou com a gente nos apoiando quando precisávamos, mesmo sem ser remunerado (ENTREVISTADO 1F15, 2019, sic).*

*O PDHC trabalhava em vários territórios na construção de vários OPACs [...] quando acabou o PDHC eles ficaram sem o acompanhamento técnico, então, ficou muito fragilizado o trabalho dos Opacs (ENTREVISTADO 1C16, 2019, sic).*

Essa fragilidade dos OPACs devido à seca e ao encerramento das atividades de assessoria técnica foi percebida e relatada pelos próprios auditores do MAPA na ocasião das auditorias de manutenção realizadas neste período.

Em 2014, com a paralisação do PDHC, a associação passou a ter muitas dificuldades no assessoramento técnico. Aliado a isso, a região enfrenta um período de seca que já dura 5 anos. [...] os produtores e coordenadores são comprometidos com os objetivos do OPAC e mostram seriedade com relação à avaliação da conformidade orgânica. Porém, como consequência da seca e do encerramento das atividades do PDHC, a organização do OPAC ficou comprometida, principalmente na parte documental (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA ACEPA, 2016).

As situações relatadas exigiram ainda mais união e perseverança dos agricultores na continuidade dos trabalhos do OPAC, sob risco de perder, não somente o credenciamento que haviam conquistado, como também todo o trabalho que havia sido desenvolvido em prol do associativismo e da produção agroecológica durante o projeto. Conforme relatos, com exceção da ASAP que optou por interromper os trabalhos e suspender o credenciamento, os demais OPACs, apesar das dificuldades, com o apoio voluntário de alguns técnicos colaboradores, conseguiram executar algumas atividades como reuniões, assembleias, eleição de diretoria, visitas às unidades de produção e, com isso, conseguiram manter o credenciamento dos OPACs.

Em 2018, os SPGs da região do semiárido do nordeste foram contemplados com um novo projeto de apoio ao cultivo do algodão agroecológico<sup>29</sup> e, com isso, foram retomadas as atividades de assessoria técnica, capacitações para produção agroecológica e certificação participativa. Além de fortalecer os OPACs por meio do fomento ao cultivo do algodão agroecológico, o projeto também teve como objetivo fortalecer os sistemas produtivos, aumentar o protagonismo feminino e promover a geração de renda na região do semiárido nordestino. Segundo informações disponibilizadas no site do projeto<sup>30</sup>, para fortalecer os OPACs, foram estabelecidas parcerias com ONGs locais com experiência em Agroecologia e

<sup>29</sup> Projeto financiado pelo Instituto C&A e executado pela Diaconia em parceria com Embrapa Algodão, Universidade Federal de Sergipe e ONGs que atuam na região.

<sup>30</sup> [www.algodãoagroecológico.com](http://www.algodãoagroecológico.com)

SPG. Na Serra da Capivara, território da APASPI, a parceria foi com a Cáritas, que já atuava no PDHC; no Sertão do Araripe, em Pernambuco, as ONGs Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga) e Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (Chapada), que também atuaram no PDHC, assumiram conjuntamente as ações do projeto para assessorar a Ecoararipe. No Sertão do Apodi, território da ACOPASA e Oeste Potiguar-RN, a Diaconia mantém escritório e desenvolve atividades, assim, ela mesma se encarrega da implementação das ações locais do projeto. O projeto também fez parceria com o Esplar para assessorar a ACEPA e a ACEPI nos territórios Sertão Central e Sertão dos Inhamuns e Crateús no Ceará.

O Projeto Algodão prevê diversas Unidades de Aprendizagem e Pesquisa Participativa (UAP) que são acompanhadas pela Embrapa. Cada UAP tem um agricultor ou agricultora que assume o papel de multiplicador. O papel do multiplicador é materializado com o monitoramento e registro de todas as atividades desenvolvidas e dos resultados da UAP para depois compartilhar os aprendizados com os companheiros do grupo.

*Nas UAPs, primeiro nós falamos das tecnologias existentes, mas, ao mesmo tempo, a gente vai construindo conhecimento e tecnologia, processos para essa realidade local. Entramos com ensaios, consórcios, população de plantas, melhoramento participativo, manejo de pragas. E isso vem andando junto com o processo de certificação [...] a Embrapa entra exatamente nesse novo projeto nas formações e na pesquisa participativa em todos os territórios (ENTREVISTADO 1C31, 2019, sic).*

A experiência das UAPs, apesar de acontecer em outro contexto e outro objetivo, ainda assim, nos remete à experiência da metodologia camponês a camponês (CAC), desenvolvida na Nicarágua e difundida na América Latina por meio dos resultados alcançados em Cuba. A metodologia CAC consiste, basicamente, na construção coletiva de conhecimento agroecológico, em que se busca o protagonismo dos agricultores por meio do resgate das práticas tradicionais e a identificação de inovação no campo, somando conhecimentos populares e científicos mediante as relações horizontais e o protagonismo dos agricultores (SOSA *et al.*, 2012). Na metodologia CAC, assim como nas UAPs, as unidades demonstrativas de aprendizagem são instaladas nas comunidades com o protagonismo de um agricultor que assume o papel de multiplicador, responsabilizando-se, em parceria com os técnicos, a multiplicar a tecnologia que está sendo testada e construída de maneira coletiva.

O projeto atual sobre o Algodão em Consórcios Agroecológicos se encontra em fase de renovação para os próximos dois anos. Com esse estímulo, percebe-se claramente o fortalecimento dos SPGs, pela organização dos OPACs, aumento do número de agricultores

certificados, acesso a mercados orgânicos, assim como aumento na produção do algodão e maior diversidade.

A seguir, buscaremos descrever um pouco de cada um dos SPGs da Região Nordeste, iniciando pelos que estão na região do semiárido nordestino que foram constituídos com o apoio do PDHC. Essa descrição visa conhecer um pouco do histórico de constituição, quem são os agricultores, colaboradores e ainda onde estão e quais as particularidades dos SPGs nesta região.

### 5.5.2 Associação dos Agricultores (as) Agroecológicos (as) do Semiárido Piauiense (APASPI)

A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Semiárido Piauiense, fundada em 2012, tem sede em São Raimundo Nonato-PI e abrangência no território da Serra da Capivara e Vale do Piauí/Itaueira. Sua origem remete aos projetos de desenvolvimento da produção familiar agroecológica iniciados em 2004 com o apoio do PDHC. Nesse território, o PDHC apoiou a organização de grupos de agricultores e agricultoras para realização de diversos cursos de produção agroecológica para a criação de galinhas caipiras, desenvolvimento da caprinocultura e apicultura. O projeto do algodão agroecológico conduzido pela Embrapa Algodão foi um dos elementos centrais para a busca da certificação, por ser um produto de grande interesse comercial.

*Em 2010 a Embrapa Algodão chegou lá na nossa comunidade com o projeto de algodão em consórcio agroecológico quando fizemos as primeiras reuniões. Em 2011 a gente começou a formalizar os grupos, e formou um grupo lá no Quilombo Lagoas e outro no assentamento Novo Zabelê. Participamos de muitas formações junto com o projeto que estava na época e a Embrapa (ENTREVISTADO 1F15, 2019, sic).*

Desde a sua constituição, a APASPI contou com o apoio de recursos externos e, quando esses faltaram, na época do encerramento do PDHC, o SPG sentiu muito os efeitos da ausência da assessoria pelo fato de não ter como arcar com os custos de manutenção do OPAC, visto que naquela época se encontrava no início do credenciamento e, além disso, sem produzir, devido à seca. Atualmente, a fim de garantir sua sustentabilidade financeira, a APASPI vem se preocupando em criar fundos financeiros por meio da cobrança de um percentual de 10 % sobre a comercialização conjunta, em nome da associação, por exemplo,

os contratos de vendas pelo PNAE para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

*Eles já pensam na criação de um fundo de autonomia financeira, esse fundo é para que a APASPI tenha condições de caminhar sozinha quando o projeto acabar. Aí tem que se pensar nessa questão, de como vamos ajustar isso, são coisas para se discutir em assembleia (ENTREVISTADO 1C15, 2019, sic).*

Essa estratégia de captar recursos dentro do próprio grupo por meio da cobrança de um percentual da comercialização tem sido bastante usada por outros SPGs como forma de viabilizar a comercialização conjunta e a assessoria técnica para seus agricultores.

Na ocasião da pesquisa, a APASPI informou ter 130 agricultores e agricultoras orgânicos certificados, sendo todos considerados agricultores familiares. Deste total, 23 % são mulheres, 13 % quilombolas e 46 % assentados da reforma agrária. A APASPI está organizada em 9 grupos no território da Serra da Capivara e Vale do Piauí. O critério para formação de um grupo é a localização geográfica, pois o objetivo é facilitar o desenvolvimento das atividades de geração de credibilidade, como as reuniões, visitas e também gerar maior interação entre as famílias e, com isso, as relações de confiança entre elas. A certificação começou em dois grupos de agricultores, sendo um grupo de quilombolas e outro de assentados. Com 18 quilombolas certificados, ressalta-se que é o SPG com maior número de quilombolas no Brasil e, no momento, o único com atuação em um quilombo. Os quilombos são comunidades de agricultores tradicionais que preservam muitas práticas ancestrais de cultivo e manejo. Muitas dessas práticas são compatíveis com o sistema orgânico e, por isso, a certificação participativa se configura com um reconhecimento do que já fazem.

Embora a produção possa ser considerada hoje como bem diversificada, inicialmente o algodão era o produto central da certificação, pois os alimentos produzidos no consórcio sempre tiveram como objetivo a subsistência da família. Com as oportunidades de mercado para os outros alimentos que são plantados no consórcio agroecológico e nos quintais produtivos, outros produtos foram sendo incluídos com o tempo, como as hortaliças, gergelim e abóbora.

*A ideia da APASPI inicial era para certificar somente o algodão, o milho, o feijão. E aí foi que a gente começou a pensar na abóbora, melancia, no gergelim, esses produtos menores que a gente tinha no roçado, porque entrava na nossa alimentação. E aí como a gente tinha um grupo e a gente nunca deixou de vender de porta em porta as hortaliças, a gente começou a pensar em certificar os produtos dos quintais, e aí com a orientação do*

*ministério começamos a certificar e comercializar* (ENTREVISTADO 2F15, 2019, sic).

O consórcio do algodão com as culturas do milho, feijão, gergelim, maracujá do mato, abóbora e melancia é a principal característica do sistema produtivo na APASPI, porém, incentivados pela comercialização nos mercados institucionais, em especial no IFPI – *Campus* São Raimundo Nonato, as hortas nos quintais produtivos, em especial no assentamento Novo Zabelê, tem se concretizado como uma opção para muitos assentados (Relatório Auditoria Mapa, 2018).

A APASPI beneficia (separa a pluma da semente) e comercializa o algodão de todos os seus associados de forma coletiva, o que garante melhores preços e segurança para os agricultores. Os demais produtos certificados são comercializados em feiras, entrega em domicílio, além dos mercados institucionais. Vale ressaltar que o *Campus* de São Raimundo Nonato do IFPI vem adquirindo por meio do PNAE e do PAA compra institucional e também, via pregão eletrônico, alimentos orgânicos para a alimentação escolar. Essa iniciativa tem proporcionado grande incentivo para a produção e certificação de hortaliças. O IFPI, além de apoiar com a compra, também oferece cursos, participa das atividades de avaliação da conformidade, cede espaço para realização de uma feira livre no *campus* e desenvolve projetos de pesquisa e extensão com a APASPI. Com isso, o IFPI se configura junto com a Cáritas e a Embrapa Algodão num importante colaborador para o SPG APASPI.

### 5.5.3 Associação de Certificação Participativa Agroecológica - ACEPA

A Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA) foi fundada em 2012 com o objetivo principal de constituir um SPG no Território Sertão Central do Ceará e com isso possibilitar uma certificação mais acessível aos agricultores e abrir novos mercados para os produtos orgânicos, em especial, o algodão.

As ações do PDHC que culminaram na constituição da ACEPA se iniciaram em 2008 no assentamento Maraquetá, em Quixeramobim-CE, por meio de diversas formações em produção, legislação e certificação orgânica para agricultores e técnicos, conforme o depoimento a seguir.

*Nós [associação do assentamento] participamos da concorrência para selecionar comunidades com nível de organização mais equilibrado para participar do Projeto Dom Hélder. Maraquetá foi a comunidade que ganhou para fazer a experiência dos consórcios agroecológicos. Nós fizemos 7*

*formações, de outubro até final de dezembro de 2008 e em 2009 iniciamos o plantio de algodão já certificado pelo IBD em 2009 (ENTREVISTADO 2F16, 2019, sic).*

Na ocasião da pesquisa, a ACEPA informou que tem atuação em 3 municípios do Território Sertão Central do Ceará: Quixeramobim, Quixadá e Choró, sendo 93 agricultores (as) certificados (as) divididos em 11 grupos. A totalidade dos agricultores da ACEPA é considerada agricultores familiares, sendo 45 % assentados da reforma agrária e 16 % dos certificados estão em nome de mulheres. Os principais colaboradores são os sindicatos dos 3 municípios onde atua, além da assessoria do Esplar, por meio do projeto algodão agroecológico, coordenado pela Diaconia e financiado pelo Instituto C&A.

Em relação à produção certificada, o algodão é considerado o carro chefe na ACEPA, no entanto ele não é plantado sozinho, e sim em consórcio com uma grande variedade de alimentos, como o milho, o feijão, o gergelim, a abóbora e outros alimentos que são mais utilizados para alimentação da família e dos animais do que comercializado. Os agricultores vêm fazendo o resgate do algodão mocó, uma planta perene que pode produzir por mais de 40 anos sem a necessidade de replantio.

Com a certificação, a ACEPA conseguiu garantir a comercialização do algodão no mercado orgânico. Segundo um dos seus membros, os preços são bem compensadores e a empresa paga um ágil pelas boas práticas empregadas no processo de produção.

*Nós vendemos para a Vert, a gente tem preço de R\$11,06/kg de rama processado para quem é certificado e R\$10,20 para quem tá no primeiro ano. No mercado tradicional o que tá bom sai a R\$5,00/ kg, a nossa tá R\$11,06. A produtividade depende muito do manejo e da adubação. Inclusive nesse ano a Vert vai pagar por cada ação diferente que você fizer. Ex. Curva de nível tem um preço a mais (ENTREVISTADO 1F16, 2019, sic).*

A criação de novos mercados para os alimentos produzidos não só nos consórcios agroecológicos, mas também nos quintais produtivos, como feiras e mercados institucionais, pode ser um atrativo para novas famílias, assim como uma forma de valorizar e incentivar a diversificação e a produção de alimentos.

#### 5.5.4 Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns e Crateús - ACEPI

A semelhança da Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns e Crateús (ACEPI) com a ACEPA não é somente no nome da entidade, o contexto histórico dos dois SPGs é muito semelhante. Assim como a ACEPA, a ACEPI também foi fundada em 2012, com o objetivo de constituir um SPG na região, visando potencializar o trabalho desenvolvido pelo PDHC com a parceria do Esplar.

Atualmente a ACEPI possui 183 agricultores orgânicos distribuídos em 11 grupos que estão presentes em 5 municípios. Apesar da centralidade do algodão na constituição do SPG e na comercialização de produtos certificados, a produção consorciada com milho, feijão, gergelim, abóbora, mandioca e outros alimentos tem se destacado como importante fator na segurança alimentar das famílias, assim como no incremento da renda por meio da comercialização em feiras e mercados institucionais.

Aos poucos, o SPG vai ampliando sua atuação com a inclusão de produtores de frutas e hortaliças. A participação das mulheres ainda é muito tímida no SPG, porém, como já são assistidas pelo Esplar em projetos específicos para as mulheres, como o projeto “Educação para a Liberdade” e a instalação do bioágua, o Esplar tem utilizado a estratégia de inseri-las em projetos produtivos e de certificação como forma de incremento de renda e, aos poucos, elas vêm marcando presença nos espaços de formação, produção e certificação na ACEPI.

*Para a maioria das pessoas das comunidades não é normal mulheres à frente dos consórcios; é visto como um trabalho de homens [...] O Esplar tem outros projetos além do algodão. Então, onde já tem grupos em projeto desenvolvido pelo Esplar a gente tá indo com o projeto dos consórcios. Somando um projeto com o outro (ENTREVISTADO 1C17, 2019, sic).*

*Trabalhamos com o quintal produtivo faz uns 6 anos, não usa nada de agrotóxicos, usa só esterco, defensivos naturais, pimenta, urina de vaca, neem [...] O algodão é em outra área. É um coletivo de 6 mulheres. Consórcio milho e algodão. É uma experiência gostosa, outras mulheres que não participaram querem agora participar [...] Os homens estão neste processo há mais tempo. Nós não sabemos quase nada (ENTREVISTADO 2F17, 2019, sic).*

Os depoimentos acima demonstram o esforço e o compromisso dos colaboradores na inclusão das mulheres nos sistemas produtivos, assim como o esforço e as dificuldades

encontradas pelas mulheres para se inserirem no espaço da produção do algodão agroecológico. São dificuldades relacionadas muito mais ao modelo patriarcal de sociedade que temos do que à falta de interesse ou competência para o trabalho. A falta de capacitação técnica já demonstra uma consequência deste modelo que impõe lugar para homem e lugar para mulher e, nessa ótica, o lugar da aprendizagem, da produção do algodão e da comercialização não é o lugar para a mulher, e sim em casa, cuidando dos filhos, da alimentação e do serviço doméstico. Neste sentido, o Fórum Brasileiro de SPG e OCS definiu a “Equidade de gênero e geração” como um princípio dos SPGs. Não se pode negligenciar a força das mulheres no movimento orgânico, sejam agricultoras ou técnicas. Um SPG somente cumprirá seu objetivo se tiver o cuidado para incluir e valorizar as mulheres nos diferentes espaços decisórios e de formação que se configuram oportunidades de reconhecimento e valorização. Os SPGs devem proporcionar condições para que elas possam participar desses espaços.

Em relação à juventude, embora não exista nenhum projeto específico do SPG para esse público, observou-se a presença de jovens na ACEPI, que, conforme relatado, se deve ao incentivo dos parceiros, além da demanda no trabalho com o beneficiamento do algodão.

*O Programa Jovem Saber da Contag atua diretamente com a juventude rural. O sindicato que é parceiro da ACEPI oferece um curso de formação com 8 módulos e nesse processo é muito incentivado a participação dos jovens no projeto do algodão agroecológico (ENTREVISTADO 1F17, 2020, sic).*

A comercialização nos mercados institucionais também tem proporcionado um atrativo aos jovens, além da necessidade de apoio à família na gestão dos contratos e processos burocráticos desse tipo de comercialização. Por fim, em relação à comercialização, após o beneficiamento coletivo do algodão, que consiste em separar o caroço da pluma nas unidades coletivas de beneficiamento, a ACEPI comercializa o algodão orgânico de todos os associados para uma empresa francesa (VERT), que, no momento, utiliza o algodão para a fabricação de calçados. Os demais alimentos produzidos nos consórcios são destinados à alimentação da família e dos animais e o excedente, comercializado em feiras e mercados institucionais.

*Neste ano 5 agricultores conseguiram vender o produto da agricultura familiar orgânico com preço diferenciado por conta do certificado. Então a gente tá vendendo tanto para o Pnae, quanto para o PAA CI. A tendência é*

*aumentar, esse número deve crescer para 8 ou 9 agricultores (ENTREVISTADO 1F17, 2019, sic).*

A comercialização nos mercados institucionais como escolas e quartéis por meio de programas governamentais de fomento à agricultura familiar tem sido importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar orgânica incentivando a diversificação da produção.

#### 5.5.5 Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe - Ecoararipe

A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (Ecoararipe) foi fundada em 2012 para atuar no Sertão do Araripe, sendo resultado da construção participativa de diferentes atores. Participaram dessa construção os agricultores e agricultoras assessorados pelo PDHC em parceria com Embrapa Algodão, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga), ONG Chapada e Centro de Produtores Agroecológicos do Araripe (Copagro). O principal objetivo da fundação da Ecoararipe foi a constituição do SPG como forma de alcançar uma certificação mais acessível e inclusiva para seus associados.

O algodão é uma cultura tradicional na região e assumiu a centralidade de todo o processo que deu origem ao SPG Ecoararipe. A constituição do SPG propiciou a certificação não só do algodão, mas também de uma diversidade de alimentos que são produzidos no Sertão do Araripe, como gergelim, tomate, milho, feijão, hortaliças e frutas.

A participação das mulheres tem sido destaque na Ecoararipe desde a sua constituição. Conforme relatado, essa participação está relacionada aos projetos com enfoque de gênero desenvolvidos pelas Ongs e também contemplados no PDHC.

*O projeto Dom Helder propiciou uma maior participação de mulheres, além das assessorias técnicas da Caatinga e de Chapada, tinha a assessoria de gênero do Caatma [Centro de Assessoria e Apoio às Mulheres do Araripe] que é ligado ao movimento Sindical, então, esse enfoque de gênero que teve no projeto fez com que houvesse uma participação maior de mulheres nas atividades. Tem a questão dos quintais, a questão da criação das galinhas caipiras, de hortas e que envolve muito as mulheres, muitos grupos de mulheres nas famílias assessoradas, inclusive já tivemos mulheres presidente da Ecoararipe (ENTREVISTADO 1C18, 2019, sic).*

As ONGs Caatinga e Chapada são os principais colaboradores do SPG, assumindo a assessoria técnica, desenvolvendo capacitações de agricultores e apoio da gestão administrativa do OPAC.

Segundo as informações obtidas por meio do questionário durante a pesquisa, a Ecoarripe possui 410 agricultores orgânicos, entretanto a maioria ainda está no processo de transição para obter a certificação das suas unidades. Dos agricultores e agricultoras certificados pela Ecoarripe, 85 % são familiares, 43 % são mulheres e pouco mais de 10 % são assentados da reforma agrária. Esse protagonismo das mulheres coloca o OPAC entre aqueles que mais certificam mulheres no Brasil.

Em relação à conformação do SPG no território, a Ecoarripe se organiza em grupos, atualmente são cerca de 400 agricultores distribuídos em 6 municípios e 46 grupos. Devido ao grande número de grupos e agricultores, a Ecoarripe se encontra em um processo de nucleação dos grupos, em que haverá 6 núcleos, tendo como critério a localização geográfica nas unidades de produção.

A comercialização do algodão certificado é realizada via contrato com uma empresa, com duração de um ano. Para alguns agricultores, essa garantia de comercialização com preço definido é uma grande vantagem em fazer parte da Ecoarripe. *“Considero que o ponto forte é eu ter onde vender o meu produto hoje, ter a certeza que se eu produzir vou ter onde vender. Isso é que me mantém no grupo dedicando à Ecoarripe”* (ENTREVISTADO 3F18, 2019, sic).

A comercialização dos alimentos ocorre, principalmente, nas feiras livres e lojas especializadas de produtos orgânicos.

#### 5.5.6 Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi - ACOPASA

A Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA), assim como a APASPI, ACEPA e ACEPI, foi fundada em 2012 por meio das ações do PDHC com o objetivo de constituir o SPG na região. Também nesse território, as ações do PDHC vieram para potencializar o trabalho que as Organizações não Governamentais já desenvolviam com a agricultura familiar no apoio a projetos de produção agroecológica. O algodão é uma cultura tradicional na região e por isso sempre fez parte dos projetos de fomento à agricultura familiar e agroecologia. *“O primeiro projeto de algodão foi*

*trabalhado pela Rede ATER Nordeste, eram vários estados. Foi em 2009 e quem coordenava era a Diaconia”* (ENTREVISTADO 1C22, 2019, sic).

Dentre os colaboradores que atuaram na constituição da ACOPASA, destaca-se a atuação da ONG Diaconia, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (Coopapi), da Terra Viva, do Sertão Verde, da Embrapa e da Empresa de pesquisa agropecuária do RN (Emparn). Atualmente atuam como membros colaboradores do SPG a Diaconia, a Embrapa e o Sindicato, eles colaboram no processo de avaliação da conformidade, formação dos membros, apoio técnico, infraestrutura e apoio administrativo.

Na ocasião da pesquisa, foi constatado que a ACOPASA tem atuação em 6 municípios do território Sertão do Apodi que constituem núcleos dentro da organização do SPG. Conforme informações do SPG, os núcleos estão restritos, quase sempre, a um município, porém, de acordo com a localização geográfica, um núcleo pode reunir mais de um município. Ao todo são 71 famílias associadas, sendo 31 agricultores (as) familiares certificados. Segundo a assessoria técnica, esse número tem oscilado bastante e isso se dá em função da dinâmica do território e interesse das famílias que enfrentam, constantemente, problemas relacionados às condições climáticas. *“Em relação ao grupo da certificação, temos 3 situações: famílias certificadas sem produção, famílias certificadas com produção e famílias com produção e sem certificação”* (ENTREVISTADO 2C22, 2020).

A ACOPASA é contemplada pelo projeto Consórcio do Algodão Agroecológico com uma Unidades de Aprendizagem e Pesquisa Participativa (UAP) em cada núcleo, que são acompanhadas pela Embrapa. Cada UAP tem um multiplicador e quando o núcleo tem uma abrangência maior ou abrange mais de um município, acontece de ter mais de uma UAP e mais de um multiplicador para facilitar o acesso dos agricultores à UAP.

A produção é bem diversificada e inclui, além dos consórcios agroecológicos do algodão, a produção de frutas e hortaliças. Toda a produção do algodão é beneficiada e comercializada em conjunto para empresas do ramo e os demais alimentos são comercializados em feiras, mercados institucionais e de porta em porta.

### 5.5.7 Associação dos Agricultores Agroecológicos do Território da Borborema - Rede Borborema de Agroecologia

A Rede Borborema de Agroecologia, com sede no município de Remígio-PB, assim como os SPGs da região do semiárido, também teve sua origem com os consórcios agroecológicos do algodão, no entanto não foi contemplada no PDHC e sua constituição se deu por meio da assessoria da ONG Arribaça. O SPG surge pela iniciativa dos agricultores e agricultoras familiares de dois assentamentos: Assentamento de Queimadas em Remígio e Assentamento Margarida Maria Alves I no município de Juarez Távora. Os consórcios agroecológicos do algodão são uma tradição entre os agricultores e agricultoras da Rede Borborema, que, mesmo antes de constituírem o SPG em 2013 foram certificados por auditoria durante 6 anos (ALMEIDA *et al.*, 2020). Além da questão dos altos custos com a certificação por auditoria, a busca por maior autonomia para o uso do certificado foi relatada como motivação para a migração do sistema de auditoria para o sistema participativo.

*A Rede Borborema iniciou com o trabalho que a gente tinha aqui com a auditoria. Com o passar do tempo o agricultor passou a ter dificuldades na parte financeira. Quase metade do que o agricultor produzia ficava para pagar o certificado. A gente não pagava a auditoria diretamente do bolso, a empresa pagava, mas depois percebemos que quem pagava o certificado era nós mesmos, pois, do valor do algodão que eles pagavam pra gente eles tiravam aquele dinheiro que eles investiram na auditoria né. Com isso a gente pagava, mas não tínhamos aquele acesso diretamente ao nosso certificado. Nunca tivemos acesso ao nosso certificado por auditoria para dizer “eu sou certificado”, para mostrar aos outros que nós realmente éramos certificados (ENTREVISTADO 1F31, 2019, sic).*

A declaração deste agricultor demonstra que a certificação orgânica significa para eles algo que confere legitimidade ao trabalho que desenvolvem. É um reconhecimento que melhora a autoestima e, portanto, mesmo que o algodão estivesse sendo vendido como orgânico, eles desejavam ter acesso ao certificado, ter um certificado com o nome deles. Por outro lado, de posse do certificado, eles poderiam comercializar o excedente dos alimentos cultivados no consórcio como orgânico em feiras e nos mercados institucionais.

A ONG Arribaça, a Embrapa Algodão e a Prefeitura Municipal de Remígio são os principais colaboradores da Rede Borborema. A Arribaça apoia com a assistência técnica que corre desde o período em que eram certificados por auditoria. A Embrapa desenvolve

pesquisas participativas e cursos para os agricultores, enquanto a prefeitura apoia o transporte do algodão, em especial no momento de beneficiamento.

*A Arribaça assessora a certificação desde a época da auditoria quando ela fazia o Sistema de Controle Interno [...] No SPG, a Arribaça tinha pouco dinheiro mas financiou algumas atividades de formação, toda parte de formação, assessoria, sempre teve atuação da Arribaça. Algumas atividades como transporte ela financiou também, mas era mais a parte de assessoria técnica mesmo, formar os agricultores, elaborar documentos. O manual de procedimentos foi todo elaborado pela Arribaça (ENTREVISTADO 2C31, 2019, sic).*

Os colaboradores são parte integrante de um SPG e suas atribuições variam de um SPG para outro. Em geral, sejam de ONGs ou outras instituições, os técnicos têm assumido compromissos que vão além do papel institucional, de fato, muitos incorporam o papel de membro do SPG, independentemente do apoio institucional.

*Quando a gente fala dos colaboradores, por ex. Embrapa e Arribaça, acho que a gente tem que falar das pessoas que tem compromisso e que trabalham aqui pela rede [...] A instituição apoia, mas se a instituição não tiver condição, tem pessoas que vão embora e outras não deixam nunca de nos apoiar. Tipo Amália da Arribaça. A Embrapa, no início do SPG, dava apoio, depois, o técnico que dava apoio foi transferido e ela parou [...] E foi a Amália da Arribaça que mesmo distante, estava fazendo estudo lá no Recife e ainda de longe nos apoiou na parte de credenciamento. Foi voluntária, mesmo quando a instituição não pode estar aqui (ENTREVISTADO 1GF31, 2019, sic).*

Os agricultores reconhecem a importância do papel dos técnicos enquanto colaboradores. Alegam que a interação e o comprometimento dos profissionais com os agricultores e agricultoras vão além do compromisso institucional assumido em um projeto. Apesar dos apoios recebidos, mesmo antes da constituição do OPAC, ressalta-se que o SPG da Rede Borborema de Agroecologia busca manter autonomia e independência financeira garantida pelo planejamento das atividades, pagamento de anuidades e percentual da comercialização. Segundo Almeida *et al.* (2020), para custear os custos de contabilidade, material de escritório, transporte e alimentação, é cobrada uma anuidade de cada associado, além de um percentual de 3 % da comercialização dos produtos certificados. Com essa arrecadação, o SPG consegue manter suas atividades independentes de recursos externos. Conforme uma jovem agricultora relata, o SPG recebeu importantes apoios de parceiros como ONG, prefeitura e Embrapa, porém não sendo dependente.

*Hoje podemos dizer que temos como nos manter. Temos planejamento financeiro. A rede tem parceiros, são importantes e fortalecem, mas não estão aqui todo dia. Apoiam na parte mais burocrática. Pedimos ajuda*

*pontual para nos fortalecer, mas, procuramos não gerar dependência, pois não podemos depender, temos que tocar o barco. Com eles andamos melhor (ENTREVISTADO 2F31, 2019, sic).*

Segundo Home *et al.* (2017), a dependência de recursos externos se configura como uma questão crítica do sistema e construir estratégias de autossustentação acaba sendo um desafio para muitos SPGs, pois, ao serem financiados por projetos, a sustentabilidade financeira acaba não constituindo uma preocupação dos agricultores. Essa situação se aplica aos SPGs que foram constituídos por meio de projetos, porém o caso da Rede Borborema de Agroecologia é um pouco diferente.

*Então, a Rede Borborema de Agroecologia também tem um trabalho que não nasceu de um projeto. Uma coisa bacana quando se pensa na criação dos SPG é que a necessidade local tem que ser a mola para a criação dos SPGs. Se vier um projeto para ajudar nessa construção, será bacana, mas tem que ter a demanda. Eu acho que a Rede Borborema de Agroecologia partiu disso, de uma necessidade deles, por isso que eles estão mais enraizados que outros (ENTREVISTADO 1C31, 2019, sic).*

A assessoria da ONG Arribaçã orientou a constituição do SPG, mas a decisão e a demanda partiram dos agricultores que não queriam mais a certificação por auditoria. Nesse sentido, os agricultores do SPG da Rede Borborema de Agroecologia têm se mostrado atentos à questão da sustentabilidade, incorporando atividades de planejamento e gestão financeira.

O SPG Rede Borborema, na ocasião da pesquisa, informou que possui 64 agricultores orgânicos. Esses agricultores se organizam em 5 grupos presentes em 6 municípios. São 100 % agricultores e agricultoras familiares, sendo que mais de 80 % são assentados da reforma agrária e 40 % mulheres. Possuem duas áreas coletivas de algodão agroecológico, sendo uma conduzida pelas mulheres e outra conduzida pelos homens, além de uma área chamada de UAP, onde realizam pesquisa participativa com diferentes variedades de algodão colorido, sob a coordenação da Embrapa.

A presença de jovens e mulheres, o cultivo de algodão colorido, além da prática de mutirão e trabalhos em áreas coletivas são destaques no SPG. Em sua última auditoria do MAPA, a participação das mulheres e dos jovens foi ressaltada como um ponto forte do SPG. *“Percebe-se os benefícios sociais da rede através da participação ativa das mulheres e jovens nos processos e da transformação dos envolvidos deixando-os extrovertidos e com trato amistoso e tranquilo” (RELATÓRIO DE AUDITORIA DA REDE BORBOREMA, 2018, sic).*

Por fim, os principais produtos certificados pela Rede Borborema de Agroecologia são hortaliças, algodão, frutas (umbu, acerola, pinha, siriguela). Com exceção

do algodão que é comercializado para a Vert, os demais produtos são comercializados no PNAE, PAA, feira e entrega em domicílios.

#### 5.5.8 Rede Povos da Mata de Certificação Participativa

A Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa foi constituída em 2015 com o objetivo de constituir e formalizar o SPG Rede Povos da Mata de Agroecologia. De acordo com Araújo *et al.* (2020), a rede foi criada com a participação de diversos atores das comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, camponeses, assentados da reforma agrária e agricultores familiares, além de diversas instituições e consumidores.

A proposta de constituir um SPG partiu de um casal da Rede Ecovida<sup>31</sup> de Agroecologia, recém-chegado no Sul da Bahia, que teve a experiência tanto de ser certificado pela rede Ecovida, quanto de atuar como consultores na constituição do SPG Brota Cerrado, em Minas Gerais. A motivação do casal veio, principalmente, do desejo de continuar consumindo alimentos saudáveis.

*A gente produzia, a gente se alimentava de produtos agroecológicos por estar dentro de uma rede, fazíamos parte do circuito de circulação de alimentos então a gente tinha acesso a várias coisas, que quando a gente tá fora precisa ir ao supermercado. Chegou aqui, a gente percebeu como é bom estar dentro de uma rede. Daí a gente pensou: Vamos montar uma rede dessas, e aí a gente começou ir atrás das articulações que já existiam na região (ENTREVISTADO 1C28, 2019, sic).*

As ONGs que atuavam na região como o Mecenaz da Vida, o Instituto Cabruca e o Instituto Arapyau foram receptivas e apoiaram a proposta. Enxergaram no SPG uma metodologia capaz de agregar os diversos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na região pela atuação de diferentes organizações e movimentos sociais.

Segundo Farran (2019), a Teia dos Povos, uma articulação que reúne diversos grupos dos movimentos sociais no Sul da Bahia com o “desafio de organizar o enfrentamento à coerção exercida pelos latifundiários sobre os territórios indígenas, quilombolas e camponeses” foi a base para a articulação da Rede Povos da Mata de Agroecologia, mesmo não tendo participado diretamente.

---

<sup>31</sup> Gustavo Henrique Ceccon Grando e Fabíola Ribeiro Rocha de Almeida

*A região já trabalhava com agricultura orgânica e agroecologia há mais de 20 anos. Existe um histórico de trabalhos e de instituições na região, seja dos movimentos sociais, MST, o movimento CETA, ONGs como o Mecenas da vida, o Floresta Viva, o Instituto Cabruca, o próprio IF Baiano que tem curso superior em agroecologia, o SASOP que atua na região do baixo sul, então já existiam diversas iniciativas [...] Por ter esse histórico, quando Fabíola e Gustavo chegaram, não começaram do zero, tinham história e um solo fértil. E 90% dessas instituições que eu falei, em algum momento já tinham iniciado um processo de certificação por auditoria (ENTREVISTADO 2C28, 2019, sic).*

*Aqui a gente já tinha um trabalho feito tanto pelo Mecenas como por outras instituições. O solo já estava bem fértil, então quando veio essa metodologia a gente conseguiu introduzir até com uma certa facilidade (ENTREVISTADO 3C28, 2019, sic).*

A organização dos agricultores, resultado do trabalho de diversas ONGs atuando na região, constituiu o que Mier y Terán *et al.* (2018) consideram o meio de cultura para o desenvolvimento da agroecologia. Atualmente Mecenas da Vida, Sebrae, Organização de conservação da Terra (OCT), Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica (OCA), Taboa e Movimento Ceta atuam como os principais colaboradores da Rede Povos da Mata, principalmente, na formação de grupos, acompanhamento e assessoria técnica e administrativa, crédito rural, comercialização (feiras), gestão do OPAC, infraestrutura, logística e realização de eventos em prol do fortalecimento da cultura e das relações sociais entre os membros do SPG.

O SPG Rede Povos da Mata, criado em 2015, teve o seu OPAC credenciado em 2016. Desde sua criação, vem se destacando no cenário nacional tanto pela sua organização em rede que envolve diferentes atores entre ONGs, movimentos sociais, comunidades tradicionais, assentamentos e entidades governamentais, quanto pela dinâmica de trabalho desenvolvida no território, que extrapola as atividades de avaliação da conformidade. O SPG tem ampliado sua área de atuação e promovido a inclusão de agricultores no processo de avaliação da conformidade orgânica.

Atualmente o SPG Povos da Mata está conformado em 4 núcleos (Raízes do Sertão, Pratigi, Monte Pascoal e Serra Grande). Os núcleos são divididos em grupos. São 55 grupos em que participam mais de 400 agricultores orgânicos, dos quais 85 % são classificados como agricultores familiares. Cacau, hortaliças, frutas e processados de origem vegetal são os alimentos certificados pelo OPAC. Em relação ao mercado, o SPG Povos da Mata tem possibilitado a abertura de várias frentes de comercialização, como feiras livres, CSA, entregas de cestas, construção conjunta de edital de chamada pública da Prefeitura de

Ilhéus para produtos orgânicos e o Projeto Circuitos Agroecológicos que cria rotas de circulação dos produtos orgânicos, abrindo canais de comercialização em vários estados.

#### 5.5.9 Associação de Comercialização Solidária Xique Xique

Fundada em 2004, a Associação de Comercialização Solidária Xique Xique foi credenciada em 2019 como OPAC do SPG Rede Xique Xique. Com sede em Mossoró-RN, a Rede Xique Xique está presente nas regiões de Assu/Mossoró, Sertão do Apodi, Mato Grande e nas Terras Potiguaras. Tem atuação em mais de 15 municípios, sendo composta por grupos urbanos e rurais (SANTOS; AMARAL; LIMA, 2020). Fruto de um amplo processo de construção coletiva, pode-se dizer que sua origem está na Associação Parceiros da Terra (APT) criada em 1998 por meio de um projeto<sup>32</sup> de assistência técnica com as mulheres do assentamento Mulunguzinho que hoje fazem parte do Grupo Unidas Venceremos. A APT tinha os mesmos valores do que hoje se conhece por Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA)<sup>33</sup>.

*No início, quando a gente começou a trabalhar esse projeto orgânico, foi dado nome ao projeto como Parceiros da Terra. Fizemos reunião, e vieram os consumidores, e eles diziam o que queriam e a gente produzia. Com isso a gente se firmou. Hoje é Rede Xique Xique mas antes era APT Associação Parceiros da Terra [...] Esses consumidores eram de entidades como a Terra Viva, o centro da mulher, a Mil Folhas e outras. Eram pessoas conscientes que sabiam o que era o orgânico. E através dessas pessoas vieram outras, e nós chegamos a fazer um número razoável de consumidores que a gente chamava de buscadores (ENTREVISTADO 1F42, 2019, sic).*

A Rede Xique Xique tem como princípios a agroecologia, o feminismo, a economia solidária e a justiça social (ESTATUTO SOCIAL, 2019). A luta das mulheres contra o machismo, associada à produção agroecológica e à comercialização solidária, é marcante em toda a trajetória da Rede Xique Xique, que se tornou uma referência nacional no movimento agroecológico pelos trabalhos e conquistas nesses espaços. Apesar de a Rede Xique Xique não ser uma rede só de mulheres, sua formação enquanto uma rede de comercialização solidária teve muita influência dos grupos de mulheres organizados.

*A Rede Xique Xique bebe muito da fonte do movimento de mulheres organizadas. Através de um movimento que surgiu em 1995, que foi em*

---

<sup>32</sup> Projeto Lumiar de assistência técnica em assentamentos rurais.

<sup>33</sup> Ver mais em <http://www.csabrasil.org/csa/>

*Quebec, que é a marcha mundial de mulheres e, no Brasil, em 2000. Então quando a gente vem discutir a rede, essas mulheres que fazem parte dos grupos vêm pra dentro da Rede Xique Xique, porque o centro feminista sempre teve um papel de organizar a produção das mulheres, discutir direitos, saúde. Estar à frente das direções, mas também poder produzir para ter uma ferramenta de combate à violência contra a mulher (ENTREVISTADO 2F42, 2019, sic).*

Nesta perspectiva, a geração de renda por meio da produção é uma estratégia de empoderamento, de fortalecimento e de apoio mútuo.

*Se a gente produz algo e pode tirar uma renda, isso faz com que essa produção seja uma proteção, mas também não é só porque você tem uma renda que você está protegida de uma violência contra mulher [...] Então, a partir dos grupos, a gente vê que a produção é uma das ferramentas para romper com a violência (ENTREVISTADO 2F42, 2019, sic).*

A produção de alimentos e a participação em grupos produtivos e de comercialização solidária passaram a ser uma estratégia para superar a violência doméstica. A participação dos grupos de mulheres na constituição da Rede Xique Xique trouxe o tema equidade de gênero não somente para a Rede, mas também inspirou muitos outros SPGs no Brasil devido a essa referência no Fórum Brasileiro de SPG e OCS, do qual a Rede Xique Xique faz parte desde a sua constituição em 2009.

Depois da rede fortalecida no processo de produção e comercialização, a certificação orgânica passou a ser uma demanda dos agricultores, não só como forma de acessar novos mercados ou ter prioridade na concorrência nos editais do PNAE, mas também como forma de reconhecimento do que sempre fizeram. Ao buscar o credenciamento do seu OPAC em 2019, a Rede Xique Xique reafirma seu papel político no território, pois reafirma que não basta garantir a qualidade por meio de um certificado, é preciso que essa garantia seja construída pela participação dos envolvidos na produção e no consumo, portanto, a opção foi buscar o credenciamento da Associação de Comercialização Solidária Xique Xique como OPAC do SPG Rede Xique Xique.

A possibilidade de expansão do número de agricultores certificados, assim como o envolvimento dos consumidores e técnicos nas atividades de avaliação da conformidade e controle social, foi ressaltada como um ponto positivo da Rede Xique Xique enquanto SPG durante a auditoria de credenciamento em 2019.

Atualmente, a Rede Xique Xique conta com cerca de 50 grupos associados, incluindo associações, cooperativas e grupos informais (SANTOS; AMARAL; LIMA, 2020). Logo no início do credenciamento, foram certificados 15 agricultores e agricultoras, sendo que desses 8 são assentados da reforma agrária e 10 são mulheres. O Centro Feminista 8 de

março, a Emater-RN, a Coopervida, os Sindicatos, a Rede de Economia Solidária Feminista, a UERN e os consumidores são considerados os principais colaboradores da Rede Xique Xique.

A produção certificada é basicamente frutas e hortaliças, porém com expectativa de ampliar em curto prazo para as agroindústrias comunitárias e produtos de origem animal. Além da comercialização em um ponto comercial da Rede Xique Xique, os agricultores e agricultoras também comercializam em feiras, PNAE, entregas em domicílio e supermercados.

#### 5.5.10 Rede Plantar para a Vida de Certificação Participativa

A Rede Plantar para a Vida com sede no município de Indiaroba-SE foi criada em 2017 por meio de uma parceria entre o Sebrae, a Prefeitura Municipal de Indiaroba e agricultores e agricultoras assentados do município para a execução do projeto Sergipe Bio (Sebrae), com objetivo de promover o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica do estado do Sergipe (GONÇALVES *et al.*, 2020). A Rede nasceu com o propósito de constituir um SPG e, nesse sentido, foi constituída em 2018 a Associação Plantar para a Vida de Certificação Participativa, que foi credenciada como OPAC em 2019.

A Rede Plantar se diferencia em sua trajetória dos demais SPGs da região por alguns fatores, em especial por se tratar de uma rede relativamente nova, cuja constituição faz parte de ações da prefeitura e do Sebrae para atender às demandas dos agricultores. Em todos os outros SPGs da Região Nordeste, foram as ONGs que atuaram no papel de colaborador e mediador do processo de constituição do SPG. Na Rede Plantar, o Sebrae, enquanto executor do projeto, contratou um casal de consultores<sup>34</sup>, que eram agricultores certificados da Rede Ecovida, tendo adquirido experiência na constituição do SPG Povos da Mata, no Sul da Bahia, onde prestaram serviços de consultoria, juntamente com outro casal de consultores. A contratação de consultores com experiência tanto na constituição de um SPG quanto no papel de agricultores certificados por um SPG fez toda a diferença, pois, além da qualificação que adquiriram no processo de construção de procedimentos e documentos, o que agilizou o credenciamento, a experiência enquanto agricultores agroecológicos proporcionou uma relação mais horizontal e de confiança entre consultores e agricultores, o que favoreceu a adesão e a adoção das práticas agroecológicas, gerando maior confiança e motivação no processo.

---

<sup>34</sup> Claudete Ponath e Luiz Gustavo Teixeira.

*A gente agradece o apoio deles que ajudou muito a gente nesse projeto, ajudou muito. Há muito tempo a gente tinha um sonho de participar de um projeto como esse, mas a gente não sabia quem procurar, não sabia o que mudar. A partir do prefeito da cidade e do incentivo do secretário, a gente passou a participar do projeto que trouxe pra gente o que a gente queria e não sabia quem procurar. Essa era a realidade né (ENTREVISTADO 2F41, 2019, sic).*

*Assim, chegou um período que eu não tinha condições de comprar adubo, então, eu passei a não produzir. Aí eu passei a participar do projeto, daí veio as ideias né, eles, Luiz e Claudete ensinando pra gente o conhecimento deles, os amigos também que vão trazendo, vai passando de um para o outro e eu queria saber de tudo né. Então, depois desse projeto eu passei a produzir mais (ENTREVISTADO 1F41, 2019, sic).*

Pelos depoimentos acima, o projeto do Sebrae e da prefeitura foi ao encontro do que os agricultores precisavam, mas não necessariamente foi uma demanda dos agricultores, até porque eles não tinham conhecimento da existência de um SPG. Também ressaltam o importante papel que os consultores tiveram para a conversão do sistema e a adoção de práticas agroecológicas. Conforme afirmam Gonçalves *et al.* (2020 p.230), os primeiros grupos de agricultores que iniciaram no projeto de constituição do SPG eram formados por “agricultores familiares, em sua grande maioria assentados da reforma agrária, habituados ao modelo convencional de produção que possuíam limitação para o acesso às técnicas de manejo agroecológico”.

Atualmente, o SPG Rede Plantar para a vida é constituído por um núcleo, Organização para a vida, e 6 grupos localizados na Região Sul e Centro-sul Sergipano nos municípios de Indiaroba, Umbaúba, Lagarto, Salgado e São Cristóvão. São 19 agricultores e agricultoras certificados, sendo a maioria de agricultores familiares que desenvolveram por meio do mutirão uma prática de controle social e apoio mútuo. As frutas e hortaliças certificadas são comercializadas em feiras livres e cestas comercializadas por meio das redes sociais que vêm sendo ampliadas a cada dia. A tapioca, o beiju, o pé de moleque (broa feita de puba de mandioca), o bolo de puba e outros derivados da mandioca aguardam a inclusão do escopo de processados para serem certificados.

## 5.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA PESQUISADOS

A descrição sobre cada um dos SPGs brasileiros nos chama a atenção pelos aspectos políticos, sociais, ambientais e culturais que permearam todo o histórico dessas redes

antes, durante e depois da constituição dos SPGs. Agroecologia, feiras, mercado, algodão, certificado, ONGs, auditorias do Mapa, agricultura familiar, seca, empresas, programas governamentais, extensão rural e movimentos sociais se configuram enquanto atores na constituição dessas redes sociotécnicas, assumindo papéis determinantes em diferentes momentos da trajetória de cada uma. De tradução em tradução, por meio de vínculos e alianças com diferentes atores, cada rede foi sendo traçada ao longo dos anos Brasil afora. Buscando ter uma visão do todo, baseado nas informações descritas sobre cada rede por meio dos relatos dos atores e dados levantados, foram sistematizadas algumas informações dos SPGs brasileiros para efeito da discussão e análise que seguem.

### 5.6.1 Caracterização dos SPGs Brasileiros

Primeiramente, no Quadro 08 apresentamos a relação de todos os SPGs estudados neste trabalho, o município e Unidade Federativa sede, área e abrangência, assim como o ano de constituição da entidade que hoje responde como OPAC e seu ano de credenciamento no MAPA.

Quadro 08 – Síntese das informações sobre ano de fundação da entidade, ano de credenciamento, sede e área de abrangência dos SPGs pesquisados.

<b>Nome do SPG Pesquisado</b>	<b>Município/UF Sede OPAC</b>	<b>UF ou região de atuação</b>	<b>Constituição da entidade</b>	<b>Credenciamento do OPAC</b>
Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região – ANC	Campinas-SP	Leste Paulista e Sul de Minas	1991	2010
Associação Ecovida de Certificação Participativa – Ecovida	Três Cachoeiras-RS	Região Sul do país e SP	1998	2010
Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO	Rio de Janeiro-RJ	RJ e sudeste de MG	1985	2010
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD	Botucatu-SP	SP e Sul de Minas	1995	2011
Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF – OPAC CERRADO	Brasília-DF	DF e GO (RIDE)	2002	2013

Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS	Glória dos Dourados-MS	MS	2002	2013
Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense – APASPI	São Raimundo Nonato-PI	Serra da Capivara e Vale do Piauí	2004	2013
Associação de Certificação Participativa Agroecológica – ACEPA	Quixeramobim-CE	Sertão Central do CE	2012	2013
Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús – ACEPI	Nova Russas-CE	Sertão do Crateús e Inhamuns	2012	2013
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe – ECOARARIPE	Ouricuri-PE	Sertão do Araripe	2008	2013
Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas	Inconfidentes-MG	Sul de Minas	2012	2013
Associação OPAC Litoral Norte	Itati-RS	Litoral Norte	2012	2014
Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi – ACOPASA	Apodi-RN	Sertão do Apodi	2012	2014
Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul – COCEARGS	Porto Alegre-RS	RS	2011	2014
Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa – Brota Cerrado	Uberlândia-MG	Foco é Triângulo Mineiro - MG, um grupo em SP e um grupo em SC e RS	2012	2015
Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana – RAMA	Porto Alegre-RS	Região Metropolitana de Porto Alegre	2010	2015
Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa – Rede Povos da Mata	Ilhéus-BA	Sul da Bahia e território de Irecê	2015	2016
Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul – ABDSul	Florianópolis-SC	SC	2001	2016
Associação dos Agricultores Agroecológicos do território da Borborema – Rede Borborema	Remígio-PB	Território da Borborema	2013	2016
Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina – Orgânicos Jequitinhonha	Turmalina - MG	Vale do Jequitinhonha	2016	2017

Associação Maniva de Certificação Participativa – REMA	Manaus - AM	AM	2010	2017
Associação de Agricultura Ecológica – AGE	Brasília-DF	DF (RIDE)	1989	2018
Associação Plantar para a Vida de Certificação Participativa	Indiaroba-SE	Região Sul e Central Sergipano	2017	2019
Associação de Comercialização Solidária Xique Xique	Mossoró-RN	Assu, Sertão do Apodi, Mato Grande e Terras Potiguaras	2004	2019

Fonte: Adaptado de Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

Em relação aos dados apresentados, tanto na descrição sobre os SPGs, quanto na sistematização do Quadro 08, fazem-se necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, conforme observado por Passos (2020), quando falamos dos SPGs brasileiros, estamos nos referindo a 3 grupos de organizações. Um primeiro grupo é formado pelas organizações que existiam antes da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil e, portanto, não foram criadas com objetivo de ser um SPG, a avaliação da conformidade se soma a outros objetivos. Fazem parte deste grupo: Ecovida, ANC, ABIO, ABD, APOMS, SindiOrgânicos, Ecoararipe, ABDSul, AGE e Rede Xique Xique. A Coceargs, mesmo sendo criada depois da regulamentação da agricultura orgânica, pode ser incluída nesse grupo, visto que não foi criada com o objetivo de certificação, e sim de comercialização da produção dos assentados da reforma agrária. Para todas essas organizações, o OPAC é vinculado a uma organização maior, com objetivos voltados à promoção da agroecologia e da agricultura biodinâmica, assim como o apoio à comercialização.

O segundo grupo é formado pelas organizações que foram criadas para constituir um SPG, ou seja, nasceram para assumir a responsabilidade legal do sistema. Nesse sentido, a avaliação da conformidade assume o principal objetivo da organização. Fazem parte deste grupo: APASPI, ACEPI, ACEPA, Orgânicos Sul de Minas, Litoral Norte, ACOPASA, Brota Cerrado, RAMA, Rede Povos da Mata, Rede Borborema, Orgânicos Jequitinhonha, Maniva e Rede Plantar para a Vida. A partir desse grupo, podemos arriscar a construir um terceiro grupo, que são aquelas organizações que, ainda conforme a afirmação de Passos (2020 p. 241), “tinham suas raízes espalhadas em outras organizações”, ou seja, o SPG reuniu organizações e grupos já existentes. Esse é o caso, por exemplo, do SPG Sul de Minas, que se constituiu a partir de organizações de agricultores orgânicos com trajetória de mais de 10 anos na época da constituição do SPG. Vale ressaltar que em quase todas essas organizações a

constituição do SPG não brotou do nada, ou seja, já havia um trabalho realizado por diferentes entidades com as famílias rurais na promoção da agroecologia, comercialização em feiras ou mesmo com a certificação por auditoria. Quando um grupo de pessoas define pela constituição de um SPG numa determinada região, significa que um longo caminho já foi percorrido, pois trata-se de um processo que não ocorre de forma imediata nem sem a articulação de diversos atores organizados que desenvolvem práticas agroecológicas e associativistas. A decisão por credenciar o OPAC significa, quase sempre, a busca por um reconhecimento oficial do que já desenvolvem. O SPG, enquanto metodologia participativa de avaliação da conformidade, vem para fortalecer as práticas existentes e garantir a qualidade da produção e, conseqüentemente, acessar mercados orgânicos.

A existência de SPGs em todas as regiões do país é outra questão relevante que pode sinalizar que a institucionalização do SPG foi positiva para inclusão de agricultores e agricultoras familiares e, ainda, que a experiência nascida no sul do país tem se mostrado flexível ou passível de adaptação às diferentes realidades brasileiras. Outra questão que chama a atenção quando analisamos os SPGs no contexto nacional é a grande flexibilidade em relação ao tamanho ou área de atuação. A título de exemplo, assim como a Ecovida, o maior SPG do Brasil atua em 4 estados (RS, SC, PR e SP), atualmente com mais de 4.000 produtores (as) certificados, a AGE possui 9 agricultores e agricultoras certificados do Distrito Federal. Essa discrepância na variação de um SPG, no mínimo, nos faz compreender que existe uma imensa diversidade de SPGs no Brasil. Qual seria um limite mínimo para se constituir um SPG? E o que dizer de um limite máximo? Passos (2020) afirma que o tamanho da Ecovida tem sido uma questão de reflexão iniciada antes mesmo do credenciamento do OPAC. Se por um lado, um SPG da dimensão da Ecovida pode significar sucesso e força política, por outro, significa um desafio que exige atenção e cuidado constantes em relação aos procedimentos de avaliação da conformidade, assim como a organicidade e a gestão administrativa do OPAC. Por fim, ressaltamos que, muito mais importante que definir a abrangência ou área de atuação de um SPG, é fazer com que a metodologia e a dinâmica de funcionamento e gestão adotados deem conta de garantir a qualidade de manter os princípios basilares dos SPGs, em especial, confiança, participação, transparência e diálogo de saberes.

### 5.6.2 Sobre os Membros Fornecedores dos SPGs Brasileiros

Durante toda a discussão que precedeu a regulamentação da produção orgânica no Brasil, o reconhecimento de sistemas alternativos à certificação por auditoria foi defendido, em especial, por se apresentar como um modelo inclusivo e mais adequado à agricultura familiar, pela metodologia utilizada, custo ou autonomia que proporciona. Entretanto, quando falamos da produção orgânica certificada, em especial pelos SPGs, as informações sobre o perfil dos agricultores e agricultoras certificados atualmente não se encontram disponíveis no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos (CNPO)<sup>35</sup>, que é o instrumento oficial de informação sobre a produção orgânica no Brasil. O CNPO não contempla informações sobre a categoria, o sexo ou a idade dos produtores (as), portanto, em geral, os próprios OPACs também não dispõem dessas informações sistematizadas, principalmente quando o SPG não possui projetos ou outras atividades que exijam esses dados. Nesse sentido, ressaltamos a relevância desta pesquisa, que, respeitando os limites de cada SPG, buscou levantar, por meio da aplicação de um questionário, informações a respeito do perfil dos agricultores e agricultoras, construindo, assim, um retrato dos fornecedores dos SPGs brasileiros. O Quadro 09 apresenta os dados referentes ao número de unidades produtivas certificadas, assim como o perfil dos agricultores certificados pelos OPACs.

Quadro 09 – Síntese das informações sobre os membros fornecedores dos SPGs

OPAC	Unidades Produtivas	Agricultores/as	Mulheres	Agricultores/as familiares <sup>[3]</sup>	Assentados/as	Indígenas	Quilombolas
Ecovida	1.924	4.300	1.720	4.085	230	0	0
Coceargs	130	334	122	334	334	0	0
Litoral Norte	38	38	11	32	0	0	0
RAMA	53	53	19	15	1	0	0

<sup>35</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

ABDSul	8	9	3	1	0	0	0
ANC	122	191	61	46	6	0	0
ABIO	569	760	224	393	-	0	0
ABD	50	99	37	27	10	0	0
Sul de Minas	184	222	50	145	23	0	0
Brota Cerrado	20	20	4	11	11	0	0
Jequitinhonha	20	20	8	20	0	0	0
APOMS	15	30	5	30	8	0	2
CERRADO	166	219	72	101	35	0	0
AGE	9	15	5	7	6	0	0
REMA	30	30	8	30	22	0	0
APASPI	130	130	30	130	60	0	18
ACEPA	92	93	15	93	41	0	0
ACEPI	183	183	26	183	68	5	6
Ecoararipe	410	410	177	362	48	0	0
ACOPASA	51	51	5	51	9	0	0
Povos da Mata	181	413	182	351	81	2	0
Rede Borborema	48	64	26	64	53	0	0
Rede Xique Xique	6	15	10	15	8	0	0
Rede Plantar	9	19	9	13	10	0	0

Total	4.498	7.718	2.829	6.539	1.064	7	26
-------	-------	-------	-------	-------	-------	---	----

Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

Embora a pesquisa tenha buscado identificar o número de jovens certificados, essa questão ficou sem resposta, em especial pela dificuldade em encontrar informações nos OPACs maiores. Assim, não foi possível informar aqui o número de jovens certificados, porém ressaltamos que a inclusão da data de nascimento nos cadastros oficiais dos agricultores orgânicos é uma medida simples que, se realizada, nos permitiria ter um olhar sobre a questão de geração na agricultura orgânica brasileira. Essa medida pode fornecer dados e informações importantes para a formulação de políticas públicas voltadas para a redução do êxodo rural, causado, entre outros fatores, pela falta de renda, pelo isolamento social e pela falta de um projeto produtivo para a juventude (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015). A falta ou a dificuldade de obter essa informação leva a acreditar que os SPGs não têm desenvolvido ações e projetos específicos para inclusão desse público. Esse tema foi pautado no III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG e OCS que ocorreu em maio de 2019 na cidade de Valinhos-SP e, diante da relevância e urgência do assunto, resultou na inclusão da “Equidade de Gênero e Geração” na carta de princípios do Fórum Brasileiro de SPG e OCS (CARTA DE VALINHOS, 2019).

A obtenção dos dados sobre a juventude não foi a única dificuldade encontrada nesta pesquisa. Desde 2018, o CNPO vem sendo atualizado por meio de planilhas que os OPACs enviam mensalmente ao Ministério da Agricultura, em função da nova versão do SigOrgWeb<sup>36</sup> estar em processo de implantação. Para cadastrar as informações diretamente no sistema, que ainda se encontra em teste, segundo as informações do manual do usuário para os OPACs disponível no site do Ministério da Agricultura<sup>37</sup>, primeiramente o OPAC deve cadastrar os agricultores, em seguida as unidades de produção e em terceiro, os dados sobre a produção.

O sistema permite cadastrar unidades de produção com duas formas de exploração: coletiva e individual. No caso da exploração em unidades familiares, é possível considerar uma unidade de exploração coletiva e cadastrar todos os membros envolvidos na produção. Entretanto, identificamos por meio desta pesquisa que o entendimento sobre essa questão é divergente entre os OPACs. Enquanto alguns OPACs entendem a unidade de

<sup>36</sup> Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica.

<sup>37</sup> [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/SigorgWeb\\_Manual\\_do\\_Usuario\\_OPAC.pdf](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/SigorgWeb_Manual_do_Usuario_OPAC.pdf) acesso em 22 de novembro de 2020.

produção familiar como unidade de exploração coletiva, cadastrando todos os membros que trabalham na unidade de produção, outros entendem como unidade de produção individual (uma família) e, por isso, cadastram somente uma pessoa, normalmente o homem. Esse fato pode ser constatado no Quadro 09, nos casos em que o número de unidades de produção é o mesmo que o número de produtores orgânicos. Essa divergência no entendimento pode resultar em dados subestimados em relação ao número de produtores orgânicos, em especial, subestimando o número de mulheres e jovens na produção orgânica. Assim, alertamos que os dados informados no CNPO atualmente, assim como os dados desta pesquisa em relação ao número de produtores orgânicos, podem não representar fielmente a totalidade dos agricultores orgânicos do Brasil. Diante dessa constatação, faz-se necessária uma orientação de modo a nivelar os entendimentos e os cadastros para que possamos ter informações mais precisas.

O acesso a informações acerca dos fornecedores dos SPGs brasileiros, em especial sobre gênero, geração e categoria social, é de grande relevância para que possamos pensar em projetos, programas ou políticas públicas para os SPGs, especialmente para o desenvolvimento da produção orgânica na agricultura familiar. A ausência de dados oficiais tanto sobre os aspectos produtivos quanto sociais pode constituir um entrave para elaboração de políticas públicas e estratégias de investimento no setor (VILELA, 2020; LIMA *et al.*, 2020).

Apesar dessa dificuldade, por meio dos dados obtidos, foi possível traçar um retrato dos fornecedores participantes dos SPGs brasileiros e refletir sobre a importância de conhecer os dados apresentados na Figura 13.

Figura 13 – Número de Unidades de Produção (UP), de Agricultores Orgânicos, de Agricultores Familiares, de Mulheres, Assentados/as, Indígenas e Quilombolas.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

Embora os números apresentados sejam dinâmicos, a sistematização dessas informações sobre os agricultores certificados pelos OPACs nos deu um retrato muito próximo à realidade, sinalizando tanto que os SPGs podem ser considerados um sistema de avaliação da conformidade mais apropriado para a agricultura familiar e por isso a maioria dos fornecedores são dessa categoria, como também que a própria agricultura orgânica pode ser um sistema de produção mais desenvolvido ou apropriado para a agricultura familiar. Essa última possibilidade é corroborada por Carmo (1998), que considera a agricultura familiar o *locus* ideal para a produção sustentável, dada às suas características em relação à produção em pequena escala e em sistemas diversificados. No entanto, a autora afirma a necessidade de políticas públicas que fomentem essa produção. Nesse sentido, os SPGs têm se mostrado importante estratégia de incentivo à produção orgânica e agroecológica, em especial na agricultura familiar. Mier y Terán *et al.* (2018), analisando 5 estudos de caso nos quais a produção agroecológica foi ampliada para uma escala que os autores chamam de massificação

da agroecologia, ou seja, envolvendo um grande número de famílias de um mesmo território, identificaram 8 fatores que podem contribuir com essa massificação. São eles: crises que impulsionam a busca de alternativas; organização social; processos de ensino-aprendizagem construtivistas; práticas agroecológicas eficazes; discurso mobilizador; aliados externos; mercados favoráveis; políticas favoráveis. Assim, podemos considerar os SPGs como um fator que favorece o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica, visto se enquadrar em praticamente todos os fatores analisados pelos autores. Alguns SPGs têm demonstrado essa capacidade de expansão do sistema orgânico de produção e inclusão da agricultura familiar, como é o caso da Ecovida, Rede Povos da Mata, Ecoararipe, APASPI, Sul de Minas e Coceargs, que além de ter uma abrangência territorial considerável, também envolve um grande número de agricultores e agricultoras familiares com potencial de crescimento.

Em relação à participação da agricultura familiar, pode-se dividir os SPGs em 3 grupos: o primeiro grupo seria daqueles SPGs compostos exclusivamente por agricultores e agricultoras familiares. Participam desse grupo 10 SPGs: Coceargs, Orgânicos Jequitinhonha, APOMS, REMA, APASPI, ACEPA, ACEPI, ACOPASA, Rede Xique Xique e Rede Borborema. Apesar de não constar em seus documentos nenhuma regra que garanta exclusividade para a agricultura familiar, essa condição é implícita no SPG. Vale lembrar que todos esses SPGs foram constituídos para atender às demandas de agricultores familiares, criando uma forte identidade com a categoria. Ademais, alguns foram criados com recursos externos, de projetos com foco na agricultura familiar, enquanto outros nasceram dentro de um determinado grupo, como é o caso da Coceargs, Rede Xique Xique e Borborema, onde o trabalho com SPG surgiu a partir de outras ações desenvolvidas com esta categoria, no caso da Coceargs e Rede Borborema, agricultores assentados. O segundo grupo seria composto pelos SPGs nos quais não existe exclusividade, porém a agricultura familiar constitui a maioria deles. Fazem parte desse grupo 8 SPGs: Ecovida, Litoral Norte, Ecoararipe, Povos da Mata, Rede Plantar, Orgânicos Sul de Minas, ABIO e Brota Cerrado. Em alguns casos, como Ecovida e Ecoararipe, a agricultura familiar atinge percentual acima de 90 %. Além dos agricultores e processadores familiares, também são fornecedores nesse grupo outros processadores e agricultores com pequena produção, mas por possuírem outras fontes de renda ou trabalharem com mão de obra contratada, não se enquadram na categoria familiar – Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Por fim, teria um terceiro grupo, em que a agricultura familiar é minoria. Esse grupo é formado por 6 SPGs: SindiOrgânicos, AGE, RAMA, ANC, ABD e ABDSul. Com exceção da ABD que tem sua sede em Botucatu-SP e a ANC com sede

em Campinas-SP, os outros estão localizados em capitais e, talvez por isso, a presença de agricultores familiares seja em menor número. É comum nesses SPGs a participação de pequenas unidades de processamento e unidades de produção que, da mesma forma que no segundo grupo, não se enquadram na categoria de agricultor. Muitas vezes, são as pessoas conhecidas como neorrurais, ou seja, aquelas que fazem o êxodo urbano para o rural, buscam no rural, em especial na atividade orgânica, uma nova relação de trabalho e renda, também estão muito presentes no segundo grupo. No caso dos processadores, ao todo, familiares ou não, são 373 unidades de processamento certificadas pelos SPGs, com destaque para a Ecovida, com 263 unidades de processamento certificadas. Essa presença maior ou menor de agricultores e agricultoras familiares nos SPGs parece demonstrar uma relação tanto com a região onde o SPG é instalado como também com os mediadores, ou seja, com os objetivos e interesses daqueles atores que assumem o papel de tradutores e porta-vozes no processo de constituição do SPG.

No caso dos agricultores familiares, 16,3 % são assentados da reforma agrária. Trata-se de um percentual bem significativo, no entanto ainda pequeno perto do potencial de expansão que os SPGs têm em áreas de assentamentos rurais. Borsatto e Souza-Esquerdo (2019) estimam que somente 5 % da base social do MST, que atualmente é formada por cerca de 350.000, adotam os princípios agroecológicos, mesmo o MST tendo assumido a agroecologia como uma diretriz na ocasião do seu IV Congresso Nacional, realizado em 2000. Além da Coceargs, que atualmente é o único SPG exclusivo de assentamentos, os SPGs da Rede Borborema de Agroecologia, Rede Maniva, Rede Xique Xique e Rede Plantar para a Vida e Rede Brota Cerrado têm na maioria dos seus membros os agricultores e agricultoras assentados da reforma agrária.

Em um estudo sobre a experiência do MST com a adoção dos princípios agroecológicos nos assentamentos rurais, Borsatto e Souza-Esquerdo (2019) afirmam que, apesar da multiplicação de experiências com cultivos orgânicos e agroecológicos em áreas de assentamento, o sistema orgânico não é adotado pela maioria dos assentados. Os autores ainda afirmam que o SPG pode ser uma das ferramentas capazes de contribuir na transição agroecológica nos assentamentos rurais, dado à metodologia utilizada para avaliação da conformidade favorecer a organização social, a formação de rede por meio das parcerias, disseminação de práticas agroecológicas eficazes, processos de ensino-aprendizagem construtivistas e acesso a mercados mais justos.

Em relação à participação dos agricultores não familiares, se, por um lado, o choque cultural pode gerar algum tipo de conflito com os agricultores familiares

(CODONHO, 2013), por outro, a participação deles nos SPGs é vista como muito positiva por alguns membros.

*Ainda tem uma característica aqui da nossa região que é a dos neo rurais. Não saberia te dizer quantos fazem parte, mas eles contribuem fundamentalmente [...] Então, são pessoas que entram sem precisar de ter um convencimento [...] os neorrurais não precisam ser convencidos, eles já entram querendo fazer agroecologia. Isso poderia ser um problema no sentido de tempos diferentes. Uma pessoa da cidade tem mais acesso a canais de informação, mas o que a gente viu foi uma ajuda muito grande dessas pessoas, tanto em afirmar os princípios da rede e não de maneira romantizada e superficial, mas de querer mesmo e com isso tensionar os agricultores a não ficar numa situação cômoda de não querer só a certificação (ENTREVISTADO 1C05, 2019, sic).*

Os neorrurais, em geral, são pessoas que trabalham em pequenas áreas, têm um nível de escolaridade alto e, muitas vezes, outras fontes de renda. Além da contribuição pela convicção em relação à produção agroecológica, também se destaca sua relação com o mercado, que, muitas vezes, é facilitada por seu acesso aos centros urbanos, o que favorece a criação de redes de consumo orgânico, muito comuns nos SPGs. Segundo Codonho (2013), enquanto os agricultores familiares são mais produtivos e dominam melhor a técnica de produção, os neorrurais se destacam na construção social dos mercados, além do domínio das questões burocráticas que envolvem um SPG, porém, ainda conforme a autora, se aí residem os conflitos, também reside a troca de experiência e a riqueza de um SPG, que em torno de objetivos comuns vão construindo as afinidades e o conhecimento agroecológico.

A pesquisa também buscou identificar a participação dos povos tradicionais nos SPGs, como indígenas e quilombolas. Em relação a indígenas, existe no Brasil um SPG formado exclusivamente pelos indígenas, o SPG Associação Terras Indígenas do Xingu (ATIX), que, segundo Hirata, Rocha e Bergamasco (2020), possui 71 indígenas certificados, entretanto por questões abordadas previamente na metodologia, a ATIX não fez parte desta pesquisa. Além do SPG ATIX, também foram identificados outros certificados em áreas indígenas como: Rede Povos da Mata (2) e ACEPI (5). No caso dos quilombolas, a participação é ainda menor, ao todo são 26, sendo 2 na APOMS, 6 na ACEPI e 18 na APASPI.

Por fim, a pesquisa buscou compreender como é a participação das mulheres nos SPGs do Brasil. Para além do número de participantes, buscou-se compreender como se dá a participação delas nessas redes, conforme abordado no texto a seguir.

### 5.6.2.1 A participação das mulheres nos SPGs

Em relação ao percentual de 37 % de mulheres com certificado em seu nome, faz-se necessário considerar que esse número pode estar sendo subestimado, visto que, conforme abordado anteriormente, alguns SPGs têm incluído somente o nome de um fornecedor por unidade de produção no CNPO e o nome das mulheres pode estar ficando de fora. Outra consideração é que esse número pode ser de fato fidedigno e demonstrar até mesmo uma presença significativa diante do envelhecimento e masculinização do campo, apontados nas pesquisas de Camarano e Abramovay (1998). Portanto, uma pesquisa mais aprofundada sobre a gestão dos dados, assim como o contexto em que cada SPG se insere, seria necessária para uma análise sobre esse percentual de mulheres na produção orgânica.

Siliprandi (2015) ressalta a grande contribuição das mulheres para a produção agroecológica e orgânica, afirmando que muitas vezes elas são as responsáveis pela conversão dos sistemas produtivos convencionais para orgânicos, porém, devido à forma de organização familiar no campo, muitas vezes quando a produção passa a ter renda, a tendência é que o negócio passe para a mão dos homens, o que tende a tornar invisível o trabalho das mulheres na produção.

Alguns SPGs consolidaram sua trajetória nos movimentos sociais ou até mesmo nos movimentos liderados por mulheres, como é o exemplo da Rede Xique Xique, Rede Borborema, Rede Povos da Mata e Rede Ecovida. Em alguns desses SPGs, além de um percentual maior de mulheres, chegando a 66 % na Rede Xique Xique, as relações de gênero são discutidas e, muitas vezes, incorporadas ao processo de avaliação da conformidade orgânica. Nos últimos anos, as mulheres vêm se organizando e utilizando de diferentes estratégias, como criação de grupos de WhatsApp ou grupos de trabalho (GTs) de mulheres, para pautar a questão da equidade de gênero para dentro dos SPGs.

Essa articulação entre as mulheres dos SPGs teve início em 2017 com a realização do primeiro Encontro de Mulheres e SPGs que ocorreu na cidade de Torres-RS, organizado pelo Centro Ecológico e pelo GT de Gênero da Rede. Esse encontro foi motivado pela baixa participação das mulheres da Rede Ecovida na percepção de algumas lideranças femininas desse SPG (HIRATA; BERGAMASCO, 2018). Após esse encontro, outros foram realizados na Rede Ecovida e no SPG Orgânicos Sul de Minas e Rede Brota Cerrado. A criação de um grupo de WhatsApp que reúne mulheres de vários SPGs, de norte a sul do país, foi fruto desses encontros. Entendendo que os SPGs são espaços privilegiados de diálogo e troca de experiências, elas vêm se organizando, discutindo, construindo e propondo ações visando

estimular e oportunizar maior participação das mulheres nas atividades do SPG. Gomes Jr. e Andrade (2013) afirmam que graças aos movimentos de mulheres e da sua auto-organização, o Brasil tem incluído a pauta de gênero em diversas políticas públicas para o meio rural. Também podemos dizer que é graças às experiências dos movimentos sociais que as mulheres inseriram a pauta de gênero nos SPGs. Nesse sentido, como principal resultado da articulação das mulheres dos SPGs, em 2019, durante o III Encontro do Fórum Brasileiro de SPG e OCS, que ocorreu em Valinhos-SP, foi incluído o princípio de equidade de gênero e geração na carta de princípios do Fórum Brasileiro de SPG e OCS.

A partir desse encontro e da inclusão desse princípio, alguns SPGs têm buscado formas de materializar o princípio em suas ações cotidianas de avaliação da conformidade. A Rede Ecovida, por meio do GT de Gênero, reformulou seus normativos incluindo a violência doméstica como uma não conformidade para receber o certificado de orgânico. Em relação à Ecovida, vale ressaltar a existência de um GT de mulheres, além da paridade entre homens e mulheres na composição das coordenações dos núcleos. Outros SPGs, mesmo aqueles com um percentual pequeno de mulheres certificadas, como é o caso do SPG Orgânicos do Sul de Minas, vêm discutindo estratégias de valorização do trabalho das mulheres e incentivo à participação delas nos espaços coletivos. Encontro de mulheres presenciais e virtuais têm sido realizados buscando a conscientização sobre, entre muitas outras pautas, a importância da participação e o certificado em nome das mulheres. Todo esse esforço indica que o percentual de mulheres com certificado em seu nome nos SPGs pode aumentar nos próximos anos.

Apesar dos esforços, a percepção que o SPG pode ser um espaço para o diálogo sobre as relações de gênero ou que a dinâmica de avaliação da conformidade do SPG deve dialogar e somar às atividades das assessorias de gênero<sup>38</sup> ainda não está clara em alguns SPGs. É comum o trabalho das assessorias de gênero se dar em momentos diferentes das assessorias de certificação participativa. Essa situação foi identificada em alguns SPGs da Região Nordeste, como no caso dos quintais produtivos que são produtos das assessorias de gênero. Assim, quando a mulher solicita a certificação, aumenta o número de visitas, reuniões e atividades, não considerando que as atividades relacionadas à assessoria de gênero podem ser consideradas e incorporadas às dinâmicas de controle social do SPG. Esses casos não são isolados, porém aos poucos, por meio dos grupos de mulheres, as questões de gênero vão sendo discutidas e começam a ser incorporadas na dinâmica de avaliação da conformidade.

---

<sup>38</sup> Algumas ONGs colaboradoras dos SPGs têm assessoria de gênero.

A experiência de um grupo de mulheres cafeicultoras de Poço Fundo-MG, integrantes do SPG Sul de Minas vêm se destacando por utilizar a metodologia do SPG para avaliar a conformidade sobre a presença da mulher na produção para uso da marca “café feminino”. Trata-se de um café produzido exclusivamente por mulheres cooperadas da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e região (COOPFAM), que consegue um sobrepreço no mercado, por isso, as mulheres buscaram na metodologia do SPG uma forma de garantir que o café feminino é de fato produzido por mulheres e somente elas poderão se beneficiar do uso da marca. Para a certificação do café feminino, foi criado um protocolo que descreve todas as etapas de produção do café e a participação mínima exigida em cada etapa. Essa experiência tem sido importante para as mulheres, pois o processo de avaliação da conformidade tem proporcionado momentos de troca de experiências, além da valorização e visibilidade do trabalho das mulheres, demonstrando que os benefícios do SPG vão além da certificação para acesso ao mercado.

Para concluir sobre a importância da discussão de gênero no SPG e do certificado em nome das mulheres, finalizo com o depoimento de uma agricultora da Rede Borborema de Agroecologia.

*O certificado quando chegou só tinha o nome do marido. E aí eu disse: Oxe, por quê? se eu também trabalho não posso ter o certificado em meu nome? Para quando eu chegar na feira ou quando eu for vender meus produtos eu dizer que eu tenho certificado. Mas não, eu tinha que levar o certificado em nome do esposo. Você não vai se sentir tão segura! Se você tem o certificado que você pode fazer as feiras onde você vai, você diz, olha, meu produto é certificado e isso é das mulheres. Eu acho que é uma coisa muito importante para as mulheres. Neste ano vai sair, eu fiquei muito contente!* (ENTREVISTADO 3F31, 2019, sic).

Esse depoimento demonstra que, para as mulheres, ter um certificado é mais que ter acesso ao mercado, é ter o reconhecimento de que elas não são ajudantes, e sim agricultoras orgânicas, é ter o reconhecimento do trabalho que desenvolvem e do protagonismo no campo.

### 5.6.3 Sobre os Membros Colaboradores dos SPGs

Em sua atuação em rede, os SPGs se articulam com uma grande diversidade de organizações que, muitas vezes, assumem o papel de colaboradoras e até de porta-vozes do sistema. Por meio do apoio em diversas atividades de gestão e funcionamento e da

participação nas atividades desenvolvidas, os membros colaboradores passam a contribuir para a geração da credibilidade do sistema (NELSON *et al.*, 2016; KAUFMANN; VOLGL, 2017).

Por meio do questionário, ficou evidenciado que não existe um consenso sobre as atribuições dos colaboradores nos SPGs. Alguns consideram como colaboradores todas as pessoas e as organizações que, de alguma forma, contribuem para existência, atividade e funcionamento do SPG, incluindo até mesmo um financiador de projeto, uma empresa compradora, uma instituição de ensino que desenvolve uma pesquisa acadêmica ou uma prefeitura municipal que cede espaços para reuniões e apoia deslocamentos.

Entretanto, apesar de reconhecer a importância desses apoios, alguns SPGs consideram que apoios pontuais não são membros colaboradores, e sim parceiros da rede. Nesses SPGs, para ser considerado um membro colaborador, é necessário que as pessoas ou instituições assumam solidariamente a responsabilidade pela avaliação da conformidade e garantia da qualidade orgânica, sendo fundamental que participem das atividades de controle social e atuem nas comissões de avaliação e conselhos de recursos. Enfim, o colaborador, no entendimento de alguns SPGs, deve atuar de forma mais integrada do que um parceiro. Assim, buscando assumir uma postura neutra e imparcial, as entidades colaboradoras relacionadas nesta pesquisa refletem o entendimento dos entrevistados. No Quadro 10, observam-se as principais organizações que têm atuado no papel de colaboradores ou parceiros na visão dos seus membros, assim como o papel que desenvolvem.

Quadro 10 – Principais entidades colaboradoras, parceiros e atividades que desenvolvem.

<b>Nome do SPG Pesquisado</b>	<b>Principais Colaboradores/Parceiros</b>	<b>Atuação dos Colaboradores</b>
<b>ANC</b>	Rede Leste de Agroecologia, Unisol, Embrapa e CATI	Não informado
<b>Ecovida</b>	ONGs da Rede TA-Sul (diversas outras entidades e organizações têm parcerias com os núcleos)	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação.
<b>ABIO</b>	Pesagro, Sebrae, Embrapa (Fazendinha), UFRRJ, UFRJ	Técnica (Elaboração e revisão de normas e documentos) e Projetos.
<b>ABD</b>	UFSCAR, CATI, ITESP, Prefeitura de São Paulo, Terra Viva	Capacitação e Projetos.
<b>SindiOrgânicos</b>	Sebrae, Emater-DF, UNB	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação e projetos.

<b>APOMS</b>	UFGD, Embrapa, AGRAER	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade e Capacitação.
<b>APASPI</b>	Colaborador - Cáritas Parceiros - Diaconia, Sindicatos Rurais, Embrapa Algodão, UFPI, Vert, Instituto C&A	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>ACEPA</b>	Colaborador - Esplar e Sindicatos Rurais Parceiros - Embrapa Algodão, Vert, Instituto C&A	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>ACEPI</b>	Colaborador - Esplar e Sindicatos Rurais Parceiros - Embrapa Algodão, Vert, Instituto C&A	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>ECOARARIPE</b>	Colaborador - Caatinga, Chapada, Parceiros - Diaconia, Sindicatos Rurais, Embrapa Algodão, Vert, Instituto C&A, UFSergipe, IFPE e Instituto Agrônômico do Pernambuco e Caatma.	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>Orgânicos Sul de Minas</b>	IFSULDEMINAS, NEA Raiz do Campo e Emater-MG	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura
<b>Litoral Norte</b>	Emater e Cooperativas	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação e Infraestrutura.
<b>ACOPASA</b>	Colaborador - Diaconia e Sindicatos Rurais Parceiros - Embrapa Algodão, Vert, Instituto C&A	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>COCEARGS</b>	Cooperativas associadas	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização.
<b>Brota Cerrado</b>	Não informado ou inexistente	Não informado ou inexistente
<b>RAMA</b>	Colaborador - Emater-RS Parceiros - URGS, IF Campus Restinga; Econsciência; Prefeitura de Porto Alegre	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade Capacitação; Infraestrutura
<b>Rede Povos da Mata</b>	Mecenas da Vida, Sebrae, OCT, OCA, Taboa, movimento Ceta	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>ABDSul</b>	Não informado ou inexistente	Não informado ou inexistente
<b>Rede Borborema de Agroecologia</b>	Colaboradoras - Arribaça e Embrapa Parceira - Prefeitura Municipal de	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Comercialização e Projetos.

	Remígio	
<b>Orgânicos Jequitinhonha</b>	Colaboradores - CAV Parceiros - IFSULDEMINAS	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização.
<b>Maniva</b>	Ipê, Incra, Idesam, Opan, Asproc, Acam, Isa, Idam	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>AGE</b>	Não informado ou inexistente	Não informado ou inexistente
<b>Rede Plantar para a Vida</b>	SEBRAE	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação; Infraestrutura; Comercialização e Projetos.
<b>Rede Xique Xique</b>	Centro Feminista 8 de março, Emater-RN, Coopervida, Sindicatos, Rede de Economia Solidária Feminista	Técnica; Administrativa; Avaliação da conformidade; Capacitação e Projetos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Como pode ser observado, as ONGs constituem a principal categoria dos colaboradores dos SPGs brasileiros, seguidas das instituições de ensino, de extensão, prefeituras (por meio das suas secretarias), pesquisa, sindicatos e Sebrae.

Na relação de colaboradores do Quadro 10, não aparecem os consumidores, uma vez que a pesquisa buscou destacar as organizações e instituições colaboradoras. Apesar disso, são considerados um dos principais colaboradores do sistema, pois seu envolvimento confere maior credibilidade aos SPGs, aproximando quem produz de quem consome. Segundo a IFOAM (2019), envolver os consumidores nas iniciativas de SPG pode trazer muitos benefícios, uma vez que eles possuem interesses complementares. Entre esses benefícios, o documento ressalta o fortalecimento da credibilidade do sistema, ampliação das oportunidades de mercado, contribuição nos processos de avaliação da conformidade e, ainda, maior reconhecimento dos consumidores em relação ao trabalho dos agricultores, resultando em maior valorização dos alimentos orgânicos. O maior envolvimento com os consumidores parece ser um desafio para os SPGs brasileiros. Salvo algumas exceções, os consumidores estão mais integrados aos eventos e ao convívio nas feiras que, de fato, à dinâmica de avaliação da conformidade.

A participação das ONGs, seja como responsável pela assistência técnica ou pela gestão administrativa dos SPGs, é muito frequente, estando entre os atores que mais têm atuado na constituição dos SPGs (HOME *et al.*, 2017). Ao todo, foram identificadas pelo menos 50 ONGs em todo o Brasil, sendo mais presentes nas Regiões Nordeste e Sul

(Ecovida). Conforme destacado por Home *et al.* (2017), as ONGs têm atuado como agentes de mudança, sendo importantes agentes de transformação e elo entre agricultores e mercado, além de serem essenciais na construção e na consolidação de um SPG, devido especialmente à insuficiência dos serviços de extensão pública.

*Eu acho que se não fosse as ONGs jamais os agricultores daqui teriam alcançado o SPG e adquirido essa educação, esse conhecimento [...] E a gente viu que o agricultor que acatou o trabalho de agroecologia das ONGs, hoje ele tem um conhecimento prático similar ao de um técnico. Mas nós deveríamos ter esse apoio do poder público, da instância federal à municipal, para incentivar o agricultor a trabalhar de forma correta. Dificilmente a gente tem (ENTREVISTADO 1F18, 2019, sic).*

O relato deste agricultor corrobora os achados de Home *et al.* (2017) quanto à necessidade das ONGs diante da insuficiência do sistema público de ATER. No entanto, conforme afirma Mier y Terán *et al.* (2018), embora seja importante a participação de atores externos no papel de suporte aos agricultores, seja para canalizar recursos, prestar assessoria técnica ou motivar articulações entre os diferentes setores, existe uma linha tênue entre o apoio de parceiros e a dependência dos recursos externos.

Em relação aos serviços públicos de ATER, se para a maioria dos SPGs ele é insuficiente, em pelo menos 2 SPGs brasileiros a EMATER foi considerada a principal entidade colaboradora. É o caso do SPG Rama e Litoral Norte, onde a atuação da Emater tem sido central desde a constituição e segue até os dias atuais, tanto pela assistência técnica por meio dos cursos e visitas a campo, quanto pelo apoio na gestão administrativa do OPAC e acesso à comercialização. “A Emater tem um papel muito significativo para o SPG que vem desde o começo na feira de Porto Alegre que era coordenada pela prefeitura” (ENTREVISTADO 1F27, 2019, sic). A ação das instituições de extensão rural enquanto colaboradoras dos SPGs também foi ressaltada nos SPGs Orgânicos Sul de Minas, APOMS, REMA, SindiOrgânicos, ABD, ANC e Rede Xique Xique. Em geral, as entidades públicas de extensão rural têm apoiado os SPGs por meio do apoio técnico na transição e produção orgânica, participam de reuniões e visitas de avaliação da conformidade e, quando mais atuantes, também apoiam com infraestrutura, logística, capacitação de agricultores e participação nas comissões e conselhos do OPAC. Em um estudo sobre o papel dos serviços de ATER para os agricultores familiares ao acesso da certificação orgânica, Vriesman *et al.* (2012) afirmam que:

Ficou evidente que existe a necessidade de ATER para que os agricultores conquistem a certificação, pois além da adequação das propriedades, do

planejamento e da rastreabilidade da produção orgânica, são necessários documentações como outorga de água, comprovante do período de conversão, todos os documentos exigidos pela certificadora, sem os quais é impossível o agricultor conquistar a orientação técnica adequada (VRIESMAN *et al.*, 2012 p. 146).

Os autores relacionam a dificuldade da certificação para os agricultores familiares com a falta de ATER devido às grandes exigências burocráticas e até mesmo de entendimento dos requisitos técnicos da legislação. Nesse sentido, o apoio dos colaboradores e não só da ATER pública pode consistir em um grande diferencial na inclusão de agricultores e agricultoras familiares nos SPGs, que, mesmo não sendo uma certificação de terceira parte, respondem altas exigências legais e burocráticas.

As instituições de ensino constituem, em termo de número de entidades, a segunda posição no ranking de colaboradores dos SPGs brasileiros. Este grupo de colaboradores é formado especialmente pelos Institutos Federais e Universidades que aparecem com maior frequência nos SPGs da Região Sudeste. Entretanto, os SPGs Apoms e SindiOrgânico na Região Centro-Oeste, assim como o SPG Rama no Sul e SPGs Povos da Mata, APASPI e Ecoararipe no Nordeste, também contam com as instituições de ensino como colaboradoras. A participação de estudantes, em especial dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), é um fator relevante, pois é vista como uma interessante ferramenta na formação de futuros profissionais mais preparados para atuar com agricultura familiar e produção orgânica e agroecológica.

*O que esse trabalho traz para os estudantes é muito grande. Na certificação é importante para os estudantes entenderem a cadeia desde o plantio, o manejo agroflorestal, até depois certificar de forma participativa e depois vender de forma mais social. É um benefício muito grande de informação para os estudantes (ENTREVISTADO 2C09, 2020, sic).*

Assim como essa participação é benéfica às instituições de ensino por contribuir na formação dos seus estudantes, a colaboração das instituições de ensino também tem contribuído em diversos aspectos com os SPGs. O IFSULDEMINAS por meio do *Campus Inconfidentes* oferece sede para o funcionamento do OPAC, assim como da casa de sementes Mãe Terra e, em contrapartida, o OPAC contrata um estagiário (estudante do IFSULDEMINAS) para atuar na organização dos documentos e no cadastro dos agricultores no SigOrgWeb. Outra colaboração que as instituições de ensino têm dado aos SPGs é o apoio à comercialização. É comum os SPGs organizarem pontos de vendas, sejam feiras ou entregas coletivas de cestas dentro dessas instituições, como exemplo citamos a Feira Orgânica no

*Campus* Restinga do IFRS e a Feira Orgânica no *Campus* de São Raimundo Nonato do IFPI, assim como no IFSC.

Em relação às instituições de pesquisa, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) é citada pela ABIO como uma das principais colaboradoras e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Algodão) se destaca nesse papel, principalmente nos OPACs da Região Nordeste que têm o algodão como principal produto certificado, com exceção da Rede Povos da Mata e Rede Xique Xique. Outra entidade colaboradora que aparece no Nordeste com bastante destaque, especialmente pelo apoio de infraestrutura e logística, são os sindicatos. Na Região Norte, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi apontado como um colaborador muito atuante.

Ressaltamos que o apoio das instituições públicas, quase sempre, está relacionado ao envolvimento pessoal de alguns profissionais. São profissionais que militam em prol da agroecologia e que nem sempre recebem o reconhecimento e o apoio necessário da instituição para atuarem como colaboradores.

*É claro que quando a gente entra no grupo, não é a cidadã e sim a pesquisadora, mas é a cidadã que está lá, minha empresa não está oficialmente [...] Mas é uma via de mão dupla, o problema da minha instituição é que ela não dá valor a isso, a gente tem que mostrar...mas isso nunca me fez deixar de fazer. O OPAC se beneficia e o colaborador se beneficia (ENTREVISTADO 1RL1, 2019, sic).*

Apesar disso, os agricultores reconhecem essa situação e, muitas vezes, se referem ao profissional como colaborador. Entretanto, os colaboradores afirmam que sua participação traz benefícios e reconhecimento institucional, além do pessoal. Um exemplo do ganho institucional é relatado por um professor do IFSULDEMINAS ao afirmar que a participação como colaborador no SPG Sul de Minas motivou a formação do Núcleo de Estudos em Agroecologia Raiz do Campo e, com isso, tem contribuído na formação profissional dos estudantes. No caso das ONGs, a colaboração de certa forma contribui para melhorar seu currículo e habilitação para captar recursos por meio de aprovação de projetos.

*Então, a certificação participativa foi muito boa para o Cepagro porque deu condição para o Cepagro se manter com aquilo que ele já vinha fazendo. Mas isso é uma resposta mais oportunista. Mas em termos de movimento social e de ética, a agroecologia e a consequente certificação participativa nos possibilitou estar em rede e ampliar nossa capacidade de articulação para outras organizações e movimentos e ainda incluir famílias que não estavam em processo nenhum (ENTREVISTADO 1C05, 2019, sic).*

O Sebrae também foi indicado como importante colaborador no SPG Rede Plantar para a Vida e SindiOrgânicos, onde atuaram desde a constituição dos SPGs e o credenciamento do OPAC por meio de projetos que permitem a contratação de consultores. Esse apoio ainda permanece para diversas atividades, em especial para gestão administrativa e realização de eventos e cursos de formação.

Na Figura 14, pode-se observar a diversidade de instituições públicas e privadas, além das organizações da sociedade civil que vêm atuando enquanto colaboradoras nos SPGs brasileiros.

Figura 14 – Principais colaboradores/parceiros dos SPGs brasileiros.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

Em relação à atuação dos colaboradores, um aspecto importante está relacionado à constituição dos SPGs. De alguma forma, todos os SPGs foram constituídos com o apoio do projeto e com a participação de algum mediador que naquele momento assumiu o papel de colaborador do SPG, sejam ONGs, rede de consumidores ou instituições públicas de ensino, extensão rural ou pesquisa. Alguns tiveram apoio de projetos que garantiram consultorias e outros, apoios importantes para dar celeridade ao processo de credenciamento. Saber quanto foi investido em tempo, recurso e pessoal não é uma tarefa tão simples, pois muitas vezes esses dados precisam ser construídos, porém trata-se de uma questão importante a ser pesquisada posteriormente por outros pesquisadores, visto ser uma informação muito relevante que poderia subsidiar projetos propositivos para apoio à constituição de novos SPGs no Brasil.

Apesar da importância desses projetos e em especial de todo o trabalho dos colaboradores, alguns estudos alertam sobre o risco de o apoio recebido gerar dependência e tirar a autonomia e o protagonismo dos agricultores, chamando a atenção para a necessidade dos SPGs terem um plano estratégico para se desvincular de uma dependência de recursos externos (HIRATA, 2016; KAUFMANN; VOLGL, 2017; MIER y TERÁN *et al.*, 2018). Ofertar capacitações sobre SPG para o máximo de agricultores buscando o envolvimento e maior participação de jovens e mulheres na gestão dos SPGs, além da criação de um fundo oriundo dos recursos da comercialização para sustentabilidade financeira, pode se configurar como importante estratégia para maior autonomia, melhoria dos processos e garantia de sustentabilidade e autonomia para os SPGs. Indiferentemente do tipo de colaborador, garantir a autonomia dos membros fornecedores e a sustentabilidade financeira do SPG é uma condição vital de longevidade da rede. Nesse caso, não somente a instituição colaboradora deve cuidar para não ultrapassar o limite da colaboração para a apropriação do SPG, como também os membros fornecedores devem assumir e se apropriar da gestão do SPG, sob pena de um projeto acabar e, com ele, o SPG.

Em um estudo realizado por Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021) sobre os OPACs do Rio Grande do Sul, os autores analisaram que os técnicos são atores relevantes no dia a dia dos OPACs, e a menor ou menor centralidade dos agricultores no processo tem relação com a presença dos técnicos. Nesse sentido, vale lembrar de Paulo Freire (1983) que nos ensina que não existe um sujeito detentor do conhecimento que tudo sabe e tudo ensina,

não existe a superioridade da técnica sobre a prática, são saberes complementares em que as relações devem ser horizontais baseadas no diálogo de saberes.

Um sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário (FREIRE, 1983, p. 45, grifos do autor, sic).

A presença de técnicos é desejável e muito positiva para o sistema e para o processo de tradução nas redes sociotécnicas, pois atuam como mediadores no processo de construção dos procedimentos técnicos e de avaliação da conformidade nos SPGs. Porém, ao participar de um SPG, os técnicos devem ter em mente que os agricultores devem ocupar a centralidade do processo, visto que os maiores interessados no sistema devem ser sempre os fornecedores, que buscam no SPG os meios para garantir a qualidade do seu produto, acessar mercados, trocar experiências, fortalecer e construir redes sociotécnicas. O técnico é um ator importante, mas não é o dono, cabe a ele contribuir na mediação, na tradução do SPG e, para cumprir esse papel, ele deve assumir uma postura dialógica. Na perspectiva da TAR e na análise de redes sociotécnicas, a tradução se opõe ao difusionismo. Ao traduzir uma tecnologia, essa vai se transformando de mão em mão. Os agricultores vão se apropriando e transformando o SPG à medida do seu interesse e da sua realidade. Sua compreensão sobre os mecanismos vai passar pela sua leitura de mundo e, por isso, cabe ao técnico a postura dialógica, para que o seu saber somado ao saber dos agricultores e colocado em prática se transforme em um saber novo e útil. Com toda razão, Paulo Freire nos diz que:

Conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção (FREIRE, 1983 p. 7).

Por fim, não se pode negar a contribuição e o trabalho dedicado e incansável dos colaboradores para a existência dos SPGs. Vale ressaltar que o trabalho em rede pressupõe interdependência entre os atores por meio da qual eles conectam e se associam de acordo com seus interesses. Segundo Silva (2005), nenhuma organização dispõe de todos os recursos necessários para ter sucesso em seus empreendimentos, sendo necessário o trabalho em rede para o alcance dos objetivos, assim, a interdependência torna-se condição para o funcionamento das redes sociotécnicas. A consciência da interdependência entre os atores numa organização em rede faz com que eles se valorizem e potencializem a ação de cada um. Nesse sentido, sejam extensionistas, técnicos, pesquisadores, estudantes, professores ou

consumidores, os colaboradores devem ser e fazer parte dos SPGs e se assumirem enquanto importantes atores no processo de avaliação da conformidade, entretanto numa relação horizontal, dialógica e mediadora dessas redes.

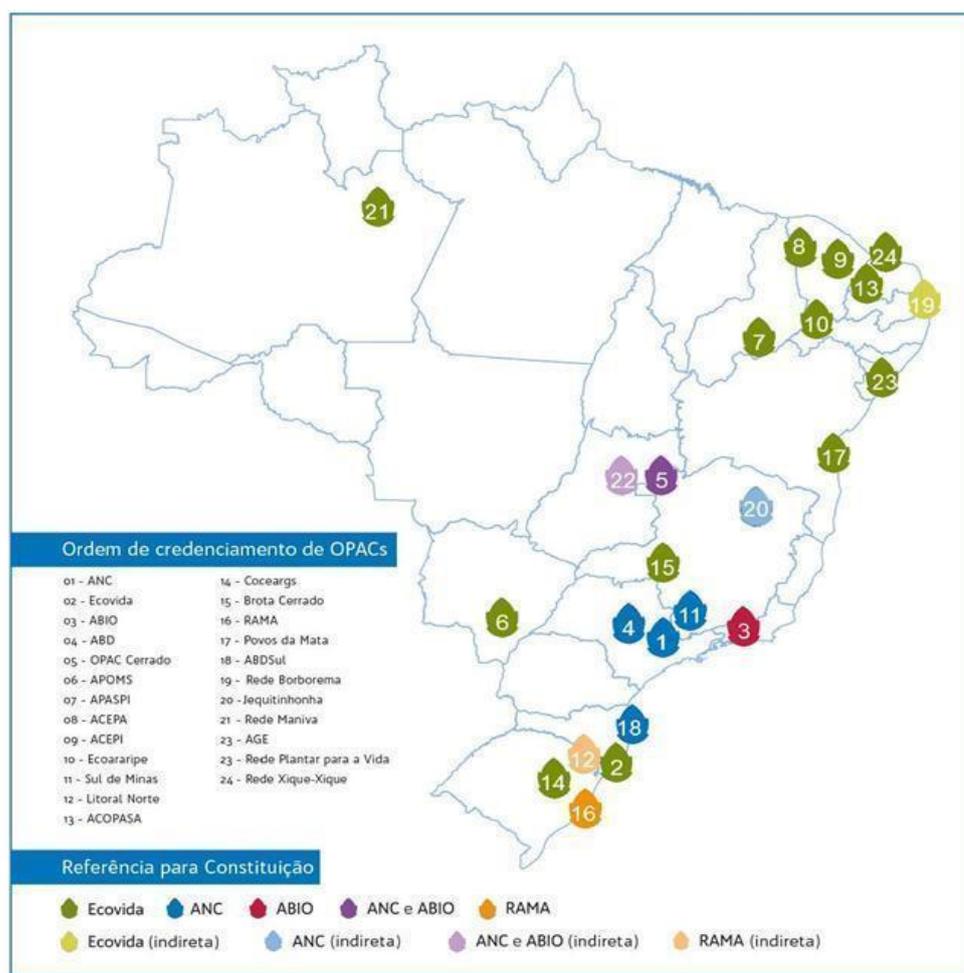
## 5.7 A EXPANSÃO DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ECOVIDA E DA ANC

A Rede Ecovida, a ANC e a ABIO atuaram conjuntamente durante o processo de construção do marco regulatório da agricultura orgânica no Brasil. Em 2010 tiveram os OPACs credenciados no Ministério da Agricultura e se tornaram referências importantes para as demais organizações de agricultores orgânicos e agroecológicos que almejavam a constituição de um SPG.

Especialmente a Ecovida e a ANC, por meio de alguns dos seus representantes, assumiram o papel de consultores, defensores e propagadores da Certificação Participativa Brasil afora. Participaram de cursos, encontros, eventos e realizaram várias palestras, disponibilizando seus documentos e compartilhando suas experiências. Tiveram um papel importante enquanto referências para apoio documental e quase todos os SPGs brasileiros, de alguma forma, reconhecem que receberam algum tipo de apoio dos OPACs mais antigos, em forma de consultoria, orientação ou disponibilização de documentos. Alguns desses, após credenciados, passaram a apoiar a constituição e o credenciamento de outros, como foi o caso do Sul de Minas que, em parceria com a ANC, vem apoiando e servindo de referência para a constituição de outros SPGs no estado, como o SPG Orgânicos Jequitinhonha, já credenciado, e outros em processo de constituição que se encontram na região metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata (Viçosa) e Região Sudeste de Minas Gerais (Juiz de Fora). O OPAC Cerrado-DF, ao elaborar seus documentos constitutivos, buscou referência na ABIO e na ANC e, posteriormente, serviu de referência na constituição dos documentos do SPG AGE.

Essa influência é demonstrada no mapa apresentado na Figura 15, no qual destacamos a localização da sede dos OPACs pesquisados e de quem eles receberam apoio na constituição e no credenciamento dos OPACs.

Figura 15 – Mapa do Brasil com a localização dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) pesquisados conforme a ordem de credenciamento e o SPG de referência para a constituição.



Fonte: Hirata, Rocha e Bergamasco (2020).

A Ecovida tem sido o SPG de maior influência e referência para a constituição de outros SPGs. Pode-se dizer que boa parte desta participação, em especial nos estados da Região Nordeste, teve relação direta com as consultorias prestadas por seus integrantes no projeto Dom Helder Câmara<sup>39</sup> e também por meios de consultoria via Sebrae, como na Rede Povos da Mata e Rede Plantar para a Vida.

A ANC, por meio da prestação de consultoria de um dos seus membros, foi uma referência para a constituição do SPG ATIX, o único SPG indígena atualmente no Brasil. No caso dos demais SPGs que reconhecem o apoio e a influência da ANC para a sua constituição ou credenciamento, esse apoio se deu por meio de palestras, cessão de documentos e

<sup>39</sup> Projeto para redução da pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido. Foi executado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio de acordos de empréstimos firmados entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.

orientações. A ABIO, com exceção do OPAC Cerrado em Brasília, que reconhece o apoio tanto da ANC quanto da ABIO para constituição e credenciamento do OPAC, não incidiu na constituição de outros OPACs. Vale ressaltar que a RAMA foi o único SPG que não se inspirou em nenhum modelo já existente, criando seus documentos e procedimentos baseado na legislação e experiências dos mediadores.

Por meio da sistematização de algumas informações consideradas importantes sobre o funcionamento de um SPG, identificou-se nesta pesquisa as particularidades do processo de tradução ocorrido, ou seja, como essa metodologia foi sendo modificada e transformada pelos atores para cada realidade e região onde foi constituído um SPG.

Neste sentido, é importante ressaltar que “toda tradução é uma traição” (LAW, 1992), uma vez que não se transfere uma tecnologia ou, nesse caso, um processo metodológico de um lugar para outro sem que haja mudanças e transformações. Assim, interessa-nos também conhecer os efeitos da tradução, ou seja, como estão funcionando os SPGs brasileiros, quais critérios eles adotam, quais estruturas de funcionamento são criadas e como elas atuam.

#### 5.7.1 Estrutura de Funcionamento dos SPGs Pesquisados

A estrutura de funcionamento dos SPGs varia de acordo com cada realidade e, em geral, depende da forma como o SPG está conformado no território. Essa conformação é influenciada por diversos fatores, entre eles a trajetória da organização, as alianças estabelecidas, o número de membros fornecedores, a área de abrangência e, ainda, do processo de tradução, ou seja, as transformações que ocorrem no processo de deslocamento da metodologia transportadas por diferentes atores que atuam no papel de mediadores, qual SPG foi referência para a constituição e que, com isso, acabou influenciando a dinâmica adotada.

Por meio da análise documental constatou-se que, de maneira geral, a conformação e o funcionamento dos SPGs brasileiros no que diz respeito às visitas de avaliação da conformidade, composição das comissões e conselho e entrada de novos membros, salvo algumas exceções, foram traduzidas a partir das experiências do SPG da Ecovida e da ANC, sintetizados no Quadro 11.

Quadro 11 – Conformação e funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da Ecovida e Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC).

	<b>Ecovida</b>	<b>ANC</b>
Estrutura de funcionamento	Diretoria, conselho fiscal, comissão de ética, comitê de ética, comitê de ética local, conselho de recursos, comissão técnica, comissão geral da rede	Diretoria, conselho fiscal, comissão de avaliação, conselho de recursos, departamento de certificação
Estrutura de organização	Núcleos e grupos	Só grupos
Formação do grupo	Cada grupo tem um comitê de ética local formado por no mínimo 3 membros.	Cada grupo indica no mínimo 1 membro para ser o coordenador do grupo.
Composição da Comissão de Avaliação	Os membros do comitê de ética local de todos os grupos irão compor a Comissão de Avaliação do Núcleo Regional.	Os coordenadores dos grupos compõem a comissão de avaliação do OPAC.
Conselho de Recursos	A Comissão de Ética do Núcleo Regional atua como Conselho de Recursos quando esse é acionado, não envolvendo os membros que participaram na avaliação que gerou o recurso.	Cada grupo indica um membro para compor o conselho de recursos.
Visita de pares	São realizadas pelo Comitê de Ética local 1 vez ao ano.	São realizadas 1 vez ao ano entre os membros do grupo, com presença mínima de $\frac{1}{3}$ dos membros quando o grupo possuir mais de 3 fornecedores.
Visita de verificação	São realizadas por um Comitê de Ética Regional formado por no mínimo 2 membros que são indicados pela Comissão de Ética do Núcleo Regional.	São realizadas com no mínimo $\frac{1}{3}$ do grupo ou com todos no caso de grupo com 3 agricultores e um coordenador de outro grupo que representa a comissão de avaliação.
Entrada de novos membros	Tem que ser parte de um grupo existente e, no caso de um grupo novo, este deverá mostrar interesse em participar comparecendo a uma das reuniões regulares do Núcleo Regional mais próximo. Ele deverá ser indicado por um grupo padrinho, integrante do Núcleo Regional. A rede tem como princípio aceitar agricultores familiares ou pequeno produtor, comerciante ou processador. Precisa concordar com as normas e regimentos.	Precisa concordar com as normas e regimentos, participar de um grupo e ser aceito na plenária, estar alinhado(a) com a dinâmica do SPG.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Para que um SPG possa desenvolver suas atividades em relação à avaliação da conformidade orgânica, ele precisa constituir um OPAC credenciado no Ministério da Agricultura. Para tanto, o SPG precisa de uma estrutura legal mínima que é composta pela diretoria (presidente, secretário e tesoureiro) e conselho fiscal da entidade que assume a responsabilidade legal do SPG (OPAC), além da comissão de avaliação e do conselho de recursos que compõem o OPAC. Por fazer parte de uma exigência legal, essa estrutura foi encontrada em todos os SPGs pesquisados, mesmo utilizando diferentes terminologias, por exemplo, o termo comissão de ética que equivale à comissão de avaliação. Vale ressaltar que

o termo comissão de ética tem sua origem na Rede Ecovida<sup>40</sup> e, apesar de não aparecer em nenhum instrumento legal, é utilizado por vários SPGs no Brasil.

O funcionamento de um SPG se inicia pela conformação dos grupos no território. Alguns SPGs se organizam somente em grupos, como é o caso da ANC e da maioria dos SPGs no Brasil, outros se organizam em grupos e núcleos, como ocorre na Ecovida. Os núcleos constituem uma instância intermediária entre o grupo e o OPAC que nem sempre tem relação com o tamanho do SPG. Para a Ecovida (2019), o “núcleo é um espaço de articulação regional onde as atividades de certificação participativa são desenvolvidas”, sendo formados por diversos grupos compostos por famílias agricultoras, técnicos, consumidores, organizações de apoio e unidades de processamento de uma determinada região (ESTATUTO SOCIAL, 2019; REGIMENTO INTERNO DA ECOVIDA, 2019). O sentido de núcleo em outros SPGs pode variar, como é o caso do SPG Orgânicos Sul de Minas, em que se denomina núcleo cada associação ou cooperativa que faz parte do SPG.

As comissões, conselhos ou comitês são formados pelos membros do sistema, em geral pelos fornecedores indicados pelos grupos, porém, em alguns SPGs, os colaboradores também fazem parte dessa estrutura de funcionamento. O número de representantes indicados em cada grupo, o período que atua na comissão, assim como o critério para participação vai depender de cada SPG. Em síntese, podemos dizer que os grupos escolhem seus representantes e esses representantes irão compor as instâncias decisórias do OPAC, a saber: comissão de avaliação e conselho de recursos.

O conselho de recursos tem o papel de julgar os recursos impetrados pelos fornecedores que não concordarem com a decisão da comissão de avaliação ou comitê de ética. Trata-se de um ponto controverso no sistema participativo. Percebeu-se durante a pesquisa que não existe uma clareza de entendimento sobre a necessidade ou a eficiência de um conselho de recursos, uma vez que o processo de tomada de decisão se dá de forma horizontal. Segundo Meirelles (2020), o conselho de recursos é uma das imposições e regras decorrentes do reconhecimento dos SPGs pelo Ministério da Agricultura e podem descaracterizar a essência dos SPGs, especialmente no que diz respeito à horizontalidade e simplicidade. “Quando a legislação obriga um SPG a ter um Conselho de Recursos para dirimir contraditórios relacionados à certificação fere o princípio da horizontalidade” (MEIRELLES, 2020, p. 61). Outra situação em relação ao Conselho de Recursos é sobre seu poder de decisão. Para o MAPA, o Conselho de Recursos é deliberativo, enquanto para a

---

<sup>40</sup> A origem deste termo é relatada no livro *Vozes da Agricultura Ecológica* (MEIRELLES, 2018).

ANC e outros SPGs, ele é apenas um órgão consultivo. Nesse caso, o parecer do Conselho de Recursos é levado para decisão em plenária.

A comissão de avaliação é a instância mais importante no processo de avaliação da conformidade do SPG, a ela cabe a realização das visitas de avaliação da conformidade, assim como a decisão sobre a concessão do certificado orgânico. A composição dessa comissão varia de acordo com cada SPG, principalmente no que tange ao número de participantes e à participação ou não de técnico e colaborador na comissão. Na Ecovida, a comissão de avaliação tem o nome de Comissão de Ética do Núcleo Regional e cada núcleo tem uma comissão composta por dois representantes de cada grupo que fazem parte do núcleo. Conforme Niederle, Dorville e Lemeilleur (2021), na Ecovida as visitas de verificação ocorrem da seguinte forma:

Para a realização da Visita Cruzada (também conhecida como “Olhar Externo”), esta Comissão escolhe um Comitê de Verificação composto por, no mínimo, três integrantes da Comissão, sendo que as regras de escolha podem variar entre os núcleos, desde que dois membros sejam externos ao grupo verificado. Este Comitê realiza o controle e redige um relatório a ser apreciado pela Comissão (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021, p. 13).

Essa metodologia de composição da comissão de avaliação e ainda da indicação de um comitê para a visita de verificação adotada pela Ecovida é muito seguida por outros SPGs, com a diferença de que na Ecovida cada núcleo tem sua comissão de ética, enquanto em alguns SPGs a comissão de avaliação representa todo o OPAC. Isso se deve à dimensão da Rede Ecovida.

As visitas de pares e de verificação são os principais mecanismos de avaliação da conformidade realizados pelos SPGs. A metodologia adotada para a realização das visitas pode proporcionar maior ou menor participação e interação dos membros. A visita de pares é realizada entre os membros do grupo, conduzida por um comitê de ética local ou por um coordenador e, de certa forma, tem como objetivo avaliar e preparar a unidade de produção para receber a visita de verificação. Em alguns SPGs, a visita de pares é conciliada com a realização de outra atividade, como mutirão, reunião do grupo ou alguma formação.

A visita de verificação, também chamada de visita cruzada ou visita de olhar externo, é aquela na qual se decide pela conformidade orgânica ou não da unidade de produção.

*A associação é dividida em grupos, em comissão de ética e avaliação. A comissão de ética é responsável por fazer a visita das famílias e avaliar se*

*ela é apta a receber o certificado, e a comissão de avaliação visita toda a área que a comissão de ética já fez, a comissão de avaliação é para aprovar o que a comissão de ética diz (ENTREVISTADO 3F15, 2019, sic).*

A avaliação da conformidade orgânica no SPG vai além de identificar não conformidades, as visitas também buscam promover ações de natureza preventiva para garantir o cumprimento das normas de produção orgânica, assessorar os agricultores para resolução de não conformidades e aperfeiçoamento do sistema, apresentar as sugestões de melhorias para a unidade, além de promover a troca de experiências (BRASIL, 2009).

O Quadro 12 sistematiza as principais informações sobre organização e procedimentos de funcionamento dos SPGs pesquisados.

Quadro 12 – Estrutura Organizacional, Funcionamento, entrada de novos membros e Processo de Avaliação da Conformidade dos SPGs pesquisados.

Nome do SPG Pesquisado	Estrutura organizacional	Estrutura de Funcionamento*	Entrada de novos Membros	Comissão da Visita de pares/Quórum	Comissão da Visita de Verificação
ANC	Grupo	1, 2	Exigência de protocolo mínimo	1/3 dos membros do grupo ou mínimo de 3 fornecedores	1/3 do grupo + dois membros da comissão de avaliação de outro grupo
Ecovida	Grupo e Núcleo	1, 2, 3, 4	Exigência de um protocolo mínimo, padrinhos, cursos de formação inicial e ser agricultor familiar	Comitê de ética local	Membros da comissão de avaliação
ABIO	Grupo	1, 2, 4	Exigência de protocolo mínimo	Mínimo de 2 pares	2 membros da comissão de verificação do grupo + o facilitador
ABD	Grupo	1	Exigência de protocolo mínimo e ter interesse na Agricultura Biodinâmica	Todos os fornecedores do grupo	2 membros da comissão de avaliação de cada grupo
SindiOrgânicos	Grupo	1	Exigência de protocolo mínimo	Mínimo 2 fornecedores do grupo	Mínimo de 2 fornecedores
APOMS	Grupo e Núcleo	1	Exigência de protocolo mínimo	Todos os fornecedores do grupo. Aproveita as reuniões mensais	Todos os fornecedores do grupo + 2 membros da comissão de avaliação

<b>APASPI</b>	Grupo	1, 2, 4	Exigência de protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	Comissão de ética local	Comissão de avaliação
<b>ACEPA</b>	Grupo	1, 2, 4	Exigência de protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	2 membros da comissão de avaliação e 1 coordenador	3 membros da comissão de avaliação da ACEPA
<b>ACEPI</b>	Grupo	1, 2, 4	Exigência de protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	2 membros da comissão de avaliação e 1 coordenador	3 membros da comissão de avaliação da ACEPA
<b>ECOARARIPE</b>	Grupo e Núcleo	1, 2, 4	Exigência de um protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	Comitê de ética local	Comitê de avaliação
<b>Orgânicos Sul de Minas</b>	Grupo e Núcleo	1, 3	Exigência de um protocolo mínimo, padrinhos e ser do Sul de Minas	$\frac{2}{3}$ dos membros do grupo ou mínimo de 3 fornecedores	$\frac{2}{3}$ do grupo + 2 membros da comissão de avaliação de outro núcleo + 1 membro colaborador
<b>Litoral Norte</b>	Grupo	1, 3	Exigência de protocolo mínimo, padrinhos, e formação inicial	3 produtores e 1 técnico	3 produtores e 1 técnico
<b>ACOPASA</b>	Grupo e Núcleo	1, 4	Exigência de protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	Comissão de ética formada por 3 agricultores do grupo	Os membros da comissão de avaliação de outro grupo
<b>COCEARGS</b>	Grupo e Núcleo*	1, 2, 4, 5	Exigência de protocolo mínimo, ser assentado e de alguma cooperativa do MST	Maioria do grupo + comitê de ética local	Maioria do grupo, mais comissão de avaliação
<b>Brota Cerrado</b>	Grupo	1, 4	Exigência de protocolo mínimo	Membros do grupo	Comitê de verificação e todos os integrantes do grupo
<b>RAMA</b>	Grupo	1, 5	Exigência de protocolo mínimo, indicação de pelo menos 5 membros fornecedores ou 1 entidade colaboradora	não tem	2 fornecedores + 1 colaborador
<b>Rede Povos da Mata</b>	Grupo e Núcleo	1, 2, 3, 4	Exigência de protocolo mínimo, indicação de 1 membro	Todo o grupo na primeira visita e mínimo de 50 % nas demais	Comitê de verificação de 3 membros + a família do visitado + o coordenador do grupo

<b>ABDSul</b>	Grupo	1	Exigência de protocolo mínimo	1 membro da comissão de avaliação e 2 agricultores do grupo	1 membro da comissão de avaliação e 2 agricultores do grupo
<b>Rede Borborema de Agroecologia</b>	Grupo	1, 2, 4	Exigência de protocolo mínimo, padrinhos e ser agricultor familiar	Comissão de ética local	1 membro da comissão de avaliação de outro grupo + 1 agricultor do comitê de ética local
<b>Orgânicos Jequitinhonha</b>	Grupo e Núcleo	1	Exigência de protocolo mínimo, indicação de 1 membro, ser da região e agricultor familiar	$\frac{2}{3}$ dos membros do grupo	$\frac{2}{3}$ dos membros do grupo + 1 colaborador
<b>Maniva</b>	Grupo e Núcleo	1, 2, 4, 5	Exigência de 1 protocolo mínimo, ser da REMA e agricultor familiar	Participação de todos os membros do grupo	Membros do grupo e membros da comissão de avaliação de outro grupo
<b>AGE</b>	Grupo	1	Exigência de protocolo mínimo de adequação às exigências e ideologias da AGE	2 membros fornecedores do grupo	2 agricultores com formação técnica
<b>Rede Plantar para a Vida</b>	Grupo e Núcleo	1, 4	Exigência de protocolo mínimo	Comitê de ética local	3 membros da Comissão de ética
<b>Rede Xique Xique</b>	Grupo e Núcleo	1, 2, 5	Exigência de protocolo mínimo, ser do território e agricultor familiar	Comitê de ética local	Membros da subcomissão de verificação

\* 1. Estrutura mínima (diretoria, conselho fiscal, comissão de avaliação e conselho de recursos), 2. Conselho Técnico, 3. Grupos de trabalho (GTs), 4. Comissão de Ética, 5. Outros  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A conformação em núcleos e grupos dos SPGs também está relacionada à estrutura e dinâmica de funcionamento dos OPACs brasileiros. Atualmente 6 SPGs (Ecovida, Orgânicos Sul de Minas, Povos da Mata, Acopasa, APOMS e Rede Maniva) estão organizados em núcleos e grupos, os demais SPGs brasileiros se organizam apenas em grupos, porém os SPGs ABIO, Ecoarripe, Rede Plantar para a Vida e Rede Xique Xique caminham para essa conformação em núcleos.

Atualmente são 63 núcleos de certificação com diferentes tamanhos e formas de organização. Na Ecovida, por exemplo, os núcleos são redes formadas por organizações de agricultores como associações, cooperativas ou grupos informais que se articulam com grupos de consumidores, ONGs e outras instituições. No SPG Orgânicos Sul de Minas, que é uma

central de associações, cada associação ou cooperativa solicitante da avaliação da conformidade se constitui num núcleo do OPAC. Esse núcleo, assim como na Ecovida, possui certa autonomia de gestão e é dividido em grupos. Em geral, os núcleos, assim como os grupos, estão circunscritos numa determinada área territorial.

Em relação aos grupos, eles podem ser uma OCS, uma rede ou um grupo de agricultores (as) ou mesmo uma associação ou cooperativa. Não há consenso em número mínimo e máximo de famílias para se constituir um grupo, no entanto não existem grupos com número inferior a 3 famílias. Ao todo são 760 grupos de certificação que colocam em prática o controle social e a responsabilidade solidária, características básicas dos SPGs.

No momento da pesquisa, os 24 SPGs pesquisados possuíam 63 núcleos e 760 grupos. O tamanho de cada um, assim como a função dos núcleos e grupos varia pouco de um SPG para outro. Enquanto o tamanho mínimo de um grupo, em geral, é de 3 fornecedores, o máximo não é determinado por nenhum SPG. Entretanto, ao serem questionados sobre um número máximo, diversos SPGs responderam que existe uma orientação para que os grupos não excedam o número de 12 membros, buscando maior interação entre eles, não sendo essa uma regra explicitada nos documentos.

Além de se responsabilizar pelo desenvolvimento das atividades relativas ao controle social nas unidades produtivas que os compõem, os grupos também escolhem os representantes que irão compor as comissões, conselhos, GTs ou comitês que integram a estrutura de funcionamento dos SPGs. No caso dos SPGs que possuem núcleos, estes atuam como instâncias intermediárias entre os grupos e o OPAC, ou seja, as indicações dos grupos irão compor as comissões e conselhos dos núcleos e cada núcleo irá indicar entre seus membros os representantes para compor as comissões e conselhos do OPAC. A conformação em grupos, núcleos ou em ambos, possibilita inicialmente a criação e o fortalecimento de vínculos entre os membros do OPAC, gerando espaços para o desenvolvimento dos princípios e características do sistema. A escolha de uma ou outra forma de organização pode ter uma relação com as características do SPG ou ainda ser resultado da mediação e orientação recebidas pelo coletivo no momento da tradução para a constituição do OPAC.

Conforme Cuellar-Padilha e Ganuza-Fernandez (2018), o funcionamento dos SPGs passa por 3 passos. O primeiro está relacionado à definição de parâmetros de conformidade, no caso brasileiro, a construção das normas e procedimentos que os membros devem adotar para estar em conformidade orgânica. Em geral, além dos parâmetros legais estabelecidos na legislação brasileira, alguns SPGs têm ampliado os níveis de exigência para a concessão do certificado de conformidade orgânica, assim como para a entrada de novos

membros. A AGE e a RAMA não aceitam a produção paralela, mesmo essa sendo permitida, com diversos critérios e restrições, pela legislação brasileira. Um outro exemplo de restrição superior à legislação pode ser observado na ABD, com a proibição de cama de frango e do uso de sementes e mudas convencionais. Critérios sociais também são observados, como o caso da Ecovida e da Rede Xique Xique que consideram casos de violência doméstica como não conformidade orgânica.

Ainda no primeiro passo de funcionamento dos SPGs se encontram as definições sobre a participação ou a entrada de membros na rede. Os passos para fazer parte dos SPGs são descritos em seu regimento interno e, em geral, seguem o seguinte protocolo:

- demonstrar interesse, participar da reunião do grupo para se apresentar;
- receber uma visita de membros do SPG, que irão avaliar a condição do sistema de produção e apresentar as normas e os valores do SPG;
- ser aceito no grupo, o que deverá ser registrado em ata;
- preencher os formulários de cadastro e declaração que conhece e aceita as normas do sistema e a legislação orgânica;
- apresentar o Plano de Manejo Orgânico (PMO);
- ter seu PMO aprovado pela comissão de avaliação;
- receber visitas;
- participar das reuniões e atividades do grupo.

Esse é o procedimento básico de todos os SPGs, porém alguns deles estabelecem critérios mais restritivos de entrada, como ser de um determinado território ou ainda de uma determinada categoria. Esse é o caso, por exemplo, da Coceargs que é um SPG restrito aos agricultores assentados da reforma agrária vinculado às suas cooperativas. Também é o caso do SPG Orgânicos Sul de Minas que limita a sua atuação à região Sul de Minas Gerais. Outro critério, embora seja um critério tácito, é a exclusividade da agricultura familiar. Essa regra não foi encontrada explícita em nenhum documento, mas é adotada em vários SPGs. Por fim, uma exigência muito comum é a de uma indicação ou um padrinho, ou seja, uma credencial de alguém que conheça a pessoa interessada em entrar.

*Cada família só entra no grupo já formado se tiver um padrinho. Esse padrinho acompanha e auxilia a família. Cada grupo só entra no núcleo se tiver um padrinho. O núcleo só surge com um padrinho (pode ser um núcleo ou uma ONG). O padrinho tem que participar de todas as reuniões de um núcleo. É um trabalho ser padrinho (ENTREVISTADO o 2RL1, 2019, sic).*

O segundo passo para o funcionamento dos SPGs, conforme achados de Cuellar-Padilha e Ganuza-Fernandez (2018), diz respeito à definição dos procedimentos quanto à tomada de decisão. A tomada de decisão nos SPGs se dá nas assembleias, plenárias e reuniões, e a definição dos procedimentos inclui no mínimo a periodicidade desses encontros, além da criação de instâncias decisórias, composição das comissões e conselhos e definição dos critérios e atribuições dos membros. Neste segundo passo, identificou-se que existe uma estrutura mínima de funcionamento conforme já descrito (diretoria, comissão de avaliação e conselho de recursos), além das outras estruturas como conselho técnico, conselho de ética e GTs. Em todos os SPGs pesquisados, as decisões são tomadas em espaços coletivos, por exemplo, reuniões, plenárias ou assembleias. Nesse segundo passo, vale ressaltar a presença dos técnicos na composição de comissões, conselhos ou grupos de trabalho, tomando parte das decisões. Embora a obrigatoriedade da participação dos técnicos não seja explícita nos documentos de todos os SPGs, ressalta-se que o desejado acaba se tornando obrigatória em alguns, visto a centralidade que eles exercem na condução dos trabalhos, em especial, aqueles de natureza administrativa e burocrática. Passos (2020) alerta sobre a necessidade de amadurecimento das relações do SPG com o corpo técnico.

Muito fácil um técnico assumir ou ser empurrado para um papel central no SPG, pouco a pouco, ser o responsável por marcar e coordenar a reunião, levar e trazer os participantes, fazer o relatório, dar a palavra final de aprovação e emitir o certificado. (PASSOS, 2020, p. 244).

O autor chama a atenção que isso também pode ocorrer com algumas lideranças de agricultores e, em situações de fragilidade, em especial no início das atividades do SPG, pode ser até uma necessidade, no entanto qualquer dependência deve ser vista como fragilidade e deve fazer parte das preocupações e discussões do SPG. Criar regras de revezamento de membros nas comissões e conselhos, estabelecer tempo máximo e restringir a recondução ou a manutenção de membros nos diversos espaços decisórios pode ser uma alternativa (HIRATA, 2016; CUELLAR-PADILHA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018; PASSOS, 2020). Essa orientação, além de demonstrar horizontalidade no funcionamento, pois qualquer membro passa a poder exercer qualquer função, indiferentemente do seu conhecimento técnico, também promove oportunidade de conhecimento e maior participação dos membros.

Por fim, o terceiro passo de funcionamento do SPG está relacionado à definição dos procedimentos de garantia, ou, seja, como serão realizadas as visitas, quem participa, qual roteiro, quais documentos de rastreabilidade serão exigidos (CUELLAR-PADILHA;

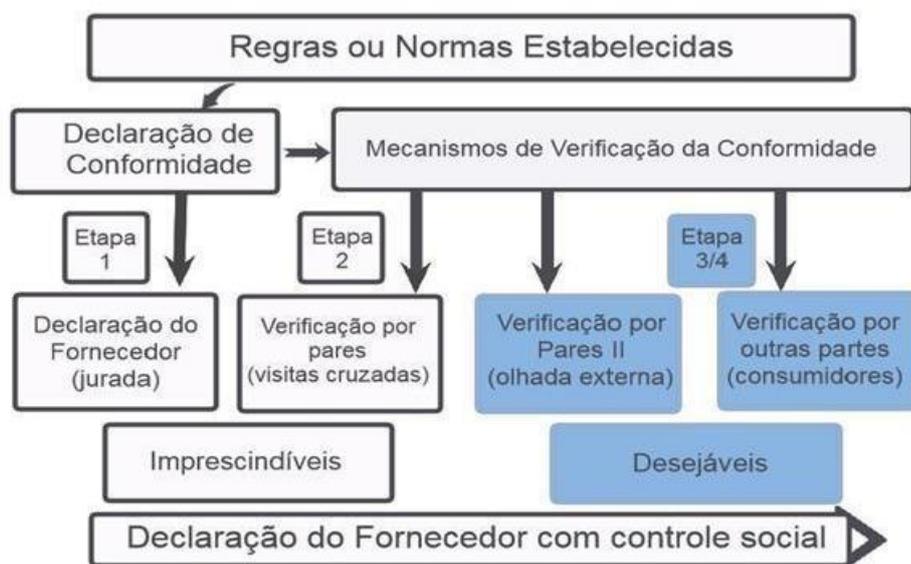
GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Além das visitas, também fazem parte dos procedimentos de garantia dos SPGs no Brasil o caderno de campo (anotações relacionadas às práticas e manejo, plantio e colheita, entrada e saída), PMO, formulários de visitas e atas de reuniões, ou seja, todo tipo de registro e instrumentos de rastreabilidade utilizados pelos agricultores e pelo OPAC como forma de dar garantias da qualidade orgânica.

As visitas, além de funcionarem como um mecanismo de avaliação da conformidade, também são momentos que promovem a construção do conhecimento agroecológico, reforçam os laços de amizade e confiança entre os membros. Segundo Kirchner (2014), as visitas são consideradas o principal instrumento para troca de experiências e avaliação das práticas adotadas, sendo um espaço muito importante para a geração da credibilidade do sistema.

*Tem uma troca de conhecimento muito grande. A gente chega nas propriedades com o roteiro de visita da comissão de ética, vai vistoriando e a gente precisa ter um diálogo com o agricultor, e quando começa o diálogo é muito bonito porque a gente vai conversando, e a gente vai dizendo o que pode melhorar e ele vai dizendo do outro lado como faz, é muito massa essa troca de saberes. E quando a gente vem do roçado a gente volta fortalecido, porque tem agricultores que são muito animados, e animam mais a gente, são muito empoderados (ENTREVISTADO 2F15, 2019, sic).*

Segundo Meirelles (2007), o procedimento básico de avaliação da conformidade nos SPGs pode ser resumido em 3 etapas, conforme demonstrado na Figura 16.

Figura 16 – Regras ou normas estabelecidas nos Sistemas Participativos para a avaliação da conformidade orgânica.



Fonte: Meirelles (2007).

A Figura 16 reforça a necessidade da centralidade dos agricultores nos processos de geração de confiança que se inicia com a declaração de conformidade do agricultor a qual será confirmada pelos seus pares na primeira visita. A presença de membros externos, colaboradores e consumidores na visita de verificação (segunda visita) é importante e desejável no sistema, porém, segundo Meirelles (2007), essa presença não deve ser obrigatória, visto que os membros fornecedores devem ter autonomia. A IFOAM (2019) alerta para a importância da inclusão dos membros colaboradores, especialmente os consumidores, visto ser esse envolvimento de agricultores e consumidores parte do conceito de um SPG. A presença de consumidores e técnicos no processo de avaliação da conformidade fortalece e amplia as relações de confiança e credibilidade do sistema.

Enquanto as visitas são tidas como importantes, necessárias e até mesmo prazerosas para os agricultores, o oposto pode ser dito sobre os registros. Em todos os SPGs pesquisados, a exigência com a parte de registro e rastreabilidade é vista como um fardo para os agricultores, que, na maioria das vezes, não são afeitos a anotações e registros.

### 5.7.2 A Estrutura Física e Gestão Financeira dos Sistemas Participativos de Garantia Pesquisados

Além da estrutura de funcionamento dos SPGs, a pesquisa buscou compreender a situação da estrutura física, a situação financeira e como é a equipe de apoio administrativo e técnico de cada SPG. Essas informações são consideradas importantes e revelam o nível de amadurecimento e consolidação do SPG enquanto organização. O Quadro 13 apresenta a sistematização das informações sobre a gestão financeira, estrutura física e equipe de apoio.

Quadro 13 – Gestão financeira, estrutura física e equipes de apoio dos SPGs.

<b>Nome do SPG Pesquisado</b>	<b>Gestão financeira</b>	<b>Estrutura Física da Sede</b>	<b>Equipe de Apoio</b>
<b>ANC</b>	Arrecadação própria, Projetos do SPG	Alugada	Remunerada pelo SPG
<b>Ecovida</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Alugada	Remunerada pelo SPG
<b>ABIO</b>	Arrecadação própria	Própria	Remunerada pelo SPG
<b>ABD</b>	Arrecadação própria, Projetos do	Própria	Remunerada pelo SPG

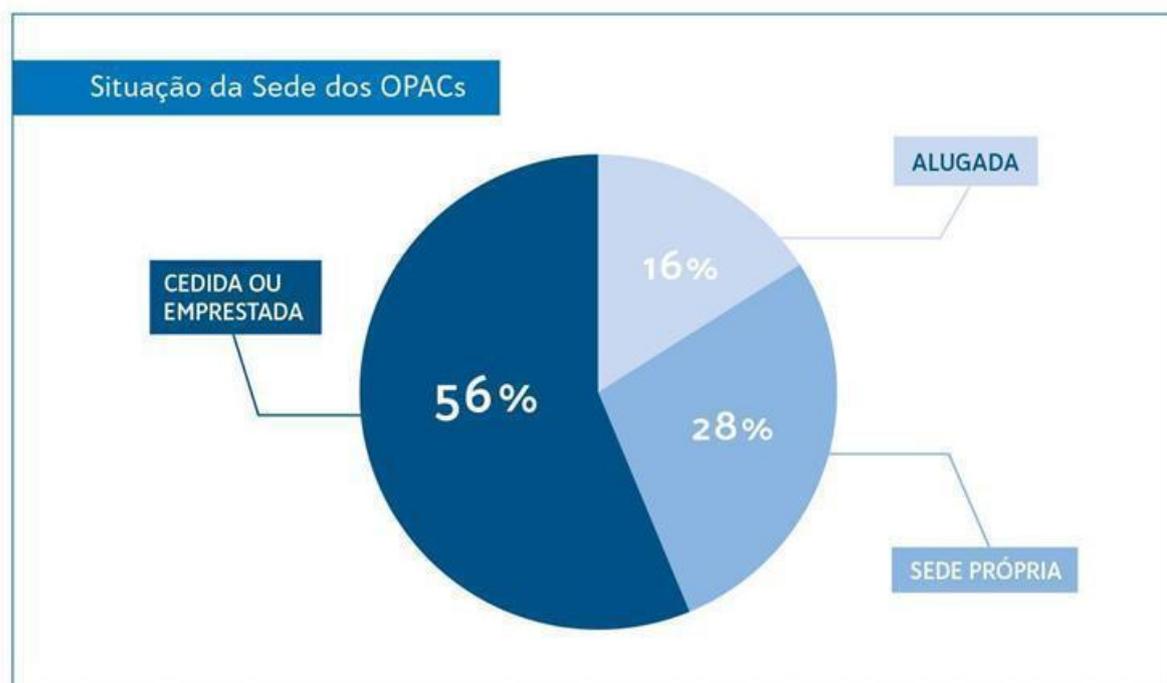
	SPG, Projetos dos colaboradores		
<b>SindiOrgânicos</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projetos
<b>APOMS</b>	Arrecadação própria, Projetos do SPG	Própria	Remunerada pelo SPG
<b>APASPI</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projetos
<b>ACEPA</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Colaboradores voluntários
<b>ACEPI</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projeto, Colaboradores voluntários
<b>ECOARARIPE</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projetos
<b>Orgânicos Sul de Minas</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Colaboradores voluntários, Fornecedor voluntário
<b>Litoral Norte</b>	Arrecadação própria,	Cedida	Colaboradores voluntários
<b>ACOPASA</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projeto
<b>COCEARGS</b>	Arrecadação própria, Projetos do SPG	Cedida	Remunerada pelo SPG
<b>Brota Cerrado</b>	Arrecadação própria	Cedida	Fornecedor voluntário
<b>RAMA</b>	Arrecadação própria	Cedida	Colaboradores voluntários
<b>Rede Povos da Mata</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Alugada	Remunerada por projetos
<b>ABDSul</b>	Arrecadação própria, Projetos do SPG	Própria	Remunerada pelo SPG
<b>Rede Borborema de Agroecologia</b>	Arrecadação própria	Própria	Remunerada por projeto, Fornecedor voluntário
<b>Orgânicos Jequitinhonha</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projetos
<b>Maniva</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Remunerada por projetos
<b>AGE</b>	Arrecadação própria	Própria	Remunerada pelo SPG
<b>Rede Plantar para a Vida</b>	Arrecadação própria, Projetos dos colaboradores	Cedida	Colaboradores voluntários
<b>Rede Xique Xique</b>	Arrecadação própria, Projetos do SPG, Projetos dos colaboradores	Própria	Remunerada pelo SPG, Remunerada por projetos, Fornecedor voluntário

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Em relação à estrutura física, considerando sede e equipe de trabalho, na maioria dos casos foi percebida uma relação com o tempo de existência da organização. Nesse sentido, temos 11 entidades que foram constituídas antes de 2009, ou seja, pré-existentes ao trabalho de certificação e possuindo longa trajetória com o associativismo, agroecologia e agricultura orgânica. Essas organizações possuem boa estrutura física, com sede própria ou alugada, além de uma equipe mínima para funcionamento, pois seus trabalhos vão além da certificação. As que foram constituídas após 2010 com finalidade específica para criar um OPAC, em geral, têm suas sedes cedidas por entidades colaboradoras. Neste caso, a equipe responsável pelo trabalho administrativo e assistência técnica, em geral, é composta por técnicos das ONGs ou colaboradores e agricultores voluntários.

Os Gráficos 02 e 03 apresentam as informações a respeito da sede e equipe de trabalho dos OPACs.

Gráfico 02 – Informação sobre a Sede dos Sistemas Participativos de Garantia pesquisados

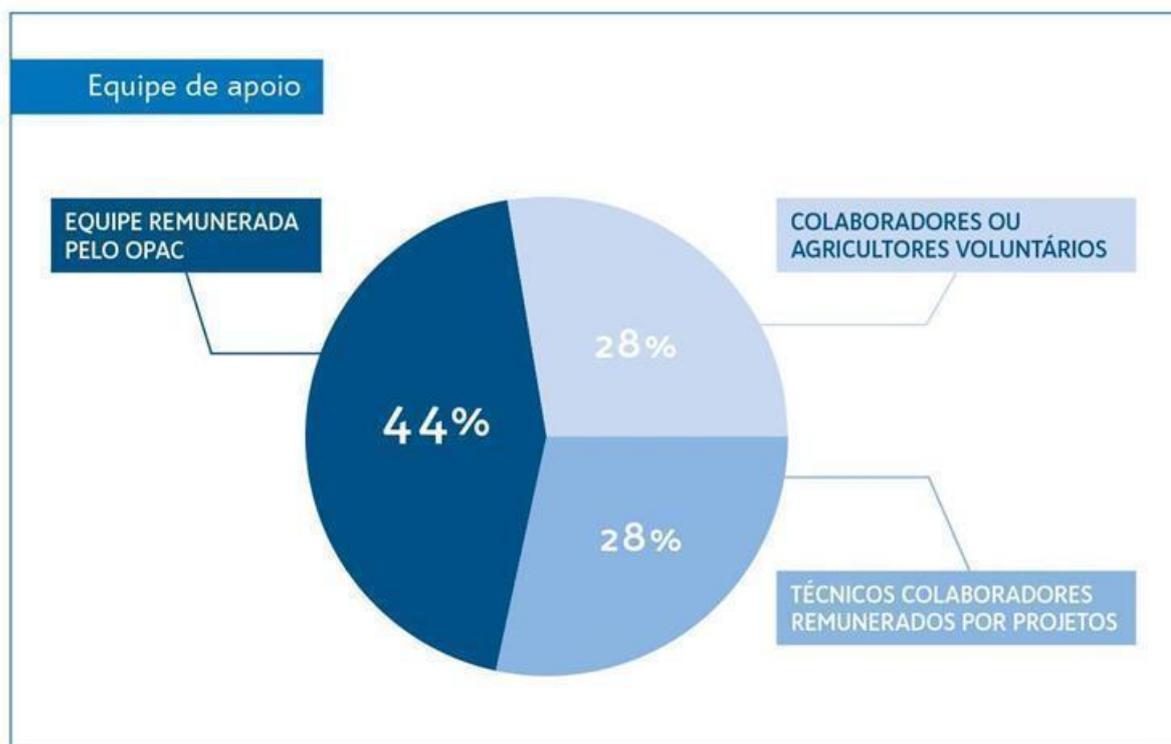


Fonte: Hirata, Rocha, Bergamasco (2020).

Das entidades que foram constituídas após 2009, somente a Rede Borborema possui sede própria e somente a Rede Povos da Mata possui sede alugada. As demais utilizam sedes cedidas ou emprestadas das entidades colaboradoras ou até mesmo de produtores, o que pode ser temporário ou não. Em muitos casos, ter uma sede própria ou alugada significa assumir altos custos de manutenção ou de aluguel, o que, para muitos, não se justifica quando se tem entidades colaboradoras comprometidas com o SPG.

Sobre a equipe de trabalho também se percebe uma relação com o tempo de existência do SPG (GRÁFICO 03). As associações mais antigas possuem equipes remuneradas pelos próprios OPACs e desenvolvem outras atividades além da certificação, em especial a comercialização, enquanto as mais novas dependem do apoio dos colaboradores que atuam remunerados por meio de projetos ou mesmo voluntariamente.

Gráfico 03 – Informação sobre remuneração da equipe



Fonte: Hirata, Rocha, Bergamasco (2020).

As equipes que administram ou prestam serviços administrativos e técnicos aos OPACs são pequenas, variando de 1 a 4 pessoas. No caso das equipes remuneradas pelos OPACs, normalmente são restritas a uma pessoa para os serviços administrativos ou outra na coordenação dos trabalhos. No entanto, a maioria dos OPACs tem funcionado com apoio das entidades colaboradoras. Muitas ONGs têm captado recursos para apoiar a certificação participativa por meio da contratação de pessoal. Outra situação bem comum é o apoio de servidores públicos na parte administrativa, em especial, para o cadastro dos agricultores no SigOrgWeb.

Ainda sobre as equipes, o trabalho voluntário, principalmente por parte dos agricultores, é uma realidade em todos os OPACs. Nesse sentido, quando falamos que a certificação participativa é de baixo custo, temos que considerar que isso se deve ao fato de não visar ao lucro e ainda pela prática da colaboração e do trabalho voluntário dos membros

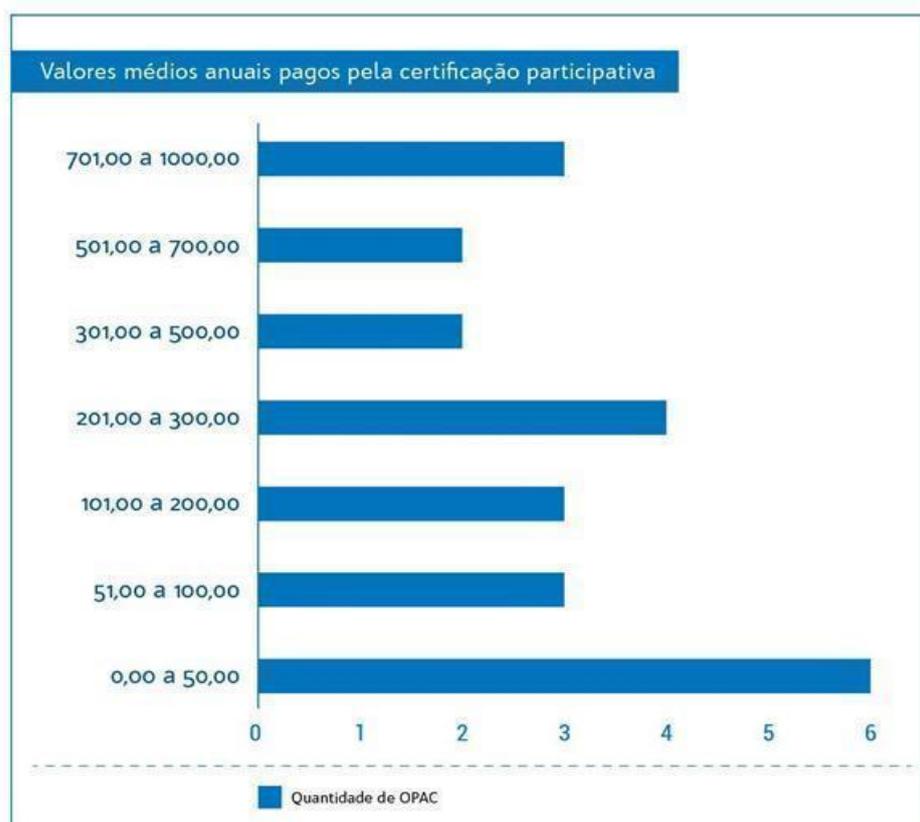
de um SPG. O envolvimento e a participação de todos no processo de certificação fazem parte da essência dos SPGs e é exatamente essa participação, que muitas vezes se torna trabalho voluntário em prol da coletividade, o que torna esse modelo de certificação rico, acessível e pedagógico.

### 5.7.3 Custos do certificado no Sistema Participativo de Garantia

O funcionamento de um OPAC envolve a realização de atividades que demandam recursos para a cobertura de despesas como deslocamentos, serviços administrativos e outros. Com arranjo específico devido às diferenças geográficas, culturais e econômicas, além dos diferentes serviços prestados, cada SPG define os valores necessários para o funcionamento, bem como as formas de cobertura dessas despesas.

O Gráfico 04 apresenta essa variação, assim como os valores médios pagos pelos OPACs estudados, com exceção da Rede Xique Xique e Rede Plantar para a Vida, que, por terem sido credenciadas recentemente, ainda não têm valor definido.

Gráfico 04 – Valores médios anuais pagos pela certificação participativa.



Fonte: Adaptado de Hirata, Rocha, Bergamasco (2020).

Apesar da variação nos preços pagos pelos agricultores para a manutenção dos trabalhos do OPAC, percebe-se que os valores são considerados baixos, especialmente pelos benefícios que vários SPGs proporcionam aos agricultores além do selo, por exemplo, a comercialização conjunta, os cursos, os intercâmbios de experiências e até mesmo a assistência técnica em alguns casos.

Uma vez que os OPACs não visam ao lucro, o custo da certificação é calculado em função das despesas, no entanto cada OPAC cria sua fórmula para chegar a um valor que considera justo e suficiente para seu funcionamento. Alguns diferenciam o valor pago para agricultor familiar e não familiar, outros valores são calculados em função do tamanho da área e outros em função do escopo. A Coceargs diferencia o custo anual da certificação para quem está iniciando o processo. O agricultor inicia pagando R\$100,00 e o valor vai aumentando a cada ano, até chegar a R\$400,00 após o quinto ano de certificação, quando é estabilizado o preço. Outra forma de arrecadação para cobrir as despesas do OPAC está na comercialização. Nos OPACs que atuam na comercialização coletiva, seja em feiras, programas institucionais ou no caso da comercialização do algodão, é comum a cobrança de um percentual da comercialização que varia de 5 % a 30 %. Normalmente, com esse valor são pagos funcionários e despesas administrativas.

Vale ressaltar que os 20 OPACs que cobram taxas inferiores a R\$500,00/ano são aqueles que, de alguma forma, possuem apoio das entidades colaboradoras, seja para infraestrutura ou com pessoal. Além disso, vale lembrar que a redução do custo também está relacionada aos trabalhos voluntários desenvolvidos pelos próprios agricultores, o que proporciona, em alguns casos, além da redução do custo, maior envolvimento e experiência.

## 5.8 DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS NOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA PESQUISADOS

Desde a conclusão dos normativos mínimos para o credenciamento dos primeiros OPACs em 2010, o número de SPGs constituídos de OPACs credenciados e de produtores certificados tem crescido no Brasil. O processo de constituição, juntamente com a avaliação participativa da qualidade orgânica, representa uma longa trajetória de trabalho das organizações de agricultores e instituições públicas e privadas que envolve o preenchimento e a construção de uma série de regras, normas, documentos e formulários. A capacidade de se organizar em rede por meio de normas e relações sociais estabelecidas, a partir da confiança,

participação e cooperação em benefício mútuo, denominado de capital social (PUTNAM, 2007), torna-se um pré-requisito na implantação de um SPG (HIRATA, 2016).

Além da existência de um capital social estabelecido, a constituição de um SPG depende do interesse e da motivação dos atores envolvidos. Home *et al.* (2017) afirmam que uma das dificuldades iniciais enfrentadas para a constituição de um SPG é motivar a adesão dos agricultores familiares. “*A dificuldade inicial foi a indecisão. Eu perguntei ao técnico: “Você tem consciência que esse caminho vai dar certo?”*” (ENTREVISTADO 1F33, 2019, sic). No início, quando os benefícios não são tangíveis, os agricultores precisam ser convencidos de que o SPG pode ser bom para todos (HOME *et al.*, 2017), sendo necessária a atuação de mediadores e porta-vozes dos SPGs, um papel desempenhado por diferentes atores, como agricultores que exercem liderança na comunidade ou na organização, extensionistas, técnicos das ONGs ou até mesmo representantes de instituições governamentais.

Conhecer os SPGs brasileiros permitiu constatar que a motivação inicial para a sua constituição, quase sempre, está relacionada às questões econômicas, quais sejam a busca por uma certificação mais barata, o acesso às feiras orgânicas ou aos mercados institucionais com prioridade na seleção das chamadas públicas, assim como o diferencial de preço<sup>41</sup>.

*A certificação dava a garantia da venda da pluma do algodão. Era garantido pela VERT que compra ainda hoje a produção. Ela exigiu o certificado, só que ela contratava uma empresa de 3ª parte e eles pagavam, o agricultor não ficava com o certificado. O certificado era como se fosse da empresa [...] Então, a gente começou a ver que a certificação, a própria empresa viu que a certificação estava muito cara [...] Em 2010 surgiram os primeiros OPACs e começamos a trabalhar para ter um OPAC para ficar mais barato e o certificado ser deles* (ENTREVISTADO 1C16, 2019, sic).

Após a constituição de um SPG, as motivações para participar das atividades e permanecer no sistema podem assumir natureza diferente daquela inicial, ou seja, passam a reconhecer e valorizar outros benefícios, além dos econômicos, como as trocas de experiências, a integração entre os membros e a valorização e reconhecimento dos saberes. “*A motivação para continuar foi isso mesmo, essa vontade de continuar tendo trocas de vivência [...] até hoje pulsa muito essa questão das visitas de pares, esses encontros*” (ENTREVISTADO 1F09, 2019, sic).

---

<sup>41</sup> Além da prioridade, os agricultores familiares podem receber no PAA e no PNAE um diferencial de até 30 % a mais para os alimentos orgânicos certificados.

As diversas percepções que cada um tem sobre os benefícios ou dificuldades em participar de um SPG seja como fornecedor ou colaborador, sofrem variação de acordo com a necessidade, expectativa ou realidade de cada um. Nesta pesquisa, buscou-se conhecer, por meio da percepção dos membros, o que o SPG tem proporcionado em relação aos benefícios e desafios de participar e fazer funcionar um sistema participativo. Além disso, buscou-se compreender os pontos fortes e as fragilidades dos SPGs identificados pelos auditores do Ministério da Agricultura na ocasião das visitas de auditoria.

### 5.8.1 Pontos Positivos ou Benefícios dos Sistemas Participativos de Garantia

Home e Nelson (2016) afirmam que o SPG vai além de um mecanismo de certificação de baixo custo, pois demonstra ser instrumento de facilitação de processos sociais, fomentando ações coletivas como a gestão de bancos de sementes, compra conjunta de insumos, logística coletiva para transporte e comercialização da produção, acesso a políticas públicas entre outras atividades que fortalecem e beneficiam os agricultores. Nesse sentido, no Quadro 14 são apresentados extratos dos relatos que demonstram a percepção dos agricultores em relação aos benefícios proporcionados pelo SPG encontrados nesta pesquisa. Para melhor organização e compreensão, os extratos foram organizados sob 4 aspectos: econômico, social, ambiental e político.

Quadro 14 – Percepção dos agricultores em relação aos benefícios em participar de um Sistema Participativo de Garantia.

<b>Aspecto</b>	<b>Principais benefícios percebidos pelos/as agricultores/as participantes da pesquisa</b>
Econômico	Garante a venda, dá acesso ao PNAE, além de 30 % a mais no PAA, garante preço justo, dá oportunidade de negócio para toda família, abre novos mercados, melhora a renda e proporciona oportunidades de realizar compras coletivas de insumos.
Social	Melhora a autoestima, proporciona maior interação com as instituições, amplia as amizades, tira os agricultores do isolamento, melhora as relações na família, valoriza os diferentes conhecimentos, oferece mais segurança para produzir e comercializar, valoriza as mulheres, possibilita a permanência e valorização dos jovens na agricultura, promove conhecimento pela troca de experiências, dá oportunidade de aprender a produzir melhor e ter acesso às diferentes técnicas de produção, por exemplo, a preparação de insumos, maior segurança para produzir e autonomia para vender, melhora a gestão da propriedade por meio das anotações, resgata as práticas tradicionais de produção, fortalece a segurança alimentar da família.

Ambiental	Amplia o cuidado e a proteção do solo, estimula a preservação e multiplicação de sementes crioulas, estimula a diversificação da produção, fortalece as ações de preservação das nascentes, rios e águas subterrâneas e ajuda no desenvolvimento da consciência ecológica e ambiental.
Político	Dá oportunidades de participar em diferentes espaços de debates e construção de políticas públicas como a Cporg, Conselho de Segurança Alimentar, Conselho de Alimentação Escolar. Possibilita maior inserção social e maior visibilidade e respeito da sociedade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

O envolvimento dos agricultores (as) em ações ligadas a cada um dos aspectos descritos possibilita a criação de uma rede de conhecimentos que, de forma distinta, vai sendo apropriada por cada membro. A rede de conhecimentos criada pelo SPG consiste no principal benefício reconhecido pelos agricultores, é por meio desta rede que mercados, informações e práticas de produção orgânica, políticas públicas e conhecimento sobre normas e legislação de orgânicos são democratizados e os benefícios passam a ser percebidos. Esse conhecimento gera segurança, autonomia e maior satisfação em fazer parte de um grupo, com isso, gera um sentimento de melhoria de qualidade de vida. Esses benefícios são demonstrados no relato a seguir, no qual a agricultora reconhece que o SPG proporcionou a articulação entre os agricultores da região para criação de uma rede de comercialização, causando impacto positivo tanto no aspecto econômico por meio de uma melhoria na renda, quanto no aspecto social por meio da interação e fortalecimento das relações entre agricultores e dos agricultores com as instituições e consumidores.

*Com o SPG a gente consegue fazer várias vendas [...] a gente constrói com outros parceiros da região uma logística e com isso a gente conseguiu ir pra São Paulo, vender no Instituto Federal, abrir feira, Instituto Chão, Armazém do Campo e outras feiras em São Paulo [...] pra nós é tudo uma ação colaborativa de um coletivo (ENTREVISTADO 1F09, 2019, sic).*

Meirelles (2018) ressalta que apoiar a constituição do SPG, exclusivamente, em função do atendimento ao mercado pode ser um equívoco, pois o maior ganho ou oportunidade que surge com a constituição de um SPG não é a criação de mercados, e sim a criação de redes de conhecimento em que as trocas de experiências contribuem na circulação das informações que levam ao resgate e à preservação de práticas e conhecimentos agroecológicos. Para o autor, a produção de alimentos saudáveis, livres de organismos geneticamente modificados (OGMs) e químicos sintéticos, deve ser incentivada pelos seus méritos agrônômicos e ambientais intrínsecos e não para atender a uma demanda de mercado.

Essa afirmação não nega os benefícios do SPG em relação ao mercado, porém alerta que, numa região onde a população tem menos acesso aos recursos, o apoio governamental ou de uma ONG na constituição de um SPG deve ter como foco prioritário a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas e não o atendimento ao mercado. O caso dos SPGs na região do Semiárido do Nordeste, que concentra a presença de agricultores familiares, é um bom exemplo de como o SPG pode atender a uma demanda de mercado, neste caso o algodão, e ao mesmo tempo conciliar a produção de alimentos orgânicos visando à segurança alimentar da família e à comercialização do excedente, resgatando e multiplicando os conhecimentos sobre práticas de cultivo.

*A certificação participativa trouxe muito conhecimento que a gente não tinha. A gente estava comendo veneno todo dia [...] a gente não sabia o que era de fato o transgênico, não sabia que essas práticas são adotadas pelo agronegócio e com o SPG a gente passou a ter conhecimento da realidade [...] Então, melhorou muito, a gente passou a valorizar mais a nossa cultura, o tradicional. Meu pai nunca usou veneno nas lavouras dele. Guardava as próprias sementes [...] hoje a gente já trabalha de forma diferenciada, seleciona o milho de plantar, as sementes do tronco e da ponta do milho a gente joga fora porque aqueles ali são os que são fáceis de se furar, faz uma seleção de sementes melhor do que quando a gente não tinha esse conhecimento (ENTREVISTADO 2F16, 2019, sic).*

Kirchner (2014 p.7) reforça a importância dos SPGs na formação de redes de conhecimento para a manutenção e disseminação do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que “capacita os agricultores a fazer uso de insumos e raças disponíveis localmente, contribuindo para melhorar a gestão dos recursos naturais nas comunidades”. É o caso dos conhecimentos sobre seleção e preservação das sementes crioulas, tão disseminados nos SPGs. O conhecimento traz consciência e a consciência coletiva traz empoderamento e força para que os agricultores tenham voz e poder de decisão.

*Esse conhecimento que os agricultores adquirem no processo cria mais força para tomarem as decisões, não esperar dos outros e eu acho isso fundamental. Quando você tem as informações você tem condições de dizer: Olha é isso que eu preciso (ENTREVISTADO 1F05, 2019, sic).*

As informações e os conhecimentos que circulam no SPG também proporcionam maior segurança e melhoria na autoestima, promovendo satisfação em participar de um grupo. Também representam o acesso aos benefícios relacionados ao aspecto social.

*Hoje o que mais me encanta nesse projeto é o conhecimento. Conhecimento dessas coisas de como trabalhar, de como produzir. É uma riqueza muito grande né, autonomia [...] A gente não tinha ideia*

*do que é ter autonomia [...] Então é autonomia, conhecimento, isso pra nós hoje é muito rico (ENTREVISTADO 1F41, 2019, sic).*

Passos (2020) acredita que as práticas coletivas e comunitárias, como mutirões, intercâmbios, compra e venda conjunta, podem mudar a visão individualista de muitos agricultores que buscam os SPGs com interesse restrito pelo certificado para vender com melhores preços. Conhecimento, autoestima, segurança, participação em cursos, interação com outros membros são benefícios percebidos ao longo do tempo em função dessa dinâmica participativa.

A interação dos agricultores com as instituições públicas e privadas que atuam como membros colaboradores dos SPGs é outro ponto positivo ressaltado tanto pelos agricultores quanto pelos colaboradores.

*As formações que a gente tem junto dessas entidades é muito importante, porque é por meio delas que adquirimos os conhecimentos necessários para chegar ao processo de certificação. Esses apoios ajudam os agricultores a adquirir conhecimento para caminhar com as próprias pernas (ENTREVISTADO 1F22, 2019, sic).*

Em outra análise, se por um lado a participação das entidades beneficia os agricultores e agricultoras proporcionando o acesso ao conhecimento técnico, por outro, segundo a percepção dos técnicos, essa relação também promove benefícios às entidades. Professores de Institutos Federais e Universidades que atuam como colaboradores nos SPGs informaram que a aproximação dos estudantes com a prática dos agricultores proporcionada pelas visitas e projetos desenvolvidos nos SPGs contribui na formação dos estudantes e no desenvolvimento de pesquisas em temas relacionados à produção orgânica e agroecológica.

*Acontece uma formação na prática. Essa participação proporciona áreas de estudo para realização de pesquisas, formação técnica e uma formação política e social [...] O que esse trabalho traz pros estudantes é muito grande. Na certificação é importante pros estudantes entenderem a cadeia desde o plantio, do manejo agroflorestal até depois certificar de forma participativa e social e depois vender de forma mais social. É um benefício muito grande de informação para os estudantes (ENTREVISTADO 2C09, 2019, sic).*

As entidades de extensão também reconhecem os benefícios para a formação dos técnicos e para o desenvolvimento de uma extensão dialógica e de qualidade.

*O convívio dos extensionistas com os agricultores e outros atores que estão no SPG é extremamente grandioso na agregação de conhecimento para os próprios extensionistas e para a própria extensão que vai contribuir no local de atuação e vai contribuir também para outros ambientes que a extensão possa estar presente (ENTREVISTADO 2C19, 2019, sic).*

*Contribuiu muito, porque nesse diálogo e nessa construção coletiva, tem vindo também o respeito, o respeito à história do agricultor, e o respeito ao ambiente, a ampliação da visão dos extensionistas para além do econômico. O aspecto social, ambiental (ENTREVISTADO 1C19, 2019, sic).*

Na metodologia camponês-a-camponês, os agricultores assumem o protagonismo no processo de desenvolvimento de uma tecnologia ou disseminação de uma prática (SOSA *et al.*, 2012), e os técnicos ou extensionistas passam a ser os mediadores ou facilitadores. Essa relação horizontal, que também é aplicada aos SPGs, nem sempre esteve presente na atuação da extensão rural brasileira. Kirchner (2014) afirma que o mundo ocidental, durante muitos anos, negou legitimidade ao saber tradicional dos agricultores, fazendo com que professores, pesquisadores e extensionistas se colocassem numa posição superior e detentora do conhecimento válido a ser difundido de maneira unilinear, de cima para baixo. A avaliação participativa da conformidade orgânica tende a colocar técnicos e agricultores numa relação horizontal, quebrando a forma tradicional de fazer extensão. A participação da ATER nos SPGs pode ser muito positiva para a extensão rural, uma vez que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), institucionalizada em 2010, estabeleceu como um princípio o processo educativo, permanente e continuado da nova ATER, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista (CAPORAL, 2015). É nesse sentido que os extensionistas reconhecem que sua participação e envolvimento enquanto membros colaboradores dos SPGs criam condições para a adoção de enfoques metodológicos participativos na promoção de uma agricultura baseada nos princípios agroecológicos preconizada pela PNATER (BRASIL, 2004).

No caso das ONGs, principais colaboradoras dos SPGs em termo de número de organizações envolvidas, os benefícios do SPG vão além de possibilitar essa aproximação com as organizações de agricultores do movimento orgânico, uma vez que essa interação sempre existiu e as ONGs são parte do movimento orgânico. Na visão dos assessores técnicos, fortalecer o trabalho e o discurso sobre a produção agroecológica, meio ambiente e das metodologias participativas que sempre fizeram parte da razão de existir dessas ONGs é o maior benefício que elas podem ter em apoiar os SPGs. Os depoimentos a seguir (QUADRO 15) demonstram esse reconhecimento dos técnicos que prestam assessoria aos SPGs por meio de ONGs que gozam de muita credibilidade na região onde atuam.

Quadro 15 – Extrato dos relatos da assessoria técnica de algumas ONGs colaboradoras dos SPGs.

Entidade	Extrato de relato da assessoria técnica
Esplar	A certificação participativa fortalece muito o que a gente já faz. O SPG é um apoio, uma força grande para as pessoas ingressarem no projeto do algodão.
Arribaça	A Arribaça na Paraíba é uma das instituições que sabe trabalhar com a certificação participativa [...] Então, o SPG foi assim o top. Contribuiu no sentido de dar nome para Arribaça. O que a gente tinha de projeção de trabalho com assessoria era mais o sistema de produção agroecológica.
Cepagro	Então, a certificação participativa foi muito boa para o Cepagro porque deu condição para o Cepagro se manter com aquilo que ele já vinha fazendo [...] Em termos de movimento social e de ética, a agroecologia e a consequente certificação participativa nos possibilitou estar em rede e ampliar nossa capacidade de articulação para outras organizações e movimentos e ainda incluir famílias que não estavam em processo nenhum.
CAV	O SPG deu uma contribuição com as atuações do CAV na produção agroecológica. É uma prioridade nas nossas ações hoje. O SPG fortaleceu o discurso dos técnicos no incentivo da produção orgânica e agroecológica. O SPG veio para fortalecer as temáticas que o CAV sempre atuou, como gênero, proteção ambiental, produção agroecológica, feiras livres.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao atuarem como colaboradoras dos SPGs, as ONGs também se fortalecem no papel de promotoras do desenvolvimento rural e da agroecologia, conforme confirmado nos relatos apresentados no Quadro 15. Oliveira (2004) chama a atenção para o papel das ONGs na mediação das redes de SPG o qual transcende a um papel puramente de difusão sobre técnicas de produção. As ONGs são responsáveis pela constituição de muitas organizações sociais que hoje atuam como SPG, se comprometendo na defesa de pautas que vão além da produção orgânica e certificação participativa.

Mais que mediar a apropriação de determinadas tecnologias, ocorre também e fundamentalmente uma mediação político-cultural, que, em certas circunstâncias, assume uma importância tal que o papel técnico é relevado a uma prioridade secundária (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

Vale lembrar o importante papel que as ONGs assumem na centralidade dos debates e construção de programas e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e agroecológica, em que podemos citar o PNAE, PAA, PNATER, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), entre outras. Assim, para muitas, atuar em um SPGs acaba sendo uma credencial em seu currículo, pois fortalece sua atuação e nome no território onde atuam,

favorecendo a captação de recursos para manter suas atividades que vão muito além de apoiar um processo de avaliação da conformidade. Fazer parte de um SPG significa, para algumas, legitimar sua atuação com o respaldo do certificado e da legislação de produção orgânica, que acaba fortalecendo o discurso técnico. *“Eu não preciso mais convencer o agricultor a não usar o fogo, a lei proíbe e, se usar, não recebe certificado”* (ENTREVISTADO 2C33, 2019, sic). Os registros, Planos de Manejo Orgânico, além dos relatórios gerados pelas visitas e atividades de avaliação da conformidade, podem ser considerados importantes instrumentos de informação para subsidiar tanto a elaboração de projetos quanto a construção de programas e políticas públicas de apoio à agricultura orgânica, atividades inerentes à atuação das ONGs.

Os benefícios percebidos pelos membros do sistema proporcionados por meio da rede de conhecimento criada a partir da interação entre os atores envolvidos no processo de avaliação da conformidade orgânica do SPG é, muitas vezes, visto pelos órgãos de controle como potencialidade ou mesmo como pontos fortes para a geração de credibilidade. Essa constatação foi feita por meio da análise dos relatórios de auditoria realizados pelo MAPA nos OPACs.

As auditorias de credenciamento ou manutenção do credenciamento têm como objetivo avaliar os procedimentos e métodos de geração de credibilidade adotados pelo OPAC no processo de avaliação da conformidade orgânica, assim como sua capacidade de dar garantias da qualidade do produto ou serviço. São realizadas com agenda prévia, normalmente por 1 auditor líder e outros 2 auxiliares e sua periodicidade segue critérios e análise de risco realizadas pelo MAPA, podendo variar de 1 a 3 anos. O tempo de realização das visitas de auditoria demora em média 3 dias e consiste em análise documental, visitas “testemunhas”, nas quais acompanham os procedimentos de avaliação da conformidade, e reunião com os membros.

A participação, o comprometimento e a seriedade dos membros, além da parceria e o envolvimento das entidades colaboradoras, foram considerados os principais pontos fortes pelos auditores do MAPA, de acordo com os relatórios analisados<sup>42</sup>. No Quadro 16 é possível conhecer a visão dos auditores em relação aos principais pontos fortes dos OPACs, assim como o número de vezes que aparecem nos relatórios.

---

<sup>42</sup> Foram analisados 53 relatórios de 2010 a 2019, cerca de 80 % dos relatórios emitidos no período.

Quadro 16 – Descrição dos Pontos Fortes dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs) na percepção dos auditores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

<b>Pontos Fortes</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nº vezes</b>
Funcionamento	Procedimento adequado	12
	Organização documental	10
	Controle social bom	15
	Registros bem feitos	3
	Análise de risco	6
Comprometimento e Seriedade	Comprometimento da diretoria	4
	Disposição de corrigir falhas	10
	Comprometimento com os princípios da agricultura orgânica e agroecologia	20
Membros Colaboradores	Envolvimento e ação de entidades colaboradores	20
	Parcerias técnicas fortes e atuantes	26
Formação dos membros	Capacitação da equipe técnica do OPAC	4
	Capacitação constante e adequada para fornecedores	4
Princípios	Participação	37
	Troca de Experiências	7
	Horizontalidade	9
	Confiança	3
	Equidade de Gênero e geração	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Como as auditorias são realizadas por diferentes auditores fiscais, vale ressaltar que outros temas também foram citados nos relatórios, porém só foram inseridos nesse quadro

as citações que tiveram mais de 3 menções nos relatórios, indicando que são os pontos fortes mais observados pelos auditores. A presença dos colaboradores e a existência de projetos por meio das parcerias refletem, principalmente, no procedimento adequado e organização documental, visto que são ações, normalmente desenvolvidas pelos colaboradores. O nível de participação, comprometimento e seriedade, controle social e até mesmo a disponibilidade de corrigir falhas são elementos que demonstram, no mínimo, maturidade dos membros e consolidação do processo participativo de avaliação da conformidade do OPAC.

Os princípios do SPG, com exceção da participação, são pouco mencionados nos relatórios, no entanto esse fato pode não significar fragilidade do SPG, mas tão somente que não são pontos de atenção dos auditores, uma vez que a inexistência ou a fragilidade de um deles pode não constituir não conformidade para o MAPA, o que talvez seja um ponto importante a ser discutido, uma vez que a falta ou a fragilidade dos princípios pode comprometer a sustentabilidade, a qualidade e a credibilidade dos SPGs.

#### 5.8.2 As Dificuldades do Processo Participativo de Avaliação da Conformidade

Embora o processo participativo da avaliação da conformidade orgânica, em comparação à certificação por auditoria, tem sido considerado por diversos autores um mecanismo mais apropriado para os agricultores e agricultoras familiares, alguns pontos das exigências legais do processo são vistos como dificultadores pelos agricultores, em especial, no que diz respeito à questão da rastreabilidade. Essa afirmação foi constatada nesta pesquisa por meio das entrevistas realizadas com membros fornecedores e também colaboradores dos SPGs pesquisados. Outras questões relacionadas à participação, produção, compreensão da dinâmica do SPG e questões administrativas também foram indicadas por alguns membros como dificuldades no funcionamento do OPAC, porém com menor ênfase.

Para que um SPG seja acessível para a agricultura familiar, os métodos de geração de credibilidade, ou seja, os procedimentos definidos pelo OPAC no processo de avaliação da conformidade orgânica devem estar adequados às diferentes realidades (BRASIL, 2009). O nível de escolaridade das famílias de agricultores familiares no Brasil é uma realidade preocupante. Segundo os dados do censo agropecuário de 2017, cerca de 30 % dos agricultores familiares no Brasil não sabiam ler e escrever e, entre esses, 68 % nunca frequentaram uma escola (IBGE, 2017). A baixa escolaridade dos agricultores associada ao envelhecimento no campo foram apontados pelos técnicos como um desafio para o

cumprimento das exigências da certificação, principalmente no que diz respeito à rastreabilidade, conforme depoimentos a seguir.

*E essa dificuldade é resultado do baixo nível de escolaridade do agricultor, não tem familiaridade com a escrita, não tem hábito, muitos dos agricultores já são idosos (ENTREVISTADO 1F30, 2019, sic).*

*O registro é uma dificuldade. O grau de escolaridade dos agricultores aqui é a 4ª série primária (ENTREVISTADO 2C33, 2019, sic).*

*A questão da leitura... 90 % dos agricultores não são alfabetizados, outra questão é que a maioria são pessoas idosas, a média de idade dos agricultores é de 59 anos, os jovens foram para as capitais (ENTREVISTADO 2C28, 2019, sic).*

A IFOAM tem desempenhado um importante papel na promoção dos SPGs, sistematizando experiências nas diversas regiões do mundo (MEIRELLES, 2020). Baseada nessas experiências de sistematização, essa federação orienta que em situações de analfabetismo ou dificuldades em ler e escrever, os SPGs precisam desenvolver mecanismos alternativos, sendo essa flexibilidade essencial para garantir a inclusão e a valorização dos aspectos culturais e sociais de cada região (IFOAM, 2019). Por outro lado, mesmo reconhecendo que os SPGs devem adequar seus mecanismos de controle social às diferentes realidades, a legislação brasileira determina que “a unidade de produção orgânica deve possuir documentos e registros de procedimento de todas as operações envolvidas na produção” além de um Plano de Manejo Orgânico (PMO) constando de maneira detalhada os insumos e as práticas adotadas (BRASIL, 2011).

O registro das atividades desenvolvidas na unidade de produção tem sido feito por meio de planilhas ou caderno de campo, também chamado de diário de campo. Essa tem sido a forma exigida pelos OPACs, aceita pelo MAPA e adotada pelos membros fornecedores para garantir a rastreabilidade. No caso de um agricultor analfabeto, ele irá depender da ajuda dos membros da família, dos colaboradores ou da assessoria técnica. “*Muitos agricultores não sabem nem ler nem escrever. Tem que fazer o plano de manejo, o caderno de Campo, então a coisa vai envolvendo a família inteira*” (ENTREVISTADO 2F31, 2019, sic). Isso também se aplica ao PMO, pois sendo um documento obrigatório, o agricultor que não tiver habilidade para elaborar o seu plano, dependerá de alguém que o faça. Embora seja um documento de gestão (Plano), ele tem sido cobrado nos procedimentos de avaliação da conformidade orgânica como mecanismo indispensável para avaliação da conformidade. A inexistência ou a falta de atualização, aprovação ou clareza dos dados do PMO constituem não conformidade frequentemente apontada nas visitas de auditoria.

Um planejamento é o guia para quem vai executá-lo, neste sentido, o PMO escrito e apresentado como documento para aprovação do OPAC ou durante as visitas de verificação para avaliar a conformidade perde o sentido quando a pessoa que vai executá-lo não sabe o que está escrito nele. Nesse caso, um relato oral (gravado por aparelho ou não) poderia fazer mais sentido e estar mais em conformidade com os princípios dos SPGs. Conforme um agricultor de mais de 70 anos de idade do SPG Sul de Minas, o PMO só serve para cumprir a formalidade. *"Tenho dois planos, o meu e o do OPAC. O meu está na minha cabeça"* (ENTREVISTADO 1F19, 2020, sic).

Em todos os SPGs pesquisados, constatou-se que existe por parte dos membros do sistema a preocupação com a adequação dos mecanismos, mas, nem sempre, essa preocupação avança para uma ação mais concreta ou com mudanças profundas nos procedimentos. Quando um SPG é credenciado, suas normas, regulamentos e métodos do processo de avaliação da conformidade orgânica são aprovados pelo MAPA. Normalmente, a construção dos documentos constitutivos (Estatuto, Regimento Interno, Manual de procedimentos operacionais), além dos formulários e roteiros de visitas, segue a referência de SPGs que já tiveram seu OPAC credenciado, ou seja, seguem os “modelos” criados pelos SPGs em funcionamento, com isso, a construção dos procedimentos e a escolha dos mecanismos de geração de credibilidade podem estar deixando de considerar a realidade dos agricultores da região onde o SPG está sendo constituído.

Percebe-se pelos relatos que, com o passar do tempo e o aprendizado que os membros do sistema vão adquirindo sobre SPG, a preocupação ou a necessidade em adequar os mecanismos de controle vai surgindo, porém, como isso significa retomar a discussão inicial da constituição ou mudar o que para muitos está dando certo, uma vez que o OPAC está conseguindo manter o credenciamento, essa adequação vai acontecendo de forma lenta e pontual, muitas vezes até motivada pelas “sugestões de melhoria” indicadas pelos auditores.

*Esse ano a gente adaptou a forma de preenchimento do questionário com palavras mais fáceis. Nos primeiros, os técnicos tinham que explicar a pergunta para a gente, porque nós não somos técnicos, temos outra realidade. No formato que vinha fica muito difícil* (ENTREVISTADO 1F22, 2019, sic).

*O Mapa já tinha orientado dizendo que a gente precisava fazer um PMO que fosse a realidade nossa e não a realidade do sul. A gente já tinha tentado fazer em outros momentos, mas era só nós agricultores e não tínhamos esse conhecimento* (ENTREVISTADO 2F16, 2019).

Mesmo havendo algum tipo de adequação dos mecanismos à realidade local e mesmo sendo considerado mais adequado à agricultura familiar em comparação às

certificadoras, na visão de alguns membros, em especial dos agricultores e agricultoras familiares, o SPG pode ser excludente com uma boa parcela de agricultores e agricultoras no Brasil. Os depoimentos abaixo demonstram esse sentimento.

*Aqui no assentamento, a gente estava com 12 famílias que queriam ir para o SPG. Quando viram aquela papelada, o que tinha que fazer todo dia, anotar o dia que plantou, qual a variedade de plantas, o dia colheu o quê... Quando perceberam tudo que tinha que fazer para certificar, eles falaram: a gente não dá conta, isso aí é para o escritório, não é pra gente, porque a gente trabalha na roça, não damos conta (ENTREVISTADO 1F09, 2019, sic).*

*O meu vizinho saiu por conta disso, ele era analfabeto. Quando começou a ter que preencher, ele saiu porque não sabia escrever e se sentia humilhado em ter que explicar isso toda vez que tinha uma visita (ENTREVISTADO 1C35, 2019, sic).*

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o número de agricultores no Brasil que se autodeclaram orgânicos é de 68 mil agricultores, um número muito maior que o número de agricultores orgânicos que constam no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos que é de aproximadamente 21 mil. Esse dado, somado ao depoimento dos agricultores, sinaliza que, mesmo com o reconhecimento dos SPGs, a certificação pode estar sendo um entrave para muitos agricultores no Brasil, em especial, da agricultura familiar. A percepção de que o nível de escolaridade é uma dificuldade no SPG é confrontada pela percepção dos agricultores, que afirmam que o problema não é com quem quer plantar orgânico e ter o direito de vender como orgânico, tampouco o nível de escolaridade, mas as exigências acima das condições dos agricultores ou distantes da sua realidade.

Quando o marco legal exige dos SPGs volume de evidências, tais como cadernos de campo, planos de manejo, descrição de todas as espécies plantadas e comercializadas, atas de visitas e outros, está ferindo o princípio da confiança, além de se afastar da realidade cultural das famílias agricultoras, povos e comunidades tradicionais de boa parte do nosso continente ou de outras partes do planeta (MEIRELLES, 2020, p. 61).

Interessante observar que, mesmo entre os agricultores que não têm problemas com a leitura e escrita, a resistência em relação às anotações e rastreabilidade ainda é grande.

*Eu como agricultora vejo que isso (anotação) é difícil mesmo. Eu venho da roça esgualpada (sic), não quero nem olhar pra letra, nem caderno. Quero esticar meu corpo para restabelecer a energia, porque no outro dia tenho que acordar muito cedo (ENTREVISTADO 1F09, 2019, sic).*

*Eles ficam meio estressados quando a gente pede para fazer aquelas anotações que eles não gostam de fazer (ENTREVISTADO 2F16, 2019, sic).*

*Dificuldade nisso também. Tem hora que a gente tá cansado demais de passar o dia no roçado, e ainda tem que anotar as coisas. A gente passa o dia trabalhando, de noite estamos cansados para escrever* (ENTREVISTADO 2F35, 2019, sic).

Meirelles (2020) afirma que o SPG nasceu com o propósito de demonstrar à sociedade e ao Estado que quem produz também tem a capacidade de garantir a qualidade orgânica do seu produto e alerta sobre o risco de o excesso de regulamentação descaracterizar os SPGs em sua proposta de horizontalidade e simplicidade, afastando-os dos seus princípios. Nesta mesma linha de pensamento, Passos (2020) ressalta a importância dos princípios como fundamentos de um SPG, conferindo maior dinamismo e identidade do que as leis.

É importante ressaltar que a construção do marco regulatório se deu num processo de diálogo e construção coletiva, envolvendo os movimentos sociais, as certificadoras e o governo. Na ocasião, era importante garantir que o SPG conquistasse a mesma credibilidade já conferida à certificação por auditoria e, talvez com essa preocupação, foram incorporados no processo de avaliação da conformidade do SPG alguns mecanismos de geração de credibilidade utilizados pelas certificadoras (como registros, PMO, conselho de recursos, além da possibilidade de visitas surpresas) que talvez não fossem necessários em um sistema participativo, horizontal e transparente. Segundo Meirelles (2020), o “DNA anárquico” dos SPGs não dialoga com altas exigências e, por isso, a legislação que reconheceu os SPGs deve respeitar sua diversidade. Assim, apesar das conquistas alcançadas com o reconhecimento, em especial, o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais (PASSOS, 2020) e aos diversos espaços de comercialização de produtos orgânicos, para que o sistema seja mais inclusivo e condizente com seus princípios, faz-se necessária uma profunda reflexão sobre quais exigências contribuem, de fato, para a credibilidade e a razão de existir dos SPGs e quais podem estar inibindo seu crescimento e excluindo quem mais precisa dele.

A pesquisa constatou que, muitas vezes, os próprios OPACs criam regras e normas que vão além das exigidas pela legislação, como é o caso da exigência de seguir modelos de planilhas para anotações diárias quando se poderia considerar o jeito de anotar do/a agricultor/a que, às vezes, é num caderno, outras no próprio calendário. Outro exemplo de procedimentos adotados por alguns OPACs, que não são obrigatórios, é a adoção de visitas surpresas como mecanismo de controle social. Embora seja um procedimento obrigatório para certificação por auditoria, no SPG ele é opcional. O artigo 79 da IN 19 de 2009 traz a seguinte redação: “O OPAC poderá realizar visitas de verificação, sem aviso prévio, como complementação às visitas agendadas” (BRASIL, 2009). Apesar disso, trata-se de um

procedimento que vem sendo aconselhado pelos auditores do MAPA em seus relatórios de auditoria, conforme pode ser confirmado na determinação do Relatório de Auditoria do Opac Maniva de 2018. “Realizar, por amostragem, visitas sem aviso prévio nas unidades de produção”. As determinações contidas nos relatórios de auditoria são dadas em função das não conformidades encontradas, porém, nesse caso, não se trata de não conformidade, uma vez que a lei não obriga. Mota (2016) salienta que a confiança é desenvolvida em ambientes familiares, ou seja, exige proximidade. Além disso, o autor ressalta que confiança e desconfiança são faces da mesma moeda, sendo que a confiança cria expectativas positivas e a desconfiança gera expectativas negativas. No SPG, os agricultores precisam estabelecer relações de confiança, que advêm da participação, do convívio entre eles e das atividades que desempenham juntos. Essa confiança reduz a complexidade do SPG, pois quanto maior a confiança, menor a exigência de comprovações em forma de anotações e documentos de rastreabilidade. Ao exigir uma visita surpresa, os auditores partem de uma desconfiança, uma expectativa negativa do processo.

Passos (2020) questiona a efetividade de uma visita surpresa em uma organização onde a gestão é horizontal e as decisões são coletivas. O autor ainda alerta que o anseio de ser reconhecido e demonstrar credibilidade pode fazer com que se crie um sistema que seja um somatório de SPG, de auditoria e de fiscal do governo, resultando em uma estrutura ainda mais excludente aos agricultores familiares, sendo ainda mais distante da realidade dos seus membros.

Apesar da exigência dos registros e anotações serem considerados difíceis de cumprir e até excessivos na visão de muitos agricultores, eles também reconhecem a importância das anotações para o controle social e até para o processo de gestão da unidade de produção.

*Eu acho de grande importância registrar as coisas, a questão da rastreabilidade é para ter mais garantia no produto, mas aí vem esse problema de anotação. Eu sou ruim da escrita, quem fez todo esse trabalho foi a nossa filha (ENTREVISTADO 4F33, 2019, sic).*

Ressalta-se que os registros das atividades e da produção, além de serem instrumentos de controle social, também são importantes fontes de informações sobre a produção e os produtores orgânicos no Brasil, e a falta dessas informações pode se constituir em entraves para a construção de políticas públicas e estratégias de investimento para o setor (VILELA, 2020; LIMA *et al.*, 2020). O desafio é saber que tipo de informação é possível obter dos agricultores, assim como quais estratégias devem ser utilizadas para a obtenção

dessas informações sem que essa exigência gere restrição para o acesso de agricultores familiares à certificação.

O desafio é encontrar um ponto de equilíbrio que permita a geração dos documentos suficientes para conferir transparência ao processo de certificação participativa, mas que não o descaracterize, tornando-o burocrático, oneroso e invisibilizando o protagonismo dos agricultores e consumidores (MEIRELLES, 2003, p. 6).

A qualidade e a organização dos documentos do OPAC, aspectos relacionados à gestão do OPAC, além da qualidade dos procedimentos de avaliação da conformidade, são questões de atenção nas auditorias do MAPA. As principais não conformidades ou fragilidades extraídas dos relatórios de auditoria são apresentadas no Quadro 17.

Quadro 17 – Principais fragilidades e não conformidades apontadas nos relatórios de auditorias realizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs).

<b>Não Conformidades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nº de vezes</b>
<b>Documental</b>	Certificado de Conformidade Orgânica: não atende à legislação	21
	Plano de Manejo Orgânico - inexistente, ausente, incompleto, croqui ruim	17
	Necessidade de adequação nos documentos constitutivos: Estatuto, Regimento Interno, Manual de Procedimentos	12
	Documentos e registros para rastreabilidade dos produtos: Ausentes/inadequados	6
	Necessidade de Adequação dos formulários e termos	4
	Relatórios de Visitas - Frágeis/ruins	4
<b>Procedimentos de avaliação da</b>	Procedimentos do OPAC - frágeis/inadequados	20
	Realização das Visitas: Frágeis/inadequadas	12
	Comissão de Avaliação - Procedimentos frágeis/equivocados -	11
	Utilização de Insumos: em desacordo	11

<b>conformidade frágeis</b>	Não realizam análises de riscos	5
	Agroindústria/Processamento	4
	Produção Paralela: oferece riscos	4
	Qualidade da Água - Falta de cuidado com a água	3
	Decisão da Conformidade Frágil	3
	Animais de Companhia convencional	3
<b>Gestão do OPAC</b>	CNPO - SigOrgWeb - Desatualizado	16
	Organização dos documentos - Frágil	10
	Cumprimento das Determinações do MAPA	6
	Legislação e normas do OPAC: acesso frágil/inexistente	5
	Falta de monitoramento e tratamento das não-conformidades	4
	Administração do OPAC - Frágil	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Quando a equipe de auditoria do MAPA detecta uma não conformidade, a manutenção do credenciamento fica condicionada às resoluções que devem constar em um Plano de Ação a ser elaborado pelo OPAC e enviado ao auditor chefe em prazo determinado em ofício. A manutenção ou suspensão é oficializada após recebimento do Plano de Ação com as justificativas, comprovação de resolução ou planejamento para correção.

Em relação às não conformidades documentais, encontradas com muita frequência nas auditorias, podemos separar os documentos não conformes em dois tipos. Fazem parte do primeiro tipo aqueles que são elaborados pela equipe de gestão do OPAC (técnicos, diretoria, coordenadores de grupo, colaboradores), como estatuto, regimento, manual de procedimentos, certificados de conformidade orgânica, roteiros ou formulários de visitas. Esse tipo de documento tende a melhorar com a experiência que o OPAC vai adquirindo a cada ano de trabalho e a cada auditoria, uma vez que a construção inicial é sempre seguindo o modelo de outro OPAC e somente com a prática e as determinações ou sugestões de melhoria dos

auditores, os membros vão percebendo a necessidade de adaptação e correção. O fato de o OPAC ser credenciado com uma documentação que, com o passar do tempo precisa de adequações, significa que essa não conformidade não interfere na qualidade ou credibilidade do processo, assim como os auditores têm a compreensão de que o processo de aprendizagem é contínuo e se dá pela prática, de outra forma o OPAC não seria credenciado.

O segundo tipo de documentos indicados como não conformes nas auditorias são aqueles elaborados ou preenchidos pelos agricultores nos momentos das visitas ou nas unidades de produção. A ausência de registros de atividades, o preenchimento incompleto de um formulário de visita ou do PMO constituem as principais não conformidades deste tipo de documentos. Essas não conformidades podem ter relação tanto com o nível de escolaridade dos agricultores quanto com a falta de compreensão e formação dos membros do SPG, sendo a formação uma ação constantemente indicada como sugestão de melhoria ou até mesmo como determinação para corrigir não conformidades.

A falta de formação dos membros e da equipe do OPAC pode ser também uma das causas das não conformidades relacionadas aos procedimentos frágeis de avaliação da conformidade orgânica, em especial a utilização de insumos não permitidos, a ausência de análise de riscos e a própria condução das visitas, que geralmente é feita pelos agricultores. Uma das questões mais relatadas como procedimento frágil é a falta de padronização ou uniformização do processo de avaliação da conformidade, indicando fragilidades que os OPACs enfrentam, principalmente no início do credenciamento. “Não há procedimento sistematizado para aprovação dos PMO”; “não há procedimento sistematizado para o registro do controle social”; “não há procedimentos sistematizados para registro e acompanhamento das não-conformidades” (RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO MAPA).

Os intercâmbios com outros SPGs mais experientes ou a adoção de uma política de formação continuada da equipe técnica e dos membros do OPAC constituem uma necessidade dos SPGs, não somente para atender às exigências impostas pelas auditorias, como também para internalização da dinâmica do processo de avaliação da conformidade por todos os membros e não somente para equipe técnica. É comum a existência de intenso processo de formação inicial no ato do credenciamento do OPAC e uma diminuição dessas ações no dia a dia das entidades representaria um risco para a internalização dos princípios e normas primordiais para o funcionamento do sistema. Além das ações intrínsecas a cada SPG, fortalecer o Fórum Brasileiro de SPG, dando condições para encontros e intercâmbios entres as redes, pode se traduzir em uma importante política de fomento e fortalecimento dos SPGs, uma vez que o Fórum tem se configurado nos últimos anos como espaço de diálogo e troca de

experiências importante para os SPGs, em especial para os mais recentes.

As auditorias do MAPA também apontam com frequência não conformidades referentes aos trabalhos de gestão do OPAC, especialmente a atualização do SigOrgWeb, o sistema que alimenta o cadastro nacional de produtores orgânicos. As justificativas para a não atualização é que o SigOrgWeb apresentava problemas, além de uma alta exigência de informações em relação à produção, por exemplo, o lançamento da área de cada espécie cultivada, o que torna complicado em sistemas agroecológicos ou sistemas agroflorestais que se destacam pelos cultivos consorciados e muito diversificados. A gestão do OPAC, que envolve os trabalhos de organização e armazenamento dos documentos, a comunicação entre órgãos de controle e fornecedores e o controle e monitoramento da resolução de pendências documentais ou não conformidades detectadas nas visitas de auditoria, demandam muita dedicação de tempo, o que nem sempre é possível quando o trabalho ocorre de forma voluntária. Ademais, a dependência do apoio de colaboradores, como assessores de ONGs, extensionistas ou NEAS, muitas vezes também não se mostra uma boa alternativa, visto que gera dependência não desejável nos SPGs, especialmente no longo prazo. Assim, bons exemplos de gestão administrativa foram constatados em SPGs que cobram mensalidades, anuidades ou percentual das vendas como forma de garantir as despesas do serviço administrativo. Vale ressaltar que o trabalho dos membros fornecedores que atuam nos cargos de diretoria, coordenação ou comissões, em geral, não são remunerados, visto que se busca um modelo de sistema que funcione com o envolvimento e a participação de todos. Essa participação e doação do trabalho faz parte das atividades do SPG e, para que não seja exaustiva para poucos, os atores que assumem a centralidade dos trabalhos devem desenvolver estratégias de formação e envolvimento do maior número de pessoas possíveis, para que possa haver revezamento de pessoas nos cargos de liderança.

A manutenção dos princípios dos SPGs foi destacada pelos agricultores e colaboradores e citada nos relatórios de auditoria como um desafio a ser enfrentado pelos SPGs. Manter o envolvimento e o entusiasmo dos atores em participar das atividades relativas à avaliação da conformidade exige que os mediadores, ou seja, aqueles que "assumem o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado" (OLIVEIRA, 2004, p. 37), tenham comprometimento e qualificação para assumir esse papel. Home *et al.* (2017) afirmam que a participação e o envolvimento dos diferentes atores no SPG são responsáveis pela sua longevidade, assim como pela geração de confiança, a qual favorece a construção de processos sociais que constituem o maior ganho para os atores envolvidos. Um sistema participativo forte possibilita aos seus membros a

manifestação dos seus princípios em suas atividades cotidianas, sejam elas relativas aos processos produtivos ou de geração de credibilidade.

Em suma, vale lembrar que um SPG não pode ser resumido a um sistema de certificação cuja credibilidade depende de análises, documentos e registros. Desde o início, a proposta de criação de um SPG se baseia no compromisso coletivo de garantir a qualidade orgânica por meio da participação e do envolvimento das partes interessadas, cuja credibilidade se dará por meio da presença dos princípios que sustentam esse sistema.

## 6 A TRADUÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA (SPG) NO VALE DO JEQUITINHONHA

*“Uma Mão na Terra Outra no Coração”* (Vicente Nica - 1993)

---

A pesquisa realizada em 24 SPGs brasileiros confirmou que o SPG pode ser uma metodologia adequada à realidade da agricultura familiar brasileira, uma vez que 85 % dos agricultores certificados por este sistema se enquadram nesta categoria, além de o processo de avaliação da conformidade orgânica utilizar mecanismos de geração de credibilidade que, de acordo com a IN 19/2009/MAPA, devem ser adaptados às diferentes realidades (social, cultural, econômica, territorial, política, institucional e organizacional). Em se tratando da agricultura familiar, temos que levar em conta a diversidade e a pluralidade dessa categoria num país de dimensões continentais como o Brasil, onde a realidade se modifica e se transforma a cada tempo e em cada lugar.

Na avaliação da conformidade orgânica, além de reuniões e visitas, conhecidas como visitas de pares e visitas de verificação, os OPACs também utilizam um conjunto de documentos e de registros como forma de exercer o controle social e garantir a credibilidade do sistema. São esses procedimentos e documentos que são chamados de mecanismos de geração de credibilidade, cuja legislação brasileira resguarda sua adequação às diferentes realidades dos agricultores. Nesta pesquisa ficou evidenciado que alguns mecanismos, em especial o PMO e o diário de campo, têm sido de difícil apropriação e domínio dos agricultores familiares e que o desenvolvimento das atividades de avaliação da conformidade orgânica é sustentado por uma rede heterogênea de atores.

Utilizando-se da abordagem de rede sociotécnica foi realizado um estudo de caso no SPG Orgânicos Jequitinhonha. Na perspectiva de rede sociotécnica, o SPG passa a ser compreendido como uma metodologia participativa que só pode se viabilizar pela existência de uma rede formada por diferentes atores, inclusive os não humanos. Assim, este estudo de caso teve como objetivo identificar os atores e o papel que desempenham na rede, buscando descrever o processo de tradução na constituição e no funcionamento do SPG Orgânicos Jequitinhonha, analisando se os mecanismos de geração de credibilidade utilizados são adequados aos agricultores familiares.

## 6.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha está localizado na região Nordeste de Minas Gerais e caracteriza-se pela riqueza de paisagens com vales abertos, vegetação característica como o cerrado, campo e áreas de transição em um ambiente com predomínio semiárido e uma diversificação de sistemas agrícolas e agrários (RIBEIRO *et al.*, 2014). A região apresenta identidade única com chapadas planas e pouco férteis que têm importante função de recarga das nascentes e com grotas que se caracterizam por áreas íngremes, abrigando uma população agricultora receptiva e familiar. Nos aspectos agrícolas, a agricultura familiar é predominante em todos os municípios da região, são utilizados os solos mais férteis das grotas para a realização dos roçados e casas e as chapadas como áreas de solta comum para os animais e que nos últimos 40 anos passou a receber grandes áreas de eucaliptos de empresas (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Essa sociedade rural se baseia, primeiro, no trabalho familiar – combina as forças plenas dos homens e mulheres adultos às forças “periféricas” de idosos e jovens – orientado para reproduzir e conservar a unidade de produção, desafiando a escassez material e a fragmentação da terra (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Conforme destacado por Ribeiro *et al.* (2007), os sistemas produtivos utilizam a força da terra e os agricultores(as) fazem o manejo da vegetação buscando a reposição da fertilidade para a continuidade da produção de forma autônoma. Nos processos produtivos ligados à agricultura familiar da região, o emprego de tratores, adubos químicos sintéticos e agrotóxicos é baixo e mesmo nas áreas convencionais há a preocupação com a produção de alimentos seguros. O pensamento agroecológico, traduzido em práticas rotineiras de agricultores e agricultoras, ocorre de maneira natural por pessoas que trabalham para a produção voltada ao consumo e que consideram os alimentos a tradução da segurança alimentar, não cabendo o emprego de compostos que possam comprometer a sua qualidade, o que representa um aspecto facilitador na transição agroecológica. De modo geral, a produção agrícola segue o regime das chuvas, sendo mais intensa nos períodos das águas em que as hortaliças têm uma abrangência temporal maior e, nos casos em que há disponibilidade de água, a produção segue o ano todo (RIBEIRO; GALIZONI, 2000; CALIXTO *et al.*, 2009; MALTEZ; SILVA; SILVA, 2018).

A comercialização é realizada principalmente em feiras livres, local em que a diversidade é característica marcante e conta com produtos como hortaliças, frutas, frangos,

plantas medicinais, produtos do extrativismo regional como panã, cagaita, coquinho azedo, pequi, além dos produtos processados da “indústria caseira”, como farinhas de mandioca e de milho, doces e queijos. Outro componente presente nas feiras e que faz parte da identidade do Vale é o artesanato, em especial com argila (RIBEIRO *et al.*, 2014), dando a dimensão das características e o potencial do trabalho e renda dos componentes da agricultura familiar da região.

Neste cenário descrito por Ribeiro e colaboradores e acrescentando as demandas por ações de convivência com a seca ora intensificada pela ocupação das chapadas pela monocultura de eucalipto, foi criado, em 1994, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), que teve como base a força do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, apoiado por organizações não governamentais e pela Igreja Católica. A entidade possui como missão a realização de ações que contribuam para o desenvolvimento da agricultura familiar e aqui destacamos aquelas que permitem a melhoria da qualidade de vida das famílias e a proteção ao meio ambiente.

Desde sua criação, o CAV tem acumulado experiências diversas no desenvolvimento de projetos socioambientais que buscam o fortalecimento da agricultura familiar, a convivência com a seca e a promoção da sustentabilidade ambiental que, além de garantir o fortalecimento de diferentes parcerias institucionais, tem sido um importante espaço político, em que se busca valorizar os saberes tradicionais por meio da troca de experiências entre agricultores. As ações têm como base os valores da instituição: protagonismo, solidariedade, transparência e respeito às diversidades culturais, políticas e sociais<sup>43</sup>. Essas ações dialogam com a recuperação de áreas degradadas, implantação de sistemas agroflorestais, produção agroecológica, geração de emprego e renda, proteção aos recursos hídricos e convivência com a seca, com destaque para o programa um milhão de cisternas (P1MC), entre outros.

Considerando as demandas das famílias, os valores que embasam o funcionamento do CAV e os princípios que direcionam o funcionamento de um sistema participativo, o despertar para a instituição apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um SPG foi uma consequência. A partir dessa união de fatores, começou a ser gestado o SPG Orgânicos Jequitinhonha.

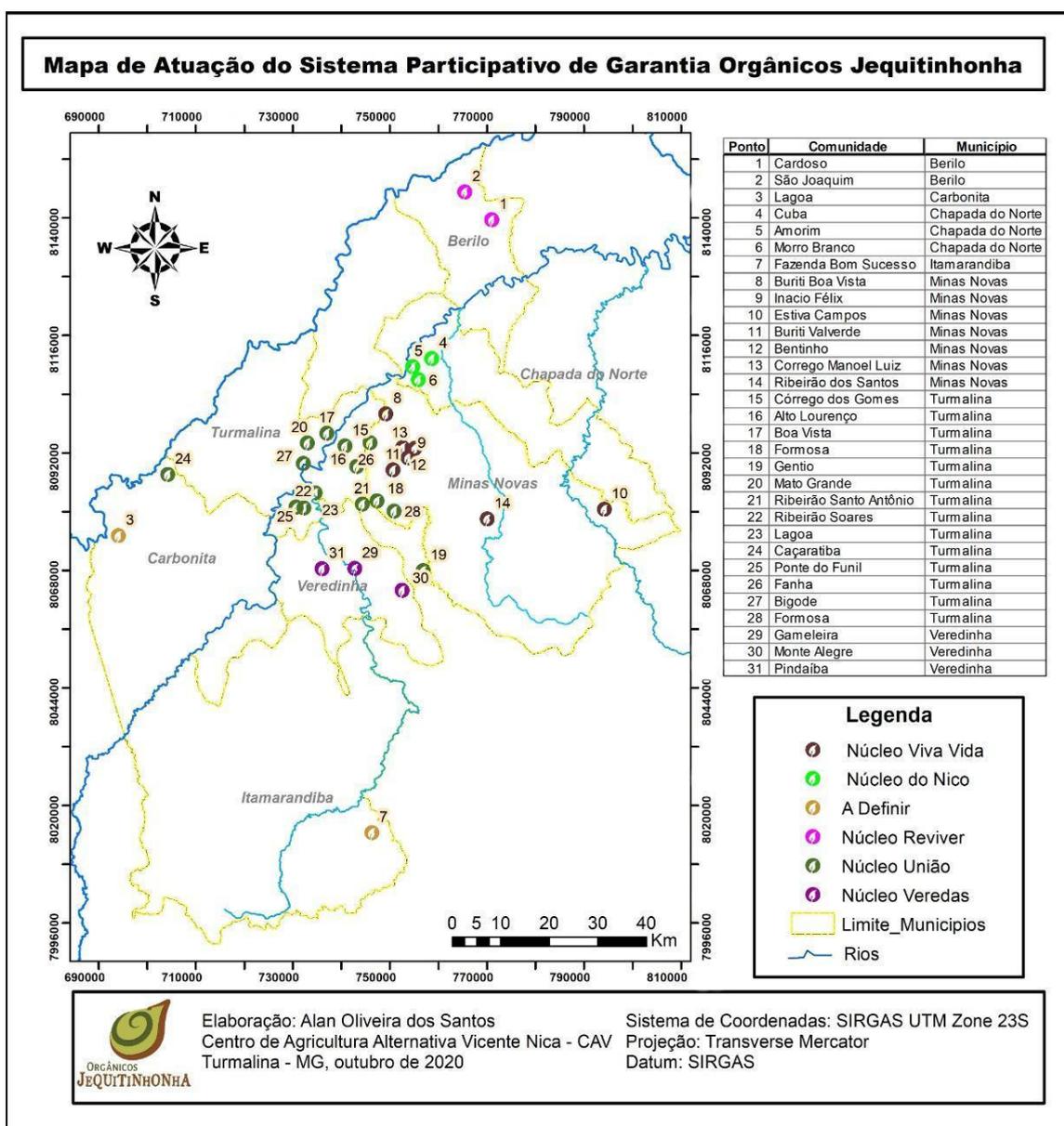
---

<sup>43</sup> Ver mais em <https://www.cavjequi.org>

### 6.1.1 Conformação do Sistema Participativo de Garantia no Vale do Jequitinhonha

Constituído em 2016, o SPG Orgânicos Jequitinhonha teve seu OPAC credenciado em 2017, como resultado da dedicação e do compromisso de agricultores e colaboradores. Atualmente, o SPG Orgânicos Jequitinhonha conta com 19 agricultores certificados e outros 30 em processo de certificação. A rede está organizada em núcleos e a definição de núcleo se dá em função da proximidade geográfica para diminuir distâncias e tempo de viagem para participação nas atividades. Essa conformação visa proporcionar mais interação entre os agricultores, facilitar a participação nas atividades de avaliação da conformidade e proporcionar uma gestão horizontal. O OPAC é composto por 5 núcleos, sendo que em 2 deles os agricultores se encontram em processo de certificação. A Figura 17 apresenta a localização dos núcleos de certificação do SPG Orgânicos Jequitinhonha.

Figura 17 – Área de atuação e localização dos núcleos de certificação ligados ao Sistema Participativo de Garantia (SPG) Orgânicos Jequitinhonha.



Fonte: Elaborada por Alan Oliveira dos Santos (2020).

Os núcleos, dependendo do número de agricultores participantes e da abrangência territorial, podem se subdividir em grupos e cada grupo possui um coordenador. No Quadro 18 podemos observar os núcleos, o número de grupos em cada núcleo e o número de agricultores em cada grupo.

Quadro 18 – Nome dos Núcleos, Grupos e número de agricultores certificados e em processo de certificação.

<b>Núcleo</b>	<b>Grupo</b>	<b>Nº Agricultores certificados</b>	<b>Nº de Agricultores em processo de certificação</b>
União (Turmalina)	União	5	1
	Boa Vista	1	5
	Grupo novo	-	7
	Córrego dos Gomes	-	6
Viva vida (Minas Novas)	Viva vida	9	-
Veredas (Veredinha)	Águas Vivas	4	*Houve a saída de um agricultor e o núcleo precisa ser revisto
Núcleo do Nico (Chapada do Norte)	Grupo do Nico	-	6
Reviver (Berilo)	Reviver	-	5
<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>30</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

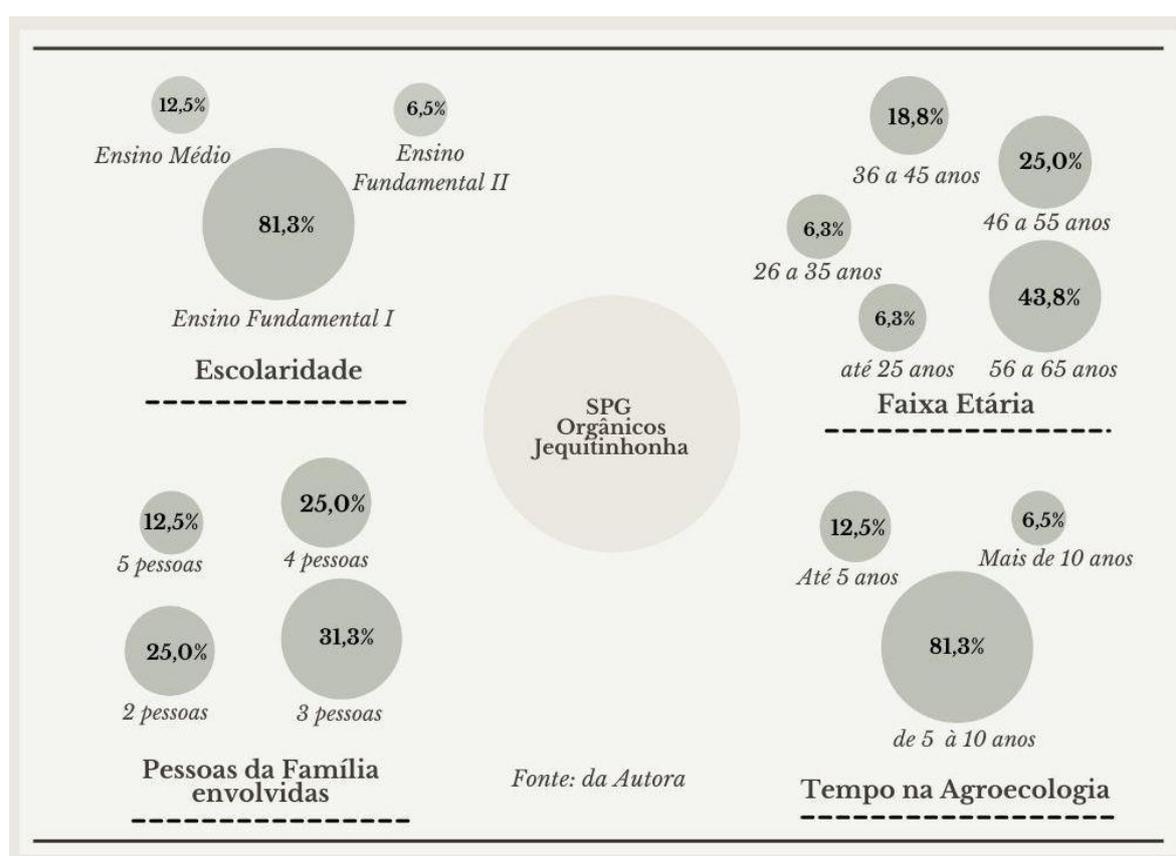
Percebe-se pelos dados apresentados no Quadro 18 que o SPG está em expansão e adota um número pequeno na composição dos grupos, o que favorece a participação e o controle social entre os membros do grupo. Em geral, o controle social exercido pelos agricultores e agricultoras de cada grupo se dá pela realização de reuniões, visitas de pares e de verificação, realização de feiras semanais e dias de campo.

## 6.2 MEMBROS FORNECEDORES DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA ORGÂNICOS JEQUITINHONHA

O processo produtivo de hortaliças, grãos, frutas e processados é de domínio das famílias da região, num aprendizado originado dos antepassados que perdura e se aprimora nos dias atuais. Essa produção é desenvolvida por uma população em que mais da metade das famílias dos entrevistados conta com a participação de 3 ou 4 membros, e a maior parte desses (81,3 %) tem entre 5 e 10 anos de atividades na agroecologia, demonstrando experiência nos

processos produtivos (FIGURA 18). Hirata *et al.* (2019) reconhecem que é fundamental a valorização dos saberes dos agricultores e das suas famílias para o fortalecimento de um sistema participativo. Para os autores, a experiência acumulada em uma família vai sendo dividida com os demais membros do grupo durante a realização das visitas e outras atividades coletivas inerentes ao processo de avaliação da conformidade.

Figura 18 – Caracterização dos agricultores familiares do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Orgânicos Jequitinhonha.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Nos processos produtivos, percebe-se grande riqueza de conhecimentos por parte dos agricultores, entretanto, quando analisamos a escolaridade pelo tempo frequentando a escola, o índice é relativamente baixo. Pela Figura 18, percebe-se que mais de 80 % da população estudaram somente até o 5º ano do ensino fundamental I.

Ao analisarmos os dados nacionais apresentados pelo IBGE no levantamento mais recente (IBGE, 2017), nota-se que os valores são similares aos do presente estudo quanto à escolaridade no meio rural, em que cerca de 80 % da população frequentaram somente até o

ensino fundamental. Esses percentuais elevados colocam os agricultores em um grupo de pessoas que, por vezes, apresenta dificuldades com as anotações ou atividades que envolvam a leitura. Nos procedimentos relativos à certificação participativa, são comuns as demandas para leitura e escrita, como no entendimento da legislação sobre o assunto (Lei, Decreto e Instruções Normativas), dos documentos do OPAC (Estatuto, Regimento Interno e Manual de Procedimentos) e também no preenchimento de informações que fazem parte dos registros da propriedade (plano de manejo orgânico, caderno de campo e outros), exigindo dos atores que atuam como mediadores uma atenção especial de modo a facilitar a compreensão e a apropriação do processo por parte dos agricultores. A IFOAM defende que os SPGs devem adequar seus mecanismos de forma a atender às demandas ou minimizar as dificuldades apresentadas pelos agricultores, sejam referentes à escolaridade como leitura e escrita ou em relação à carga de atividades inerentes aos trabalhos na unidade de produção, de forma a minimizar a exigência documental e adotar estratégias de incentivo para que os membros fornecedores possam ajustar suas anotações (IFOAM, 2019).

Quanto à faixa etária observada entre os agricultores do SPG Orgânicos Jequitinhonha, destaca-se a predominância do grupo entre 46 e 65 anos representando quase 70 % dos membros. Entretanto, chama atenção o baixo percentual (6,3 %) da população jovem que faz parte do SPG (FIGURA 18). Essa baixa participação revela a similaridade a uma dificuldade da agricultura familiar nos dias atuais para a manutenção das condições de permanência do jovem no campo. Mesmo reconhecendo que a permanência no campo não deve estar ligada ao fato de ter nascido no campo, este assunto é tema de diversos estudos atuais, que apontam vários motivos para essa dissidência (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; PANNO; MACHADO, 2016; BREITENBACH; TROIAN, 2020). Discutir o tema da sucessão geracional nos SPGs é pauta também do Fórum Brasileiro de SPGs e OCSs, que incluiu o tema como um dos princípios para o funcionamento de um sistema participativo (CARTA DE VALINHOS, 2019), por considerá-la uma questão vital para o desenvolvimento rural.

### 6.3 A CONSTRUÇÃO E O FUNCIONAMENTO NO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA ORGÂNICOS JEQUITINHONHA A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO

A construção do SPG Orgânicos Jequitinhonha enquanto rede sociotécnica descrita por meio do processo de tradução nos ajuda a compreender o seu funcionamento,

identificar os atores e as alianças estabelecidas, para assim analisar se os mecanismos utilizados no processo de avaliação da conformidade orgânica são adequados à agricultura familiar.

Em 2015, quando foi dado início às primeiras ações que resultaram na constituição do SPG Orgânicos Jequitinhonha, existiam no Brasil 17 SPGs com OPACs credenciados. Nessa ocasião, mesmo sem ter muito conhecimento sobre o SPG, um grupo de agricultores da região do Alto Jequitinhonha, assessorados pelo CAV, buscava uma forma de reconhecimento pela qualidade dos seus produtos produzidos a partir de práticas agroecológicas. Por meio de um projeto coordenado pelo CAV, participaram de um intercâmbio no Sul de Minas onde tiveram a oportunidade de acompanhar uma visita de verificação em unidades de produção dos agricultores orgânicos certificados pelo OPAC Sul de Minas. Até aquele momento, a proposta era constituir uma OCS como forma de alcançar esse reconhecimento, porém, ao conhecerem a metodologia de avaliação da conformidade orgânica do SPG Sul de Minas, passaram a enxergar o SPG como estratégico para o fortalecimento das ações que já desenvolviam em prol do fortalecimento da agricultura familiar e do sistema agroecológico.

A possibilidade de constituir um SPG passou a ser considerada pelos agricultores e agricultoras, iniciando o primeiro momento do processo de tradução para a constituição do SPG, denominado por Callon (1986) de problematização. Surgiram algumas questões como: Haverá adesão suficiente de famílias para constituir um SPG? A metodologia utilizada no Sul de Minas é adequada para o Vale do Jequitinhonha? Quais entidades poderiam participar da rede na função de membros colaboradores? Qual entidade irá assumir a responsabilidade legal do OPAC diante dos órgãos de controle? Quais as possibilidades de captar recursos para apoiar as ações, em especial os encontros de formação? Enfim, quais benefícios o SPG pode trazer para os agricultores e agricultoras do Vale do Jequitinhonha? Mesmo sem ter um projeto específico para apoiar a ação, porém motivados pelo interesse em ampliar suas ações e dar condição para o atendimento à nova demanda apresentada pelos agricultores, o CAV<sup>44</sup> assumiu o papel de tradutor, buscando construir alianças e associações com diferentes atores para que o SPG pudesse ser constituído. Com o CAV no papel de tradutor, a Associação de Agricultores Familiares dos Feirantes de Turmalina (AFTUR) assumiu a responsabilidade legal do OPAC, visto o seu interesse em fortalecer a entidade e, ainda, garantir a oferta de

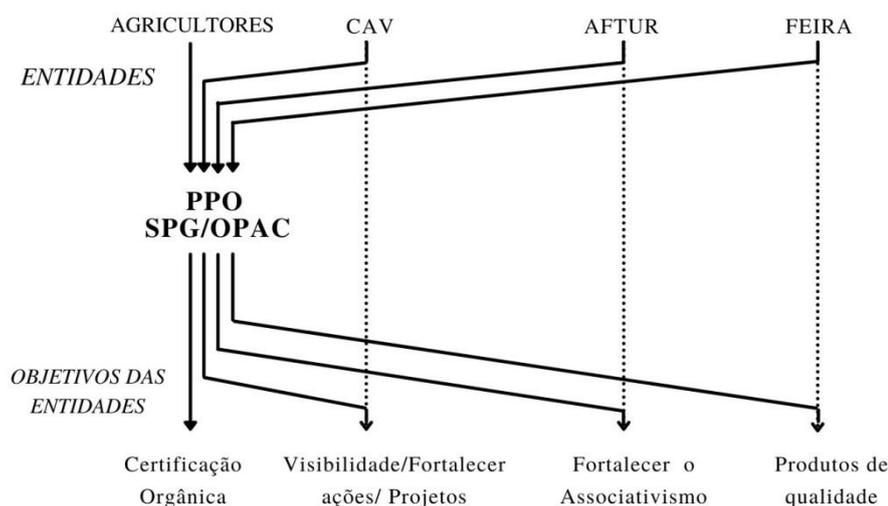
---

<sup>44</sup> Essa mediação, inicialmente, foi assumida por meio de uma técnica da Suíça (Judite) que, naquele momento, acompanhava a execução de um projeto financiado por uma ONG Suíça que estava em fase de encerramento. A mediação também contou com o apoio de outros técnicos do CAV.

alimentos orgânicos para a feira. A Escola Família Agrícola (EFA) de Veredinha também se juntou ao grupo em um primeiro momento<sup>45</sup>, com a perspectiva de certificar sua área para atuar como uma unidade demonstrativa. Silva (2005) lembra que é nesse momento de construção de alianças que surgem os Pontos de Passagem Obrigatória (PPO), definidos pelo autor como a convergência de interesses fundamentada nos acordos. Num primeiro momento, o interesse de cada um pode ser divergente, no entanto se fazem necessárias as alianças, a negociação e os acordos para que os objetivos sejam alcançados. A constituição de um SPG se transforma num PPO, visto que o projeto pode contribuir para que todos alcancem seus objetivos, convergindo os diferentes interesses desses atores (FIGURA 19).

Figura 19 – Pontos de Passagem Obrigatória (PPO) no processo de construção do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Orgânicos Jequitinhonha e credenciamento do OPAC. Turmalina, 2020.

### Pontos de Passagem Obrigatória para atingir os objetivos



Fonte: Dados da Pesquisa (2020), adaptado de Callon (1986)

Após as composições e associações estabelecidas na etapa de problematização, passa-se para o segundo momento da translação que é o interessamento, ou seja, quando os atores interessados na constituição do SPG buscam a adesão dos demais por meio de dispositivos que irão assegurar a participação e o desempenho das atribuições assumidas por

<sup>45</sup> Devido ao problema de ataque com formigas, a EFA Veredinha não conseguiu certificar sua área, se afastando dos trabalhos.

cada um. Buscando essa adesão, o CAV promoveu encontros, reuniões e capacitações, envolvendo agricultores, lideranças e técnicos. O objetivo foi garantir que todos compreendessem e atuassem de forma necessária para a constituição do SPG no Vale do Jequitinhonha.

Da parte da AFTUR, poucas famílias se interessaram em participar da construção do SPG, visto que, inicialmente, somente 5 famílias de um total de mais de 100 associados aderiram ao projeto. Por outro lado, agricultores feirantes de outros municípios como Minas Novas e Veredinha, assessorados pelo CAV e adeptos à utilização de práticas agroecológicas, demonstraram interesse em fazer parte. Com esse interesse e tendo a abertura por parte da AFTUR em acolher as famílias de outros municípios, cerca de 20 famílias se uniram para construir o SPG do Vale do Jequitinhonha que, talvez por influência do SPG Sul de Minas, passou a ser denominado de SPG Orgânicos Jequitinhonha.

Para que a AFTUR pudesse assumir a responsabilidade formal do SPG enquanto OPAC, precisou adequar seu estatuto, no qual foi incluído nos objetivos a constituição do SPG enquanto uma proposta metodológica de avaliação da conformidade orgânica para os agricultores do Vale do Jequitinhonha. Nesse momento, o CAV ainda estava sem um projeto que financiasse as ações de apoio ao SPG, porém, entendendo que essas ações poderiam contribuir para fortalecer as ações que já desenvolviam por meio de outros projetos, além de viabilizar sua atuação em projetos futuros, assumiu a mediação e o apoio técnico distribuindo as tarefas entre os técnicos que, naquele momento, tinham maior disponibilidade e afinidade para o trabalho com o SPG.

O MAPA foi acionado para dar as primeiras diretrizes e orientações acerca dos trâmites legais, assim como o IFSULDEMINAS para apoiar a construção dos documentos constitutivos como estatuto, regimento e manual de procedimentos operacionais. Os documentos do SPG Sul de Minas foram utilizados como referência para a elaboração dos documentos do SPG Orgânicos Jequitinhonha, iniciando um novo momento deste processo de tradução.

O momento da tradução quando a rede começa a ser materializada por meio de documentos e normativos é denominado por Callon (1986) de inscrição. No caso estudado, esse momento foi marcado pela alteração do Estatuto da AFTUR, construção do Regimento Interno, do Manual de Procedimentos Operacionais, assim como dos formulários e fichas de cadastro, visando ao credenciamento do OPAC. A tradução é um processo que contrapõe a difusão (SCHMITT, 2011) e modifica o que está sendo transportado. Ao traduzir os documentos constitutivos do SPG Orgânicos Sul de Minas para o SPG Orgânicos

Jequitinhonha, eles sofreram transformações importantes, das quais se destaca a fusão do regimento interno com o manual de procedimentos operacionais, passando a constituir um só documento. Essa fusão foi importante para que as informações acerca do funcionamento do SPG pudessem ser acessadas com maior facilidade pelos agricultores familiares. A fusão também teve o propósito de evitar contradições ou incoerência de informações em dois documentos, sendo o objetivo orientar sobre as normas de funcionamento.

A definição dos mecanismos de geração de credibilidade adotados no processo de avaliação da conformidade, assim como ocorre nos demais SPGs brasileiros, se resumiu praticamente no PMO e nos cadernos de campo (eles utilizam 4) como principais registros, bem como nas visitas de pares e de verificação, orientadas por um roteiro, como procedimento de avaliação da conformidade. Esses procedimentos são tratados na legislação como mínimos e, nesse sentido, o que muda, o que é transformado no processo de tradução é a forma de conduzir e não o procedimento. A feira e o PNAE, como meios de comercialização, além de terem importância como espaços de venda, convívio e relacionamento pessoal, também se configuram como importantes espaços de controle social no SPG Orgânicos Jequitinhonha por meio do monitoramento da comercialização da produção orgânica certificada.

Elaborar normas e regras de funcionamento de uma organização que está começando nem sempre é um trabalho fácil, principalmente em uma organização complexa como é o caso de um SPG. Em primeiro lugar, o interesse dos agricultores é certificar e, no sistema participativo, ele precisa entender que o OPAC não é uma certificadora e o procedimento não é certificação, e sim avaliação (participativa) da conformidade orgânica, e o processo será desempenhado por eles e não por terceiros. As regras e as normas precisam estar alinhadas à legislação para garantir que os documentos sejam aprovados pelo órgão de controle, no caso, o MAPA, que fará o credenciamento do OPAC. Alinhar as regras à legislação pode ocasionar um distanciamento da metodologia da realidade dos agricultores, assim, é preciso respeitar os limites e a realidade local. Enfim, essa construção exige que os atores que assumem a mediação, ou os tradutores do processo de construção da rede, estejam preparados e capacitados para esse papel.

Silva (2008), em estudos sobre a construção de redes sociotécnicas na aquicultura, relaciona as características desejáveis para os profissionais que irão atuar como tradutores, das quais destacamos: saber criar um clima de cooperação entre os atores sociais, capacidade de ouvir, capacidade de assimilação, tratamento e síntese das informações, capacidade de conduzir um grupo, criatividade, capacidade de favorecer as proximidades e estabelecer

parcerias, paciência, disponibilidade e engajamento pessoal, capacidade de dialogar com integrantes do poder público, formação técnica. Evidentemente são capacidades e habilidades que vão sendo adquiridas durante a vida profissional, porém, conforme adverte o autor, é indispensável que o tradutor saiba construir essa rede de relacionamentos para buscar as informações que ele ainda não dispõe. Para desempenhar a tradução no SPG Orgânicos Jequitinhonha, o CAV buscou estabelecer parceria com o SPG Sul de Minas por meio dos colaboradores do IFSULDEMINAS e com o MAPA por meio de alguns auditores. Essa rede de parceiros foi importante para a realização de capacitações, desenvolvimento de atividades práticas de avaliação da conformidade, construção dos documentos e formulários, dando mais segurança para os primeiros passos em busca do credenciamento do OPAC, o que ocorreu em 2017 e possibilitou que, naquele momento, 20 agricultores tivessem suas unidades de produção certificadas.

Sobre a adequação dos mecanismos de geração de credibilidade à realidade dos agricultores no SPG Orgânicos Jequitinhonha, a pesquisa evidenciou que os registros são aqueles que geram maior insegurança e medo de errar. O PMO, além de ser obrigatório no processo de avaliação da conformidade, também é considerado pelos agricultores e para o CAV um importante instrumento de gestão da unidade de produção. Sendo assim, a elaboração desse instrumento recebeu muita atenção por parte dos colaboradores e agricultores, tendo sido baseada em um modelo disponibilizado pelo MAPA, no qual constam as informações mínimas obrigatórias por lei como: histórico da área, manutenção ou incremento da biodiversidade, manejo dos resíduos, conservação do solo e água, manejos da produção vegetal, manejo da produção animal. Para a elaboração, cada família recebeu uma assistência individualizada, de acordo com sua necessidade.

*O nosso plano de manejo foi com a ajuda do pessoal do CAV que ajudou a fazer o mapa da propriedade, escrever o que precisava, foi com a ajuda deles também, tem umas coisas que a gente tem dificuldade pra entender direitinho como funciona né, a gente precisa da indicação pra gente fazer (ENTREVISTADO 3GF33, 2020, sic).*

A visita e a orientação dos assessores técnicos do CAV foram imprescindíveis, mesmo nas famílias em que os jovens participam do processo de produção e certificação. Orientar cada família individualmente na elaboração do PMO foi importante não apenas para que as famílias se adequassem às exigências legais de ter o documento, mas também para que compreendessem alguns aspectos da legislação, em especial na parte ambiental. Segundo os assessores técnicos do CAV, durante a elaboração, cada tema foi discutido e explicado com

base nas normas legais de produção orgânica, configurando uma formação sobre gestão, legislação e produção orgânica.

*O plano de manejo é muito importante para quem está iniciando. Ele ajuda a gente enxergar a propriedade como um todo. Eu já não preciso voltar muito no plano de manejo, as coisas estão encaminhadas, eu já sei o que precisa fazer, mas, no início é muito importante, é uma formação para a família (ENTREVISTADO 1F33, 2020, sic).*

Em relação ao caderno de campo, os próprios agricultores e agricultoras preferiram usar 4 cadernos, sendo cada um destinado a um tipo de anotação. O primeiro é utilizado para o registro “das tarefas”, o segundo para o plantio, o terceiro para a colheita e comercialização e o quarto para anotar as “receitas” de manejo de pragas (FIGURA 20).

Figura 20 – Cadernos de campo utilizados pelos agricultores para os registros das tarefas, comercialização, plantio e controle de pragas da unidade de produção.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Essa organização facilita o trabalho dos agricultores, ainda assim, nem sempre é uma tarefa fácil, conforme será tratado adiante. Outros documentos foram elaborados nesse terceiro momento da tradução, como: roteiro e formulário de visitas, formulários para

cadastramento de membros e materiais de divulgação e identidade do SPG, como logomarca, folders e placas para uso em feiras e eventos, caminhando para a consolidação da rede. Nesse momento, o CAV já havia aprovado o projeto “Produção Orgânica e Economia Solidária no Alto do Jequitinhonha” com a ONG Vivamos Mejor da Suíça, possibilitando, assim, o apoio técnico e a criação da identidade visual do SPG.

O quarto momento da tradução é denominado por Callon (1986) de mobilização. É o momento em que se busca mobilizar o maior número de atores para fortalecer o SPG, dar visibilidade aos procedimentos e às normas acordadas, garantir que os princípios e valores da organização sejam respeitados, ou seja, mobilizar atores que irão representar o SPG, assumir a responsabilidade solidária, atuar como porta-vozes e falar em nome da rede. Esse momento é fundamental para expansão e consolidação da rede sociotécnica. É a etapa de reafirmar as regras, reformular os documentos, reforçar os acordos e compromissos, alterar o que não deu certo e fortalecer o que vem dando resultado.

No SPG Orgânicos Jequitinhonha, essa ocasião foi marcada por alguns acontecimentos. O primeiro foi a saída de alguns membros e a entrada de outros. À medida que o SPG foi criando identidade e definindo sua metodologia e dinâmica de trabalho, também foi excluindo, de maneira natural, aqueles que não se identificavam com a proposta. Por outro lado, à medida que foi ganhando visibilidade, também foi atraindo outras famílias. *“E como um trem em viagem, uns descem e outros sobem. Os que descem deixam saudade, mas a viagem tem que continuar”* (ENTREVISTADO 1F33, 2020, sic).

Outro acontecimento foi a primeira comercialização no PNAE como orgânico, quando tiveram prioridade na chamada pública e ainda um percentual de 30 % a mais em relação aos alimentos convencionais. Assim, para os agricultores, não *“foi o momento do recebimento do certificado que fez com que se sentissem orgânicos, e sim, o momento em que conseguiram comercializar como orgânicos”* (ENTREVISTADO 3C33, 2019, sic). Esse reconhecimento pelo trabalho de produzir e certificar gerou um impacto muito positivo na rede. Ali, o certificado foi o porta-voz, foi por meio do certificado que a metodologia participativa de avaliação da conformidade foi aprovada e o SPG ganhou visibilidade.

Também se destaca o I Encontro de Guardiões(ãs) e Feira de Sementes Crioulas do Alto Jequitinhonha realizado em meados de 2019 como um acontecimento que marcou esse momento. O evento que reuniu guardiões de sementes do Norte de Minas, Baixo Jequitinhonha e Sul de Minas, além dos guardiões e agricultores da região, possibilitou a apresentação dos trabalhos realizados pelos agricultores membros do SPG durante as visitas às suas unidades de produção certificadas, e foi local de compartilhamento não apenas das

experiências com as sementes crioulas, como também das experiências com os procedimentos ligados à certificação participativa. Nas visitas em campo, os participantes puderam reconhecer toda a dinâmica da unidade de produção, desde a escolha da área, plantios, registros, comercialização até o envolvimento familiar e a distribuição justa dos afazeres, sendo possível também o aprofundamento no tema do Encontro (sementes crioulas). Visualizou-se no SPG a possibilidade de construção de uma rede de conhecimentos que valoriza e resgata os saberes tradicionais sobre preservação e multiplicação das sementes crioulas.

O início do projeto “Produção Orgânica e Economia Solidária no Alto Jequitinhonha” também se configurou como um acontecimento importante. O projeto tem financiado ações de apoio à produção e à certificação orgânica, como assistência técnica, capacitações, criação da marca e etiquetas para os produtos, dando visibilidade e condições para a expansão. Atualmente todos os projetos do CAV contemplam as ações de apoio à produção orgânica, o que tem possibilitado expansão da assistência técnica para agricultores de outros municípios da região, com perspectiva de futura adesão ao SPG Orgânicos Jequitinhonha.

Percebe-se que diferentes alianças e composições foram estabelecidas nesse processo evidenciando diferentes atores na construção da rede. O processo de tradução ocorrido na constituição do SPG Orgânicos Jequitinhonha indica o alcance de importantes resultados. Atualmente 19 agricultores estão certificados e cerca de outros 320 se encontram no processo de certificação, elaborando os PMOs, participando de atividades de formação e fazendo a conversão do sistema de produção para o orgânico.

#### 6.4 DE TRADUÇÃO EM TRADUÇÃO A REDE VAI SE CONFORMANDO

Participar de um SPG exige dos seus membros dedicação, conhecimento, maturidade e disposição para reuniões, encontros, visitas e muitas anotações e registros. Os resultados desta experiência podem ser percebidos pelos seus membros de diversas formas, nos ganhos econômicos, sociais ou políticos, porém o alcance de resultados positivos não quer dizer ausência de conflitos e dificuldades enfrentadas no processo. A percepção dos seus membros pode variar em função da sua expectativa e também da sua atuação no SPG e tão importante quanto conhecer esses resultados é também conhecer os desafios enfrentados durante o processo de avaliação da conformidade.

Uma das grandes preocupações e até mesmo críticas em relação à institucionalização dos SPGs foi em relação à credibilidade deste sistema. Leite (2013) afirma que no período que antecedeu à regulamentação da agricultura orgânica, setores contrários ao reconhecimento do SPG se referiam ao sistema como “autocertificação de compadres”, uma forma de desqualificar a metodologia colocando em dúvida a credibilidade do sistema e a capacidade dos agricultores para avaliar a conformidade orgânica. Essa desconfiança da parte de alguns setores que ainda hoje acompanha os SPGs faz com que seus membros redobrem a responsabilidade solidária e a seriedade com as normas e regras acordadas. Quando o OPAC recebe o credenciamento, ele recebe um voto de confiança por parte do MAPA de que os procedimentos adotados garantirão o cumprimento das normas legais da produção orgânica.

#### 6.4.1 Forjando a maturidade por meio das controvérsias

Para participar de um SPG, além de cumprir as normas da produção, é preciso se comprometer com os princípios que o embasam, em especial a participação e a confiança. Além disso, é preciso ter responsabilidade solidária, ou seja, o problema de um é o problema de todos e, nesse sentido, muitas vezes se fazem necessárias medidas que podem levar ao afastamento ou a exclusão de um membro para evitar problemas para o grupo. Esse momento é sempre muito difícil para seus membros, pois exige maturidade, responsabilidade e convicção da decisão, visto que se trata de um grupo de pessoas com grau de relacionamento que extrapola as atividades do SPG, sendo muitas vezes amigos de longa data, vizinhos próximos ou até parentes.

*Quando teve que tirar uma pessoa, ficou aquele jogo de empurra e daí eu disse: Gente, essas coisas a gente não pode empurrar para debaixo do tapete, pois só cresce. Para mim é um exercício de cidadania e coragem, mas, com jeito e firmeza a gente consegue fazer a pessoa entender que o errado não pode ficar e ela mesma vai pedir pra sair ou será afastada (ENTREVISTADO 3F41, 2019, sic).*

No SPG, dizer não para um pode significar dizer sim para o coletivo, pois manter um membro no grupo que comete uma não conformidade de maneira intencional, traindo a confiança dos companheiros, é uma atitude que fragiliza e coloca em risco a credibilidade do SPG. Apesar da dificuldade que a decisão de afastar um membro representa para os agricultores, a pesquisa constatou que essa tem sido uma decisão traumática, porém não rara nos SPGs.

A situação de ter que afastar um membro do grupo foi vivenciada pelo SPG Orgânicos Jequitinhonha recentemente envolvendo um membro fundador do SPG. O problema iniciou-se em uma visita de verificação, na qual o agricultor não apresentou os registros da produção à equipe, que suspendeu o certificado até que ele os apresentasse. Durante a entrevista de grupo focal, aproveitando a presença de todos os membros do seu grupo, o agricultor expôs o problema da anotação, justificando problemas familiares que o fizeram se sentir desestimulado, pensando em abandonar a produção orgânica e até mesmo se mudar da cidade. No entanto ele alegou que desistiu da mudança e se comprometeu a começar as anotações a partir daquele momento, pedindo uma segunda chance. A princípio, poderia ser uma situação simples de resolver, uma vez que não houve risco de contaminação ou fraude, entretanto, uma integrante da comissão de avaliação levantou outro problema envolvendo o mesmo agricultor, fazendo com que a discussão tomasse outro caminho. Tratava-se da comercialização no PNAE, na qual o agricultor realizava a entrega de alimentos que estavam sendo produzidos pela sua filha na sua propriedade, mas a área não constava no PMO e, portanto, não estava certificada, mesmo fazendo parte da mesma propriedade e seguindo o manejo orgânico.

*Estava acontecendo outro fato, que a gente deixou claro pra ele que não podia. A filha dele está produzindo na propriedade dele, numa área um pouco separada, e aí, ele estava pegando dessas mercadorias que não eram da área dele e comercializando como orgânico no PNAE, foi isso aí que ficou muito assim... ruim... a gente falou pra ele que não poderia tá fazendo isso, porque ela ainda não era certificada, a gente começou a ficar meio com medo, desconfiados. Mesmo assim, a gente ainda deu uma chance pra ele né, mesmo sabendo da gravidade da situação, só que aí quando foi na visita de pares, a gente não encontrou nenhuma anotação (ENTREVISTADO 5F33, 2020, sic).*

Nesse momento, a justificativa do agricultor era que o manejo de toda propriedade era orgânico e, nesse caso, ele não diferenciava um produto do outro, uma vez que era tudo seu e estava na mesma unidade de produção.

*O que aconteceu lá foi um mal entendido, eu não concordo porque, eu aumentei a área plantada e minha filha não plantou sozinha, ela trabalha comigo, então a horta que tava vendendo, dos produtos que ela tá dizendo aí, era uma horta minha e da minha filha, nós trabalhamos juntos, como na outra área que já era, que já trabalhava antes, também, é minha e dela, na mesma área, tudo junto (ENTREVISTADO 6F33, 2020, sic).*

A justificativa de não conhecer as normas ou não saber que tal atitude era errada não convenceu o grupo, visto que o agricultor participava do processo desde o início e as regras são claras. Entretanto a reflexão sobre a decisão de afastar o agricultor, ainda mais

diante de uma solicitação de segunda chance, uma demonstração de humildade e até mesmo de fragilidade alegada com os conflitos familiares, exige responsabilidade e reflexão.

*O mesmo erro não pode voltar a acontecer, as coisas tem que ser bem esclarecidas dentro do grupo né, agora naquele momento, houve falta de informação, talvez nem foi má intenção, foi falta de informação [...] a gente teve alguma maturidade, porque você sabe que suspender um certificado não é tão fácil, depois de você apostar no grupo, não é tão fácil você suspender um certificado de uma pessoa, eu tenho que justificar muita coisa, por isso eu pergunto: “é uma família que tá precisando de ajuda ou tá precisando da punição?” Porque se estiver precisando de punição vai ter que punir, se tiver precisando da ajuda vai ter que ajudar né, eu acho que o caminho é esse (ENTREVISTADO 1F33, 2020, sic).*

Diante da reflexão de um dos membros do grupo e ainda dos depoimentos e manifestações que seguiram, o grupo encaminhou que o agricultor teria uma nova chance, poderia continuar no grupo, porém somente poderia comercializar os produtos produzidos na área que já constava no PMO, sendo que a outra área deveria passar por visitas e inclusão no PMO. Além disso, o agricultor iniciaria as adequações e anotações imediatamente com o apoio e acompanhamento dos técnicos do CAV.

Dois meses após essa reunião, que foi promovida em função da pesquisa, foi realizada uma visita de pares na unidade de produção do agricultor para confirmar as providências tomadas. A visita, em função da pandemia, ocorreu de maneira virtual, e novamente não foram apresentados os registros e, com isso, em comum acordo, o grupo tomou a decisão pela suspensão do certificado. Essa decisão, embora difícil, foi necessária e, pela descrição dos fatos, a experiência com o problema levou o grupo a assumir a responsabilidade e adquirir maturidade para resolução de conflitos como esse que por vezes é frequente nos SPGs.

#### 6.4.2 Projeto de Monitoramento da Produção Orgânica: conferindo significado para as anotações

Em todos os SPGs pesquisados, a dificuldade em cumprir as exigências legais quanto à rastreabilidade foi identificada como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos OPACs. Enquanto técnicos e colaboradores associaram as dificuldades à baixa escolaridade ou mesmo à falta de familiaridade dos agricultores com as anotações, em especial, os agricultores familiares, os OPACs associaram essa dificuldade com a alta exigência pelos órgãos de controle.

Apesar dos registros terem sido apontados pelos agricultores e técnicos colaboradores do SPG Orgânicos Jequitinhonha como uma dificuldade, eles reconhecem a importância desses registros para o processo de gestão da unidade de produção.

*A anotação é uma coisa difícil, mas necessária, pois ela nos orienta a ficar atento, dá um conhecimento daquilo que a gente tem que fazer. A anotação do que planta e vende te mostra o que deu lucro. (ENTREVISTADO 2GF33, 2020, sic).*

A percepção dos agricultores em relação aos benefícios das anotações pode estar relacionada aos resultados do projeto de monitoramento da produção orgânica executado pelo CAV. O projeto vem desenvolvendo ações de acompanhamento de alguns indicadores da produção orgânica em 10 unidades de produção certificadas pelo OPAC Orgânicos Jequitinhonha. Este trabalho teve início em 2017 e os resultados obtidos nas unidades de produção orgânicas acompanhadas têm sinalizado pontos positivos em diversos indicadores mensurados, com destaque para a elevação da renda e a redução dos custos de produção da propriedade. No Quadro 19 é possível constatar as mudanças ocorridas nos indicadores até o ano de 2019.

Quadro 19 – Variações observadas em indicadores referentes à quantidade de produção comercializada, diversidade, renda mensal, preço médio e custo de produção de 2017 a 2019.

<b>Indicadores analisados</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Média dos anos (%)</b>
Quantidade da produção comercializada (kg)	62.420,76	60.376,53	68.165,14	+ 9,2
Diversidade da produção (%)	8,39	- 0,40	7,59	+ 7,59
Renda média mensal bruta familiar	R\$ 2.050,57	R\$ 2.370,46	R\$ 2.221,92	+ 8,36
Custo de Produção	R\$ 822,98	R\$ 615,84	R\$727,27	- 11,63

Fonte: Arquivos CAV (2020).

Os dados apresentados foram obtidos por meio das anotações dos próprios agricultores em planilhas cedidas pelo CAV, conforme Figuras 21A e 21B.

Figura 21 – Planilha de monitoramento da unidade de produção (A: gastos e B: vendas) empregadas pelo CAV.

**CONTROLE DE PRODUÇÃO**

**Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica**  
Rua São Pedro, 43 – Bairro do Campo – Turmalina  
Fones: (38) 35271401/1658/2457 - www.cavjequi.org

**GASTOS**

NOME: \_\_\_\_\_ COMUNIDADE: *Cooperativa Manuel Luiz* MUNICÍPIO: *M.N*  
MÊS: *Janeiro* ANO: *2020*

SEMANA	PRODUTOS	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01 M	<i>embalagem</i>				<i>45,00</i>
	<i>aspersor</i>				<i>320,00</i>
	<i>documentos</i>				<i>808,00</i>
	<i>abastecimento</i>				<i>50,00</i>

**A**

APOIO:

---

**CONTROLE DE PRODUÇÃO**

**Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica**  
Rua São Pedro, 43 – Bairro do Campo – Turmalina  
Fones: (38) 35271401/1658/2457 - www.cavjequi.org

**VENDA**

NOME: \_\_\_\_\_ COMUNIDADE: *Cooperativa Manuel Luiz* MUNICÍPIO: *M.N*  
MÊS: *Janeiro* ANO: *2020*

SEMANA	PRODUTOS	UNIDADE (kilo, saco, mocho etc.)	FEIRA		SUPERMERCADO		PAA/ESCOLA		OUTROS (troca, animal, venda sequeiros etc.)		CONSUMO	PERDAS
			Quantidade	Preço unit.	Quantidade	Preço unit.	Quantidade	Preço unit.	Quantidade	Preço unit.		
01 M	<i>quiabo</i>	<i>pacote</i>	<i>72</i>	<i>2,00</i>							<i>3</i>	
	<i>milho</i>	<i>chúvia</i>	<i>70</i>	<i>7,00</i>							<i>5</i>	
	<i>Urso verde malho</i>		<i>54</i>	<i>1,00</i>							<i>2</i>	

**B**

APOIO:

Fonte: Arquivos do CAV (2020)

As informações são sistematizadas anualmente e devolvidas aos agricultores. Pela análise das informações, constata-se que a produção orgânica tem proporcionado resultados positivos para as famílias. Observa-se que a produção caiu no segundo ano e se recuperou em 2019. Esse resultado pode ser atribuído à queda de produtividade no início do processo de

conversão, mesmo assim, a quantidade produzida apresentou acréscimo já no terceiro ano do monitoramento, da mesma forma que a diversidade de espécies cultivadas. Em nota, o CAV informa que para calcular o número de espécies produzidas, foram consideradas todas as variedades registradas nas planilhas. Entretanto as famílias priorizam o registro dos produtos que são comercializados, o que significa que algumas variedades utilizadas apenas para o autoconsumo podem não ter sido registradas.

A renda média mensal em 2019 teve um crescimento de 8,36 % em comparação com o ano de 2017, mas analisando o ano de 2019, a renda foi menor que em 2018, cuja explicação foi a queda de produção de alguns produtos que possuem maior importância econômica para as famílias em função do intenso período de seca, interferindo diretamente na renda total obtida com as vendas no período.

O cálculo do custo de produção levou em consideração os gastos com transporte, embalagens, energia elétrica, água, insumos agrícolas, investimentos, manutenção de equipamentos, mão de obra, produção animal e produtos processados. Na média, foi observada uma redução de 11,6 % nos custos relativos à produção na propriedade. Os gastos com transporte somados à água e energia elétrica subiram 114 % em relação a 2017. A maior redução foi com a manutenção de equipamentos, que caiu 93,71 %, e com insumos agrícolas, que registrou uma queda de 70,6 %. Foram considerados insumos agrícolas esterco aviário, adubos e fertilizantes químicos (empregados no período em que a propriedade estava sob o manejo convencional), substratos, sementes, entre outros. De acordo com as informações do CAV, a redução mais significativa foi em relação a compra do esterco aviário que diminuiu 84,35 %, uma vez que essas famílias passaram a produzir o seu próprio insumo natural. *“Saiu do adubo para esterco e agora estão diminuindo o esterco de galinha para produzir seus próprios adubos”* (ENTREVISTADO 4C33, 2020, sic).

A relevância dessas informações faz com os agricultores tenham maior esforço e interesse em superar a dificuldade da anotação relatada por eles, buscando envolver os filhos e aprender mais, transformando os registros em hábitos. A utilização dos 4 cadernos foi uma forma que os agricultores encontraram para anotar seguindo uma organização que é própria deles. Foi constatado pela pesquisa e análise das anotações que a organização e qualidade das anotações dos agricultores do SPG Orgânicos Jequitinhonha está acima da média encontrada nos outros SPGs. Percebe-se que os agricultores têm muita responsabilidade com as anotações, falam “que tem medo de errar”, prejudicando o grupo. Preferem sair do SPG a comprometer a credibilidade do processo.

*Lá em casa as meninas anotaram pra mim e aquelas coisas que elas não entendiam e não sabiam como é que fazia, aí o pessoal do CAV falava o jeito de fazer, porque a gente tinha medo de fazer sozinho e fazer errado, errado não podia né (ENTREVISTADO 3GF33, 2020, sic).*

*Tipo assim... e se você atrasar uma anotação? O medo é [auditor do MAPA] chegar ali e num tá tudo anotado e você ter questionamento entendeu? Do órgão fiscalizador ou uma coisa assim, e por isso que a gente tenta fazer o caminho de anotar tudo toda hora (ENTREVISTADO 1GF33, 2020, sic).*

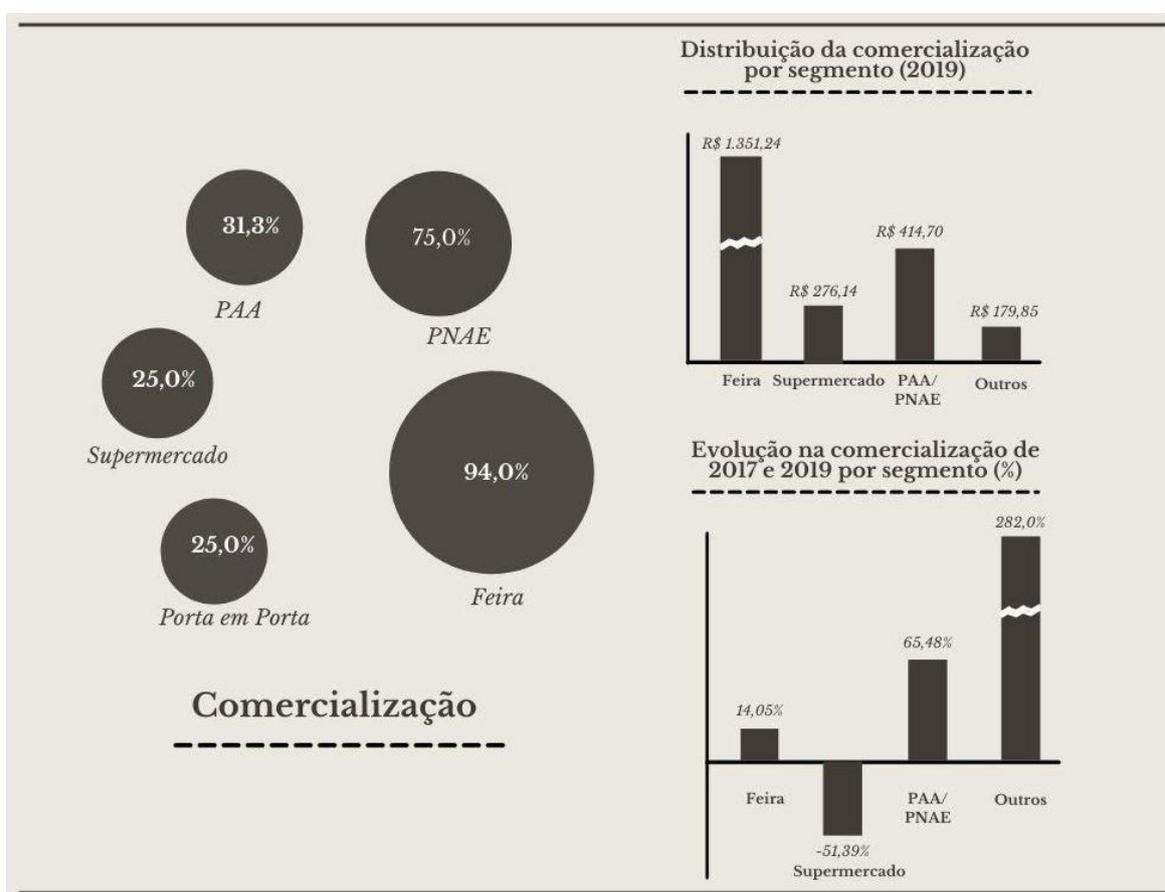
A palavra “medo” foi mais pronunciada pelos agricultores e agricultoras que entraram recentemente no SPG e está muito relacionada à insegurança e ao desconhecimento do processo, cujo rigor está na preocupação tanto dos agricultores quanto do CAV, pelo nome e credibilidade que a ONG conquistou ao longo de quase 30 anos de trabalho. O papel do CAV enquanto entidade colaboradora tem sido fundamental para que os agricultores se apropriem das normas da produção orgânica, assim como no atendimento às exigências burocráticas. No papel de tradutores desse processo, o CAV tem contribuído na superação das dificuldades dos agricultores em relação aos registros, assim como as dificuldades com a parte técnica de produção orgânica, também mencionada como um desafio na região.

#### 6.4.3 A conformação dos espaços de comercialização

Com a produção orgânica certificada, para muitos agricultores, vem a demanda pelos espaços de comercialização dos produtos que em alguns casos resulta em uma feira de orgânicos ou um empório exclusivo para produtos orgânicos. Para os agricultores do SPG Orgânicos Jequitinhonha, mais importante que buscar novos espaços, foi o fortalecimento dos espaços existentes, como as feiras e os mercados institucionais. O espaço da feira livre é utilizado por 94 % dos agricultores para a comercialização dos produtos orgânicos (FIGURA 22), entretanto nota-se uma diversidade de estratégias de vendas em que se somam os mercados institucionais (PAA e PNAE) e os produtos comercializados de porta em porta. Esta conformação e priorização das feiras da região para a comercialização foi tema de pesquisa realizada por Cruz *et al.* (2020), que relataram esses espaços como mercados peculiares, que têm normas próprias de funcionamento e formação de preço, integrando pessoas do campo e da cidade e estreitando laços de confiança nos processos de permuta.

Em relação à quantidade da produção comercializada, o projeto de monitoramento da produção orgânica do CAV acompanhou 20 produtos<sup>46</sup> comercializado nas feiras, PNAE, supermercados e venda de porta em porta. Nota-se que a feira se destaca como o maior volume comercializado, seguido dos mercados institucionais e dos supermercados. A variação no percentual da comercialização nesses segmentos mostra ainda um crescimento elevado entre os anos de 2017 e 2019 para a categoria “outros”, que está relacionada ao comércio de produtos de porta em porta e encomendas, antes inexistentes (FIGURA 22). Apesar da renda obtida pela comercialização realizada de porta em porta ou encomendas direta representar a menor parcela, esse canal de comercialização tem chamado atenção pelo rápido crescimento apresentado.

Figura 22 – Canais de comercialização dos produtos orgânicos dos agricultores membros do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Orgânicos Jequitinhonha.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

<sup>46</sup> Abóbora, alface, banana, beterraba, brócolis, cenoura, cheiro-verde, couve, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, maxixe, mostarda, pepino, pimentão, quiabo, repolho e rúcula.

Nos espaços de feira, além das vendas, a construção da confiança nas relações entre agricultores e consumidores é resultado de um conjunto de ações articuladas. No caso dos agricultores do SPG Orgânicos Jequitinhonha, a produção orgânica está sendo comercializada em espaços comuns aos agricultores convencionais, o que exigiu estratégias de diferenciação para facilitar a identificação dos produtos ofertados. As estratégias adotadas (placa indicativa de produção orgânica, uniforme da pessoa responsável pela venda e alteração na cor forro da bancada de disposição dos produtos) foram importantes e suficientes para identificar os produtos orgânicos sem a necessidade de separar espaço na feira, o que, na opinião dos agricultores, poderia gerar constrangimentos e animosidades com os feirantes não orgânicos.

#### 6.5 ADEQUAÇÃO DOS MECANISMOS DE GERAÇÃO DE CREDIBILIDADE À REALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Conforme expressão usada pelos SPGs, o SPG Orgânicos Jequitinhonha foi apadrinhado pelo SPG Orgânicos Sul de Minas, por meio do apoio dos seus colaboradores. O apadrinhamento significou acompanhar o desenvolvimento do processo de constituição e funcionamento, subsidiando a equipe técnica com informações e orientações sobre a construção de procedimentos e documentos exigidos no credenciamento do OPAC, além da participação em atividades de formação e implantação dos procedimentos de avaliação da conformidade orgânica.

Os trabalhos com organização rural, apoio à comercialização nas feiras, utilização de práticas de conservação de solo, gestão das águas e fortalecimento dos princípios agroecológicos desenvolvidos no Vale do Jequitinhonha por diferentes atores fazem parte da história de desenvolvimento da agricultura familiar na região. O SPG surge como estratégia para fortalecer todas essas ações e possibilitar maior reconhecimento do trabalho das famílias, além de garantir a qualidade orgânica da produção. Com isso, uma rede foi conformada, envolvendo e entrelaçando diferentes atores, criando uma dinâmica própria de trabalho, uma identidade que é traduzida e marcada pelas características regionais.

Os intercâmbios entre agricultores ou grupos de agricultores é uma estratégia metodológica muito utilizada pelas ONGs na construção do conhecimento agroecológico (MAURI *et al.*, 2017; ZANELLI; SILVA, 2017), sendo adotados pelo SPG enquanto metodologia de avaliação da conformidade no formato de visitas de pares ou verificação. Assim, pode-se afirmar que as visitas, principal mecanismo de avaliação da conformidade dos

SPGs, são práticas muito adequadas à realidade dos agricultores familiares do SPG Orgânicos Jequitinhonha, que já realizavam a prática com outras finalidades. O que muda é um roteiro que apoia o coordenador da visita na condução dos trabalhos e orienta a equipe sobre as principais questões a serem abordadas nas visitas. Ao final da visita, é gerado um documento ou ata, que, no caso do SPG Orgânicos Jequitinhonha, trata-se de um formulário no qual os participantes respondem algumas questões sobre as condições da unidade de produção e os registros, decidindo ao final se a unidade de produção está ou não conforme as normas exigidas.

As adaptações e adequações nos procedimentos metodológicos, assim como nos instrumentos utilizados no processo de geração de credibilidade, ocorrem no decorrer do tempo com o amadurecimento e a maior compreensão do processo por parte dos membros, assim como por força de algum acontecimento. A exemplo disso, pode-se citar a recomendação por utilização de termos menos técnicos em formulários e documentos do OPAC, para que se adequem à realidade dos agricultores. “Recomenda-se aprimorar a redação das perguntas, aproximando a linguagem utilizada à capacidade de compreensão de todos os produtores do grupo” (RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC JEQUITINHONHA, 2017). Essa tem sido uma recomendação constante nas auditorias do MAPA em vários SPGs do Brasil, especialmente naqueles em que há predominância de agricultores familiares e os documentos e formulários utilizados pelo OPAC tiveram a influência de SPGs de realidades diferentes.

Outra situação que forjou a adaptação dos procedimentos no SPG Orgânicos Jequitinhonha, assim como em vários outros no Brasil, se deu em virtude da pandemia do Coronavírus, iniciada em março de 2020. Conforme já abordado, todo o procedimento de avaliação da conformidade orgânica no SPG é baseado no envolvimento e na participação dos membros do sistema. A participação ativa dos agricultores e agricultoras, técnicos, consumidores e demais interessados nos diferentes espaços de construção do conhecimento e controle social, além de gerar credibilidade para o sistema participativo, ao mesmo tempo, pode ampliar o nível de confiança entre produtores e consumidores, o que leva a maior possibilidade de sucesso e longevidade de um SPG (HOME *et al.*, 2017).

Com a pandemia do Coronavírus, a participação presencial nas diversas atividades do SPG, em especial, nas visitas de pares e verificação ficou comprometida. Essa situação estimulou e provocou a necessidade de inovação e adaptação nos mecanismos de controle social, ressignificando a participação. As visitas que antes aconteciam de forma presencial, passaram a ser realizadas remotamente, com a produção de vídeos, áudios e fotos, que foram

enviados para um grupo de WhatsApp criado com essa finalidade, por meio do qual era agendado o dia e o horário para discussão e avaliação das gravações enviadas de cada unidade de produção. Importante ressaltar que a experiência com visitas remotas desenvolvida no SPG Orgânicos Jequitinhonha foi compartilhada com outros SPGs por meio do Fórum Brasileiro de SPG, inspirando e encorajando vários outros a adotarem procedimento parecido, como o caso dos SPGs Sul de Minas, Rede Borborema de Agroecologia e ANC.

Adaptar os mecanismos de geração da credibilidade orgânica utilizados nos SPGs nem sempre é uma tarefa simples, pois requer experiência, segurança, profundo conhecimento da realidade local e muita criatividade por parte dos membros que atuam no papel de tradução. Entretanto trata-se de uma necessidade, pois é essa flexibilidade e possibilidade de adequação e transformações contínuas que fazem do SPG uma metodologia adequada à agricultura familiar.

#### 6.5.1 O papel dos tradutores na Expansão e Consolidação da Rede

O credenciamento de um OPAC, embora seja visto como grande conquista para uma organização de agricultores, não significa a consolidação da rede. A expansão, que vem depois dessa primeira fase do SPG, é um passo importante para a consolidação das redes sociotécnicas. Para expandir, é necessário mobilizar o máximo de atores, estabelecer associações e vínculos para que juntos possam convergir seus interesses para um objetivo comum. Em muitos SPGs, os colaboradores têm atuado como tradutores na construção dessas redes, transpondo e dando sentido às informações e normas, estabelecendo laços e relações com diferentes atores.

No caso do SPG Orgânicos Jequitinhonha, a etapa de expansão ou ampliação do número de agricultores certificados vem acontecendo de maneira lenta e programada, visto exigir disponibilidade tanto dos agricultores quanto dos colaboradores para acompanhar, orientar e realizar visitas de avaliação das novas unidades de produção, além de assessoria técnica e orientação nos procedimentos burocráticos de ingresso. Segundo Kaufman e Volgl (2017), o envolvimento das ONGs pode contribuir para a continuidade das ações de certificação, suprimindo a deficiência de tempo dos agricultores. No caso dos SPGs brasileiros, acrescenta-se o envolvimento das empresas de extensão, instituições de ensino e pesquisa.

A atuação de técnicos do CAV, seja nas visitas, na gestão do OPAC ou na assistência técnica, além de contribuir para a credibilidade do sistema e troca de experiências,

proporciona maior segurança aos agricultores para continuar no processo e também expandir, visto que esse processo participativo de avaliação da conformidade ainda é uma novidade na região. A importância do CAV enquanto membro colaborador é reconhecida não só pelos agricultores, mas também pelos auditores do MAPA.

*Se não tiver um grupo apoiando, não vai. O CAV leva conhecimento e isso incomoda quem quer dominar. Se não fosse o apoio do CAV não teria saído o SPG. Acredito que até anda sem o CAV, mas falta muito e a presença dele é muito importante (ENTREVISTADO 1F33, 2019, sic).*

Destaca-se a importância do apoio técnico do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, cuja assessoria é vital no amadurecimento do SPG e assistência técnica aos agricultores da região (RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC JEQUITINHONHA, 2017).

Apesar deste reconhecimento e da importância do apoio técnico, a metodologia participativa de avaliação da conformidade do SPG se assemelha muito com a metodologia camponês a camponês, cujo protagonismo deve ser dos agricultores (SOSA *et al.*, 2012). Nesse sentido, Passos (2020) faz um alerta importante, no qual ressalta que a relação entre técnicos e agricultores nos SPGs precisa ser bem cuidada para que os técnicos não assumam ou sejam empurrados para a centralidade dos trabalhos do SPG que deve ser assumida pelos agricultores. Essa preocupação e cuidado aparecem como alerta em um relatório de auditoria para manutenção do credenciamento do SPG Orgânicos Jequitinhonha.

Como dito anteriormente, a presença de técnicos nas visitas é de fundamental importância, porém são os agricultores que devem se apropriar deste sistema, conduzindo as visitas, preenchendo os formulários e tomando decisões. Evitar a dependência da presença de um técnico para que o sistema funcione corretamente (RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC JEQUITINHONHA, 2017).

O alerta é seguido de uma recomendação para que o CAV invista na formação de agricultores para condução dos processos e adoção de uma dinâmica que envolva todos os agricultores na condução e liderança dos trabalhos.

Recomendamos promover um maior rodízio nos membros componentes da Comissão de Avaliação, permitindo-se assim que um maior número de agricultores (as) se aproprie e tenha a competência e capacidade para análise de riscos, solução de conflitos e tomada de decisões (RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC JEQUITINHONHA, 2017).

Embora sejam relevantes e importantes as considerações dos auditores do MAPA para a melhoria dos procedimentos e dinâmica dos trabalhos, principalmente no que se refere à questão de maior protagonismo dos agricultores, é importante observar o estágio em que o SPG se encontra, assim como deve ser observada a linha que separa apoio e dependência. O fato de os técnicos preencherem os formulários de visita não pode ser visto como uma

apropriação indevida de função, ausência de protagonismo ou incapacidade dos agricultores, e sim como uma pessoa mais preparada para a realização dos registros. O preenchimento do formulário, para os agricultores, é uma forma de registrar o fato ou dar evidência dos fatos “para o MAPA”. No caso dos agricultores do SPG Orgânicos Jequitinhonha, onde existe a dificuldade dos registros devido à baixa escolaridade, delegar essa função para um técnico, significa delegar a quem está mais bem preparado para esse serviço. É o mesmo que pedir a um(a) secretário(a) que redija a ata de uma reunião de uma determinada empresa. Redigir uma ata ou preencher o formulário não confere poder de decisão à pessoa que assume a função, simplesmente zela pelo bom preenchimento, sendo que essa função pode ser assumida tanto por um técnico, como também pelos agricultores ou membros da família que estejam presentes no momento da atividade e tenham facilidade com a escrita. Independentemente do tipo de trabalho que os colaboradores desenvolvem, da intensidade e do grau de influência que exerçam nas decisões, estas precisam ser tomadas sempre pelos agricultores. São eles que devem decidir quem entra e quem sai, quem é orgânico e quem não é e arcar com as consequências que cada decisão implica.

Sendo os colaboradores membros integrantes do SPG, deve-se ter claro qual o seu papel, para que não sejam vistos como “funcionários”, nem tampouco como “donos” do SPG ou, ainda, como aqueles que sabem mais. Em um SPG, cada membro tem sua importância, sua habilidade e competência, sendo que essa soma vai fortalecer e gerar mais credibilidade e melhoria do processo, fazendo com que o sistema funcione melhor. Nesta pesquisa, foi identificado que os colaboradores têm sido atores importantes e vitais para a existência de muitos SPGs brasileiros, atuando tanto na área técnica quanto na administrativa. No SPG Orgânicos Jequitinhonha, a relevância dos colaboradores é nítida, assim como é nítido o comprometimento e a qualidade de trabalho realizado por eles, reverberado pelo olhar dos agricultores e dos auditores. “O OPAC está dentro de uma organização com estrutura sólida, com apoio técnico constante, atuando com seriedade nos procedimentos e comprometimento com as práticas agroecológicas” (RELATÓRIO DE AUDITORIA DO OPAC JEQUITINHONHA, 2017).

O sentimento de pertencimento faz com que os membros colaboradores assumam a responsabilidade de garantir a credibilidade do sistema e em cada SPG sua atuação será diferente, buscando atender às necessidades e demandas da rede, além do perfil dos colaboradores. No SPG estudado, a demanda é grande, visto serem os únicos colaboradores atuantes no momento. A dificuldade com a elaboração dos PMOs e registros, por exemplo, é uma demanda constante que vem sendo superada por meio da atuação do CAV. No caso do

PMO, com uma assessoria técnica individualizada, se configurando como uma capacitação sobre legislação e produção orgânica para a família. No caso do diário de campo, os agricultores passaram a utilizar as informações como instrumento de gestão, se apropriando do sentido de anotar. Dessa forma, apesar da dificuldade de permanência do registro, visto que o SPG é formado majoritariamente por agricultores com baixa escolaridade, as dificuldades vêm sendo superadas aos poucos. Outras demandas como assistência técnica e formação dos membros fornecedores em produção orgânica, legislação e procedimentos para a certificação participativa também são frequentes. A atuação do CAV no atendimento dessas demandas configura, antes de tudo, atividades que já faziam parte do escopo de atuação do CAV na região.

*O SPG deu uma contribuição com as atuações do CAV na produção agroecológica que é uma prioridade nas nossas ações. O SPG fortaleceu o discurso dos técnicos no incentivo da produção orgânica e agroecológica. Então, o SPG veio para fortalecer o que o CAV já fazia (ENTREVISTA 1C33, 2019, sic).*

O apoio dos colaboradores e a satisfação em fazer parte de um SPG faz com que os agricultores tenham maior segurança e convicção com o caminho escolhido e se sintam preparados para expandir a rede, envolvendo outros grupos de agricultores. “*Não sei se produzir orgânico dá certo, mas sei que produzir convencional já deu errado*” (ENTREVISTA 3C33, sic). Essa expansão tem sido lenta e gradativa no SPG Orgânicos Jequitinhonha. Desde 2017, quando o SPG foi credenciado, cerca de 20 agricultores e agricultoras foram certificados, sendo que em 3 anos, esse número tem oscilado, mas não alterado. A priorização do trabalho com a produção, certificação e comercialização de alimentos orgânicos nos projetos do CAV tem possibilitado assessoria técnica para novos produtores, visando a uma futura adesão ao OPAC. Atualmente, o CAV tem assessorado 30 agricultores na transição do sistema convencional para o orgânico com vistas à certificação participativa. Essa ação promoverá uma expansão que tende a fortalecer o SPG e seus membros, pois novas conexões e vínculos serão feitos, ampliando e consolidando a rede por meio da atuação conjunta e da interdependência dos diferentes atores.

Este trabalho possibilitou conhecer a dinâmica de funcionamento e as diferentes percepções sobre o SPG para afirmar que os mecanismos de geração de credibilidade foram perfeitamente adequados às necessidades e realidades dos agricultores, e a participação do CAV é percebida tanto pelos agricultores quanto pelos auditores do MAPA como um fator imprescindível no funcionamento do SPG, o que reafirma a necessidade de pensar em

políticas que garantam a todos os agricultores familiares o acesso à assistência técnica e extensão rural de qualidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Encerrada a tese, faz-se necessário elencar algumas considerações finais e pessoais relativas à sua elaboração e aos resultados deste trabalho que foi sendo construído e delineado a partir do desejo de contribuir com a geração de conhecimentos sobre esta importante metodologia de avaliação da conformidade chamada SPG. Após quase 20 anos da sanção da Lei 10.831/2003 que reconheceu os diferentes sistemas de certificação e abriu caminho para a institucionalização do SPG no Brasil, percebe-se que as ações realizadas foram importantes para a construção de experiências em quase todos os estados brasileiros. Desde 2010, quando os primeiros OPACs foram credenciados no Brasil, os SPGs vêm despertando interesse da comunidade acadêmica e de entidades representativas dos agricultores, por se apresentarem, conforme demonstrado nesta pesquisa, como uma metodologia de avaliação da conformidade importante para ampliação da produção e oferta de produtos orgânicos certificados no Brasil, além de promover o desenvolvimento das ações de fortalecimento e empoderamento das diversas formas de organização dos agricultores familiares, gerando uma rede de conhecimento capaz de resgatar e preservar as práticas agroecológicas.

Mesmo concordando com Schmitt (2011) que as atividades de pesquisa nem sempre dão conta da natureza dinâmica e multifacetada dos processos sociais e que a realidade é sempre muito mais complexa do que os instrumentos de pesquisa conseguem alcançar, podemos afirmar que o objetivo desta tese de descrever o processo de construção e conformação das redes que foram traçadas pelos SPGs brasileiros foi alcançado, assim como o problema de pesquisa respondido.

Na regulamentação da agricultura orgânica e no reconhecimento dos SPGs, é importante considerar o esforço, a dedicação e principalmente a “ousadia” dos diferentes atores do movimento orgânico que, em constante diálogo e trabalho conjunto com o governo, colocaram o Brasil na vanguarda do reconhecimento legal dos diferentes mecanismos de garantia. Assim, o reconhecimento do SPG foi o resultado de uma negociação que envolvia diferentes interesses, além de uma conquista do movimento orgânico. Essa conquista permitiu a inúmeros agricultores e agricultoras o direito de garantir a qualidade orgânica da sua produção e as diferentes realidades passaram a ser consideradas na definição dos mecanismos de credibilidade do SPG. Outro fato a ser destacado é a busca de uma equivalência entre SPG

e certificação por auditoria. O intuito ou o desejo de que o SPG, por meio do seu OPAC, fosse tão confiável quanto uma certificadora acabou por incluir nas instruções normativas exigências que, para muitos, são consideradas desnecessárias ou sem relação com os princípios que embasam os SPGs. Exemplos dessas exigências são percebidos na obrigatoriedade do conselho de recursos, do plano de manejo orgânico como instrumento obrigatório, mesmo para agricultores que não irão usá-lo por não saberem ler e escrever e do diário de campo como instrumentos de controle e rastreabilidade em detrimento de outros mecanismos e instrumentos mais condizentes com a realidade, como os relatos orais e os acordos coletivos baseados em confiança, que são desacreditados ou ignorados por não serem registrados.

Ao descrever sobre a conformação e construção das redes formadas pelos SPGs, a pesquisa também buscou, por meio dos seus objetivos específicos, conhecer a motivação, a trajetória, os diferentes atores envolvidos e o processo de tradução ocorrido na expansão dos SPGs e, assim, responder se o SPG é uma metodologia adequada à agricultura familiar, questão problematizadora que direcionou este trabalho. A principal consideração a fazer sobre a motivação para se constituir ou participar de um SPG é que este precisa criar uma dinâmica de trabalho que proporcione aos agricultores outros benefícios além das vantagens econômicas, como a obtenção de um certificado com custo mais baixo e com ele o acesso ao mercado orgânico. Não que as vantagens econômicas não sejam importantes e não devam contar como benefício, mas o SPG deve ter como objetivo a busca por mercados justos, a inclusão de todos os agricultores e o certificado com um custo acessível a todos, porém se essa for a única motivação, o SPG irá se distanciar dos seus princípios, podendo se tornar uma espécie de “certificadora participativa”. Por isso, é imprescindível que o processo de entrada de novos membros seja criterioso e busque inserir membros que queiram contribuir para a credibilidade do sistema, o que envolve participação, envolvimento, responsabilidade solidária e compromisso com as questões éticas, ambientais e sociais que permeiam o trabalho do SPG, além de estar pronto para compartilhar saberes e fortalecer os espaços coletivos do grupo do qual faz parte.

Em relação à trajetória, é importante ressaltar que, de alguma forma, quase todos os SPGs brasileiros que conseguiram credenciar o OPAC já desenvolviam trabalhos coletivos e quase sempre com produção orgânica ou agroecológica. O SPG surge assim como uma proposta metodológica para organização e fortalecimento desses grupos por meio de reconhecimento legal pelo que já desenvolviam. A existência do capital social é, quase

sempre, um imperativo na constituição de um SPG, em que confiança e participação, ativos do capital social, são considerados princípios fundamentais para a constituição de um SPG.

Outra consideração a ser feita para a finalização desta tese é sobre o controverso papel dos colaboradores em um SPG. Apesar da incontestável relevância do trabalho que esses membros desenvolvem na constituição, funcionamento e credibilidade do sistema, o papel dos colaboradores, assim como a necessidade da presença desses membros em atividades de avaliação da conformidade não é uma questão tão esclarecida para os membros dos SPGs. Esta pesquisa evidenciou uma relação de interdependência entre colaboradores e fornecedores que pode estar sendo desconsiderada como essencial ao trabalho em rede. Da mesma forma que as entidades colaboradoras têm sido imprescindíveis na constituição e funcionamento dos SPGs, as organizações dos agricultores também têm sido importantes para a existência e desenvolvimento das atividades dessas entidades, em especial para as ONGs. Assim, é preciso que os membros fornecedores e colaboradores entendam que numa rede sociotécnica a interdependência é uma condição de valorização do outro e o resultado de uma rede só poderá ser alcançado com ações coletivas, interdependentes e interligadas.

Diante da evidência dessa relação de interdependência existente nos SPGs, torna-se importante pensar em políticas públicas que garantam assistência técnica para os agricultores familiares agroecológicos, para que possam garantir apoio na transição e acesso à certificação e construção de redes sociotécnicas. Entretanto a importância da participação e atuação de membros colaboradores é tão grande quanto a necessidade de autonomia e protagonismo dos agricultores no processo de avaliação da conformidade orgânica. Um SPG não pode ser refém da vontade dos colaboradores ou dos recursos de projetos para sua existência. Nesse sentido, cabe aos membros colaboradores, sejam extensionistas, assessores técnicos das ONGs ou cooperativas, professores, estudantes, consumidores ou pesquisadores compreenderem o limite da sua atuação para que esta não gere apropriação ou dependência, e sim interdependência, valorização da competência e do papel desempenhado por cada um. Da mesma forma, cabe aos membros fornecedores assumirem a responsabilidade do processo, envolver os membros colaboradores em atividades de avaliação da conformidade e terem claro que um colaborador não é o dono, mas também não é o empregado, sendo importante a definição dos papéis e responsabilidades de cada um. Mais que um parceiro ou um captador de recursos, o membro colaborador pode e deve atuar como um mediador no processo das traduções que ocorrem, buscando sempre uma relação horizontal e dialógica entre os membros.

Em relação ao perfil dos membros fornecedores, o resultado da pesquisa demonstrou que a agricultura familiar constitui a maioria dos agricultores certificados pelos OPACs, o que sugere que os SPGs têm conseguido incluir os agricultores familiares e, de fato, utilizam mecanismos de geração da conformidade mais adequados à realidade dos agricultores familiares brasileiros. Apesar disso, a adequação da metodologia e dos mecanismos de geração de credibilidade às diferentes realidades tem sido um desafio para muitos SPGs, conforme foi comprovado no SPG Orgânicos Jequitinhonha, o que exige maior preparo dos extensionistas, assessores técnicos ou qualquer outro profissional para que atue na mediação do processo, assumindo uma postura dialógica e não o papel de um difusionista que tem uma metodologia pronta a ser ensinada. É preciso construir procedimentos adequados e isso exige um processo de tradução, no qual os atores assumem o papel de mediadores e não intermediários, transformando o que está sendo transportado de acordo com os interesses dos diferentes atores, ou seja, a metodologia precisa ser construída em cada realidade, levando em consideração os interesses diversos, buscando convergir para um único objetivo, que é tornar o SPG uma ferramenta de avaliação da conformidade acessível e com capacidade de promover outros processos sociais.

Em relação ao estudo de caso no SPG Orgânicos Jequitinhonha, aponta-se como aspecto favorável a qualidade da assessoria técnica prestada pelos principais colaboradores do OPAC, que desenvolvem importantes ações visando à superação das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares, em especial aquelas ligadas à metodologia para avaliar a conformidade e aos registros. Percebe-se que a ausência da assistência técnica torna o método complexo e muitas vezes inacessível para muitos agricultores, que por vezes acabam por abandonar o processo. Desta forma é premente que sejam viabilizadas oportunidades de assistência técnica, seja por meio de ONGs, Ater pública ou por meio de chamadas públicas alinhadas ao que se configura como um direito dos agricultores. Soma-se a esta demanda, a necessidade de qualificação dos atores ligados à extensão, para que o resultado esteja alinhado à emancipação e autonomia do coletivo, abrindo espaço para o atendimento de novos grupos.

Pode-se afirmar que o SPG é uma metodologia de avaliação da conformidade adequada à agricultura familiar, porém a pesquisa constatou que o acesso ao certificado, apesar de ser a primeira e maior motivação para constituir ou fazer parte de um SPG, não é visto como o maior benefício proporcionado aos agricultores, e sim a formação de uma rede de conhecimentos na qual circulam importantes informações sobre mercado, preservação dos recursos genéticos, técnicas de produção e troca de experiências. O artigo 68 da IN 19 de 2009 dá respaldo para que os SPGs adequem seus mecanismos às diferentes realidades,

transferindo essa responsabilidade aos próprios SPGs. As exigências burocráticas dos órgãos de controle que têm forçado os SPGs a se distanciar dos seus princípios ou adotar mecanismos distantes da realidade dos agricultores precisam ser discutidas e negociadas. Vale lembrar que está em curso a revisão da IN 19/2009/MAPA, uma oportunidade de corrigir algumas exigências equivocadas e ainda garantir a autonomia dos SPGs na adoção de outros mecanismos mais condizentes com a realidade da agricultura familiar brasileira. Vale ressaltar ainda a importância da participação e atuação do Fórum Brasileiro de SPG e OCS na articulação dos SPGs para garantir uma discussão, construção e apresentação de propostas que considerem a experiência dos 10 anos de trabalho dos SPGs, assim como maior clareza na redação e implementação dos princípios enquanto pilares dos SPGs.

Outro fato a considerar a respeito da revisão da IN 19/2009 mencionada anteriormente é o novo cenário mundial forjado pela pandemia do Coronavírus que, no Brasil, já dura 11 meses e matou mais de 220 mil pessoas<sup>47</sup>. Antes da pandemia, a avaliação da conformidade era realizada pelas visitas às unidades de produção envolvendo grande número de pessoas. Essas visitas, conforme abordado neste trabalho, são os principais mecanismos de geração de credibilidade e troca de experiências. A metodologia utilizada até o momento sempre contou com a participação, envolvimento e interação dos membros que se dava de forma presencial. A pandemia, conforme abordado no estudo de caso do Jequitinhonha, promoveu uma ressignificação da participação, impondo o uso de tecnologias de comunicação, como WhatsApp, videoconferências e outras formas de comunicação, além de reuniões a distância. Essa situação que antes parecia inacessível para muitos se tornou uma necessidade quase vital para a continuidade dos estudos, trabalhos, compras, vendas e também certificação. Visitas remotas foram realizadas, assim como reuniões virtuais. A discussão que se inicia agora para a revisão da IN 19/2009 deverá incluir este aprendizado e encontrar soluções para os desafios impostos, seja pela baixa escolaridade dos agricultores familiares, pelo excesso de exigência ou pelas situações adversas.

Em relação à metodologia adotada para a realização deste trabalho, pode-se dizer que a conjugação dos instrumentos de pesquisa utilizados assim como a TAR como orientação teórico-metodológica foram suficientes para a produção desta tese, que possibilitou uma descrição dos SPGs ancorada em relatórios, documentos, depoimentos e relato dos fatos que levaram à construção do conhecimento sobre os SPGs brasileiros.

---

<sup>47</sup> Dados de Fevereiro de 2021

A decisão de estudar os SPGs brasileiros sem fazer nenhum recorte, tornou-se uma limitação para análises aprofundadas sobre os temas e fatos descritos, porém essa decisão foi consciente e encorajada pelo desejo de colocar luz sobre os SPGs brasileiros enquanto um movimento nacional, buscando compreender o movimento como o todo e não as partes. Outra limitação da pesquisa foi a ausência da abordagem sobre os consumidores enquanto importantes membros colaboradores dos SPGs. De certa forma, a opção de focar nos colaboradores das ONGs e das instituições governamentais se deu em função da limitação de tempo durante a pesquisa de campo, além da baixa presença dos consumidores nas atividades de avaliação da conformidade, questão que pode ser vista como fragilidade dos SPGs, uma vez que o envolvimento dos consumidores pode contribuir para maior geração da credibilidade do sistema.

A amplitude que provocou a falta de análises aprofundadas sobre temas específicos também pode ser considerada o diferencial deste trabalho com SPGs, pois proporcionou o levantamento e a sistematização de informações importantes e, até então, desconhecidas sobre esse movimento, construindo novos conhecimentos por meio da descrição dos fatos, além de suscitar a realização de pesquisas futuras que podem levar a análises aprofundadas. Estudos sobre as relações de gênero nos SPGs, a agricultura orgânica, os SPGs como estratégias para políticas de sucessão rural, a importância dos consumidores para a credibilidade e sustentabilidade dos SPGs, novas ferramentas e instrumentos para avaliação da conformidade pós-pandemia, o alcance das novas tecnologia de comunicação para agricultura familiar, a importância das redes de conhecimento formadas pelos SPGs no resgate e preservação das sementes e a constituição dos SPGs como estratégia para fortalecimento da agroecologia em assentamentos rurais devem ser desenvolvidos como forma de estabelecer uma continuidade na geração de conhecimentos sobre os SPGs brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct1998.v15.8932>

ALCADIPANI, R.; HASSARD, J. Actor-Network Theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 419-435, 2010. DOI: 10.1177/1350508410364441.

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria Ator-REde e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Revista O & S**, Salvador, v. 16, n. 51, p.647-664, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11084/7997>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ALMEIDA, A. A.; SILVA, A. A.; SILVA, M. B.; MARQUES, M. A. S.; MACHADO, M. R. I. M.; AGUIAR, S. C. Uma rede que cria laços e fortalece a produção de algodão agroecológico e de alimentos na Paraíba. 215-219. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ANDRADE, J. A. Actor-network theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes interorganizacionais? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.1-14, jul. 2004.

ANDRADE, J. A.; CORDEIRO NETO, J. R.; VALADÃO, J. A. D. Associações sociotécnicas e práticas de gestão em desenvolvimento: analisando rastros por entre o traçado do P1MC. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 11, p. 274-294, 2013.

ARAÚJO, N. G.; ALMEIDA, F. R. R.; GRANDO, G. H. C.; CRUZ, T. B.; FERREIRA, P. S.; SILVA, L. F.; JATOBÁ, T. B. Construção e Desenvolvimento da Rede Povos da Mata. p. 209-214. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p. il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 915-935, 2019. DOI: 10.1080/21683565.2019.1615024

BRAGA, C.; SUAREZ, M. Teoria Ator-Rede: novas perspectivas e contribuições para os estudos de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, p. 218-231, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

2007. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm). Acesso em: 07 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm). Acesso em: 07 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2003**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm).

Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 019**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica, 2009. Disponível em:

<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em:

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf). Acesso em: 1º jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 046**. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>.

Acesso em: 22 out. 2019.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2020. Doi: 10.4013/csu.2020.56.1.03.

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; MACEDO, R.L.G. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 2, p. 519-538, abr./jun., 2009. Doi: 10.1590/S0103-20032009000200009.

CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 19, p. 302-321, jun. 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222008000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 jul. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000100013>.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, J. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986. 196-223 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15, n.2, p.45-65, 1998.

CAMILLIS, P. K.; ANTONELLO, C. S. Da translação para o enactar: contribuições da Teoria Ator-Rede para a abordagem processual das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 62-82, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131412>.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: Para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE, Ed. do Coordenador, 2015.

CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 1998, 288p.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FORO LATINO-AMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA. Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía. Antônio Prado, RS. 2009. Disponível em: <http://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/cartadeprincipiosdofrumlatinospgsespaol.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

CARTA DE ANTÔNIO PRADO. Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía. Antônio Prado, RS. 2007. Disponível em: [http://www.centroecologico.org.br/certificacao\\_participativa.php?id\\_categoria=10](http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=10). Acesso em: 05 abr. 2015.

CARTA DE TORRES. Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía. Torres, RS. 2004. Disponível em: [http://www.centroecologico.org.br/certificacao\\_participativa.php?id\\_categoria=10](http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=10). Acesso em: 05 abr.2015.

CARTA DE VALINHOS. Carta de princípios do Fórum Brasileiro de SPG e OCS. Valinhos, SP. 2019. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/webcontrol/upl/publicacoes/diversos/Carta%20de%20Valinhos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

CASTRO, R. B. **Redes e Vigilância: Uma experiência de cartografia Psicossocial – estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CAVALCANTE, R. B.; ESTEVES, C. J. S.; PIRES, M. C. A.; VASCONCELOS, D. D.; FREITAS, M. M.; MACEDO, A. S. A Teoria Ator-Rede como referencial teórico metodológico em pesquisas em saúde e enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 4, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017000910017>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n4/0104-0707-tce-26-04-e0910017.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CERRETTO, C.; DOMENICO, S. M. R. Mudança e Teoria Ator-Rede: Humanos e Não Humanos em Controvérsias na Implementação de um Centro de Serviços Compartilhados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 83-115, jan./mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131385>.

CODONHO, C. G. “**Ser orgânico**”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. 291p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

CRUZ, M. S.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; OLIVEIRA, D. C.; COSTA, H. M. Agricultura Familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr., 2020. Doi: <https://doi.org/10.14393/RCT153504>.

CUÉLLAR-PADILHA, M.; GANUZA-FERNANDES, E. We Don't Want to Be Officially Certified! Reasons and Implications of the Participatory Guarantee Systems. **Sustainability** 2018, v. 10, p. 1142.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470p. il. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/biblioteca/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-de-futuro/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DINIZ, E. H. **10 anos de internet banking: desvendando o processo de incorporação de tecnologia em um banco brasileiro através de uma abordagem sociotécnica**. 2009. São Paulo, Fundação Getulio Vargas. 51p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13387/10%20Anos%20de%20Internet%20Banking.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2020.

DONATTI, R. N.; AMEDI, M. V. ANC: seu caminhar de sonhos e feitos coletivos. p. 149-154. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FARRAN, K. S. **Territorialização da Agroecologia na Bahia: Uma análise a partir do Assentamento Dois Riachões (Movimento Ceta) e da Rede de Agroecologia Povos da Mata (2015-2018)**. 183 f.il. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. UFBA, Salvador-BA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/31762/1/Disserta%20a7%20a3o\\_Khalil%20Santos%20Farran.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/31762/1/Disserta%20a7%20a3o_Khalil%20Santos%20Farran.pdf). Acesso em: 19 out. 2020.

FERNANDES, S. G.; OLIVEIRA, D.; SILVA, A. G. Sistemas Participativos de Garantia “Orgânicos Jequitinhonha”. p. 175-180. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:

<https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FERREIRA, A. D. D.; ZANONI, M. **Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade**. In: FERREIRA, A.; BRANDEMBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. 275p.

FONSECA, M. F. A. C.; BARBOSA, S. C. A.; COLNAGO, N. F.; SILVA, G. R. R. **Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: Programa Rio Rural, 2009. 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

FONSECA, M. F. A. C. **A Institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. 2005. 505p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, M. F. A. C.; LEITE, R. M.; ALMEIDA, L. H. M. A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil: memórias do Grupo de Agricultura Orgânica e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia. p. 60-79. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/ Prefácio de Jacques Chonchol, 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

FRIESE, S. **Qualitative data analysis with ATLAS.ti** (3rd ed.) London: Sage Publications. 2019. Disponível em: [https://downloads.atlasti.com/docs/quicktour/QuickTour\\_a8\\_win\\_pt.pdf](https://downloads.atlasti.com/docs/quicktour/QuickTour_a8_win_pt.pdf). Acesso em: 26 jun. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

GOMES JR., N. N.; ANDRADE, E. R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 392-402, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321529409015.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

GONÇALVES, L. O.; MANOS, M. G. L.; RIBEIRO, J. M. C.; SILVA, P. J.; SANTOS, E. M.; SANTOS, A. A. Rede de Agroecologia Plantar para a Vida: composição e práticas do Sistema Participativo de Garantia (SPG) em Sergipe. p. 229-236. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:

<https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

HIRATA, A. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Sistemas Participativos de Garantia: a Experiência dos Encontros de Mulheres. CONGRESO ALASRU: RURALIDADES EN AMÉRICA LATINA: CONVERGENCIAS, DISPUTAS Y ALTERNATIVAS EN EL SIGLO XXI, 10., **Annals...** Disponível em: <http://alasru.org/index.php/congresos/trabajos-completos>. Acesso em: 09 dez. 2020.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Generating credibility in participatory guarantee system (PGS): a study at PGS Sul de Minas, Brazil. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 2020. Doi: 10.1080/21683565.2020.1793258.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. The Contribution of the Participatory Guarantee System in the Revival of Agroecological Principles in Southern Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**, v. 11, 2019. Doi:10.3390/su11174675.

HIRATA, A. R. **A constituição do Sistema Participativo de Garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. 196 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável e Extensão, UFLA, Lavras - MG, 2016.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Sistemas Participativos de Garantia: panorama nacional dos sistemas participativos de garantia. p.10-43. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.(Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

HOME, R.; BOUAGNIMBECK, H.; UGAS, R. ARBENZ, M. STOLZE, M. Participatory guarantee systems: organic certification to empower farmers and strengthen communities, **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 5, p. 526-545, 2017. DOI: 10.1080/21683565.2017.1279702.

HOME, R.; NELSON, E. The role of participatory guarantee systems for food security. Chapter 5, p. 26-29. In: HILBECK, A.; OEHEN, B. (Eds.). **Feeding the People: Agroecology for Nourishing the World and Transforming the Agri-Food System**. 2016. IFOAM/EU Group, Brussels, Belgium. Disponível em: <https://orgprints.org/30165/1/home-nelson-feeding-people-ifoamEUGroup-chapter5-p26-29.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. **Censo Agropecuário 2017/Resultados Definitivos/Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 08 dez. 2020.

IFOAM – Organics International. **Participatory Guarantee Systems: Case studies from Brazil, India, New Zealand, Usa and France**. 2008. Bonn, Germany: International Forum for Organic Agriculture Movements (IFOAM). Disponível em:

[https://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/studies\\_book\\_web.pdf](https://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/studies_book_web.pdf). Acesso em: 20 out. 2019.

IFOAM – Organics International. **PGS Guidelines. How to Develop and Manage Participatory Guarantee Systems for Organic Agriculture Germany**, 2019. 47p. Disponível em: [https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-05/pgs\\_guidelines\\_en.pdf](https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-05/pgs_guidelines_en.pdf). Acesso em: 14 out. 2020.

JACOMEL JR., N.; GONÇALVES, G. M.; MORAES, M. L. A certificação participativa Deméter e a ABDSul. p. 141-146. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

JOVCHELEVICH, P.; MOREIRA, V. R. R. A importância das sementes para o SPG Associação Biodinâmica - ABD. p. 153-170. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Orgs. - Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 229p.il.

KAMIYA, D. S.; ORTEGA, E. Análise emergética online para certificação participativa de alimentos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

KAUFMANN, S.; VOLGL, C. R. Participatory Guarantee Systems (PGS) in Mexico: a theoretic ideal or everyday practice? **Agriculture and Human Values**, v. 35, n. 1, p. 1-16, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10460-017-9844-2>.

KIRCHNER, C. Participatory Guarantee Systems (PGS): How PGS can Intensify Knowledge Exchange Between Farmers. In: IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS: Building Organic Bridges, 18., 13-15 Oct. 2014, Istanbul, Turkey. **Annals...** Istanbul, Turkey. 2014. Disponível em: <https://orprints.org/23255/>. Acesso em: 23 maio 2019.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, p. 1-28, 2015. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07/7143>. Acesso em: 30 nov. 2020.

KOMORI, O. M.; PRATA, G. V.; PEDROSA, R. A.; RIBEIRO, A. P.; CARNEIRO, C.; ROCHA, R. Associação dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul: da auditoria ao sistema participativo de garantia. p. 183-189. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Ed. Unesp. 2000. 439p.

LATOUR, B. **Cogitamus**: Seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34. 2016, 216p.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994. 152p.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). Actor network theory and after. Oxford: Blackwell/The Sociological Review, 1999. 15-26 p.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Ed. EDUFBA/EDUSC. 2012. 400p.

LAURINO, M. S.; DIAS, R. P. A regulamentação dos sistemas participativos de garantia sob a visão do Ministério da Agricultura. p. 80-94. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil**: Histórias e Experiências. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

LAW, J. Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity. **Centre for Science Studies**, 1992, p. 1-11.

LAW, J. Traduction/Trahison: Notes on ANT. **Convergência**, Toluca, v. 13, n. 42, p. 47-72, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v13n42/v13n42a4.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LEITE, R. M. **Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil**. Planeta Orgânico. 2013. Disponível em: [planetaorganico.com.br/site/wpcontent/uploads/2013/06/Dez\\_anos\\_de\\_Regulamentacao\\_da\\_Agricultura\\_Organica.pdf](http://planetaorganico.com.br/site/wpcontent/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf). Acesso em: 14 out. 2020.

LIMA, S. K; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F.; **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Brasília, 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD\\_2538.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

LOCONTO, A.; HATANAKA, M. Participatory Guarantee Systems: alternative ways of defining, measuring, and assessing sustainability. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 2, p. 412-432, 2018. Doi: 10.1111/soru.12187.

LOPES, P. M. A.; QUEIROZ e MELO, M. F. A. O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 49-

61, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n38/n38a05.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

MALTEZ, M. A. P. F.; SILVA, L. F.; SILVA, E. P. F. Lavradores, Eucalipto e Terra: as Chapadas do Alto Jequitinhonha. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 8., 2018. **Anais...** Universidade de Araraquara. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/2B/7\\_Marcos\\_Maltez.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2B/7_Marcos_Maltez.pdf). Acesso em: 19 jan. 2021.

MAURI, R.; ZANELLI, F. V.; CARDOSO, I. M.; AMORIM, G. D.; CARLESSO, A. Intercâmbios agroecológicos: aprendizados coletivos e assistência técnica compartilhada. A experiência de Divino - Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, abr., 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22523>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MEDAETS, J. P. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar: sistema de certificação de produtos orgânicos**. 2003. 305f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 104 p. (Estudos NEAD 8). Disponível em: <http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/producao-organica-regulamentacao-nacional-internacional-nead.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

MEIRELLES, A. **Certificação de Produtos Orgânicos: caminhos e descaminhos**. Centro Ecológico de Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. Dom Pedro de Alcântara, 2003. 2p. Disponível em: [http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_download.php?id\\_artigo=3&tipo=pdf](http://www.centroecologico.org.br/artigo_download.php?id_artigo=3&tipo=pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

MEIRELLES, L. **O desafio do método**. Centro Ecológico de Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. Dom Pedro de Alcântara, 2018. 2p. Disponível em: [https://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=20](https://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=20). Acesso em: 10 ago. 2018.

MEIRELLES, L. Sistemas Participativos de Garantia - origem, definição e princípios. **Revista de Agricultura Ecológica de AGRECOL**, Cochabamba, Bolívia, 7 abr., 2007.

MEIRELLES, L. A origem da Certificação Participativa e o desafio dos Sistemas Participativos de Garantia. p. 47-60 In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., **Anais...**, Caxambu/MG, 2008.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3423/3282>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MENEZES, M. A. O.; SEMEGHINI, M. G.; WANDELLI, E. V.; BROSLER, E. M.; REIA, M. Y.; N. A. L. Rede Maniva de Agroecologia (Rema) em ação: fortalecendo o conhecimento agroecológico no estado do Amazonas. In: Congresso LatinoAmericano de Agroecologia, 6., e Congresso Brasileiro de Agroecologia, 10., e Seminário de Agroecologia do Distrito Federal, 5., **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, jul. 2018.

MIER Y TERÁN, G. C.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M.; MORALES, H.; FERGUSON, B. G.; ROSSET, P.; KHADSE, A.; CAMPOS, C. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 637-665, 2018. DOI: 10.1080/21683565.2018.1443313.

MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTEFRIO, M. J. F.; JOHNSON, A. T. Politics in participatory guarantee systems for organic food production. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 1-11, 2019. Doi: 10.1016/j.jrurstud.2018.12.014.

NELSON, E.; GÓMEZ TOVAR, L.; GUEGUEN, E.; HUMPHRIES, S.; LANDMAN, S.; RINDERMANN, R. S. Participatory guarantee systems and the re-imagining of Mexico's organic sector. **Agriculture and Human Values**, v. 33, n. 2, p. 373-388, 2016. Doi: 10.1007/s10460-015-9615-x.

NEVES, A.; MENEZES, M.; SEMEGHINI, M.; REIA, M.; MORATO, R. Sistema participativo de garantia (SPG) Maniva: pioneirismo na certificação participativa na Amazônia. p.199-205. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

NIEDERLE, P., DORVILLE, C.; LEMEILLEUR, S. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224827>.

NOBRE, J. C. A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, 2010. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/14/47.pdf>. 13 maio 2020.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria**: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais. 2004. 222 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre- RS

OLIVEIRA, V. M.; VALADÃO, J. A. D. Entre a simplificação e a complexidade, a heterogeneidade: Teoria Ator-Rede e uma nova epistemologia para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 877-899, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395154992>.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: Influências e Direcionamentos decisórios dos atores. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 217-237, set./dez. 2016.

PASSOS, M. Chegamos até aqui, o que faremos agora? p. 239-247. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PEDRO, R. M. L. R. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: ESOCITE - JORNADAS LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS E DAS TECNOLOGIAS, 7., **Anais...**, Rio de Janeiro, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/resumos/36356.htm>. Acesso em: 26 jul. 2020.

PINTO, C. C.; DOMENICO, S. M. R. Teoria Ator-Rede em estudos organizacionais: encontrando caminhos via cartografia de controvérsias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., maio, 2014, Gramado (RS). **Anais...**, Gramado (RS): ANPAD, 2014. p.1-16.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 260 p.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 302 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2010.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 1, 2009.

RADOMSKY, G.; NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S. Participatory systems of certification and alternative marketing networks: the case of the Ecovida Agroecology Network in South Brazil. p.79-98. In: HEBINCK, P. G. M.; VAN DER PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (Eds.). **Rural Development and the Construction of New Markets**, 2014. Routledge. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9781315797519/chapters/10.4324/9781315797519-14>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 163-189. Disponível em: [www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/artigos%2520selecionados/ABEPUBb.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d](http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/artigos%2520selecionados/ABEPUBb.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d). Acesso em: 19 jan. 2021.

RIBEIRO, E. M.; AYRES, E. B.; GALIZONI, F. M.; ALMEIDA, A. F.; PEREIRA, V. G. Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 2, p. 365-386, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000200009>.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, out./dez. 2007. Doi: 10.1590/S0103-20032007000400012.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SAMBUICHI, R. H. R.; SPÍNOLA, P. A. C.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; MOURA, I. F.; SILVA, A. P. M. Análise da concepção da política nacional de Agroecologia e produção orgânica. p.117-145. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. 463 p.: il., gráfs. color. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/166923/1/Cap5-144174-A-Politica-Nacional.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SANTOS, C. J.; AMARAL, L. S.; LIMA, F. E. A Experiência da Rede Xique Xique de Comercialização: um olhar na dimensão da Agroecologia e do Feminismo. p.221-227. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.) **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em: <https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SANTOS, L. C. R. **“Regulamentação da agricultura orgânica no Brasil: caminhos, 'descaminhos' e sua contribuição na construção do sistema de comércio ético e solidário”**. 2005. Disponível em: [http://cirandas.net/articles/0029/9252/ANEXO\\_P105\\_Regulamentacao\\_da\\_agricultura\\_organica\\_no\\_brasil.PDF](http://cirandas.net/articles/0029/9252/ANEXO_P105_Regulamentacao_da_agricultura_organica_no_brasil.PDF). Acesso em: 05 mai. 2020.

SANTOS, J. O.; SANTOS, R. M. S.; BORGES, M. G. B.; FERREIRA, R. T. F. V.; SALGADO, A. B.; SEGUNDO, O. A. S. A evolução da agricultura orgânica. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 35-41, jan./fev. 2012. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/1864>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 82-112, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22438/13011>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. 355p. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre-RS, 2003. Disponível em:  
<http://hdl.handle.net/10183/198315>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 100-124, fev. 2003. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015, 352p. Disponível em:  
<https://paginas.uepa.br/herbario/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres.png>. Acesso em: 25 maio 2020.

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas no Vale do Ribeira / SP e Alto Vale do Itajaí / SC – Brasil**. 2005. 579p.: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho, Jaboticabal-SP, 2005.

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas do desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC)**. São Paulo: UNESP, 2008. 240 p.

SIQUEIRA, A. P. P.; FONSECA, M. F. A. C.; ALMEIDA, L. H. M.; RIBEIRO, C. B. O SPG Abio e o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: uma estratégia de construção coletiva no Rio de Janeiro. p. 155-164. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:  
<https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SOSA, B. M.; JAIME, A.; LOZANO, D.; ROSSET, P. **Revolução agroecológica - o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. Editora Expressão Popular. 2012. 152p.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 11, p. 29-41, 2009.

TONELLI, D. F. Origens e afiliações epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 377-390, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395141596>.

TORREMOCHA, E. Los sistemas participativos de garantía: Herramientas de definición de estrategias agroecológicas. **Agroecología**, v. 6, n. 1, p. 89-96, 2012. Disponível em:  
<https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160701/140571>. Acesso em: 14 mar. 2017.

TOZZI, M. X.; VALIM, R.; FENNER, W. M.; CORREA, E. S.; FRANCISCO, P. S. A formação do Opac Litoral Norte. p. 127-132. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.(Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:  
<https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>. Acesso em: 07 ago. 2020.

TROVATTO, C. M. M.; BIANCHINI, V.; SOUZA, C.; MEDAETS, J. P.; RUANO, O. A. Construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. 463 p.: il., gráfs. color.

VALADÃO, J. A. D. **Seguindo associações sociotécnicas sob a luz da teoria do ator-rede: uma tradução da pedagogia da alternância para rotinas e tecnologias sociais**. 2014. 294 f.: il. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010. Doi: 10.1177/0963662509102. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240718772>. Acesso em: 26 jul. 2020.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TOSTO, S. G. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20 p.: il.; (Documentos / Embrapa Territorial). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1108738/1/5058.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VRIESMAN, A. K.; OKUYAMA, K. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos da agricultura familiar. **Revista Conexão**, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/issue/view/318/17>. Acesso em: 23 set. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. 1996. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Processos Sociais Agrários. **Anais...**, CAXAMBU, MG. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

WILLER, H.; SCHLATTER, B.; TRAVNICEK, J.; KEMPER, L.; LERNOUD, J. (Eds.). (2020): **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2020**. Research Institute of organic agriculture (FiBL) Frick and IFOAM – Organics Internacional, Bonn.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

ZANELLI, F. V.; SILVA, L. H. Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da Educação do Campo na zona da mata mineira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 638-657, abr./jun. 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n2p638>.

## ANEXO I

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Os Sistemas Participativos de Garantia do Brasil

**Pesquisadora:** Aloísia Rodrigues Hirata

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 07553019.0.0000.5404

**Instituição Proponente:** Faculdade de Engenharia Agrícola

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.246.843

#### Apresentação do Projeto:

**INTRODUÇÃO:** O modelo de agricultura atualmente predominante no Brasil foi iniciado na década de 1960 como processo de modernização agrícola que também ficou conhecida como revolução verde. Trata-se de um sistema baseado na monocultura mecanizada destinada à exportação, com uso intensivo de agrotóxicos, adubos químicos e sementes modificadas. Esse modelo começou a ser contestado já na década de 1970, quando surge o movimento da agricultura alternativa criticando as tecnologias adotadas no processo de modernização da agricultura brasileira por seu impacto ambiental e social, propondo em seu lugar, o uso de tecnologias menos impactantes (SAMBUICHI et al., 2017). Segundo Fonseca et al. (2009), ainda nos anos 70, os movimentos da agricultura alternativa já começaram a tomar impulso no Brasil a partir de diferentes manifestações, críticas e proposições (correntes). Coordenados pela Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), esse movimento ganhou força e visibilidade nos anos 80, com a realização de quatro grandes encontros nacionais conhecidos como EBAA (Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa), realizados, respectivamente, em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989), reunindo estudantes e profissionais ligados à agricultura (FONSECA et al., 2009; TROVATO et al., 2017). Com a criação da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) e a publicação de suas primeiras normas na década de 1970, inicia a institucionalização da agricultura orgânica no mundo (FONSECA et al., 2009) servindo de referência para a comercialização dos produtos orgânicos no

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br

Continuação do Parecer: 3.246.843

mundo até a década de 90. Essas normas, também serviram de referência para o estabelecimento de normas locais e regulamentos técnicos em diferentes países. Com a visibilidade do movimento da agricultura alternativa e uma crescente demanda por alimentos saudáveis, o Brasil começa a sofrer pressão para uma regulamentação da produção orgânica, conforme já acontecia em outros países. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), a regulamentação da produção orgânica foi pauta em diversas discussões que, juntamente com as pressões sociais impulsionaram ações governamentais (HIRATA, 2016). Assim, em 1994, o Brasil inicia a regulamentação da produção orgânica criando por meio de uma portaria a Comissão Especial para normatização e certificação de produtos orgânicos. Desde então, o Brasil tem acumulado um rico conjunto de dispositivos legais que estabelece as normas para a produção, certificação, industrialização, comércio e rotulagem de produtos orgânicos. A Lei 10.831/2003 é a base para as ações desenvolvidas: Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003) Em se tratando de regulamentação para certificação de produtos orgânicos, o Brasil é um referência mundial, especialmente por ser pioneiro na legalização dos Sistemas Participativos de Garantia como Organismo de Avaliação da Conformidade orgânica. A legislação brasileira, além do processo de auditoria, reconhece outras formas de dar garantia sobre a qualidade orgânica ao consumidor, garantindo que o processo de produção está em conformidade com os regulamentos da produção orgânica. Uma das formas ocorre por meio das Organizações de Controle Social (OCS), onde o processo é dispensado de certificação para os grupos de agricultores familiares que realizam venda direta e estejam inseridos em processos próprios de organização e controle social, desde que previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador (BRASIL, 2009). Além das OCSs, a legislação também reconhece o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), composto pela certificação por auditoria e pelos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), mais conhecido como certificação participativa. A certificação por auditoria, ou certificação de terceira parte, é realizada por empresas e instituições acreditadas pelo INMETRO (Instituto

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) e credenciadas pelo MAPA. Já o SPG é uma rede formada por organizações de agricultores, instituições de extensão, de ensino e de pesquisa, técnicos, consumidores e qualquer pessoa ou entidade que tenha interesse na produção orgânica e na sua avaliação da conformidade como forma de gerar mais autonomia, fortalecimento e desenvolvimento das comunidades rurais. Para que um SPG possa proceder a certificação participativa é necessário que ele tenha um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) credenciado junto ao MAPA, assim como as empresas de auditoria. O OPAC é representado por uma pessoa jurídica, normalmente uma associação ou cooperativa de agricultores, que responda legalmente junto aos órgãos e sociedade pelas questões relacionadas à avaliação da conformidade do SPG (HIRATA, 2016). De acordo com o Art. 68 da Instrução Normativa N°19 de 2009 do MAPA, os SPGs devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas, tendo como características básicas o controle social, a participação e a responsabilidade solidária (BRASIL, 2009). Seu funcionamento em rede confere maior transparência e autonomia, fazendo com que agricultores e colaboradores participem e se envolvam nas diversas atividades desenvolvidas com objetivo de garantir ao consumidor que o processo de produção segue as normas exigidas pela legislação e que o produto é orgânico. A participação e o envolvimento visam gerar a troca de experiências, desenvolver relações de confiança e a valorização dos saberes entre os membros, tornando esse modelo de certificação mais adequado à agricultura familiar, pois, além das metodologias utilizadas que buscam promover maior autonomia e valorização dos agricultores, tratase de uma rede que não visa lucro e, portanto, pode ser também mais acessível do ponto de vista financeiro. Esse modelo de certificação participativa foi inspirado nas ações desenvolvidas por organizações de agricultores do Sul do país, como por exemplo a Cooperativa Colmeia, que antes mesmo da regulamentação da produção orgânica tornando a certificação compulsória, já desenvolvia ações de controle social por meio do envolvimento de consumidores, produtores e entidades que, entre outras ações, promoviam visitas às propriedades para garantir a qualidade do processo de produção que chamavam de “certificação participativa”. Após a regulamentação da produção orgânica que reconheceu os SPGs como organismos de avaliação da conformidade (Lei 10.831/2003; Decreto 6323/2007; IN 19/2009), a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), uma organização que já atuava como certificadora por auditoria, se reorganizou para atuar como SPG, se tornando ao final de 2010 o primeiro SPG a ter seu OPAC credenciado pelo MAPA no Brasil. Esse pioneirismo inspirou e serviu de referência para outros grupos, como por exemplo os agricultores

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br

Continuação do Parecer: 3.246.843

praticantes da agricultura orgânica do Sul de Minas, que por meio do apoio de diversas instituições e tendo o SPG da ANC como referência, se organizaram e constituíram o SPG Sul de Minas, conseguindo credenciar seu OPAC em 2013, sendo o primeiro do Estado de Minas Gerais. Essas redes têm atuado em suas respectivas regiões na certificação das unidades produtivas, incluindo mais agricultores no mercado de produtos orgânicos ampliando assim a oferta de alimentos saudáveis, demonstrando que pode ser uma ferramenta importante para inclusão de agricultores familiares no sistema de produção orgânico. Observa-se que um número de agricultores cada vez maior tem buscado se inserir nesse sistema, se organizando e constituindo SPGs. O número de OPACs credenciados pelo MAPA saltou de 04 em 2011 para 25 em 2018, enquanto o número de certificadoras credenciadas saltou de 05 para 11 no mesmo período. Este dado nos indica que este sistema para os agricultores pode ser uma forma mais inclusiva que o sistema de auditoria para conseguir a certificação orgânica. Além do reconhecimento legal dos mecanismos participativos de avaliação da conformidade orgânica, políticas públicas têm sido desenvolvidas para apoiar e incentivar o desenvolvimento da produção orgânica pelos agricultores familiares. Dentre elas, podemos citar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que orienta a ação extensionista voltada para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica, assim como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) cujo objetivo principal foi integrar, articular e adequar as diversas políticas, programas e ações no âmbito do governo federal visando induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica. Além disso, houve a valorização dos produtos orgânicos nos programas de apoio à comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que permitem a compra de alimentos orgânicos pelas entidades governamentais com um valor acrescido de até 30%. Destaca-se ainda o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), um dos principais instrumentos da PNAPO, que articula programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, estabelecendo metas, inclusive, para a certificação orgânica. Apesar de todo esse aparato legal para apoiar e fomentar a produção orgânica, somado a uma crescente demanda para o mercado destes alimentos, constata-se que ainda é pequeno o número de agricultores praticantes da agricultura orgânica e menor ainda o número de agricultores certificados. Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017, existem pouco mais de 5 milhões de agricultores no Brasil, sendo que destes, somente 68.717 se auto declararam praticantes da agricultura orgânica. Apesar de ser um número baixo se compararmos ao número de agricultores existentes no país, pode-se dizer que ainda é alto quando comparamos com o número de

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

agricultores orgânicos certificados, que, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é cerca de 17.000. Para Terrazzan e Valarini (2009), o processo de certificação se constitui em um dos fatores fundamentais para a ampliação da produção e comercialização de orgânicos. A constatação da demanda crescente do mercado para alimentos orgânicos, o aumento significativo das redes de SPG e o número significativo de agricultores que se autodeclararam orgânicos, porém não têm acesso a nenhum tipo de certificação, nos indica que as redes de SPG, devido à sua metodologia de avaliação da conformidade, valores e princípios, devem ser melhor pesquisadas, podendo ser talvez, um caminho para a inclusão de mais agricultores no processo de produção e comercialização de orgânicos. Assim, buscando compreender melhor a conformação e funcionamento dos SPGs, a principal questão que irá nortear este trabalho é saber como as diversas redes de SPGs espalhadas pelo Brasil foram conformadas para proceder a avaliação da conformidade orgânica. Para isso, a pesquisa buscará compreender como elas atuam, que tipo de atividades desenvolvem, quais desafios enfrentam e meios de superação, assim como, quem são os atores (actantes) dessas redes. Para compreender e buscar respostas para estas questões, será utilizada a Teoria do Ator-Rede (TAR), que segundo Oliveira e Valadão (2017) tem se tornado, cada vez mais, uma lente de análise relevante para compreensão dos fenômenos organizacionais. A TAR, também denominada de Sociologia da Tradução, tem sua origem nos estudos da Ciência e Tecnologia a partir dos trabalhos desenvolvidos por Michel Callon, Bruno Latour e John Law (ANDRADE, 2004; ANDRADE, 2013). É caracterizada como uma vertente contestatória das abordagens tradicionais da Sociologia (ALCADIPANI; HASSARD, 2010; PINTO; DOMENICO, 2014) e objetiva conhecer os processos que conduzem à construção e transformação de redes sociotécnicas (DINIZ, 2006). Segundo Cavalcante et al. (2017), o interesse recente pelo uso da TAR se deve ao seu rico arcabouço teórico e metodológico, sendo motivados pelos princípios de simetria, hibridação e tradução. A singularidade da TAR consiste em considerar humanos e objetos como atores, ou seja, “qualquer coisa que desempenhe um ato e modifique um status é considerada um ator”. (BRAGA E SUAREZ, 2018). Nesse sentido, o conhecimento é considerado um produto social de uma rede de elementos heterogêneos, sendo o efeito da associação e ação de uma rede de atores (humanos e não-humanos), e não algo produzido, por meio da operação de um método científico privilegiado (CAVALCANTE et al., 2017). Segundo Alcadipani e Hassard (2010), para compreender situações complexas, a TAR descarta qualquer tipo de separação de elementos humanos e não-humanos, sociais e técnicos, aplicando-se o princípio da simetria, ou seja, atribuir a mesma relevância aos diversos atores que compõem as redes, sejam eles humanos ou não-humanos. Assim, os sujeitos

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

e objetos passam a possuir o mesmo grau de importância, sendo considerado então pela TAR como os atores, ou, actantes, aqueles que possuem propriedade de produzir efeitos na rede. Aplicar o princípio da simetria, conforme adverte Callon (1986), é não "mudar a forma de registrar os problemas estudados quando passamos do técnico para o social". A noção de redes na TAR remete às associações, alianças e fluxos, nos quais os atores interferem e sofrem interferências constantes (LATOURE, 1994). Os humanos e não-humanos se associam formando as redes ou atores-redes em um processo contínuo de transformação de interesses denominados de tradução ou translação (LATOURE, 2005). Trabalhar com a TAR, numa explicação simplista, significa acompanhar os atores nessas interferências, conexões, deslocamento e transformações, ou seja, seguir os rastros que os atores (actantes) deixam por meio de suas atuações e deslocamentos nas redes. Bruno Latour em sua obra "Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros sociedade Afora" (2000), orienta que o pesquisador que deve seguir sete regras básicas para não se perder no caminho em relação ao acompanhamento de redes e coletivos. Regra 1. Estudamos a ciência em ação, e não a ciência ou a tecnologia pronta; para isso, ou chegamos antes que fatos e máquinas se tenham transformado em caixas-pretas, ou acompanhamos as controvérsias que as reabrem; Regra 2. Para determinar a objetividade ou subjetividade de uma afirmação, a eficiência ou a perfeição de um mecanismo, não devemos procurar por suas qualidades intrínsecas, mas por todas as transformações que ele sofre depois, nas mãos dos outros. Regra 3. Como a solução de uma controvérsia é a causa da representação da Natureza, e não sua consequência, nunca podemos utilizar essa consequência, a Natureza, para explicar como e por que uma controvérsia foi resolvida. Regra 4. Como a resolução de uma controvérsia é a causa da estabilidade da sociedade, não podemos usar a sociedade para explicar como e por que uma controvérsia foi dirimida. Devemos considerar simetricamente os esforços para alistar recursos humanos e não-humanos; Regra 5. Com relação àquilo de que é feita a tecnociência, devemos permanecer tão indecisos quanto os vários atores que seguimos; sempre que se constrói um divisor entre interior e exterior, devemos estudar os dois lados simultaneamente e fazer uma lista (não importa se longa e heterogênea) daqueles que realmente trabalham Regra 6. Diante da acusação de irracionalidade, não olhamos para que regra da lógica foi infringida nem que estrutura social poderia explicar a distorção, mas sim para o ângulo e a direção do deslocamento do observador, bem como para a extensão da rede que assim está sendo construída. Regra 7. Antes de atribuir qualquer qualidade especial a mente ou ao método das pessoas, examinemos os muitos modos como as inscrições são codificadas, combinadas, interligadas e devolvidas. Só se alguma coisa ficar sem explicação depois do estudo da rede é que deveremos começar a falar em fatores

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

cognitivos. Assim, seguindo os princípios e orientações da TAR e com foco nos objetivos deste trabalho descrito a seguir, o presente trabalho buscará uma descrição metódica da dinâmica das redes de SPG de modo que seja explicitado e compreendido os processos de conformação das mesmas. HIPÓTESE: As questões que motivaram esta proposta partem da hipótese geral que a apesar legislação orgânica brasileira que reconhece e regulamenta mecanismos de funcionamento dos SPGs apresentar uma orientação singularizada, as conformações das redes, assim como os atores humanos e não-humanos participantes assumem papéis e metodologias próprias e inovadoras buscando diferentes dinâmicas de funcionamento para a construção do conhecimento agroecológico e a geração da garantia da qualidade orgânica, possibilitando uma maior inserção dos agricultores familiares no processo. METODOLOGIA PROPOSTA: A presente pesquisa de abordagem qualitativa tem como proposta a utilização da Teoria do Ator-Rede enquanto orientação teórico-metodológica cuja diretriz é “seguir os atores”, seguir as pistas e/ou os rastros deixados por eles, assim como os vínculos entre eles e os efeitos que produzem. A primeira parte da pesquisa acontecerá a nível nacional, no âmbito dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) do Brasil, sendo a segunda etapa, um estudo de caso no SPG orgânicos do Sul de Minas. A população envolvida no estudo serão agricultores, técnicos e consumidores. Serão entrevistados os atores que tiveram papel preponderante na formação e credenciamento das redes no MAPA atuarem como OPAC; agricultores certificados e que estão no processo desde o início dos trabalhos de constituição das redes; agricultores que não participaram no início, mas atualmente são atuantes e assumem cargos de coordenação ou liderança nas redes, técnicos e consumidores que atuaram ou atuam como colaboradores e mediadores nas redes e agricultores, técnicos ou funcionários que cumprem funções administrativas. O método escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa é a cartografia de controvérsias por ser considerado um dos caminhos para a operacionalização da TAR. Segundo Cavalcante et al. (2017), a cartografia de controvérsias conforma-se como um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas e controvérsias, observando e descrevendo o debate social. Nesse sentido, espera-se que a cartografia de controvérsias possibilite uma rica descrição e discussão dos processos de conformação das redes de SPG brasileiras. A realização desta cartografia seguirá os quatro movimentos apontados por Pedro (2008) como passos que um pesquisador cartógrafo deve seguir: 1. Buscar uma porta de entrada - Esta porta será o Fórum Brasileiro de SPG 2. Identificar os porta-vozes - Utilizará o princípio da simetria generalizada, dando vozes para todos os atores. 3. Acessar os dispositivos de inscrição - Para a produção de inscrição será utilizado a pesquisa documental, entrevistas, observação participante conjugado com registros do caderno de campo e outros instrumentos que

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

servirem para materializar as informações.4. Mapear as associações entre os actantes - envolve as múltiplas traduções produzidas pelos atores que compõem a rede, ressaltando suas articulações e seus efeitos. Seguir, mapear e descrever as associações dos atores e os efeitos que resultam delas é o trabalho que precisará ser feito nesta pesquisa orientada pela Teoria do Ator-Rede. “Registrar e não filtrar, descrever e não disciplinar” Assim, essa pesquisa buscará uma rica descrição dos processos de conformação das redes de SPG, buscando no campo micro, que se dará no Estudo de Caso do SPG Sul de Minas, uma maior compreensão do campo macro. Isso não quer dizer que os atores no campo macro não serão acompanhados, porém, conforme afirmado por Cavalcante et al. (2017), “não existe um sólido macro-social a explicar um mundo micro”. Para o autor o que temos é um circuito de mediadores que de tradução em tradução, tece a realidade. Neste estudo, buscar-se-á identificar e acompanhar esses mediadores para descrever essas mediações e os efeitos que resultam delas do nível macro ao micro. Vale ressaltar, que no trabalho de seguir os atores, o pesquisador não deve definir de antemão quais são os atores da rede que pretende traçar, nem ordenar, a priori, as controvérsias travadas entre eles, decidir como resolvê-las ou buscar explicações (LOPES, 2013; CAVALCANTE et al., 2017). Ao contrário, deve descrever como os elementos da rede se articulam e, só então, encontrar certo sentido de ordem nos dados coletados, tendo em vista que as definições se darão em campo. A coleta dos dados se dará pela conjugação das principais técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas, ou seja: pesquisa documental, entrevistas, questionários e observação participante, além do diário de campo. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS: A análise dos dados desta pesquisa será por meio da cartografia de controvérsias que é uma metodologia associada à Teoria do Ator-Rede. Constitui-se num conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas e controvérsias, observando e descrevendo o debate social, especialmente, porém não exclusivamente, em torno dos problemas técnico-científicos (VENTURINI, 2010a).Franco (2014) afirma que a cartografia de controvérsias é uma metodologia capaz de lidar com a multiplicidade de atores humanos e não-humanos que fazem parte do agregado social das rede sociotécnicas.Entendendo que uma pesquisa científica seguindo as recomendações da TAR produz grande quantidade de dados que podem configurar um desafio para os pesquisadores cartógrafos inexperientes, especialmente na análise de dados, Pinto e Domenico (2014) apresentaram algumas propostas analítico-metodológicas para estudos que adotam a TAR. Apoiados pelos estudos de Venturini (2010b), os autores recomendam que para se proceder uma análise de controvérsias é necessário contemplar as diferentes teorias, posições e argumentos assumidas pelos actantes, não se preocupando com a redundância. Recomenda ao pesquisador da TAR a definição de representações da dinâmica social por meio de

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br

Continuação do Parecer: 3.246.843

diferentes mapas, cada um procurando explorar aspectos específicos. Pinto e Domenico (2014) destacam que o desenvolvimento de tecnologias digitais têm contribuído para a superação do desafio de realizar cartografias de controvérsias de qualidade, pois, facilitam o processo de navegação entre diferentes níveis de agregação de dados. A cartografia de controvérsias permite a descrição, em diferentes escalas de detalhamento, dos acontecimentos e a utilização de algumas ferramentas digitais permite identificar as redes de actantes envolvidas e compreender o processo de translação e surgimento ou consolidação das controvérsias (PINTO e DOMENICO, 2014). Nesse sentido para a organização, descrição, sistematização e análise dos dados pela cartografia de controvérsias esta pesquisa buscará utilizar as seguintes ferramentas sugeridos por Pinto e Domenico (2014): 1) Diagrama de actantes ou diagrama de atores-redes - Procura mostrar a dinâmica de constituição e de dissolução de atores em redes e vice-versa, tentando representar a liquefação e solidificação magmática do desenrolar das controvérsias - Deverá ser utilizado para demonstrar os diferentes atores e suas posições na conformação das redes de SPG; 2) Diagrama de abrangência versus tempo de desenvolvimento das controvérsias - O diagrama proposto propicia uma visão de conjunto dos debates mostrando no eixo horizontal o tempo de desenvolvimento e no eixo vertical a abrangência; 3) Gráficos de Gantt de controvérsias ativas e caixas-pretas - Deverá ser utilizado o software Timeline Maker™ profissional para mostrar em cada período de tempo as controvérsias ativas ou encerradas (caixas- pretas); 4) Extratos de relatos com ponto de vista da TAR - Consiste de trechos específicos selecionados do diário de campo proveniente da observação participante, para os quais se apresenta, além da descrição dos acontecimentos, uma análise a partir dos conceitos preconizados pela TAR. Compreende-se estas ferramentas como algumas das possibilidades de análise dos dados da pesquisa. Porém, diante da vasta amplitude metodológica disponível, outras poderão ser utilizadas, de forma a viabilizar análises mais profundas e/ou apropriadas aos objetivos propostos, a quantidade de dados produzidos e a necessidade de explicitação dos resultados.

### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Descrever as diferentes conformações das redes dos Sistemas Participativos brasileiros buscando compreender como ocorrem os processos de translação para a certificação de produtos orgânicos no SPG Sul de Minas.

Objetivos Secundários: - Verificar e analisar o perfil dos agricultores atuantes nos SPGs brasileiros;- Identificar as instituições colaboradoras nas redes e qual o papel que desenvolvem;- Sistematizar as metodologias e dinâmicas de funcionamento para controle social e construção do

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

conhecimento agroecológico dos SPGs;- Sistematizar os principais desafios e as estratégias de superação presentes nas redes;- Descrever como ocorrem os processos de translação para a certificação participativa no SPG Sul de Minas.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e benefícios segundo o(a) pesquisador(a):

**Riscos:** Na realização do presente trabalho não foram previstos riscos, entretanto, em caso de desconforto, insatisfação ou incômodo do participante durante a operacionalização dos trabalhos, este terá a sua atividade interrompida imediatamente. Ademais, salienta-se que a participação é livre e consentida não sendo obrigatória a participação dos atores. Em caso de ocorrência de algum risco não-previsto, os participantes serão assistidos em quaisquer dúvidas ou esclarecimentos e receberão assistência integral e imediata, de forma gratuita.

**Benefícios:** Também não está previsto nenhum benefício direto aos participantes. Para oferecer mais tranquilidade ao participante, as ações previstas na metodologia do projeto acontecerá em momentos previamente agendados, preferencialmente na localidade do atores envolvidos e preferencialmente no local de trabalho ou em outro local escolhido pelo participante. Considerando a confidencialidade das informações obtidas de forma individual, será assegurado o sigilo em todas as etapas da pesquisa.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se do projeto de pesquisa “AS DIFERENTES CONFORMAÇÕES DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA BRASILEIROS À LUZ DA TEORIA DO ATOR-REDE” da aluna Aloísia Rodrigues Hirata, cuja orientadora é a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. A aluna está cursando o doutorado no Programa de pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP).

Realizar-se-á uma pesquisa qualitativa em que será utilizada a proposta da Teoria do Ator-Rede. A primeira parte da pesquisa acontecerá a nível nacional, no âmbito dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) do Brasil, sendo a segunda etapa, um estudo de caso no SPG orgânicos do Sul de Minas. Serão convidados a participarem do estudo agricultores, técnicos e consumidores. O método escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa é a cartografia de controvérsias por ser considerado um dos caminhos para a operacionalização da TAR. A coleta dos dados se dará pela conjugação das principais técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas, ou seja: pesquisa documental, entrevistas, questionários e observação participante, e o diário de campo.

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

Total de participantes: 48 agricultores e 48 colaboradores; Questionário: 24 OPACs.

Financiamento: R\$ 34.962,00 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os seguintes documentos foram apresentados: a) Folha de rosto devidamente preenchida, b) Informações básicas do projeto, c) Projeto de pesquisa, d) Comprovante de vínculo da pesquisa com a instituição; e) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e f) Dois instrumentos: um roteiro para entrevista e um questionário.

### **Recomendações:**

Nenhuma.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto de pesquisa aprovado.

1. No projeto está escrito que "... fotos, relatos, entrevistas, anotações do diário de campo. Todos esses produtos vão materializar as informações coletados no campo de pesquisa. A observação participante conciliada com registros fotográficos e entrevistas será utilizada como técnica de pesquisa para o acesso aos dispositivos de inscrição". Esclarecer se as fotos coletadas serão usadas apenas para compor o material da pesquisa, mas NÃO serão mostradas por ocasião dos resultados da pesquisa. Se forem ser usadas, quais os cuidados que serão realizados.

RESPOSTA: Inserido Anexo III - Termo de autorização de uso de imagem.

ANÁLISE: PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA. Além do "termo de autorização de imagem", no TCLE no item "Procedimentos" deve conter informações sobre as imagens que serão realizadas dos participantes, propriedades, documentos etc. Também deve informar em que momento as imagens serão realizadas. Também adicionar informações referentes ao armazenamento e descarte dessas imagens. O item "Sigilo e privacidade" deve ser reescrito.

RESPOSTA: Incluído no item Procedimento os seguintes dizeres: "Desde que formalmente autorizados, na ocasião da visita da pesquisadora aos SPGs, as atividades de pesquisa realizadas (entrevista, reuniões, visitas às propriedades e consultas a documentos que não puderam ser disponibilizados por e-mail) serão fotografadas para compor o material da pesquisa, e poderão, a critério da pesquisadora, ser mostrados por ocasião dos resultados da pesquisa". Incluído no item

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

Sigilo e Privacidade os seguintes dizeres: “As fotos tiradas durante as atividades da pesquisa só serão divulgadas com sua autorização por meio do “Termo de autorização do uso de imagem”. A guarda e uso das imagens serão de responsabilidade da pesquisadora e, para maior segurança, serão descartadas após cinco anos de publicação da tese, juntamente com as gravações de áudio”.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

2. Ressarcimento e indenização: O texto deve ser revisto. A Resolução 466/12 estabelece no item IV.3 “g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes”. Se os participantes não forem ter nenhum gasto com a pesquisa porque a pesquisadora irá se deslocar até eles para a coleta dos dados, essa informação deve estar escrita no TCLE. O TCLE deve assegurar de forma clara e afirmativa o ressarcimento de todos os gastos que o participante e seu(s) acompanhante(s) terão ao participar da pesquisa.

RESPOSTA: Foi inserido o esclarecimento que a pesquisa não prevê gastos com a participação mas, ainda assim, caso ocorra, alguma despesa não prevista para o participante, este será ressarcido pela pesquisadora no momento da sua participação.

ANÁLISE: PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA. Deve-se separar as informações referentes ao ressarcimento das despesas das informações da indenização. Quanto a indenização, deve ficar claro que o participante terá direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

RESPOSTA: Inserido no item “Ressarcimento e Indenização” os seguintes dizeres: “Embora a pesquisa também não tenha previsto nenhum risco ao participante, esclarecemos que o código civil (Lei 10.406) assegura ao participante o direito de indenização por qualquer dano ocorrido em consequência desta pesquisa”.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

3. O texto como foi descrito no TCLE não garante indenização por danos decorrentes da pesquisa. A Resolução 466/12 (item IV.3) define que "os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no TCLE, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, patrocinador e das instituições envolvidas". Cabe enfatizar que a questão da indenização não é prerrogativa da Resolução 466/12, estando prevista no código civil. Portanto, solicitamos que seja assegurado, de forma clara e afirmativa, que o participante de pesquisa tem direito à indenização em casos de danos decorrentes da pesquisa.

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

RESPOSTA: Texto alterado conforme orientação.

ANÁLISE: PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA. Ver item 14 desse parecer.

RESPOSTA: Idem item 14 - Inserido o esclarecimento sobre o direito à indenização de acordo com os seguintes dizeres: “Embora a pesquisa também não tenha previsto nenhum risco ao participante, esclarecemos que o código civil (Lei 10.406) assegura ao participante o direito de indenização por qualquer dano ocorrido em consequência desta pesquisa”.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

- O participante da pesquisa deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (quando aplicável).
- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado. Se o pesquisador considerar a descontinuação do estudo, esta deve ser justificada e somente ser realizada após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou. O pesquisador deve aguardar o parecer do CEP quanto à descontinuação, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de uma estratégia diagnóstica ou terapêutica oferecida a um dos grupos da pesquisa, isto é, somente em caso de necessidade de ação imediata com intuito de proteger os participantes.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa. Em caso de projetos do Grupo I ou II

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial.

- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.

-Lembramos que segundo a Resolução 466/2012 , item XI.2 letra e, “cabe ao pesquisador apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento”.

-O pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1293383.pdf	27/03/2019 13:36:37		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2.pdf	26/03/2019 20:08:59	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_v2.pdf	26/03/2019 20:06:39	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Outros	TERMO_USO_IMAGEM.pdf	10/03/2019 16:26:46	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	10/03/2019 16:20:09	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_Alterado.pdf	10/03/2019 16:16:59	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	08/02/2019 15:57:30	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	08/02/2019 15:56:28	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito
Outros	RelatorioMatricula.pdf	08/02/2019 04:08:18	Aloísia Rodrigues Hirata	Aceito

**Situação do Parecer:**

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126  
**Bairro:** Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887  
**UF:** SP **Município:** CAMPINAS  
**Telefone:** (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.246.843

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPINAS, 05 de Abril de 2019

---

**Assinado por:**  
**Renata Maria dos Santos Celeghini**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

**Bairro:** Barão Geraldo

**CEP:** 13.083-887

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-8936

**Fax:** (19)3521-7187

**E-mail:** cep@fcm.unicamp.br